

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO  
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**CRISTIANE GONÇALVES RIBEIRO**

**VOZES DA JUVENTUDE: PRÁTICAS E APRENDIZADOS DE  
JOVENS NO PROCESSO SOCIOESPACIAL DE RECRIAÇÃO  
CAMPONESA NO ASSENTAMENTO ROSELI NUNES EM  
MIRASSOL D'OESTE-MT**

**CÁCERES – MT**

**2019**

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO  
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**CRISTIANE GONÇALVES RIBEIRO**

**VOZES DA JUVENTUDE: PRÁTICAS E APRENDIZADOS DE  
JOVENS NO PROCESSO SOCIOESPACIAL DE RECRIAÇÃO  
CAMPONESA NO ASSENTAMENTO ROSELI NUNES EM  
MIRASSOL D'OESTE-MT**

Dissertação apresentada à Universidade do Estado de Mato Grosso como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Geografia, área de concentração “Dinâmica Espacial”, para obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Profa. Dra. Tânia Paula da Silva

Co-orientador: Prof. Dr. Laudemir Luiz Zart

**CÁCERES – MT**

**2019**

## FICHA CATALOGRÁFICA

Luiz Kenji Umeno Alencar CRB 1/2037

R484v	<p>RIBEIRO, Cristiane Gonçalves. Vozes da Juventude: Práticas e Aprendizados de Jovens no Processo Socioespacial de Recriação Camponesa no Assentamento Roseli Nunes em Mirassol do Oeste-MT / Cristiane Gonçalves Ribeiro - Cáceres, 2019. 198 f.; 30 cm. (ilustrações) Il. color. (sim)</p> <p>Trabalho de Conclusão de Curso (Dissertação/Mestrado) - Curso de Pós-graduação Stricto Sensu (Mestrado Acadêmico) Geografia, Faculdade de Ciências Humanas, Câmpus de Cáceres, Universidade do Estado de Mato Grosso, 2019. Orientador: Tânia Paula da Silva Coorientador: Laudemir Luiz Zart</p> <p>1. Juventude Camponesa. 2. Territorialização. 3. Formação. 4. Agroecologia. 5. Economia Solidária. I. Cristiane Gonçalves Ribeiro. II. Vozes da Juventude: Práticas e Aprendizados de Jovens no Processo Socioespacial de Recriação Camponesa no Assentamento Roseli Nunes em Mirassol do Oeste-MT: .</p> <p>CDU 330.342.146:332.021.8(817.2)</p>
-------	---



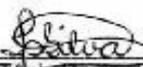
ESTADO DE MATO GROSSO  
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE CÁCERES – JANE VANINI  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

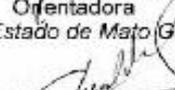


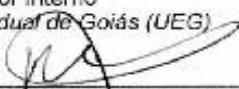
#### ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

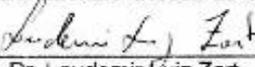
Aos trinta dias do mês de abril do ano de dois mil e dezenove, às duas horas, realizou-se na sala de defesas do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGGEO), da Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat), a Banca de Defesa da Dissertação de Mestrado da aluna **Cristiane Gonçalves Ribeiro**, intitulada: **VOZES DA JUVENTUDE: PRÁTICAS E APRENDIZADOS DOS JOVENS NO PROCESSO SOCIOESPACIAL DE RECRIAÇÃO CAMPONESA NO ASSENTAMENTO ROSELI NUNES EM MIRASSOL D'OESTE - MT**. A Banca Examinadora foi constituída pela Profa. Dra. Tânia Paula da Silva (Orientadora), pelo Prof. Dr. Edevaldo Aparecido Souza (Avaliador Interno), pela Profa. Dra. Rosemeire Aparecida de Almeida (Avaliadora Externa) e pelo Prof. Dr. Laudemir Luiz Zart (Avaliador Interno). Após apresentação da mestranda e arguição dos membros da Banca o trabalho foi considerado Aprovado na fase de defesa, devendo a mestranda proceder às adequações recomendadas pela Banca. Ao final foi lavrada a presente Ata, que segue assinada por mim, Profa. Dra. Tânia Paula da Silva (Orientadora) e pelos demais membros da Banca Examinadora.

Observações da Banca Examinadora:

  
\_\_\_\_\_  
Profa. Dra. Tânia Paula da Silva  
Orientadora  
Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat)

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Edevaldo Aparecido Souza  
Avaliador Interno  
Universidade Estadual de Goiás (UEG)

  
\_\_\_\_\_  
Profa. Dra. Rosemeire Aparecida de Almeida  
Avaliadora Externa  
Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS)

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Laudemir Luiz Zart  
Avaliador Externo  
Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat)



Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGGEO)  
Av. Santos Dumont, s/n, CEP: 78 200-000 Cáceres - MT.  
E-mail: poggco@unemat.br

**UNEMAT**  
Universidade do Estado de Mato Grosso

## DEDICATÓRIA

A Maria Aparecida Maximiano (*in memoriam*), que participou do começo, mas não pôde ver o fim. Tinha mais sabedoria que conhecimento, pois o saber se aprende com os mestres, a sabedoria, só com o corriqueiro da vida (Cora Coralina).

A meus pais Antônio e Dionice.

A Raul, Miguel e Bionda.

Em especial, à Juventude Camponesa do Assentamento Roseli Nunes, que luta por uma vida digna e justa.

## **AGRADECIMENTOS**

À minha orientadora, Profa. Dra. Tânia Paula da Silva, pela amizade, paciência, atenção e disponibilidade para auxiliar e orientar a realização desse trabalho de pesquisa e pela parceria em tantos outros trabalhos que desenvolvemos juntas. Muito obrigada!

Ao Prof. Dr. Laudemir Luiz Zart, pela convivência, conversa, conselhos e pelo imenso aprendizado proporcionado. Obrigada!

Aos membros da banca examinadora, Profa. Dra. Rosemeire Aparecida de Almeida e Prof. Dr. Edevaldo Aparecido de Souza, pelas contribuições nesse momento tão importante da minha vida acadêmica.

À minha família, pessoas que me acompanham nessa vida e que amo. Ao meu pai, Antônio Leite Ribeiro, pela resistência, pelo incentivo que me deu e por ter feito o melhor por mim e meus irmãos. À minha mãe, Dionice Gonçalves Ribeiro, pelo amor e dedicação que tem por nós e por me incentivar a seguir em frente na minha caminhada pelo mundo.

Aos meus irmãos, Cristina, Reginaldo e Ronaldo, pela ajuda e convivência durante toda a vida. Apesar da distância e das diferenças, levo as nossas lembranças e vocês no coração para qualquer lugar que eu vou.

À rocha da família, minha querida avó, Felipa Maria Gonçalves, e a Aline Gonçalves, pequena e grande mulher que, na sua simplicidade, muito me ajudou.

Aos meus sobrinhos, João Victor, Thiago e Rafael, e às minhas sobrinhas, Júlia, Giovana, Valentina e Sofia. Em especial, a Ana Beatriz, que faz parte desse caminhar como juventude do campo. Vocês me ajudam a conviver melhor e a buscar sonhos possíveis.

A Adelson Maximiano, meu amigo e companheiro, pelo carinho, pelo companheirismo e pelo amor, com quem tenho vivido belos momentos nesse período da vida. Eu te amo!

Em especial a Narci Santos Souza. Bonequinha, você “*quebrou a perna de minha cama*”. Mesmo longe, estive tão perto. Obrigada pela amizade, carinho e debates na leitura e pela força nesse trabalho. Eu te admiro muito, sempre presente nas prosas “sem fim”, pelas risadas, pelo aprendizado acadêmico, de vida e pelos momentos legais que vivemos juntas. Muito obrigada!

Aos meus amigos da Escola Estadual “Madre Cristina”, que fazem parte dessa história. Em especial, a Renata Cristiani, com quem comemorei com muito sorvete a classificação nessa etapa acadêmica, sou grata pelo apoio sempre constante nesse caminhar guerreiro que me inspira... Amizades, conversas, músicas, piadas, sorrisos e choros nesse período são tantos. Agradeço ao “condomínio”, a Ana Malvezi, Ronilson, Edimar, Whiten. A Sandra Maria, Janaína, Ana Lucia, Iraci Pereira e a tod@s @s amig@s de quem possa ter esquecido e que fizeram parte dessa trajetória!

Aos amigos que conquistei nesse período de vida no mestrado, Cleia, Cristiane Lima, Vanda, Dany, Danilo e Natan, e aos professores e colegas do PPGEQ, turma 2017, pela parceria, boas conversas, conselhos e momentos agradáveis que juntos vivemos durante o curso. Em especial, a Renata Maria da Silva, que, mesmo longe, estava próxima, compartilhando angústias, prazos, discussões e orações. Amora, muito obrigada pela amizade e por estarmos juntas.

A Jucilene, minha querida “Ju”, presença constante e importante em muitas coisas da minha vida, antes, durante e depois da dissertação, pela amizade bonita e sincera e pelos momentos divertidos e de reflexões acadêmicas e sobre tantas coisas dessa vida.

Aos componentes do Núcleo UNEMAT-UNITRABALHO e à Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários e Sustentáveis (INCUBEES), pelas atividades e projetos para o fortalecimento da educação popular, da economia solidária, da agroecologia e da educação do campo. Um agradecimento a toda a equipe que esteve junto nesse caminhar.

Em especial, a Marcia, mulher guerreira. O seu caminhar como pesquisadora nos contagiou, pois, juntas, assumimos a coordenação pedagógica do

projeto “Juventude”, que possibilitou ainda mais essa escrita, além de muitas idas e vindas, frustrações e alegrias, foram momentos ricos. Meu muito obrigada!

A Eva Emília, conquista que fiz durante esse percurso acadêmico, pessoa doce que aprendi a admirar. Aprendi e aprendo muito com você.

À Juventude Camponesa do Assentamento Roseli Nunes, em nome de Sirlei, com quem pude conviver, uma pessoa admirável, doce e persistente. Sua força nos contagia, flor com quem dialoguei e troquei saberes ao longo da pesquisa, antes, durante e depois. A “*madrinha*” só tem gratidão e orgulho de ti. Muito obrigada mesmo!

Ao povo brasileiro, que torna possível o ensino público e que proporciona a instituições como a CAPES e o CNPq o financiamento de bolsas de estudos, como ocorreu no caso da minha formação.

Agradeço imensamente a todos e a todas que, de alguma forma, contribuíram para que essa pesquisa fosse desenvolvida, meu muito obrigada!

Não há transição que não implique um ponto de partida, um processo e um ponto de chegada. Todo amanhã se cria num ontem, através de um hoje. De modo que o nosso futuro baseia-se no passado e se corporifica no presente. Temos de saber o que fomos e o que somos, para saber o que seremos.

*(FREIRE, 1981, p.33).*

## **SOBRE A AUTORA (BIOGRAFIA)**

Cristiane Gonçalves Ribeiro, filha de Antônio Leite Ribeiro e Dionice Gonçalves Ribeiro, assentados no assentamento Roseli Nunes Mirassol do Oeste MT, nasceu em 17 de abril de 1983, na cidade de Cáceres-MT. Mãe de Raul, Miguel e Bionda, e tendo como companheiro Adelson Maximiano.

Graduada em licenciatura plena em Geografia pela Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT). Pós-Graduação *latu sensu* em Políticas Públicas e Controle do Estado, desenvolvida pela Unitrabalho Unemat/Cáceres. No período de 2012-2014. Bolsista Unitrabalho Unemat onde me proporcionou enorme aprendizagem intelectual, pois tive acesso a mais leituras e as primeiras experiências teóricas e práticas com a Economia Solidária da agroecologia e também crescimento pessoal, uma vez que, o produto de nosso trabalho eram as pessoas.

Atuei como educadora na escola Madre Cristina no assentamento Roseli Nunes. Trilho a minha carreira como educadora sempre na proposta de Freire de que ninguém se educa sozinho, os homens se educam entre si, dentro dessa perspectiva fui para a escola na qual estou, faço parte das lutas e milito até hoje. Dessa forma, posso dizer que é de extrema relevância o trabalho na escola, pois na minha trajetória de militante pude estar próxima de tudo que almejo, percebo na escola um lugar místico de mudanças e transformação social.

E nesses poucos anos de sala de aula percebo que “tão importante quanto os ensinamentos dos conteúdos é a minha coerência entre o que eu digo, o que escrevo e o que faço” (FREIRE, 1998). E no exercício do magistério trabalhei com as disciplinas de Geografia, Agroecologia, Economia Solidária, Sociologia e Filosofia no ensino fundamental e médio.

Como militante compreendo os ensinamentos de Paulo Freire como um dos instrumentos de libertação da classe dos excluídos, dos trabalhadores em geral que são descartados no atual modelo de sociedade, em que vale mais o “Ter” do que o “Ser”. Hoje faço parte desse movimento que busca uma sociedade mais justa e igualitária para todos.

Como bolsista também atuei na posição de coordenadora pedagógica do projeto de extensão com vínculo comunidade e escola no projeto: Desenvolvimento e Fortalecimento Científico-Tecnológico da Juventude Camponesa do Ensino Médio da Escola Estadual Madre Cristina no Assentamento Roseli Nunes – Mirassol D'Oeste-MT, de 2015 a 2017, no qual buscou suprir através de cursos aos jovens a sua permanência com qualidade de vida e renda no campo.

Em março de 2017 com a minha aprovação na terceira turma de mestrado do Programa de Pós-graduação em Geografia, início meus estudos na área de concentração de Dinâmica Espacial, no qual apresento resultados finais da minha pesquisa para apreciação e avaliação na banca de defesa da dissertação.

## LISTA DE ABREVIATURAS

- ARPA** - Associação Regional dos Produtores e Produtoras Agroecológicos
- CESSOL** - Centro de Comercialização Solidária e Sustentável
- CMS** - Coordenação dos Movimentos Sociais
- CNPPJ** - Conferência Nacional de Juventude
- CNPQ** - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
- CONAB** - Campanha Nacional de Alimento
- CONDRAF** - Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável
- CONJUVE** - Conselho Nacional de Juventude
- CONTAG** - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
- COOPERAR** - Cooperativa de Trabalho em Assessoria a Empresas Sociais em Assentamentos de Reforma Agrária
- CPDA** - Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
- CPJR** - Comitê Permanente de Juventude Rural
- CPT** - Comissão Pastoral da Terra
- CTA** - Centro de Tecnologia Alternativa
- DATALUTA-MT** - Banco de Dados da Luta Pela Terra - Mato Grosso
- EJA**- Educação de Jovens e Adulto
- EMIEP** - Ensino Médio Integrante e Profissionalizante
- FASE-MT** - Federação de Órgãos para Assistência Educacional e Social/ Mato Grosso
- FEISOL** - Feira de Economia Solidária e Agroecologia
- FETRAF** - Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar
- GTJR** - Grupo de Trabalho em Juventude Rural
- IBGE** - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IFMT** - Instituto Federal de Mato Grosso

**INCRA** - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

**LPJ** - Levante Popular da Juventude

**MDA** - Ministério do Desenvolvimento Agrário

**MEC** - Ministério da Educação e da Cultura

**MST** - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

**MT** - Mato Grosso

**NEAD** - Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural

**NERA** - Núcleo de Estudos, Pesquisa e Projetos de Reforma Agrária

**ONG** - Organizações Não Governamentais

**ONU** - Organização das Nações Unidas

**PAA** - Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar

**PJR** - Pastoral da Juventude Rural

**PNAE** - Programa Nacional de Alimentação Escolar

**PNJ** - Política Nacional da Juventude

**PNRA** - Plano Nacional de Reforma Agrária

**PROJOVEM** - Programa Nacional de Inclusão de Jovens

**PRONAF** - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

**PRONATER** - Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

**PRONERA** - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

**SETAS** - Secretária de Trabalho e Assistência Social

**SEDUC** - Secretaria de Educação do Mato Grosso

**SINAJUVE** - Sistema Nacional de Juventude

**SNJ** - Secretaria Nacional de Juventude

**SRA** - Secretaria de Reordenamento Agrário

**UFRRJ** - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

**UNITRABALHO** - Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho.

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1 - Ações e políticas públicas para a juventude do campo 2018. ....</b>	<b>69</b>
<b>Quadro 2 - Organização dos cursos para a Juventude Camponesa .....</b>	<b>120</b>
<b>Quadro 3 - Perfil dos Sujeitos da Pesquisa.....</b>	<b>126</b>
<b>Quadro 4 - Produção agrícola nos lotes da juventude.....</b>	<b>147</b>
<b>Quadro 5 - Elementos fundamentais quanto à participação da mulher .....</b>	<b>164</b>
<b>Quadro 6 - Transformações na vida dos jovens .....</b>	<b>171</b>
<b>Quadro 7 - Espaços sociais frequentados pela juventude do Roseli Nunes... </b>	<b>173</b>

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1 - Fluxograma de políticas públicas para o segmento da juventude camponesa .....</b>	<b>71</b>
<b>Figura 2 - Mapa do estado de Mato Grosso: divisão política e administrativa ..</b>	<b>73</b>
<b>Figura 3 - Fluxograma de encaminhamentos das políticas públicas .....</b>	<b>75</b>
<b>Figura 4 - I Encontro Nacional da Juventude Sem Terra.....</b>	<b>78</b>
<b>Figura 5 - Participação e ações da juventude no Assentamento. ....</b>	<b>79</b>
<b>Figura 6 - Número de assentamentos no estado de Mato Grosso (1979-2013) .</b>	<b>87</b>
<b>Figura 7 - Número de famílias assentadas no estado de Mato Grosso (1979-2013) .....</b>	<b>88</b>
<b>Figura 8 - Localização do município de Mirassol D'Oeste/MT .....</b>	<b>90</b>
<b>Figura 9 - Localização do Assentamento Roseli Nunes-MT .....</b>	<b>93</b>
<b>Figura 10 - Madre Cristina com a bandeira do MST.....</b>	<b>97</b>
<b>Figura 11 - Escola Estadual do Campo Madre Cristina .....</b>	<b>107</b>
<b>Figura 12 - Seminário da imersão contra a mineração no Assentamento Roseli Nunes.....</b>	<b>113</b>
<b>Figura 13 - Representações do Assentamento Roseli Nunes.....</b>	<b>133</b>
<b>Figura 14 - Oficina de caldas agroecológicas para plantações. ....</b>	<b>142</b>
<b>Figura 15 - Espaços de plantação agroecológica e produção de roças e quintais. ....</b>	<b>148</b>
<b>Figura 16 - Participação dos Jovens na FEISOL da UNEMAT. ....</b>	<b>150</b>
<b>Figura 17 - FEISOL/Assentamento Roseli Nunes. ....</b>	<b>152</b>
<b>Figura 18 - Seminário da CESSOL e fotos da FEISOLFoto: Núcleo UNEMAT/Unitrabalho.....</b>	<b>156</b>
<b>Figura 19 - Inserção de grupos no Assentamento Roseli Nunes. ....</b>	<b>160</b>
<b>Figura 20 - Grupo “Mulheres Camponesas”. ....</b>	<b>165</b>

<b>Figura 21 - Participação da Juventude na feira central na cidade de Cáceres.</b> .....	167
<b>Figura 22 - Grupo de jovens na ARPA e a coleta do mel.</b> .....	168
<b>Figura 23 - Grupo de mulheres “Abelhas Rainha”.</b> .....	169
<b>Figura 24 - Espaços sociais utilizados pelos jovens.</b> .....	175

## RESUMO

A pesquisa teve como objetivo principal analisar o papel e a importância da juventude na construção do processo de recriação camponesa no Assentamento Roseli Nunes, localizado no município de Mirassol D'Oeste/MT, tendo como hipótese a extrema importância da juventude para a reprodução e o fortalecimento da agricultura camponesa. Contudo, são vários os elementos que influenciam nos projetos de vida e dificultam a permanência da juventude no campo, entre eles, pode-se citar a questão da educação, do trabalho, da renda, da cultura e do lazer, situação que coloca em risco o futuro dos assentamentos rurais e da agricultura camponesa, pois a juventude é extremamente importante para o processo de transformação social do campo. O estudo foi realizado com jovens camponeses, na faixa etária de 19 a 29 anos, que residem no Assentamento Roseli Nunes, em específico, os jovens que atuaram no projeto "Desenvolvimento e Fortalecimento Científico-Tecnológico da Juventude Camponesa do Ensino Médio e Pós-Médio da Escola Estadual Madre Cristina, localizada no assentamento Roseli Nunes em Mirassol D'Oeste/MT, desenvolvido pelo Núcleo UNEMAT/UNITRABALHO no período 2015-2017. No que tange ao suporte teórico-metodológico desta pesquisa, definiu-se por utilizar o materialismo histórico e dialético, fazendo uso da pesquisa e da ação para a produção das informações coletadas e da abordagem de técnicas quali-quantitativas para a análise investigativa, com uso de ferramentas como a observação participante, rodas de conversa, entrevista semiestruturada e caderno de campo. Para compreensão da realidade vivida pela juventude pesquisada, foi necessário estudar aspectos sobre o cotidiano de vida e trabalho dos jovens do campo, bem como abordagens em estudos realizados sobre problemas e conflitos enfrentados na agricultura camponesa e que influenciam nos projetos de vida e futuro da juventude do Assentamento Roseli Nunes. Observa-se que esses jovens projetam seus sonhos de futuro melhor a partir da conquista da sua renda e em atividades dentro do Assentamento. Tal esperança nas próprias potencialidades do lugar aparece nos relatos da juventude como decorrência das suas condições de vida e trabalho, ainda que um pouco frágil de infraestrutura produtiva, mas que alimentam a construção de um projeto de desenvolvimento individual e da comunidade.

**Palavras-chave:** Juventude Camponesa; Territorialização; Formação; Agroecologia; Economia Solidária.

## ABSTRACT

The research had, as main objective, the analysis of the role and the importance of the youth in the construction of process of peasant recreation at the Roseli Nunes Settlement, located in Mirassol D'Oeste/MT, having, as its hypothesis, the extreme importance of the youth for the reproduction and strengthening of the peasant agriculture. However, there are several elements that influence the life projects and make it more difficult for the youth to stay in the rural area, among them, it is possible to mention the education, work, income, culture, and recreation issues, situation that puts in risk the future of the rural settlements and the peasant agriculture, since the youth is extremely important for the process of social transformation of the rural area. The study has been made with peasant youngsters, from 19 to 29 years old, who live in Roseli Nunes Settlement, specifically, the ones who performed in the project "Scientific-Technological Development and Strengthening of the Peasant Youth of the High and Post-High School from 'Madre Cristina' State School", located in Roseli Nunes Settlement, in Mirassol D'Oeste/MT, developed by the Nucleus UNEMAT/UNITRABALHO in the period 2015-2017. When it comes to theoretical-methodological support of this research, it has been defined by using historical and dialectical materialism, using research and action for production the collected information, and the approach of quali-quantitative techniques for investigative analysis, with the use of tools such as participating observation, conversation moments, semi structured interview, and field handbook. For the comprehension of the reality lived by the researched youth, it has been necessary to study aspects about the life and work routine of the rural youth, as well as approaches in studies conducted about socio spatial problems and agriculture and that influence the life and future projects of the youth from the Roseli Nunes Settlement. It is observed that these youngsters project their dreams for a better future from the achievement of their income and activities inside the Settlement. Such hope in the place's own potentialities shows up in the reports of the youngsters as a result of their conditions of life and work, yet a little fragile in productive infrastructure, but that feed the construction of a project for individual and community development.

**Key words:** Peasant Youth; Territorializing; Formation; Agroecology; Solidary Economy.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>18</b>
<b>Procedimentos Metodológicos.....</b>	<b>21</b>
<b>CAPÍTULO I - LEITURA GEOGRÁFICA SOBRE TERRITÓRIO, LUGAR, ASSENTAMENTO E JUVENTUDE CAMPONESA. ....</b>	<b>29</b>
<b>1.1 - O território enquanto espaço de resistência camponesa.....</b>	<b>29</b>
<b>1.2 - Assentamentos Rurais: lugar de resistência, fortalecimento da produção e modos de vida camponesa .....</b>	<b>39</b>
<b>1.3 - Juventudes .....</b>	<b>45</b>
<b>1.3.1 - Juventude Camponesa .....</b>	<b>50</b>
<b>CAPÍTULO II – POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE CAMPONESA.....</b>	<b>56</b>
<b>2.1 - Políticas Públicas: marco conceitual e características .....</b>	<b>56</b>
<b>2.2 - Políticas Públicas para a Juventude .....</b>	<b>62</b>
<b>2.2.1 - Políticas Públicas para a Juventude Camponesa .....</b>	<b>64</b>
<b>2.3 - A Juventude Camponesa em Mato Grosso: reflexões a partir das políticas públicas.....</b>	<b>72</b>
<b>CAPÍTULO III – CONTEXTUALIZAÇÃO DO TERRITÓRIO DA JUVENTUDE CAMPONESA.....</b>	<b>80</b>
<b>3.1 - Os Assentamentos Rurais do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra em Mato Grosso .....</b>	<b>80</b>
<b>3.2 - Assentamento Roseli Nunes: reflexões sobre o território camponês .....</b>	<b>90</b>
<b>3.3 - Reflexões da Juventude Camponesa acerca da Escola Madre Cristina .....</b>	<b>95</b>
<b>3.4 - Conflitos vivenciados pela juventude no território do Assentamento Roseli Nunes.....</b>	<b>108</b>

<b>CAPÍTULO IV – A PRODUÇÃO SOCIAL DO CONHECIMENTO: METODOLOGIAS E PRÁTICAS DE APRENDIZADOS DA JUVENTUDE NO ASSENTAMENTO ROSELI NUNES EM MIRASSOL D’OESTE/MT.....</b>	<b>115</b>
<b>4.1 - A produção social do conhecimento: o projeto, metodologias e práxis pedagógica da Juventude Camponesa.....</b>	<b>115</b>
<b>4.2 - Perfil socioeconômico e cultural dos jovens participantes do projeto .....</b>	<b>122</b>
<b>4.3 As contribuições do projeto na formação da “Juventude Camponesa”:     concepções e práticas sociais de solidariedade e cooperação .....</b>	<b>134</b>
<b>4.4 - Práticas ambientais e agroecológicas .....</b>	<b>139</b>
<b>4.5 Produção e estratégias de comercialização: a juventude em cena .</b>	<b>143</b>
<b>CAPÍTULO V – APRENDIZADOS, DILEMAS E DESAFIOS DA “JUVENTUDE CAMPONESA” .....</b>	<b>157</b>
<b>5.1 - Caracterização das unidades produtivas de recriação a partir do     projeto “Juventude Camponesa” .....</b>	<b>157</b>
<b>5.2 - Grupo “Mulheres Camponesas” .....</b>	<b>160</b>
<b>5.3 - Grupo “Juventude Camponesa II: Tempo é Mel” .....</b>	<b>166</b>
<b>5.4 - Grupo “Abelhas Rainha” .....</b>	<b>168</b>
<b>5.5 - Percepções da juventude sobre os dilemas e desafios vivenciados     no processo de recriação camponesa no Assentamento Roseli Nunes</b>	<b>170</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>185</b>
<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>190</b>

## INTRODUÇÃO

Esta pesquisa não se inicia no momento em que conquistei a matrícula no Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade do Estado de Mato Grosso. Sua origem se localiza em avaliações, discussões e muitos momentos de diálogos com educadores e educadoras, militantes, professores/as universitários, trabalhadores e trabalhadoras do Assentamento Roseli Nunes e em outros espaços de construção coletiva organizados pelos vários movimentos sociais de Cáceres e região, diálogos, em especial, com os estudantes do curso diversificado que aconteceu na Escola Estadual Madre Cristina nos anos de 2011 a 2014 e os participantes do projeto intitulado “Desenvolvimento e Fortalecimento Científico-tecnológico da Juventude Camponesa do Ensino Médio da Escola Estadual Madre Cristina no Assentamento Roseli Nunes em Mirassol d’Oeste/MT”, denominado de Juventude Camponesa, desenvolvido no período de 2015 a 2017.

Assim sendo, a pesquisa intitulada “Vozes da Juventude: práticas e aprendizados de jovens no processo socioespacial de recriação camponesa no Assentamento Roseli Nunes em Mirassol D’Oeste-MT” tem origem nas várias inquietações que vivi na minha trajetória de vida acerca da manutenção e permanência da juventude no território dos assentamentos rurais. As inquietações têm a ver com o alto índice de jovens que abandonam o campo após ou até mesmo antes de terminar o Ensino Médio e que tal fenômeno também ocorre no Assentamento Roseli Nunes. Por isso, questionávamos o que poderia ser feito para que esses jovens permanecessem, quais eram as alternativas de renda e trabalho, entre outras, que poderiam ser efetivadas nos territórios dos assentamentos que contribuíssem para a permanência dos jovens no território conquistado por seus pais.

Nesse contexto, entende-se que a diversidade de condições de vida e trabalho dos jovens que vivem no campo se configura em diferentes inserções produtivas e de acesso a serviços públicos e padrões de sociabilidade. Muitos jovens compartilham o desafio de vivenciar a agricultura camponesa atualmente no Brasil e, a partir dela, tentar viabilizar sua autonomia social e econômica. Contudo, diante da falta de novas oportunidades de trabalho e renda que marcam esse grupo social ao longo da história, muitos desses jovens migram para as cidades em busca de melhores condições de vida, trabalho e estudo.

Mesmo frente a essa realidade, atualmente, a juventude é considerada importante no desenho das políticas públicas no Brasil devido à difusão do paradigma do jovem como sujeito de direitos (BARCELOS, 2014). Além disso, tem-se também, na atualidade, a leitura da importância desses sujeitos no processo de desenvolvimento sustentável do campo brasileiro e, no caso em análise, mato-grossense, e, conseqüentemente, no processo de recriação camponesa.

Partindo dessa compreensão, na pesquisa ora apresentada, busca-se problematizar e compreender a realidade da juventude camponesa, de modo especial, dos jovens que participaram das ações de extensão-pesquisa do Núcleo Unemat-Unitrabalho, da Universidade do Estado de Mato Grosso, no Projeto intitulado “Desenvolvimento e Fortalecimento Científico-tecnológico da Juventude Camponesa do Ensino Médio da Escola Estadual ‘Madre Cristina’ no Assentamento ‘Roseli Nunes’ em Mirassol D’Oeste/MT”, aprovado no edital da CHAMADA MCTI/MDA-INCRA/CNPq N° 19/2014 - FORTALECIMENTO DA JUVENTUDE RURAL, por meio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico – CNPq – em parceria com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA – e com a Secretaria Nacional da Juventude – SNJ-PR. Essa chamada pública foi proposta a partir do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA. O projeto ocorreu e proporcionou troca de saberes entre juventude-comunidade-universidade.

Ressalta-se que a escolha do objeto da pesquisa, compreensão da realidade da juventude camponesa, está diretamente ligada à minha inserção, enquanto pesquisadora, técnica e bolsista de extensão nível B do CNPq da Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários e Sustentáveis – INCUBEES, no projeto “Juventude Camponesa”, no período de 2015 a 2017.

Nesse contexto, para essa investigação, elegeram-se as seguintes questões norteadoras da pesquisa: Quem são os jovens participantes do Projeto “Juventude Camponesa”? Como vivem e se organizam no território do Assentamento Roseli Nunes? Quais seus sonhos e aspirações em relação à vida e ao trabalho no campo? Quais os principais conflitos vivenciados pela Juventude para a manutenção e permanência no território do assentamento? Qual a visão e a contribuição desses sujeitos quanto as possíveis transformações socioespaciais vivenciadas cotidianamente no território do Assentamento? As políticas públicas direcionadas a

esse segmento social, aliadas às outras políticas de apoio à agricultura camponesa, têm possibilitado a manutenção, permanência e fortalecimento desses sujeitos no campo?

A partir dessas questões, definiu-se, como objetivo geral da pesquisa, analisar e compreender o papel e a importância da juventude na construção do processo socioespacial de recriação camponesa no Assentamento Roseli Nunes em Mirassol D'Oeste/MT.

Desse objetivo geral, desdobraram-se quatro objetivos específicos:

- a) Conhecer e analisar a construção socioespacial, social, econômica, cultural e política dos camponeses do assentamento Roseli Nunes em Mirassol D'Oeste/MT;
- b) Caracterizar e analisar a cultura organizacional de vida e trabalho da Juventude no território do Assentamento Roseli Nunes;
- c) Compreender os sonhos, aspirações, dilemas e desafios da juventude camponesa para a manutenção e permanência no Assentamento Roseli Nunes;
- d) Pesquisar as concepções e práticas sociais, econômicas, políticas, culturais e ambientais desenvolvidas pelos jovens no processo de recriação camponesa.

Buscou-se responder analisar o problema com base na hipótese de que a permanência da juventude no campo é de extrema importância para a reprodução e fortalecimento da agricultura camponesa. Entende-se que vários são os elementos que influenciam nos projetos de vida e dificultam a permanência da juventude no campo, entre eles, pode-se citar a questão da educação, do trabalho, da renda, da cultura e do lazer, situação que coloca em risco o futuro dos assentamentos de reforma agrária e da agricultura camponesa, pois a juventude é extremamente importante para o processo de desenvolvimento e transformação social do campo.

Assim, a investigação desenvolvida busca colaborar na construção de uma perspectiva teórico-metodológica que proporcione a compreensão do processo de organização, luta, fortalecimento e construção de autonomia pela juventude

camponesa no âmbito do assentamento rural, que se dá por meio do desenvolvimento da economia solidária com base na agroecologia.

### **Procedimentos Metodológicos**

Os sujeitos dessa pesquisa são as/os jovens do Assentamento Roseli Nunes, localizado em Mirassol D'Oeste/MT, que participaram como bolsistas do projeto de pesquisa e extensão intitulado: “Desenvolvimento e Fortalecimento Científico-Tecnológico da Juventude Camponesa do Ensino Médio da Escola Estadual ‘Madre Cristina’ no Assentamento ‘Roseli Nunes’ – Mirassol D'Oeste/MT”, finalizado em maio de 2017.

Roseli Nunes é um assentamento “modelo” do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra em Mato Grosso, conquistado no final dos anos de 1990 por inúmeras famílias oriundas dos mais diversos lugares do estado e do país, no assentamento tem-se 331 lotes com famílias e agregados. “Modelo”, porque constata-se nele a existência de outra matriz econômica e modelo de produção, que vai na contramão da produção capitalista, ou seja, os assentados do Roseli Nunes vêm construindo práticas agroecológicas num outro padrão de desenvolvimento, com base na sustentabilidade ambiental, social e econômica, por meio da economia solidária. Além disso, constata-se, nesse território, um forte engajamento político por parte da maioria dos assentados e, em específico, as mulheres e a juventude em prol de seus direitos, como, por exemplo, a participação em manifestações, assembleias e associações, que instrumentalizaram os assentados com maior capacidade de organização na luta pelos direitos fundamentais, que garantem a sobrevivência e a cidadania individual e coletiva.

Nesse contexto, optou-se por desenvolver a pesquisa tendo por base a metodologia da pesquisa-ação, com abordagem de técnicas quali-quantitativas para a análise investigativa, com uso de ferramentas como a observação participante, entrevista semiestruturada e caderno de campo, pois buscou-se compreender questões muito particulares de um grupo específico, ou seja, alguns dos/ das jovens que foram bolsistas do projeto de pesquisa e extensão do projeto Juventude Camponesa.

Nesse sentido, considera-se a pesquisa como uma pesquisa-ação, pois, além de um caráter técnico-científico, possui também um caráter político, representando um compromisso por parte daqueles que assumem esse caminho investigativo com as classes populares, na luta pela libertação e transformação da realidade: “[...] pela pesquisa ação é possível estudar dinamicamente os problemas, decisões, ações, negociações, conflitos e tomadas de consciência que ocorrem entre os agentes durante o processo de transformação de situação” (THIOLLENT, 1998, p. 17).

Segundo Zart (2012), a visão de ação estratégica inerente à pesquisa-ação é desafiadora para os sujeitos implicados na produção da ciência, de modo que ela se torna uma resposta para a resolução de problemas concretos vivenciados pelos grupos sociais, das possibilidades de geração e de ampliação dos conhecimentos científicos. Porém o autor diz ser necessário deixar evidenciado que a dinâmica que envolve os problemas sociais e a busca de resolução é constituída de um movimento histórico-dialético, pelo qual se afirmam e se negam situações contínuas e contraditórias, portanto, sem um fim exato e pré-determinado, a pesquisa-ação é uma nova forma de criação do saber. Essa afirmação se encaixa na dimensão cognitiva das práxis, isto é, da relação interdependente da teoria e da prática, da pesquisa e da ação.

Karl Marx marcou o contexto histórico, destacando a tendência metodológica desenvolvida, o Materialismo Histórico-Dialético, que objetiva à emancipação do sujeito, dotado pela construção de um pensamento transformador, que busca romper com paradigmas sociais estabelecidos historicamente. O método dialético, segundo Gil (2008), busca interpretar a realidade partindo do pressuposto de que todos os fenômenos apresentam características contraditórias organicamente unidas e indissolúveis: “[...] o fim de um processo é sempre o começo de outro” (LAKATOS; MARCONI, 2007, p. 101).

Já a pesquisa qualitativa, segundo Minayo:

[...] trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais aprofundado das relações, dos processos, dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 2004, p. 21).

O desenvolvimento da dissertação contou com três recursos metodológicos principais. O primeiro foi a pesquisa bibliográfica, por meio da qual foi realizado todo um levantamento, seleção e análise de obras publicadas acerca do tema da pesquisa, pois:

[...] qualquer espécie de pesquisa, em qualquer área, supõe e exige uma pesquisa bibliográfica prévia, quer para o levantamento da situação em questão, quer para fundamentação teórica ou ainda para justificar os limites e contribuições da própria pesquisa (CERVO; BERVIAN, 1996, p.48).

Assim, buscou-se, como referência para se pensar a juventude camponesa, o território dos assentamentos e a agricultura camponesa, autores cuja produção se fundamenta nas teorias da luta de classes, tais como: Santos (1998, 2007), Corrêa (1996), Raffestin (1993), Haesbaert (2004, 2006), Oliveira (2003, 2004, 2006), Almeida (2003), Paulino (2004), Moraes, (2002), Castro (2002, 2010, 2012), Silva (2014), Costa (2017), Fernandes (2012) Weisheimer (2005), Kummer (2013), Saquet (2007), entre outros.

Posteriormente, procedeu-se à pesquisa documental, que Lakatos define como sendo:

Aquelas de primeira mão, provenientes dos próprios órgãos que realizaram as observações. Englobam todos os materiais, ainda não elaborados, escritos ou não, que podem servir como fonte de informação para a pesquisa científica. Podem ser encontrados em arquivos públicos ou particulares, assim como em fontes estatísticas compiladas por órgãos oficiais ou particulares (LAKATOS, 2007, p. 85).

Na pesquisa documental, recorreu-se a órgãos como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA/MT), Banco de Dados da Luta Pela Terra - Mato Grosso (DATALUTA-MT), Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD), Núcleo de Estudos, Pesquisa e Projetos de Reforma Agrária (NERA), Secretaria Nacional da Juventude (SNJ) e Núcleo Unemat-Unitrabalho, os quais serviram como base para obter um panorama geral e atual sobre a juventude, a agricultura camponesa, as políticas públicas para esse segmento social e as peculiaridades ligadas à vida no campo mato-grossense.

Ainda, nessa etapa da pesquisa, foi realizada análise de questionário com caracterização social e econômica dos jovens que encerraram o projeto “Juventude

Camponesa”. Os dados do questionário analisado foram coletados no ano de 2017, durante o desenvolvimento do projeto. As questões analisadas foram pensadas e elaboradas buscando-se compreender o cotidiano dos jovens bolsistas do Núcleo Unemat-Unitrabalho que participaram do projeto. Elas versavam sobre informações pessoais da juventude, os aspectos ligados à família, formação, trabalho e renda, a relação estabelecida entre a juventude e a equipe do Núcleo Unemat-Unitrabalho, porém, para a análise aqui realizada, utilizaram-se os dados pessoais e os aspectos ligados a família, produção, formação e comercialização.

De acordo com Gil (2008, p. 121), o questionário é uma técnica de investigação composta por questões “que são submetidas às pessoas com o propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, temores, comportamento presente ou passado, e etc.”.

Na terceira etapa, o apoio foi na pesquisa de campo, que se constituiu pelas visitas *in loco* no território do assentamento rural Roseli Nunes em Mirassol D'Oeste/MT, principalmente nos sítios das famílias dos jovens participantes da pesquisa, para entrevista semiestruturada, registros fotográficos e observação participante. Ressalta-se que essa etapa ocorreu também em diversos momentos e espaços, formais e não formais, do Assentamento Roseli Nunes, ocupados pela juventude durante os momentos de formação-interação, como nos grupos familiares, nas reuniões da comunidade, associações e/ou escola, seminários, conversas informais, acompanhamentos na Feira de Economia Solidária e Agroecológica (FEISOL), festas religiosas e sociais, oficinas de formação-interação ofertadas pelo Núcleo Unemat-Unitrabalho, pela Federação de Órgãos para Assistência Educacional e Social de Mato Grosso (FASE) e pelo Centro de Tecnologia Alternativa (CTA), enfim, espaços de encontros em que os jovens estavam presentes e complementaram as informações obtidas na análise da entrevista.

As entrevistas, num total de seis, foram realizadas no espaço da casa-quintal de cada jovem entrevistado, previamente marcadas e em dias diferentes e alternados. Esses jovens foram selecionados em função de suas atuações e por serem lideranças juvenis nos espaços do assentamento, os quais têm possibilitado a construção de novos rumos dentro e fora do assentamento Roseli Nunes, o que

contribui diretamente para o fortalecimento desses sujeitos e do processo de recriação camponesa no território conquistado. Realizaram-se também rodas de conversa com os jovens que participaram do Projeto, buscando compreender a sua perspectiva em relação à formação obtida, tanto em âmbito formal quanto não formal, à articulação dos conhecimentos com a realidade de demandas dos jovens, à potencialidade dessa formação para a organização da produção/trabalho coletivo, bem como os desafios encontrados no tocante a essa prática.

Por meio da análise das entrevistas, do diálogo com a juventude (rodas de conversa) e das observações participantes, buscou-se captar as percepções, opiniões, visões e expectativas em relação às condições de vida e trabalho no campo, às políticas públicas voltadas a esse segmento social, às expectativas de mudanças e atuação desses sujeitos no território do assentamento no sentido de focar as relações sociais, políticas, econômicas e culturais desenvolvidas por esses sujeitos no território do Assentamento Roseli Nunes.

Destaca-se que o diálogo mantido por sucessivas hipóteses faz a interlocução com a pesquisa empírica e, desse processo, surge o conhecimento, cujo discurso de demonstração é a lógica histórica. Nesse sentido, Thompson (1981, p. 61) afirma que: “A teoria não se esgota na própria teoria, nem as evidências encontram-se submetidas a regras históricas”. O diálogo existente entre teoria e evidência exige que os conceitos e regras históricas sejam dotados de extrema elasticidade.

Portanto, para Thompson (1981), as categorias teóricas, embora imprescindíveis no processo de construção do conhecimento científico, devem estar em permanente diálogo com a realidade. Só assim são capazes de ajudar a compreender as mudanças em curso em determinada realidade histórico-social. Isso significa, na perspectiva desse autor, entender a realidade social em seu movimento e complexidade, nos quais, sob condições determinadas, homens e mulheres constituem-se como sujeitos.

É preciso perceber a Juventude Camponesa em seu movimento, o que pressupõe o exercício, como pesquisador, de colocar-se em constante diálogo com o objeto a ser investigado. A partir de Thompson, busca-se analisar a juventude na sua

relação com o todo social, mas também nas suas particularidades, redefinindo e reafirmando os pressupostos teóricos principais elaborados por Marx. Nesse sentido, a inserção da pesquisadora na comunidade e o envolvimento dos sujeitos na realização da pesquisa proporcionam caminhos fundamentais para articular meios e estratégias de organização e transformação da realidade (ANDALOUSSI, 2004).

Dessa forma, a dissertação foi organizada em cinco capítulos, com uma introdução e as considerações finais.

No primeiro capítulo, intitulado “Leitura geográfica sobre território, lugar, assentamento/agricultura camponesa e juventude camponesa”, através da pesquisa bibliográfica, busca-se apresentar os aspectos teórico-metodológicos que envolvem o desenvolvimento da pesquisa dissertativa sobre a “Juventude Camponesa” em Mato Grosso. Desse modo, faz-se importante uma leitura geográfica, tendo por base autores consagrados que discutem, de forma crítica e concisa, sobre território, lugar, assentamento/agricultura camponesa e juventude camponesa, na percepção espaço do campo

No segundo capítulo, intitulado “Políticas públicas para a ‘Juventude Camponesa’”, trazem-se, para reflexão, os dilemas e as perspectivas dessa juventude, de modo especial, da juventude camponesa ligada ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Assim, apresenta-se, inicialmente, o contexto das políticas públicas que contemplam a “Juventude Camponesa” e, a partir dela, tecem-se reflexões sobre as políticas públicas para a juventude no estado de Mato Grosso.

No terceiro capítulo, intitulado “Contextualizando o território da ‘Juventude Camponesa’”, faz-se uma discussão sobre assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, um breve histórico sobre o MST em Mato Grosso e a luta pela terra e pela reforma agrária, de modo a evidenciar que esse movimento, por meio da luta que empreende, procura firmar um projeto social e educativo, como está organizado o território camponês mato-grossense, com ênfase no Assentamento Roseli Nunes e a “Juventude Camponesa” que vive e se constrói nesse território.

No quarto capítulo, intitulado “Produção social do conhecimento: metodologias e práticas de aprendizados da juventude no assentamento ‘Roseli

Nunes””, busca-se dar um maior enfoque à juventude pesquisada, explicitando a metodologia da sociologia do conhecimento elaborada desde o início do projeto, os contextos que foram surgindo no decorrer do seu desenvolvimento até a finalização do mesmo, demonstrando e fortalecendo as práticas agroecológicas e, posteriormente, as estratégias para a comercialização elaboradas e desenvolvidas pela “Juventude Camponesa”.

No quinto capítulo, intitulado “Aprendizados, dilemas e desafios da ‘Juventude Camponesa’ em Mato Grosso”, busca-se apresentar as percepções dos sujeitos investigados sobre as diferentes formas de inserção do trabalho, da vida cotidiana e dos novos contextos que surgem no assentamento, tendo a juventude como protagonista.

Nessa perspectiva, a pesquisa poderá contribuir com a indicação de elementos importantes para pensar a recriação socioespacial do campo mato-grossense e das relações estabelecidas nesse lugar com trabalho, educação, economia, cultura, políticas públicas, entre outras questões, que são essenciais para o desenvolvimento integral dos jovens camponeses e de suas famílias no território do Assentamento Roseli Nunes, bem como da busca por um bem viver.

Portanto, estudar essa realidade social na tentativa de compreendê-la e interpretá-la, a partir da participação dos sujeitos que a vivenciam e a constroem, representa um chamamento para que possamos pensar a sua realidade e problematizá-la tendo um olhar crítico acerca das contradições sociais implicadas nesse processo. É preciso oportunizar aos sujeitos, nesse caso, a Juventude Camponesa, participação concreta e visibilidade nas suas lutas e ações diárias em prol de sua manutenção e permanência na terra, na perspectiva do bem viver no território conquistado, o Assentamento Roseli Nunes.

Enfim, a partir desse trabalho, busca-se contribuir com os estudos já realizados sobre a temática “Juventude Camponesa” e como esses sujeitos vêm se recriando em seus lugares de vivência, com e sem políticas públicas direcionadas a essa categoria. Portanto, espera-se que a pesquisa possa contribuir com os estudos sobre a “Juventude Camponesa”, e, quem sabe, abrir caminhos para novas pesquisas

que visem ao desenvolvimento desses sujeitos que, segundo Castro (2005), é formadora de identidades sociais e, conseqüentemente, de demandas sociais.

## **CAPÍTULO I - LEITURA GEOGRÁFICA SOBRE TERRITÓRIO, LUGAR, ASSENTAMENTO E JUVENTUDE CAMPONESA.**

Nesse capítulo, abordam-se os aspectos teórico-metodológicos que envolvem o desenvolvimento da pesquisa dissertativa sobre a Juventude Camponesa em Mato Grosso. Desse modo, faz-se importante uma leitura geográfica sobre território, lugar, assentamento/agricultura camponesa e Juventude Camponesa, leitura que terá como base teórica autores que discutem tais tópicos a partir de uma posição política emancipatória. São eles: Corrêa (1996), Raffestin (1993), Oliveira (2004), Oliveira (2003, 2006), Almeida (2003), Paulino (2004), Moraes, (2002), Castro (2002, 2010, 2012), Silva (2014), Costa (2017), Fernandes (2012) Weisheimer (2005), Kummer (2013), Saquet (2007), entre outros. Além disso, baseia-se também em relatos de jovens camponeses, que descrevem a percepção do território vivido e as principais formas de interação existentes entre juventude, escola, comunidade e organização econômica dos camponeses do Assentamento Roseli Nunes.

### **1.1 - O território enquanto espaço de resistência camponesa**

O conceito de território tem sido discutido e desenvolvido por meio de diferentes abordagens. Dessa forma, busca-se realizar uma breve consideração e reflexão sobre a importância do território como categoria de análise na dinâmica socioespacial do campo, abordando as relações entre sujeitos, política, cultura, economia, trabalho e poder. Entende-se também que o conceito de território, dentro da geografia, é de extrema importância e seu papel empírico deve também ser discutido e descrito para compreendermos a realidade de sujeitos e de determinados grupos sociais.

O território é uma combinação de energia e informação e está relacionado com trabalho, “capacidade de transformar a natureza e as relações sociais, é como uma abordagem simbólica-cultural, histórica, multiescalar, na relação economia-política-cultura-natureza” (RAFFESTIN, 1993, p.144).

Observa-se que o conceito de território é analisado a partir das relações de poder, tendo como base o território enquanto produto da apropriação do espaço estabelecida pelas relações de domínio, com bases e dimensões econômicas, políticas e culturais. Nesse sentido, entende-se que o espaço é a base de

concretização do território, que tem suas ligações e pertencimento entre um grupo social com seu espaço.

Raffestin (1993) analisa o território como produção humana, onde o ser se organiza em sociedade, sendo assim, esses autores ressaltam a importância da análise sobre o espaço, uma vez que o espaço não deve ser entendido de forma desarticulada do território, mas o território deve ser entendido como produto a partir das relações dos sujeitos que se concretizam no espaço, os sujeitos com suas diversidades.

A partir dessas reflexões compreende-se que o Assentamento Roseli Nunes é um território conquistado a partir da luta pela terra dos camponeses, articulados pelo Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra (MST).

Nesse território conquistado, vivenciam-se cotidianamente relações marcadas pelo poder, mas também a territorialização da luta pela e na terra e a construção das territorialidades camponesas. Os camponeses que aí vivem, incluindo a juventude investigada, trazem consigo o sentimento de pertencimento ao espaço vivido, ou seja, o lugar de morada e de trabalho, portanto entendem que é contínua a luta e resistência para a permanência e manutenção em seus territórios.

Montenegro Gómez (2006) destaca que o território passa a ser a unidade de referência para o desenvolvimento rural dentro de um Estado que sofre intensos questionamentos acerca das suas ações, que reorienta suas funções e que reorganiza, descentralizando, os poderes que lhe competem. Segundo o autor:

[...] o território passa a ser utilizado “numa perspectiva de desenvolvimento”; ou seja, como uma variável a ser considerada quando se pretende fazer algum tipo de intervenção sobre o espaço e as populações que resultem em alterações do quadro existente. Desse modo, a abordagem territorial do desenvolvimento pressupõe a ação sobre o espaço e a mudança das relações sociais nele existentes. Portanto, seus objetivos são, prioritariamente, instrumentais e práticos e, por esta razão, não se pode reivindicar ou reclamar das perspectivas ou abordagens territoriais por serem a-teóricas, pois foi exatamente com esta finalidade que foram elaboradas (MONTENEGRO GÓMEZ, 2006, p. 15).

Vale observarmos que a produção do território deve ser entendida a partir da subordinação ao modo de produção vigente e, portanto, sua produção é influenciada, principalmente, pelo atrelamento entre o poder político e o poder

econômico, sendo que, no caso específico de Mato Grosso, faz-se necessário entender que estamos na disputa de concepções: de um lado, a agricultura camponesa com a produção diversificada, com escola e gente no campo, e do outro, o agronegócio com a monocultura, com a tecnologia, os recursos e o Estado a seu favor.

Nesse sentido, nota-se que os camponeses e a juventude do Assentamento Roseli Nunes buscam, por meio de diferentes estratégias de resistência e de uma produção diversificada, garantir sustento e qualidade de vida às famílias assentadas. Entendem também que não basta só lutar pela terra, para poder plantar, para sobreviver, é preciso lutar cotidianamente por políticas públicas fundamentais para o desenvolvimento do território camponês.

Situação contextualizada por Schneider, (2004) ao compreender que a relação entre esses indivíduos em seu território trará propostas de soluções e arranjos no território vivido.

A emergência da abordagem territorial do desenvolvimento rural pressupõe que o nível adequado de tratamento analítico e conceitual dos problemas concretos deva ser o espaço de ação em que transcorrem as relações sociais, econômicas, políticas e institucionais. Esse espaço é construído a partir da ação entre os indivíduos e o ambiente ou contexto objetivo em que estão inseridos. Portanto, o conteúdo desse espaço é entendido como o território. Mas não se trata apenas do entendimento teórico e abstrato, pois esta perspectiva também propõe que as soluções e respostas normativas aos problemas existentes nesses espaços encontram-se nele mesmo (SCHNEIDER, 2004, p. 97).

Assim sendo, corrobora-se Camacho (2010) e Oliveira (2002) quanto à necessidade de se analisar o território na perspectiva dialética, entendendo-o a partir das relações contrárias entre os sujeitos e seu meio. Isso porque, a nosso ver, o território precisa ser entendido como:

[...] síntese contraditória, como totalidade concreta do processo/modo de produção/distribuição/circulação/consumo e suas articulações e mediações superestruturais (políticas, ideológicas, simbólicas, etc.) em que o Estado desempenha a função de regulação. O território é assim produto concreto da luta de classes travada pela sociedade no processo de produção de sua existência (OLIVEIRA, 2002, p. 74).

Nessa perspectiva, entende-se que o território tem dimensões políticas e econômicas, o que traz à tona a luta de classes, a compreensão das relações sociais, do modo de produção, ou seja, as contradições do sistema de produção vigente.

Nesse sentido, nota-se que o aprofundamento sobre a concepção de território evidencia os conflitos e contradições entre as diferentes classes sociais existentes nos territórios, o que nos aponta que o território é produzido conforme a intenção dos grupos ou sujeitos que o produzem.

Segundo Théry (2011), para termos um território consolidado, é necessário ter a apropriação desse espaço, com grupos e organizações sociais que irão transformá-lo. Saquet (2007) destaca que os territórios possuem diferenças de acordo com os grupos de poderes que agem nesse espaço e estampam suas características e objetividades, moldando o espaço conforme suas relações, pois:

É preciso superar as concepções simplistas que compreendem os territórios sem sujeitos sociais ou esses sujeitos sem territórios e apreender a complexidade e a unidade do mundo da vida, de maneira (i) material, isto é, as interações no e com o lugar, objetiva e subjetivamente, sinalizando para a potencialização de processos de desenvolvimento (SAQUET, 2007, p. 24).

Assim, um estudo empírico territorial precisa “abordar as dimensões econômicas, políticas e culturais, não deixando de lado a dimensão natural no processo de apropriação do espaço por meio das relações de poder” (SAQUET, 2007, p. 172). Isso porque:

O território significa natureza e sociedade; economia, política e cultura; ideia e matéria; identidades e representações; apropriação, dominação e controle; descontinuidades; conexão e redes; domínio e subordinação; degradação e proteção ambiental; terra, formas espaciais e relações de poder; diversidade e unidade. Isso significa a existência de interações no e do processo de territorialização, que envolvem e são envolvidas por processos sociais semelhantes e diferentes, nos mesmos ou em distintos momentos e lugares, centradas na conjugação, paradoxal, de des-continuidades, de desigualdades, diferenças e traços comuns. Cada combinação específica de cada relação espaço-tempo é produto, acompanha e condiciona os fenômenos e processos territoriais (SAQUET, 2007, p. 127).

Nessa perspectiva, o autor considera que o território pode ser entendido como uma forma de apropriação social do ambiente e do lugar; o homem age no território que seria seu espaço natural e social para produzir e viver. O espaço e o território não estão separados, um está no outro, são indissociáveis. Portanto, “[...] o espaço é indispensável para a apropriação e reprodução do território” (SAQUET, 2009, p. 83).

Dessa maneira, esse autor procura mostrar que o território significa natureza e sociedade, economia, política, cultura; ideia e matéria, identidades e representações, dominação, controle, apropriação; o território pode ser temporário, permanente e de

mudanças no ambiente e na vida dos sujeitos e de suas práticas sociais no espaço vivido.

Essas práticas e essas representações espaciais serão responsáveis pela construção dos sentimentos e do significado de pertencimento dos grupos em relação a um território. Esse sentimento é uma construção social e histórica, que se desenvolve a partir das práticas e representações espaciais que são estabelecidas no território.

Essas afirmações nos levam a refletir que o sentimento de pertencimento dos sujeitos em relação ao território do Assentamento Roseli Nunes foi constituído por meio da organização, mobilização e luta vivenciadas em diferentes tempos e espaços, entre processos constituídos de relações sociais, econômicas, políticas e culturais. Assim sendo, as relações socioterritoriais, em prol do bem viver, são estabelecidas cotidianamente em consonância com a natureza, buscando proteger o solo e a vida através de técnicas de produção agroecológica que permeiam a economia camponesa, mas também o viver no campo. As relações de solidariedade, cooperação, reciprocidade e amizade estabelecidas no início do processo de luta pela terra permanecem e são base para a valorização da vida no campo.

Nesse sentido, Porto-Gonçalves (2002, p. 8) afirma que o território pode ser distinguido de acordo com os sujeitos que o constroem, pois “os homens e mulheres só se apropriam daquilo que faz sentido; só se apropriam daquilo a que atribuem uma significação e, assim, toda apropriação material é, ao mesmo tempo, simbólica”. Para o autor, o território é entendido como:

[...] espaço apropriado, espaço feito coisa própria, enfim, o território é instituído por sujeitos e grupos sociais que se afirmam por meio dele. Assim, há, sempre, território e territorialidade, ou seja, processos sociais de territorialização. Num mesmo território há, sempre, múltiplas territorialidades (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 5).

Para entender melhor esse processo das relações sociais, políticas, econômicas e culturais que repercutem nas discussões sobre território, buscaram-se as contribuições de Souza (1995), em que ressalta que “[...] uma sociedade autônoma é aquela que logra defender e gerir seu território, catalisador de uma identidade cultural ao mesmo tempo contingente de recursos, cuja acessibilidade se dá, potencialmente, de maneira igual para todos” (SOUZA, 1995, p. 106).

Assim, as diferentes identidades dos grupos sociais, que são construídas no território, são relacionadas com a ocupação do lugar e, portanto, entende-se que a definição de território implica levar em consideração questões históricas, políticas, econômicas, culturais e sociais dos sujeitos na construção do seu modo de vida em determinado tempo e espaço.

No contexto do campo, os assentamentos rurais são considerados como territórios da reforma agrária, formado a partir da apropriação do espaço geográfico pelos movimentos sociais por meio de diversas lutas em prol da terra. Nessa ótica, Moreira e Targino (2007) ressaltam que os territórios dos assentamentos representam:

[...] um espaço concreto, definido por fronteiras e delimitado por e a partir de relações de poder que se estabelecem e se transformam ao longo do tempo [...]; um [...] espaço socialmente produzido, que exprime as características do espaço a que pertence, porém, destaca-se pela dimensão que assume enquanto objeto de disputa e de enfrentamentos [...]; um espaço cuja apropriação [...] se dá tanto de forma concreta como abstrata, pois [...] enquanto processo efetivo de territorialização [...] assume também, uma dimensão tanto concreta como simbólica (MOREIRA; TARGINO, 2007, p. 4-5)

Partindo desse entendimento, o território dos assentamentos é, ao mesmo tempo, espaço físico, mas também construção político-ideológico de grupos sociais. Fernandes (2012) destaca que é preciso entender o território camponês. Nesse caso, os assentamentos rurais de reforma agrária, a partir de várias dimensões, pois:

O território camponês é o espaço de vida do camponês. É o lugar ou os lugares onde uma enorme diversidade de culturas camponesas constrói sua existência. O território camponês é uma unidade de produção familiar e local de resistência da família, que muitas vezes pode ser constituída de mais de uma família. Esse território é predominantemente agropecuário, e contribui com a maior parte de alimentos saudáveis, consumidos principalmente pelas populações urbanas. O território camponês entendo como fração ou como unidade é o sítio, o lote, a propriedade familiar ou comunitária, assim como também é a comunidade, o assentamento, um município onde predominam as comunidades camponesas (FERNANDES, 2012, p.744).

Para Fernandes (2012), embora o território camponês subsista subordinado às relações capitalistas, sua existência é garantida pela estruturação de economias de resistência, com trabalho familiar, cooperativo, associativo e por outras formas de relações não capitalistas desenvolvidas pelos camponeses em seus territórios para o enfrentamento à hegemonia do capital e permanência na terra conquistada.

Tais relações não capitalistas voltadas para o coletivo e bem viver também são vivenciadas no território do assentamento Roseli Nunes, conforme relato de uma jovem camponesa:

[...] o assentamento é grande. Tem muitas áreas boas com água. Tem alguns lugares que são mais secos, mas vai se ajeitando um lugar bom. [...] aqui temos a associação da ARPA, que é bem atuante nas questões agroecológicas e, na nossa família, também tem que se querer o melhor, né (sic), e acho que isso é o melhor. Ainda trocamos dias de trabalho, estamos na roça uns dos outros fazendo trocas. Aqui nem sempre precisa ter dinheiro. Se quiser, eu troco alimentos por serviço, assim podemos comer de tudo, pois se eu não planto algo, mas meu vizinho planta, então todos comem. Assim vai indo. Nos encontros temos muita fartura, cada um leva uma coisa, nossa, é bonito de se ver [...] (S. C., 19 de março de 2018).

O espaço ocupado e apropriado, transformado em assentamento, traz em si uma das características principais do conceito de território, pois, de acordo com Moraes (2002, p. 45), “É a própria ideia de apropriação que qualifica uma porção da Terra como território e essa apropriação implica a constante reavaliação das formas herdadas, atribuindo-lhes uma funcionalidade da organização social”.

Nessa ótica, a partir da conquista da terra, as famílias camponesas organizam novas formas de trabalho, desenvolvem diversas estratégias de resistência e possibilidades de geração de renda, adquirem novas orientações para a ajuda em suas práticas diárias, transformando esse território em movimento, reinventando e interagindo com a natureza (MORAES, 2002).

Corroborar-se Moraes (2002), em sua leitura sobre o território camponês, pois os assentados do Roseli Nunes, criaram várias estratégias de luta e resistência para a manutenção e permanência na terra conquistada; transformam cotidianamente o espaço de produção em espaço também de vida e trabalho. Isso porque, conforme relato da juventude, o assentamento é o território da produção, mas também de reprodução da vida.

[...] estar aqui no assentamento é bom demais; cheguei pequeno e não penso em ir embora daqui; nos tempos livres, eu saio com meus amigos ou com a família, vamos às festas da igreja, ver o futebol no beira rio, converso no zap (sic), temos internet boa, marcamos e vamos para o bar beber uma cerveja e conversar, sem falar de festinhas de aniversário e andar a cavalo; [...] temos uma vida corrida, mas que é gratificante; se planto, colho e recebo e, dessa forma, não penso hora nenhuma em sair do campo (I. A. C. S, 25 de março 2018).

Assim sendo, pode-se dizer, de acordo com os autores supracitados e com relatos da juventude, que os camponeses assentados, a partir da apropriação de seus territórios, os assentamentos, buscam construir novas formas de vida em grupo ou individual, com trabalho social, produção voltada para o autoconsumo, valorizando a vida, a produção e o trabalho no campo.

Nesse contexto, observa-se que o território do assentamento Roseli Nunes é composto por 331 lotes com suas famílias e agregados, advindos de diversos locais da região e do país, que se constituíram a partir do Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra (MST); cada grupo de família que compõe os núcleos de base<sup>1</sup> (entre 15 e 20 famílias) tem uma coordenação e uma área social destinada ao trabalho coletivo; observou-se ainda, no território do assentamento, o agrupamento das famílias através de comunidades religiosas, associações, grupos escolares, etc.

Na defesa e organização do território, esses assentados têm sempre uma representação significativa, porém não há um bom relacionamento com o poder público local; apesar de haver uma contrapartida de produção considerável de alimentos através das associações do assentamento para a cidade, verifica-se que há um grande descaso com questões relacionadas a estradas, escolas e saúde dos assentados. Mesmo com alguns impasses, a organização territorial do assentamento Roseli Nunes traz essa afirmação de resistência e lutas para se manter e permanecer no território.

Nesse contexto, Barth (2010) afirma que o território constitui identidade de diversas formas, levando em conta a concepção de flexibilidade dos grupos e, sobretudo, a ideia de que um grupo, confrontado por uma situação histórica peculiar, realça determinados traços culturais que julga relevantes em tal ocasião, como ocorre entre os assentados.

Essa funcionalidade, no caso dos assentamentos, é fortemente influenciada pela cultura, pois homens e mulheres, na sua nova condição de assentados e a partir de suas histórias de vida, retomam trajetórias interrompidas e

---

<sup>1</sup> O núcleo é uma instância de base, no MST, e todos os seus membros deverão estar/ser nucleados.

laços familiares e estabelecem novos espaços de sociabilidade comunitária e novas situações de inserção econômica, política e social (MEDEIROS, 2009).

Dessa maneira, entende-se que o território está em todas as múltiplas relações que se dão em um determinado espaço, em todos os níveis de relações entre as pessoas e destas com suas culturas, de modo que essa apropriação do território produz a territorialidade. “As territorialidades são as representações dos tipos de uso dos territórios” (FERNANDES, 2009).

Saquet (2007) define “territorialidade” como as relações diárias momentâneas entre os homens e a natureza orgânica e inorgânica, necessárias para a sobrevivência; é o acontecer de todas as atividades no cotidiano, produzindo o território. Seguindo essa linha de pensamento, Albagali (2004) ressalta que a territorialidade regula as interações sociais e reforça a identidade do grupo, de acordo com as normas sociais e valores culturais historicamente dinâmicos. A característica principal da territorialidade é a ideia de dinamismo, que se configura na apropriação de novos territórios, reconstituição de suas identidades territoriais em novos espaços.

Corroborando tais discussões, Raffestin (1993) afirma que:

A territorialidade adquire um valor bem particular, pois reflete a multidimensionalidade do vivido territorial pelos homens de uma coletividade, pelas sociedades em geral. Os homens “vivem”, ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas[...] todas são relações de poder, visto que há interação entre os atores que procuram modificar tanto as relações com a natureza como as relações sociais (RAFFESTIN, 1993, p. 158-159).

Nessa análise, acerca do conceito de territorialidade, observa-se que ela se refere às relações dos sujeitos com seu meio nas diversas escalas de localidade, região ou país, sendo que os sujeitos ou grupos constroem suas territorialidades a partir do sentimento de pertencimento ao lugar e seu modo de agir na construção e/ou apropriação do território, ou seja, é um conjunto de relações que se origina no espaço, em determinado tempo e sociedade.

De acordo com Vaillant (2011, p. 53), em Mato Grosso, a territorialização dos Movimentos Sociais Rurais tem conseguido erigir “[...] territórios camponeses, por meio do processo de luta pela conquista da terra, contribuindo na construção de uma identidade, quer de “sem-terra” ou de pequeno agricultor, mas sempre na direção de

uma identidade camponesa”. Portanto, os assentamentos rurais em Mato Grosso passam a ser o espaço da territorialização dos sujeitos da reforma agrária, apropriado e constituído por meio da coletividade; nesses territórios, o poder é exercido pelo sujeito assentado por meio de reuniões, assembleias, discussões e decisões coletivas. Nesse processo, novas territorialidades são construídas.

Nesse ponto, é oportuna a análise de Costa (2011, p. 22), ao salientar que o território camponês se constrói a partir das relações estabelecidas pela sociedade com a natureza em determinado lugar; “[...] a sociedade interage com o lugar e cria condições de subjetividade, numa interação que possibilita criar meios para garantir sua permanência e sobrevivência no campo”.

Esses territórios, os assentamentos rurais, segundo Fernandes (2012), Martins (1981), Oliveira (2001), Paulino (2004), entre outros, passam a ser concebidos como espaço de vida, de luta e trabalho camponês, territórios de perspectivas e possibilidades, mas também de disputas e conflitos territoriais internos e externos, de enclaves capitalistas que dificultam a posse efetiva pelos camponeses de forma mais autônoma. Contudo, ressalta-se que:

Se as contradições são inerentes ao campesinato, também é um conjunto de formas de resistência tecidas no enfrentamento ao capital, sejam elas produzidas coletivamente a partir da organização no MST ou próprias do devir histórico do campesinato que cotidianamente na luta pela sua existência cria e reproduz ações de negação ao sistema capitalista (FERNANDES, 2012, p. 46).

Partindo assim, a partir do entendimento de que os assentamentos rurais são territórios da reforma agrária e, portanto, passam a inspirar a identificação positiva de apropriação simbólica, material, de trabalho humano e das relações, que os grupos camponeses estabelecem, através de aspectos econômicos, culturais, sociais, ambientais e políticos, alinhavados à reprodução do modo de vida camponês, o que busca compreendê-los. E, nesse sentido, vê-se, no Assentamento Roseli Nunes, como parte das famílias, da comunidade ali estabelecidas estão os jovens camponeses que também se apropriam e contribuem na organização do território coletivo.

## **1.2 - Assentamentos Rurais: lugar de resistência, fortalecimento da produção e modos de vida camponesa**

A consolidação de um assentamento pressupõe a conclusão de duas etapas importantes: a primeira delas é a demarcação dos lotes; a segunda é a garantia de permanência na área, que será obtida quanto melhor for a assimilação dos assentados aos novos modos de produção e representação da cultura do trabalho no campo, ou seja, às novas formas de representação desse trabalho (PESSOA, 1999). Entretanto, para compreender os assentamentos rurais enquanto espaço de resistência e vida camponesa, faz-se necessário entender o processo de luta pela terra em um país construído historicamente pelos trabalhadores rurais, organizados ou não em movimentos sociais do campo.

Assim sendo, Fernandes (2012) destaca o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) como o principal e mais organizado movimento social do país. Ressalta ainda que o MST é organizado em 24 das 27 unidades federativas e seu processo de formação começou por meio de diferentes formas de luta pela terra, realizadas por grupos de camponeses em todo o país, com o apoio da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e das lideranças camponesas e religiosas que surgiram nesse processo. O MST, por compor a Via Campesina, constituiu-se também como um movimento social de âmbito nacional e internacional.

Nesse contexto, ressalta-se que há outros movimentos de luta pela terra no país que merecem ser destacados pela sua importância na busca por terra/território. São eles: Movimento Terra Livre (MTL), Movimento de Luta pela Terra (MLT), Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAG), Movimento de Resistência Camponesa (MRC), entre outros, que trabalham numa lógica de organização e resistência aos ditames do capital.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), segundo Fernandes (2012), surge em 1984, em meio às lutas protagonizadas pelos trabalhadores rurais em prol da democracia da terra e da sociedade. É um movimento socio territorial, que reúne, em sua base, diferentes categorias de camponeses pobres, meeiros, posseiros, mini fundiários e trabalhadores assalariados, chamados

de sem-terra, e também diversos lutadores sociais, para desenvolver as lutas pela terra, pela reforma agrária e por mudanças na agricultura brasileira.

O MST tem sido muito atuante na busca de seus objetivos de luta pela terra. Sua história está associada à luta pela Reforma Agrária e ao desenvolvimento do Brasil. Nasceu da ocupação da terra e se reproduz por meio da espacialização e da territorialização da luta pela terra. As conquistas de frações do território do latifúndio e a sua transformação em assentamento acontecem pela multiplicação de espaços de resistências e de territórios camponeses (FERNANDES, 2012, p. 498).

Stédile (2002, p. 314) ressalta que a luta estabelecida pelos movimentos sociais em prol da reforma agrária e contra o modelo de produção vigente sempre foi além de questões meramente econômicas: “[...] na verdade o que se busca é uma mudança na estrutura de poder que inibe o desenvolvimento econômico e democrático no Brasil”, portanto, a luta sempre foi pela construção da democracia.

Nesse cenário de pressão social por reforma agrária, várias estratégias de luta foram elaboradas e desenvolvidas pelos diferentes grupos sociais, que lutaram e lutam desde então para entrar ou permanecer na terra e pela possibilidade de uma vida digna para os trabalhadores rurais. Isso porque entendem que “[...] as terras produtivas que não cumpram com a função social, podem e devem ser ocupadas pelos movimentos sociais” (STROZAKE, 2012, p. 366), porque, de acordo com a Constituição Federal de 1988, é passível de desapropriação para fins de reforma agrária.

Entre as principais estratégias de ação coletiva adotadas pelos movimentos sociais no processo de luta pela terra, está o trabalho de base dos sujeitos que buscam conquistar a terra, a ocupação e a formação do acampamento.

As ocupações de terra são hoje a principal estratégia de ação coletiva adotada por movimentos sociais que lutam pela realização de uma reforma agrária no Brasil. Para entender suas principais características, é importante conhecer também o contexto histórico que contribuiu para a adoção dessa forma consagrada de reivindicar terra. De forma mais específica, daremos atenção ao fato de, no último quartel do século XX, as ocupações terem se transformado, por meio da ação de movimentos sociais, em um instrumento fundamental para a reivindicação da transformação, no país, da estrutura da propriedade rural, em seus diversos aspectos (ROSA, 2012, p. 509).

Ainda segundo Rosa (2012), pode-se afirmar que o uso do termo ocupação de terras, no seu sentido contemporâneo, foi cunhado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). O uso do termo “ocupação” foi estratégico

na formulação das bases de justificação e legitimação do MST e na demanda pela realização da reforma agrária no Brasil.

Ao usar o termo “ocupação”, o MST se refere ao direito constitucional de todo cidadão brasileiro de ter acesso à terra, conforme o Estatuto da Terra (lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964), que, em seu artigo 2º, assegura “a todos a oportunidade de acesso à propriedade da terra, condicionada pela sua função social” (BRASIL, 1964).

Essas ocupações de áreas improdutivas para utilização da reforma agrária são necessárias e fundamentais para os movimentos sociais, por darem maior viabilidade e garantias de luta num determinado acampamento para a conquista de um futuro assentamento.

A partir de todo esse contexto de ocupações e lutas para a garantia da terra, surge, no território, um lugar denominado acampamento, que é definido por Fernandes (2012) como sendo:

Um espaço de luta e resistência. É a materialização de uma ação coletiva que torna pública a intencionalidade de reivindicar o direito à terra para produção e moradia. O acampamento é uma manifestação permanente para pressionar os governos na realização da Reforma Agrária. Parte desses espaços de luta e resistência é resultado de ocupações de terra; outra parte, está se organizando para preparar a ocupação da terra. A formação do acampamento é fruto do trabalho de base, quando famílias organizadas em movimentos socioterritoriais se manifestam publicamente com a ocupação de um latifúndio (FERNANDES, 2012, p. 21).

Ainda segundo Fernandes (2012), embora os acampamentos mantenham a mesma essência de serem espaço de luta e resistência, conforme a conjuntura política da luta, os sujeitos mudam a forma de organização do acampamento, e, mais, os acampamentos como espaços de luta e resistência são lugares que marcam as histórias de vida dos sem-terra. A partir deles, dá-se início aos projetos de assentamento. Para reflexão, traz-se a transcrição do relato de uma jovem entrevistada sobre o período vivido quando criança nos acampamentos em Mato Grosso.

Nós lutamos vários anos, ficamos debaixo da lona preta nos acampamentos, fomos despejados várias vezes, vimos muitas coisas tristes, passamos por muitas necessidades com nossos pais para estarmos aqui hoje; e mesmo aqui continuamos lutando por moradia, saúde, educação, estradas e alimentação saudável [...] (A. S. S, 20 de março de 2018).

Mitidiero (2011), diz que o surgimento de um projeto de assentamento tem, como ponto de partida básico, sociedades civis organizadas por meio dos movimentos sociais, tanto no campo, como na cidade, as quais pressionam o Estado para a realização de Projetos de Assentamentos. E, além disso, nesse contexto de lutas, ocupações e acampamentos, os sujeitos que são parte dos movimentos sociais saem vitoriosos quando a área ocupada é dada como improdutiva, que não cumpre com seu papel social, e passa, então, pelo processo de desapropriação e, a partir de então, inicia-se a construção dos assentamentos rurais. De acordo com Medeiros:

O assentamento não é apenas um processo ou programa no espaço; é, acima de tudo, um processo de produção no espaço que ocorre através da apropriação e uso desse novo espaço pelos assentados. Estes modificam o espaço do assentamento e estabelecem relações com ele marcadas, ao longo do tempo, por mudanças no modo de produzir e de se organizar socialmente. O espaço é transformado (MEDEIROS, 2009, p. 174).

Desse modo, a expressão “assentamento” é utilizada para identificar não apenas uma área de terra destinada à produção, mas também os grupos sociais constituídos por famílias de trabalhadores e trabalhadoras do campo. Para Silva (2012), o termo “assentamento” pode ser compreendido como:

O conjunto de famílias de trabalhadores rurais vivendo e produzindo num determinado imóvel rural, desapropriado ou adquirido pelo Governo Federal (no caso de aquisição, também pelos Governos Estaduais) com o fim de cumprir as disposições constitucionais e legais relativas à Reforma Agrária. (SILVA, 2012, p. 8).

Seguindo essa linha de pensamento, o MST<sup>2</sup> entende que os assentamentos

[...] não são apenas uma unidade de produção. Mas, acima de tudo, são um núcleo social aonde as pessoas convivem e desenvolvem um conjunto de atividades comunitárias na esfera da cultura, lazer, educação, religião, que precisamos estar atentos para que os assentamentos cumpram sua missão histórica para semear as mudanças no meio rural (MST, 1998, p. 11)

Essa interpretação sobre o assentamento está relacionada ao sentido político que o território tem para o MST e, além disso, expressa qual o objetivo da conquista da terra e da reforma agrária para o movimento. Nesse contexto, entende-se que “sem a existência dos movimentos sociais reivindicatórios, não haveria

---

<sup>2</sup> Caderno de Cooperação Agrícola, produções do Movimento Trabalhadores Rurais Sem Terra, 1998. Mais detalhes em: <http://www.mst.org.br/quem-somos/publicações>.

assentamentos rurais espacializados por todo o território nacional” (MITIDIEIRO, 2011, p. 66).

Ainda nesse contexto, Oliveira (2005) afirma que:

O assentamento rural torna-se [...] um espaço em que existe esperança de construir uma vida mais digna, [...] onde novas formas de socialização são incorporadas, novos saberes são adquiridos, além de muito do saber que estes trabalhadores acumularam em suas trajetórias ser reproduzido neste ambiente. Dessa forma, eles buscam no assentamento um lugar em que possam trabalhar, em que se sintam úteis, reestruturando suas vidas, um local em que suas identidades passam a ser reconstruídas (OLIVEIRA, 2005, p. 15).

Para o MST, os assentamentos representam um espaço estratégico para construir uma sociedade onde se eliminam a pobreza, as desigualdades e injustiças sociais e onde se produzem alimentos saudáveis para subsistência das famílias. A partir da formação do lugar, do assentamento físico, de acordo com os autores supracitados, o assentamento passa a ter a dimensão de um lugar vivido, de um território com cores e contrastes, do novo, onde iniciará uma nova etapa com a concretização dos anseios e dos sonhos surgidos no período de acampamento.

Desse modo, entende-se que as relações estabelecidas ao longo do processo histórico de formação e consolidação do assentamento é que definirão o papel dos grupos de pessoas ou da coletividade sobre o território. A construção desses novos lugares, os assentamentos, permite a esses sujeitos a concretização de um sonho: o lugar próprio de vida e de trabalho das famílias camponesas.

Portanto, entendeu-se ser importante também analisar e compreender o lugar dentro do território/assentamento em estudo, visto que, nos assentamentos, também é necessário distinguir a identidade e os papéis sociais desempenhados pela nova condição de assentado, agora não mais acampados, pois novas territorialidades serão desenvolvidas nesse novo lugar de morada. Nesse sentido, Carlos (2007, p. 17), afirma que “O lugar é a base da reprodução da vida. Mas o que se revela no lugar não é apenas a história de um povo, mas o peso da sua história”.

Para Cavalcante (1998) e Tuan (1980), a contextualização de lugar é compreendida como o espaço vivido, onde a vida se realiza carregada de afetividade e de significados. O lugar representa as ligações subjetivas entre os sujeitos e o espaço. Na compreensão de lugar, buscam-se a percepção, os significados, as

características e heranças culturais dos indivíduos, que são transmitidos culturalmente.

O que dá a um lugar sua especificidade não é uma história longa e internalizada, mas o fato de que ele se constrói a partir de uma constelação particular de relações sociais, que se encontram e se entrelaçam num *lócus* particular (MASSEY, 2000, p. 184).

Portanto, a diferente identidade construída acerca de lugar remete e está relacionada à forma de construção de vida, em que se passa a ter vivências particulares e de grupo. Claval (2001) enfatiza que a cultura é um elemento de forte influência na constituição de um espaço, pois as relações que os indivíduos estabelecem com o espaço demarcam seus lugares e suas culturas e o território é a ocupação desse espaço. Assim, a cultura tem uma influência muito grande na constituição do espaço, como também do lugar, pois o mesmo é organizado expressando os jeitos, as práticas, as crenças, o saber-fazer de quem passa a habitá-lo, de quem escolheu aquele lugar para chamar de seu.

Nessa construção, estabelecem-se relações de culturas que já vinha sendo construídas e, no lugar, afirmam-se e se enraízam, de acordo com Claval (2001, p. 65): “a soma dos comportamentos, dos saberes, e dos valores acumulados pelos indivíduos”. Portanto, para o autor, a cultura que cada sujeito traz consigo dá uma nova roupagem para o novo lugar, assim, eles influenciam nesse novo território com os mais diferentes anseios individuais e de grupos, transformando-o em lugares de vida.

Dessa forma, a concretização do assentamento traz em si essas especificidades, que estão na vida de cada assentado e buscam uma junção de cada um, pois representam:

Um território alternativo que se configura propondo uma outra forma de organização social do espaço geográfico que deixa de ser abstrato, que passa do sonho a concretude expressa através da conquista da terra, da reconstrução da identidade e da territorialidade. São as novas relações que surgem do novo território (MEDEIROS, 2009, p. 219).

Nesse contexto, Branco (2003) afirma que, para compreender a novidade desse lugar, o assentamento rural, tanto para os adultos, quanto para idosos, crianças e jovens, e o que ele traz para a identidade dos jovens que nele atuam, devem-se traçar seus contornos dentro de uma espessura temporal de comunidade. Significa

também dizer que se precisa estar atento às lutas, sonhos e angústias vivenciados por esse segmento social, a juventude camponesa, no território conquistado, ou seja, nos assentamentos rurais.

Dessa forma, tornam-se indispensáveis, nas análises sobre o desenvolvimento e o futuro da agricultura camponesa, os estudos que analisam o modo de vida, as relações sociais, as condições estruturais, as oportunidades de lazer e acesso a atividades agrícolas e não agrícolas para jovens de ambos os sexos nos territórios da reforma agrária (BRUMER, 2004).

Pode-se afirmar que o Assentamento Roseli Nunes é um lugar que promove potencialidades para a vida. Está embasado nas práticas desenvolvidas na formação e na organização socio produtiva de um movimento social com a juventude do Roseli Nunes e observou-se a comunidade antes e no decorrer da pesquisa, com testemunhos das práticas vivenciadas e refletidas pela juventude camponesa, com o cotidiano no campo, as aprendizagens e as práticas da juventude com a economia solidária, a agroecologia e a educação do campo. É a expressão do que a juventude consegue dizer de si mesma, do seu presente, bem como das perspectivas de construção de uma sociedade favorável ao bem viver no campo para as identidades de ser camponês e as realizações das metas e sonhos diários dessa parcela do assentamento.

### **1.3 - Juventudes**

Historicamente, a primeira declaração formal sobre a necessidade de um olhar sobre os jovens é representada no compromisso assumido pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1965, quando os Estados-membros assinaram a Declaração sobre o Fomento entre a Juventude dos Ideais de Paz, Respeito Mútuo e Compreensão entre os Povos (SILVA; ANDRADE, 2009).

Vê-se que, no período histórico atual<sup>3</sup>, a singularidade da condição juvenil ou jovem, trata-se de uma etapa ou momento da vida, uma transição da infância para

---

<sup>3</sup> Ver detalhes da pesquisa Agenda Juventude Brasil – Pesquisa Nacional sobre Perfil e Opinião dos Jovens Brasileiros 2013. Ocorreu entre os dias 13 de abril e 19 de maio de 2013, em 187 municípios brasileiros, estratificados por localização geográfica (capital e interior, áreas urbanas e rurais) e por

a idade adulta, caracterizada por processos de definições, escolhas e arranjos para a construção de uma trajetória de inserção e autonomia. A esse respeito, Abramo aponta que:

Cada vez mais, os elementos necessários para realizar esse processo de transição se multiplicam e se diversificam, fazendo com que os jovens tenham de compor uma equação com inúmeros elementos para viver a vida presente e preparar a vida futura: escola, trabalho, vida familiar e sociabilidade, sexualidade, namoro, lazer, vida cultural. É, assim, um momento crucial de formulação de projetos de vida, de escolhas e construção de caminhos (ABRAMO, 2013, p. 19).

Entretanto, o debate sobre juventude, a partir das décadas de 1980 e 1990, busca compreender a diversidade desses sujeitos e não mais uma caracterização de idade biológica, portanto, não se fala mais em juventude, mas em juventudes, devido aos vários modos existentes de ser jovem.

Em 1985, vinte anos depois desse primeiro compromisso, a Declaração sobre o Fomento entre a Juventude dos Ideais de Paz, Respeito Mútuo e Compreensão entre os Povos, é realizado o Ano Internacional da Juventude pela Organização das Nações Unidas, no qual lança-se o Programa Mundial de Ação para a Juventude (PMAJ), sugerindo aos países políticas positivas e integradas destinadas aos jovens, especialmente aos mais vulneráveis.

Os Estados-Membros das Nações Unidas reconhecem que os jovens de todos os países são um importante recurso para o desenvolvimento, para uma mudança social positiva e para a inovação tecnológica. Seus ideais, energia e visão são essenciais para o contínuo desenvolvimento de suas sociedades. Os jovens não são meros beneficiários passivos, mas eficazes agentes da mudança. Dedicados, entusiastas e criativos, os jovens vem contribuindo para o desenvolvimento abordando as questões mais desafiadoras da sociedade. [...]. Portanto, investir e fazer parceria com a juventude é a chave para resolver desafios de uma forma sustentável (ONU, 2010, s/n).

Outros vinte anos depois, em 2005, o Informe sobre a Juventude Mundial elaborado pela ONU revelava um quadro bastante pessimista sobre respeito aos direitos humanos. Sobre isso, Silva e Andrade (2009, p. 44) destacam que “O Informe sobre a Juventude Mundial da ONU mostrava que a maioria dos problemas atingia, indistintamente, os jovens do mundo inteiro, sendo que o quadro, no entanto, era mais grave nos países em desenvolvimento”.

---

municípios (pequenos, médios e grandes), contemplando as 27 Unidades da Federação. Foram entrevistados 3.300 jovens de 15 a 29 anos.

No que tange ao Brasil, a vulnerabilidade dos jovens em geral tem sido periodicamente constatada em pesquisas como as realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em que a “Pobreza, violência, mortes, baixo acesso à educação, desemprego, tem sido mais de uma vez relatados como caracterizando fortemente este segmento social” (LIMA et al., 2013, p. 14).

Segundo o Estatuto da Juventude, Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013, são consideradas jovens as pessoas com idade entre 15 e 29 anos de idade. Nesse sentido, Abramo destaca que:

Convencionou-se, no Brasil, que os processos que constituem a juventude ocorrem, na maior parte das vezes, entre 15 e 29 anos de idade. Este arco de idade está em todos os marcos legais que acompanharam a instituição da política nacional de juventude, reafirmada agora pelo Estatuto da Juventude, que define os direitos relativos a este segmento e que foi aprovado e sancionado em 2013. Contudo, para compreender os significados das situações e das questões vivida pelos jovens, e fundamental olhar para a especificidade dos diferentes momentos dessa trajetória, diferenciando, por um lado, a situação dos adolescentes (15 a 17 anos) da dos jovens de 18 a 24 anos, e por outro, daqueles que tem entre 25 e 29 anos (ABRAMO, 2013, p. 20).

A juventude brasileira vivencia uma configuração étnico-cultural e socioeconômica desigual. São 50,5 milhões de jovens entre 15 e 29 anos, dos quais há um grande percentual em situações de risco social e vulnerabilidade (IBGE, 2010). Essa situação nos remete a repensar as políticas públicas e a sua viabilização para esse segmento social, que está vulnerável tanto na cidade, quanto no campo.

Dayrell (2003, p. 41) afirma que “juventude é, ao mesmo tempo, uma condição social e um tipo de representação”. Assim sendo, “construir uma definição da categoria juventude não é fácil, principalmente porque os critérios que a constituem são históricos e culturais”.

No que tange à juventude, Groppo descreve ainda que:

Na produção sociológica o conceito de juventude vem se afirmando como uma categoria social. Assim descarta-se a possibilidade de definir por somente uma faixa etária específica, ou "classe de idade", ou ainda uma classe social. Ao tomarmos esta ideia do conceito de juventude como uma categoria social temos dois eixos norteadores: o primeiro aponta para a ideia que o conceito de juventude é uma representação sociocultural e o segundo que o mesmo também se configura como uma situação social (GROPPO, 2000, p. 8).

A juventude caracteriza-se por dois períodos: adolescência e juventude, propriamente dita, sendo que a adolescência se inicia aos 15 anos de idade e estende-se até os 19 anos. Aos 20 anos, há início de uma nova fase que vai até os 29 anos. Dessa forma, entende-se a juventude em função da idade cronológica, situação vivenciada no Brasil, já que, no país, consideram-se jovens as pessoas que se encontram na faixa etária de 15 a 29 anos (ABRAMO; FREITAS; SPÓSITO, 2000 *apud* SILVA et al., 2016).

No documento base da primeira Conferência Nacional da Juventude<sup>4</sup>, obteve-se uma classificação etária dos jovens que evidencia não somente cronologias, mas a construção de compromissos da juventude frente ao trabalho e aos estudos. Nesse sentido, verifica-se que o documento classifica e define a juventude em três classes, sendo adolescentes jovens os sujeitos que estão entre os 15 e 17 anos, jovens pessoas as que possuem de 18 a 24 anos, e jovens adultos os sujeitos que estão na faixa etária de 25 a 29 anos.

Contudo, essa classificação tem sido discutida por vários pesquisadores das diversas áreas de conhecimento, não tendo, enfim, um patamar igualitário para descrever esse sujeito, sendo o mesmo descrito do biológico ao social, como também enquanto representação social.

Constata-se, a partir daí, que a juventude é percebida como uma categoria social e o jovem é associado ao futuro e à transformação social. Porém, essa juventude transfere a imagem de pessoas em formação, incompletas, sem vivência, sem experiência, indivíduos ou grupos de indivíduos que precisam ser regulados, encaminhados. Nesse contexto, a “Juventude seria pouco levada a sério, isso tem implicações desde a dificuldade de se conseguir o primeiro emprego, até a deslegitimação da sua participação em espaços de decisão” (CASTRO, 2008, p. 42).

Sob essa perspectiva, Lora faz uma análise em que compreende a juventude sob quatro perspectivas:

[...] a biocronológica, a psicológica, a sociológica e a cultural-simbólica: a perspectiva biocronológica a juventude é vista sob critérios da idade e definida como pessoa em crescimento; a psicológica identifica a juventude a

---

<sup>4</sup> Relatório do documento base da Primeira Conferência Nacional da Juventude, que aconteceu de 21 a 24 de maio de 2012, em Brasília-DF, 2008.

partir do período conflituoso da vida da pessoa; a sociológica observa a juventude como um grupo social, com uma posição determinada na sociedade, caracterizada por um modo peculiar de ver e entender a vida e o mundo; a cultural-simbólica integra as demais perspectivas e lhes confere um novo sentido, onde o universo cultural dos jovens apresenta uma diversidade de formas de viver e encontrar sentido para a vida (LORA, 2010, p. 18).

Da mesma forma, Pinto, Daro e Melo (2008) consideram a juventude como um grupo social, no qual os jovens se reconhecem e fazem a opção de viver sua juventude caracterizados por identidades coletivas, idades, expectativas, condições sociais, objetivos e valores em comum. Com isso, a juventude caracteriza-se como identidade social.

Juventude é, sem dúvida, mais do que uma palavra. Ao acionar juventude como forma de definir uma população, um movimento social ou cultural, ao usar a palavra jovem para definir alguém ou para se autodefinir, estamos, também, acionando formas de classificação que implicam relações entre pessoas e entre classes sociais, relações familiares e relações de poder (CASTRO, 2012, p. 439).

Portanto, pode-se afirmar que a juventude vai se construindo e sendo construída como sujeito, pois é “um ser singular que se apropria do social, transformado em representações, aspirações e práticas, que interpreta e dá sentido ao seu mundo e às relações que mantém” (DAYRELL, 2010, p. 31).

Nesse sentido, juventude é, além de uma categoria que representa identidades sociais, uma forma de classificação social que pode ter múltiplos significados, mas que vem se desenhando, em diferentes contextos, como uma categoria marcada por relações de hierarquia social (CASTRO, 2008).

Para Weisheimer (2005), há uma distinção entre os termos juventude e jovem. O autor diz ser necessário fazer essa distinção para entender o que se configura como juventude e suas variações. Para ele a juventude

[...] é uma categoria fundada em representações sociais diversas que remetem a ideia de um período de transição onde ocorre a incorporação de uma série de papéis sociais, ou funções socialmente atribuídas através dos processos de socialização; e jovem [...] são os sujeitos históricos ou atores sociais concretos que vivem os processos de socialização específicos e os dilemas da condição juvenil (WEISHEIMER, 2005, p. 4-5).

De acordo com Kummer e Colognese (2013), mesmo existindo dificuldades operacionais para delimitar o início e o fim do período chamado de “Juventude”, tendo em vista os aspectos culturais, sociais, econômicos e políticos envolvidos na definição

do termo, há algum consenso na consideração de quem é jovem em determinada sociedade.

Esses autores acreditam que as principais características dessa fase (juventude) correspondem à naturalização da continuidade do modo de vida dos pais; a transição direta da infância à fase adulta a partir da incorporação precoce do indivíduo ao mundo do trabalho, bem como quando o indivíduo se casa, mesmo com pouca idade, ou quando deixa a casa dos pais para trabalhar fora adquirindo definitivamente o status de adulto (ABRAMOVAY et al., 1998).

As juventudes, tanto urbanas quanto rurais, são muitas e devem ser compreendidas a partir da situação de classe e dos pertencimentos socioculturais que configuram as múltiplas identidades juvenis, entre outros critérios que imprimem especificidades aos jovens, conforme suas condições de existência (AMARAL et al., 2007).

Corroborando com os autores supracitados, Castro descreve:

Juventude é, sem dúvida, mais do que uma palavra. Ao acionar juventude como forma de definir uma população, um movimento social ou cultural, ao usar a palavra jovem para definir alguém ou para se auto definir, estamos, também, acionando formas de classificação que implicam relações entre pessoas e entre classes sociais, relações familiares e relações de poder (CASTRO, 2012, p. 439).

Portanto, diante do grande número de variações e opiniões acerca da temática juventude, este trabalho de pesquisa não entrará no mérito de afirmar a denominação correta que deve ser utilizada, nem a idade precisa, e sim tratará a juventude como um todo, mas com ênfase da juventude que vive no campo como um processo de transição para a vida adulta, que vem carregado de símbolos, de diversidades identitárias, de gênero e das aspirações sociais que perpassam os dilemas juvenis.

### **1.3.1 - Juventude Camponesa**

Em relação aos jovens rurais, constata-se que somente passam a ser encarados como categoria social a partir do ano de 1980. Weisheimer (2005, p. 8) afirma ainda que “[...] a situação de invisibilidade a que está sujeita a população juvenil se configura numa das expressões mais cruéis de exclusão social”; o que contribui

para que “[...] os jovens rurais permaneçam ignorados como sujeitos de direitos e alvo de políticas públicas”.

Para o referido autor, o tema “juventude rural” pode ser abordado a partir de cinco elementos norteadores, que não são excludentes, mas se combinam. São eles: faixa etária; período de transição ou ciclo da vida; geração; cultura ou modo de vida; e representação social e/ou auto representação.

Ainda para Weisheimer (2005), esses critérios de inclusão e exclusão são socialmente construídos e móveis. Suas fronteiras e representações sociais remetem à ideia de que a juventude é um processo transitório, vinculado à assunção de responsabilidades produtivas, residenciais, matrimoniais, paternais ou maternais, de modo a tornar possível perceber a juventude como realidade múltipla, fundada em representações sociais diversas.

Essa afirmação sobre a juventude rural é corroborada por Oliveira (2006, p. 43), ao afirmar a importância das cinco abordagens e o entendimento de que a juventude é “fluída, imprecisa, variável e extremamente heterogênea”.

Seguindo essa linha de pensamento, Costa (2017) reafirma a ideia de juventude na perspectiva humana de recriação de ideais, de sujeitos que têm sua história e buscam moldá-la. Desse modo,

A juventude é a vida que se humaniza, que se faz o ser humano em quem se manifesta, contesta, propõe, vive-se numa relação dialógica com o outro e com o mundo. Nesta perspectiva, os jovens vivem o seu tempo como os adultos que viveram esta fase da vida resistiram, manifestaram e não aceitaram muitas ideias ou situações postas e impostas. Assim é a dinâmica da vida que é dialética, dialógica e atual (COSTA, 2017, p. 6).

Há uma grande diversidade teórica que descreve a juventude rural, assim como a juventude como um todo, considerando-se o ciclo de vida, geração, faixa etária, representação social, cultura ou modo de vida. Entretanto, há uma deficiência na delimitação de idade para a definição de juventude, pois não existe uma definição de limite de idade que abrange um todo de forma única, ou seja:

O critério etário delimita a juventude em faixas de idade e sua utilização pode ser dual. Pode ocorrer um esvaziamento do conceito se atrelado somente a faixa etária, sem levar em conta as esferas sociocultural e econômica (GROPPO, 2010, p. 33).

Ainda nesse contexto de divergências conceituais, têm-se as diversas configurações para tratar esse segmento: jovem, juventude, jovem rural, que são categorias aglutinadoras de atuação política; jovens do MST, juventudes partidárias, juventudes vinculadas a Organizações Não-Governamentais (ONGs), Pastoral da Juventude, Pastoral da Juventude Rural, Grupo de Jovens de Igrejas Católicas e Evangélicas, Juventude do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (CASTRO, 2005).

Ao considerar-se todo esse contexto, percebe-se que a

Juventude camponesa, ao longo da história e em muitos países foram categorias ordenadoras de organizações de representação social [...] em comum, trata-se de uma juventude que ainda se confronta com preconceitos das imagens urbanas sobre o campo. Esses jovens se apresentam longe do isolamento, dialogam com o mundo globalizado e reafirmam sua identidade como trabalhadores, pequenos produtores familiares lutando por terra e por seus direitos como trabalhadores e cidadãos. Assim, [...] juventude camponesa são categorias aglutinadas de atuação política (CASTRO, 2012, p. 440-441).

Segundo a autora, os jovens camponeses carregam o peso de uma posição hierárquica de subalternidade, ou seja, uma categoria percebida como inferior nas relações de hierarquia estabelecidas na família, bem como na sociedade, porém com diálogos em redes e atuação precisa nos movimentos sociais políticos.

Matta (1991) destaca que essa posição está ainda marcada por um contexto nacional de difíceis condições econômicas e sociais para a pequena produção familiar da qual essa juventude é parte. No cotidiano desses jovens, a “casa” e a “estrada” estão interpenetrados e percebe-se como as relações de autoridade paterna/adulta e as formas de expressão de hierarquias sociais estão presentes nos espaços de organização coletiva, seja em assentamentos, acampamentos e outras comunidades rurais ou nos movimentos sociais.

Para os pesquisadores acima elencados, a juventude enfrenta diversos conflitos em seu meio social e na própria família, isso porque há uma situação hierárquica no contexto da família, no qual quem toma as decisões finais são os pais; mesmo nos encontros de formação e de mobilizações, os jovens estão sendo assistidos a todo tempo, ou seja, estão subordinados a um adulto em todos os espaços em que sua sociabilidade é construída, seja nos espaços de produção, na escola, nas associações, na esfera política, etc. Contudo, muitos jovens conseguem

se sobressair, participando ativamente dos espaços públicos, mostrando que têm voz e buscando, nesses espaços, seu lugar, bem como novas formas de emancipação e autonomia.

Hoje, pode-se afirmar que esse jovem rural se apresenta longe do isolamento, dialoga com o mundo globalizado e reafirma sua identidade como trabalhador, agricultor familiar, camponês, lutando por terra e por seus direitos como trabalhadores e jovens (BOURDIEU, 1977).

Ainda em se tratando da juventude camponesa, ela atribui novos sentidos ao campo e à identidade de agricultor familiar, afastando-se da imagem que os associa a um rural atrasado (pessoas analfabetas, desinformadas sobre assuntos gerais, sem acesso a novas tecnologias, entre outros). Assim, buscam identificar-se com uma juventude moderna, em que se torna fundamental a incorporação de novos valores (relacionamentos abertos), novas tecnologias (*uso da internet/ facebook, WhatsApp e outros*), inclusive no sentido de organizar a produção agrícola familiar (PEREIRA, 2008, grifo da autora).

Machado (2011) afirma que os jovens do campo apresentam um perfil diferenciado em relação ao jovem do meio urbano, adquirido ao longo de uma trajetória de luta pela terra, na conquista da cidadania e na resistência às formas de preconceito enfrentadas nos diversos espaços da sociedade em que vivem.

Castro (2005) também ressalta essa imagem de juventude rural que se confronta com imagens urbanas sobre o campo. Para ela, o jovem rural está longe do isolamento e está vinculado ao mundo globalizado e afirma sua identidade enquanto trabalhador, pequeno produtor familiar, lutando por terra e por seus direitos. “Assim, jovem da roça, juventude rural, jovem rural, são categorias aglutinadoras de atuação política” (CASTRO, 2005, p. 22).

Portanto, a juventude do campo está vinculada ao mundo atual, saindo do modo atrasado, como era vista e colocada, e se destacando, na atualidade, como a juventude que está cada dia mais conectada à modernidade, aos lugares e ao mundo, sendo comuns as tecnologias digitais em assentamentos e acampamentos rurais, facilitando não só a reprodução da vida, mas também do processo produtivo.

Dessa forma, entende-se que o/a jovem camponesa é o sujeito que se relaciona com um modo de ser específico, vinculado a uma realidade em que o mundo do trabalho e o mundo da vida se fundem e se confundem, carregando as particularidades e os valores do modo de vida camponês ao vivenciar e participar cotidianamente da unidade produtiva familiar, embora ocupe espaços culturalmente definidos.

A participação dos jovens em movimentos sociais e, principalmente, em organizações de juventude aponta para um processo de consolidação desse ator político, com a juventude conquistando espaços de negociação junto a gestores de políticas públicas e no âmbito dos próprios movimentos sociais. Porém, ainda é baixo o reconhecimento da juventude como atores político e sujeitos de direitos no interior das organizações e movimentos sociais (CASTRO, 2016).

No contexto do Assentamento Roseli Nunes, lócus de nossa investigação, constatou-se que os conceitos de jovem e juventude estão relacionados ao ponto de vista dos próprios jovens.

Essa concepção está diretamente ligada à maneira como eles estão vivendo naquele momento, ou seja, eles constroem suas concepções a partir de suas realidades. Dessa forma, entende-se que “[...] definir a faixa de idade não é suficiente para definir o jovem. É preciso que o próprio jovem se defina como tal” (AMARAL et al., 2007).

Nesse sentido, observa-se também que a juventude do campo possui especificidades em função dos diferentes papéis que lhe são atribuídos ou esperados pela família e comunidade da qual faz parte, e esses jovens são vistos como uma categoria-chave para a reprodução social do campo e da agricultura camponesa.

Compartilha-se, portanto, da ideia de Castro (2009, p. 189) que considera como jovens do campo “pessoas que vivem a experiência do meio rural como jovens, ou seja, se identificam ou são assim identificados”. São tidos como jovens, porque vivenciam a transição entre infância e vida adulta e, mesmo estando num mesmo contexto histórico que outros jovens, “possuem a especificidade de terem o meio rural como seu espaço de vida, ou seja, como marca de sua situação juvenil” (MARTINS, 2008, p. 15).

Na pesquisa ora apresentada, tratar-se-ão os jovens do Assentamento Roseli Nunes como Juventude Camponesa, pois busca-se, nas contextualizações, demonstrar como essa juventude se configura e faz algo em benefício de seu território e de sua comunidade, mesmo carregada de diversos conflitos. Algumas vezes, por não serem adultos, esses sujeitos encaram e se mostram capazes de fazer algo para mudar seu presente e futuro no campo.

Assim sendo, observa-se que os jovens do Roseli Nunes constroem uma representação identitária, baseada no sentimento de afinidade, apreço e carinho, que retifica sua vinculação com o assentamento e com a comunidade assentada. Mesmo diante das dificuldades, das faltas de oportunidades, das carências e dos problemas estruturais vivenciados cotidianamente, esses sujeitos se organizam, mobilizam-se e lutam por um projeto de vida que possibilite a eles e à comunidade do assentamento ter condições mais dignas de vida e trabalho no campo.

Esse sentimento de pertença vivenciado com o lugar e a comunidade, fruto de convívio familiar e comunitário, move-os a lutar e a criar estratégias de resistência individual e coletiva, em prol da construção de políticas públicas que atendam às necessidades e especificidades da juventude e que valorizem os sujeitos do campo. Assim sendo, verifica-se que eles participam ativamente das instituições da comunidade (grupos de jovens, associações, escola, etc.), dos espaços formativos, seja no âmbito da escola/comunidade como também das instituições externas que ofertam formação (FASE, UNEMAT-UNITRABALHO, CTA entre outras), o que possibilita aos mesmos “[...] exercitar a prática em diferentes frentes, tais como, liderança, educação, política, cultura e mundo do trabalho” (SILVA, 2016, p. 77).

Dessa forma, contextualizar a juventude camponesa na dimensão histórica, social, geográfica, política e cultural torna-se importante para a compreensão de concepções e do projeto de vida desse segmento social, bem como para o desenvolvimento e fortalecimento da vida no campo.

## **CAPÍTULO II – POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE CAMPONESA**

Nesse capítulo, apresenta-se uma discussão sobre o que são Políticas Públicas e como são representadas concretamente em formas de programas governamentais ou leis que visam a solucionar um macroproblema, necessidade ou desenvolvimento de uma região, estados e municípios. Busca-se também realizar uma reflexão acerca das políticas públicas elaboradas e implementadas para a juventude do campo, em especial as voltadas para produção e comercialização, bem como para manutenção e permanência desses sujeitos no campo, numa análise em que se identifique a adequação dessas políticas aos jovens camponeses e suas demandas.

### **2.1 - Políticas Públicas: marco conceitual e características**

Ao olhar para o contexto histórico-político no Brasil, percebe-se que as políticas públicas sempre foram utilizadas pelo governo como estratégia para acalmar a população em situações de conflitos. Assim sendo, constata-se que a política social era usada para manter a ordem social e o governo utilizava essas políticas como uma medida governamental, fazendo, com isso, a população crer que o governo se preocupava com as camadas mais pobres da sociedade. Essas medidas constituem direito à saúde, à implantação de assistência social, consultas médicas, reabilitação, educação, lazer e trabalho, entre outras, políticas essas que eram tratadas como se fossem apenas mérito do governo em ajudar os menos favorecidos e, nesse contexto capitalista, a população ficava feliz com medidas menos agressivas e mais humanas.

O período do golpe militar, que ocorreu em 1964, afetou bruscamente os movimentos políticos e socioculturais, destruindo as conquistas anteriores que vieram por meio de tantas lutas sociais no país. A Era Vargas foi considerada como bom tempo para os direitos sociais. Nesse período, houve a implantação das legislações trabalhistas e sindicais, mas, com o golpe de 1964, a repressão anulou todos os direitos, fossem eles individuais, coletivos ou políticos. Todos os ditadores que passaram pelo poder no Brasil buscavam constantemente silenciar a classe trabalhadora. Vivenciou-se uma época de total desprezo pela liberdade e a população teve seus direitos usurpados.

No final dos anos 1970, a população se depara com a necessidade de participar das políticas sociais que seriam reflexo dos movimentos sociais e da realidade brasileira daquele momento. Já na década de 1980, os brasileiros começam a perceber que têm direito a ter direitos e isso passa a fazer parte do dia-a-dia das lutas e mobilizações sociais ocorridas nesse período em prol de direitos como educação, seguridade social, saúde, assistência social e previdência. Esse avanço nas lutas populares e sindicais foi um marco significativo para melhorias em direção aos direitos de cidadania, culminando com a declaração universal dos direitos humanos, a qual garantia à população direitos sociais, políticos e civis, consolidados no decorrer da história.

Em 1988, há a consolidação dos direitos sociais com a promulgação, pela Assembleia Constituinte, da Nova Constituição Federal, com leis que abrangem diversos segmentos e revelam ser muito mais democráticas. É, até hoje, considerada uma das maiores conquistas do povo brasileiro, principalmente porque apresenta em seu artigo 3º os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

- I - constituir uma sociedade livre, justa e solidária.
- II - garantir o desenvolvimento nacional
- III - erradicar a pobreza e marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais.
- IV - promover o bem de todos sem preconceitos de origem, raça, cor, idade e quaisquer forma de discriminação (BRASIL, 1988).

Dessas palavras, pode-se imaginar o tamanho das conquistas e da importância da Constituição para o povo brasileiro. E mais, faz-se necessária essa retrospectiva sobre as políticas públicas para a compreensão de que as mesmas são fruto de mobilizações sociais organizadas pelos sujeitos que compõem o país, ou seja, há anos essas políticas vêm sendo conquistadas pelo povo e para o povo.

Dessa forma, vê-se que no Brasil, ao longo dos anos (1960-2015), existiram vários planos de governo e políticas públicas que promoveram uma distribuição desigual do capital e dos recursos financeiros no território, acentuando a concentração fundiária e as desigualdades sociais no país.

Nesse contexto, constata-se que os camponeses sempre foram marginalizados em prol dos grandes proprietários, gerando uma massa de pobres tanto no espaço urbano, quanto no espaço rural. Contudo, a partir de 1996, o Estado

começa a investir em políticas públicas com o propósito de inserir os camponeses no mercado como agricultores familiares, mantendo a abordagem setorial das políticas públicas, apesar de os programas enfatizarem o território como base das ações. O Estado é considerado, desde o seu processo de formação, como um dos agentes de produção do espaço, principalmente viabilizando a ampliação e reprodução do capital, de forma direta ou indireta.

Dessa maneira, busca-se, em alguns autores, a compreensão sobre as políticas públicas e como são concretizadas em nosso dia a dia. Verifica-se, assim, que, no âmbito da ciência geográfica, o conhecimento produzido a respeito das políticas públicas distingue o território como elemento norteador.

Roberto Lobato (1996) assegura que a gestão do território implica o controle da organização social, incluindo, em muitos casos, o controle de sua gênese e dos processos que a mantêm ou a alteram. O referido autor destaca que a política pública tem que ser entendida como o processo pelo qual os diversos grupos tomam decisões coletivas, as quais se convertem em uma política comum (algo compartilhado). E mais, as demandas da sociedade civil podem e devem se transformar em decisões e ações destinadas à resolução de problemas políticos;

Dessa forma, compreendem-se por políticas públicas as proposições de percepções acerca de um problema, da definição de um objetivo e das configurações de um processo de ação, concebidas a partir de um conjunto de ações desencadeadas pelo Estado, em escala federal, estadual e municipal, com vistas ao atendimento a determinados setores da sociedade civil (BRASIL, 2012).

Lowi (1964, *apud* Secchi, 2014) apresenta diferentes tipologias para se pensar as políticas públicas, todas levando em conta o critério de impacto esperado na sociedade:

Políticas regulatórias: estabelecem padrões de comportamento, serviço ou produto para atores públicos ou privados [...]. Políticas distributivas: geram benefícios concentrados para alguns grupos de atores e custos difusos para toda a coletividade/contribuintes [...]; Políticas redistributivas: concedem benefícios concentrados a algumas categorias de atores e implicam custos concentrados sobre outras categorias de atores [...] representa um jogo de soma zero [...]; Políticas constitutivas: são regras sobre os poderes e regras sobre as regras, ou seja, são aquelas políticas que definem as competências, jurisdições, regras da disputa política e da elaboração de políticas públicas. São chamadas metapolíticas porque se encontram acima dos outros três tipos

de políticas e comumente moldam a dinâmica política nessas outras arenas (SECCHI, 2014, p. 18).

Rodrigues (2010) entende que as políticas públicas são um processo em que diversos grupos, cujos interesses divergem, tomam decisões coletivas que direcionam a sociedade. Nesse contexto, “não é possível debater políticas públicas sem utilizar quatro elementos fundamentais: direitos, Estado, movimentos sociais e democracia” (MOLINA, 2012, p. 585).

Sobre isso, Souza (2006, p. 25) expressa que “as políticas públicas repercutem na economia e nas sociedades, daí por que qualquer teoria da política pública precisa também explicar as inter-relações entre Estado, política, economia e sociedade”.

Secchi (2014) trata dos sujeitos que possibilitam a concretização do processo de políticas públicas na sociedade, sendo eles:

[...] todos aqueles indivíduos, grupos ou organizações que desempenham um papel na arena política. Os atores relevantes em um processo de política pública são aqueles que têm capacidade de influenciar, direta ou indiretamente, o conteúdo e os resultados da política pública. São os atores que conseguem sensibilizar a opinião pública sobre problemas de relevância coletiva. São os atores que têm influência na decisão do que entra ou não na agenda. São eles que estudam e elaboram propostas, tomam decisões e fazem que intenções sejam convertidas em ações (SECCHI, 2014, p. 77).

Esses sujeitos lutam pela conservação ou transformação do mundo social por meio do enfrentamento simbólico para influir nas visões de mundo, nas classificações em vigor, e, assim, mobilizar os grupos que lutam pelos instrumentos objetivados na administração pública, os quais passam a exigir do Estado novos comportamentos para satisfazer as demandas sociais por meio da busca pela viabilização de bem-estar, segurança e justiça para a promoção do bem-comum. Pode-se observar em Fernandes que:

A elaboração de políticas públicas é resultado da correlação de forças entre instituições que são ou representam interesses de classes. São as partes interessadas que, em suas proposições de políticas, defendem seus respectivos modelos de desenvolvimento. A influência de instituições e organizações da sociedade determinam os rumos das políticas de governos e das políticas de Estado (FERNANDES, 2015, p. 18).

Assim sendo, Silva et al. (2017) apontam que as discussões sobre políticas públicas devem levar em conta o desenho institucional. No caso brasileiro, deve-se considerar o presidencialismo de aliança política firmada entre o chefe do poder

executivo e os partidos políticos eleitos, para cumprimento de mandato no poder legislativo e as negociações entre os poderes executivo e o legislativo para produção legal.

Dessa forma, as políticas públicas podem ser estudadas tanto a partir da perspectiva da ação do governo, no que faz, quanto da inação, o que não faz. Sendo assim, as políticas públicas, sobretudo, definem-se menos pela racionalidade dos seus agentes institucionais e mais pela capacidade que a sociedade civil tem de influenciar as ações governamentais (SILVA et al., 2017), o que pode ser visto também em Mincato (2012), ao descrever que políticas públicas são todas as decisões e não decisões políticas que afetam assuntos e questões de interesse público, como o de tomar uma decisão ou decidir não fazer nada diante dos problemas econômicos, sociais, ambientais ou políticos.

Rodrigues (2010) salienta que as políticas públicas requerem duas avaliações: sobre como as decisões são tomadas e sobre o poder que o governo possui para prevenir uma situação. A autora menciona que as políticas públicas devem ser explicadas baseando-se em diversos enfoques, dada a multidisciplinaridade que envolve o estudo.

O acompanhamento das políticas públicas sociais torna-se imprescindível, no sentido de verificar o real atendimento das necessidades humanas básicas da população, promovendo a transparência e o uso adequado dos recursos públicos. Desse modo, a avaliação de políticas e programas sociais configura-se como um instrumento essencial de democratização das políticas sociais públicas (CARRARO, 2012, p. 99).

Dessa forma, vê-se, logo, que toda política pública é determinada por um objetivo, o qual, em tratando-se de uma intervenção do Estado, possui um resultado a ser alcançado, que, de resto, não pode ser outro que o atendimento de uma finalidade pública (HOMERCHER, 2012).

Mas as políticas públicas não estão à disposição apenas dos governos. Por um lado, fazem parte de um processo de construção e de disputa político-econômica entre agentes em articulação e em conflito, de fora e de dentro dos governos. Por outro, as políticas públicas podem ser classificadas em tipos, aos quais é possível associar uma probabilidade de serem mais ou menos conflitivas (FILOMENA, 2012).

As contribuições geográficas para a problemática atual das políticas públicas apontam primeiramente para o reconhecimento de que a política pública promove transformações no território, para, em seguida, explicitar uma crítica incisiva ao Estado, que não se preocupa com suas populações mais vulneráveis e cujas ações beneficiam sempre o poder econômico e político do capital.

É a partir desses esclarecimentos que se pensa que o conceito de território pode vir a ser uma ferramenta útil para as políticas públicas, pois, uma vez levado em consideração, pode-se ter a análise da fração espacial em que a política será implementada, desde o seu substrato físico até os atores sociais que nele (re) constroem diariamente seus territórios, exercendo relações de poder, gestão e identidade. É nessa perspectiva que a geografia, ciência que tem como objeto de estudo o espaço geográfico, com um de seus conceitos chaves, no caso, território, pode vir a contribuir significativamente nos estudos das políticas públicas (BUENO, 2009).

Nesse sentido, é bastante interessante o que coloca Gonçalves Neto sobre o Estado e seu papel na sociedade:

[...] um aparelho de dominação de classe, originado do processo de luta, refletindo as contradições da estrutura econômica. Apesar de se caracterizar como elemento superestrutural goza de certa autonomia em relação à classe capitalista e é portador de poder para interferir também na infra-estrutura. Essa interferência aparece sob a forma de mediação supra classe, aparentemente sem tomar posição entre ela, às vezes, até com posição desfavorável à classe capitalista, mas que em última análise, deseja a manutenção do status quo. Essa atuação na estrutura ocorre por medidas políticas, que são os instrumentos de intervenção do Estado (GONÇALVES NETO, 1997, p. 85).

Assim, pretende-se discutir, a partir do marco conceitual de políticas públicas ao longo do processo de formulação das políticas voltadas para a juventude do campo, como elas influenciam nesse processo, como são abordadas como um problema social, e quais são os acessos de políticas públicas que a juventude vem obtendo no campo.

## 2.2 - Políticas Públicas para a Juventude

No campo de estudo das políticas públicas, uma das principais menções é destacar os mecanismos a partir dos quais os problemas sociais transformam-se em problemas políticos que demandam processos decisórios e a proposição de políticas públicas por parte do governo (BRASIL, 2012).

Nas políticas públicas que abordam as questões sociais, implica-se, metodologicamente, investigar as diferentes fases de sua formação, envolvendo o contexto de surgimento da questão social, a sua transformação num problema político, a formulação da política propriamente dita, a sua implementação e os resultados sociais alcançados (BRASIL, 2012).

No artigo 12 da Lei nº 12.852/2013, são explicitados os princípios das Políticas Públicas que devem garantir a valorização dos jovens e proporcionar mecanismos de participação e a efetivação dos direitos universais:

- I – Promoção da autonomia e emancipação dos jovens;
- II – Valorização e promoção da participação social e política, de forma direta e por meio de suas representações;
- III – Promoção da criatividade e da participação no desenvolvimento do País;
- IV – Reconhecimento do jovem como sujeito de direitos universais, geracionais e singulares;
- V – Promoção do bem-estar, da experimentação e do desenvolvimento integral do jovem;
- VI – Respeito à identidade e à diversidade individual e coletiva da juventude;
- VII – Promoção da vida segura, da cultura da paz, da solidariedade e da não discriminação;
- VIII – Valorização do diálogo e convívio do jovem com as demais gerações. (BRASIL, 2013).

Lima (2013) apresenta a classificação das Políticas Públicas de Juventude (PPJs) em três dimensões:

- a) universais, que respondem a demandas de distribuição de recursos de todos os cidadãos, incluindo os jovens;
- b) atrativas ou preferenciais, dirigidas a públicos definidos;
- c) políticas exclusivas dirigidas apenas para jovens.

Nesse caso, alguns passos foram criados no Brasil em relação às demandas juvenis pelo governo federal, com ações e políticas públicas voltadas para a juventude do campo<sup>5</sup>. Em relação ao Estado, foram promovidos, em diversos espaços, diálogos para a implementação das políticas públicas no que tange à juventude, buscando debater as diretrizes e as perspectivas da Política Nacional de Juventude (PNJ) que estabelece o recorte etário de 15 a 29 anos para os jovens brasileiros (CAMARANO; MELLO; KANSO; 2009, p. 78).

A Política Nacional de Juventude, criada em 2005, permitiu avançar, em quase uma década, com progressos importantes, como o aumento do número de jovens no Ensino Superior, a retirada de milhões deles das condições de miséria e pobreza e a criação de mecanismos de participação social, a exemplo dos Conselhos e Conferências Nacionais. (BRASIL, 2012).

Dessa forma, a Lei Nº 12.852, sancionada em 5 de agosto de 2013, institui o Estatuto da Juventude e o Sistema Nacional de Juventude (SINAJUVE), que definem os princípios e diretrizes para o fortalecimento e a organização das políticas de juventude, em âmbito federal, estadual e municipal. São ações norteadoras do poder público como forma de considerar os benefícios e os resultados que serão direcionados a uma categoria social. A lei também estabelece, ainda, acesso a direitos básicos, como justiça, educação, saúde, lazer, transporte público, esporte, liberdade de expressão e trabalho (BRASIL, 2015).

O Plano Plurianual 2012/2015 buscou articular e promover direitos e políticas públicas que permitissem aos jovens emancipação ao longo dessa fase de vida, garantindo a integração dessa nova geração ao processo de desenvolvimento e construção democrática do país. Além disso, foram criados, por medida provisória convertida na Lei 11.129/2005, a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), o Conselho Nacional de Juventude (Conjuve) e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem), que buscam, nas políticas públicas, uma transformação social, incluindo as lutas específicas de cada segmento jovem (BRASIL, 2012).

---

<sup>5</sup> Dados do relatório da sistematização dos resultados do I Seminário Nacional da Juventude Rural, que aconteceu de 21 a 24 de maio de 2012, em Brasília-DF.

A Secretaria Nacional de Juventude tem o objetivo de elaborar, propor e discutir as políticas públicas direcionadas para a população jovem no Brasil, bem como representá-los em espaços internacionais que sejam de interesse nacional (SNJ, 2011).

Portanto as políticas públicas foram conquistadas e elaboradas com a base juvenil para se obter êxitos em seus direcionamentos com a representação desses sujeitos.

### **2.2.1 - Políticas Públicas para a Juventude Camponesa**

Torna-se relevante, ainda acerca das políticas públicas, o conhecimento sobre a juventude do campo e suas formas de se estabelecer em seus territórios. Falar em políticas públicas de juventude do campo significa tratar de políticas centrais para o desenvolvimento do Brasil, com uma dimensão territorial importante. Assim, as políticas públicas para esses sujeitos devem ser voltadas para todos os segmentos juvenis, organizados ou não.

Segundo Castro et al. (2009), no período de 2000 a 2007, houve um intenso processo organizativo dos jovens nos movimentos sindicais e outros, resultado de mobilizações e espaços específicos de discussão que vêm ocorrendo nos últimos anos, em que a presença cada vez mais massiva de eventos e organizações de juventude aponta para um fenômeno em movimento. Essas formas de organização apresentam demandas dos jovens com questões específicas, como acesso à educação e à terra e também constroem essas demandas no contexto de transformações sociais da própria realidade do campo e da sociedade brasileira.

Nesse contexto, através de movimentos sociais, algumas organizações estabelecidas pela juventude que viveu no campo durante esses últimos anos, no qual destacam-se o Acampamento da Juventude da Agricultura Familiar, o Seminário Jovem Saber, o Seminário da Juventude da Coordenação dos Movimentos Sociais (CMS), o Congresso Nacional da Pastoral da Juventude Rural (PJR), e a criação do Levante Popular da Juventude (LPJ), revelam que a juventude camponesa está organizada nos seus territórios. Há experiências também no âmbito acadêmico, com

a realização do Seminário Nacional “Juventude Rural em Perspectiva”, que foi promovido pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e o Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD).

Essa confluência de trajetórias e históricos de organização e formação política desses jovens em meio às organizações e movimentos sociais se entrecruzam com semelhanças e distinções na formação das categorias sociais (juventude rural, juventude camponesa, juventude da agricultura familiar, entre outras) expostas nos espaços de discussão e formulação de políticas públicas para a juventude rural no governo (BARCELLOS, 2014). Ainda nesse viés:

Podemos afirmar que movimentos sociais rurais, que se definem a partir das categorias políticas agricultura familiar, trabalhadores ou camponeses, estão hoje se organizando também a partir da identidade juventude. A participação desses jovens em movimentos sociais e, principalmente, em organizações de juventude aponta para um processo de consolidação de um ator político: a juventude. Isso também explica o número expressivo de eventos massivos, realizados por essas organizações nos últimos anos e os espaços de negociação que este ator político vem conquistando, seja junto a gestores de políticas públicas, seja no âmbito dos próprios movimentos sociais. Assim, jovem da roça, juventude rural, juventude camponesa, juventude da agricultura familiar são categorias aglutinadoras de atuação política (MARTINS; CASTRO; ALMEIDA; 2011, p. 17-18).

A participação efetiva da juventude do campo em movimentos sociais pelo Brasil pode ser evidenciada em algumas palavras de ordem evocadas em encontros, seminários e espaços de formação e discussão em geral, ou escritas em materiais de formação das organizações e dos movimentos sociais (cartilhas<sup>6</sup>, artigos, livros, etc.). As palavras de ordem, tais como “A juventude do campo é produtora de alimentos para o Brasil”; “O jovem camponês é sujeito de direitos e precisa ter acesso a políticas públicas integradas e articuladas”; “Juventude Camponesa na construção de um projeto Popular para o Brasil”, referem-se às demandas da juventude camponesa, mas também, por meio delas, buscam visibilidade e valorização de suas ações e de seu modo de vida.

Nas últimas duas décadas, ocorreu a constituição de diversos espaços de discussão de ações políticas direcionadas para a juventude rural, como o Comitê

---

<sup>6</sup> MST sobre a juventude, Oziel e a Juventude do MST: caderno de estudo: Ademar Bogo, Adelar João Pizetta, Charles Trocate; ver a respeito no site oficial do MST: <http://www.mst.org.br/quem-somos/bibliotecavirtual>

Permanente de Juventude Rural (CPJR) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF), o Grupo de Trabalho em Juventude Rural (GTJR) e da Secretaria Nacional da Juventude (SNJ), evidenciando que os jovens estão à frente nas discussões de seus interesses. Nas políticas adotadas para esse segmento, essa juventude debateu e apareceu como sujeito de construção de sua própria história, com a busca por melhores condições para o campo.

A política de desenvolvimento do campo deve associar uma educação de qualidade, com estímulos, a um ambiente que estimule a formulação de projetos inovadores que façam do campo, para os jovens, não uma fatalidade, mas uma opção de vida.

Para Castro e Aquino (2008), as reivindicações de políticas públicas básicas dos movimentos sociais são pela extensão e melhoria da educação, com a efetiva implantação de uma escola de qualidade, estímulo à prática de esportes e acesso à cultura. Além da abertura de escolas no campo, com bibliotecas, computadores e áreas para a prática de esportes, reivindicam um plano de ensino que respeite a diversidade cultural das regiões rurais.

[...] existe ainda no campo uma enorme diversidade juvenil na atualidade (de gênero – escolaridade - condição econômica). Isso nos remete para impossibilidade de pensar um perfil da "juventude do campo" ou um tipo ideal de "jovem do campo". Assim a formulação de políticas públicas direcionadas ao jovem no campo deve contemplar esta diversidade, ou seja, os desafios enfrentados pelos jovens no campo não se restringem ao acesso à terra, ou a criação de políticas de financiamento agrícola específicas aos jovens camponeses. Pensar políticas públicas tendo como foco os grupos juvenis camponeses significa entender que estes desenvolvem diversas relações com a terra e com a atividade agrícola. (SILVA; CAPELO, 2006, p. 44).

Percebe-se, a partir das reflexões acerca da juventude camponesa, que há necessidade de problematizar a sua realidade, seus direitos e deveres na sociedade, pois a juventude do campo tem sonhos, anseios, angústias e perspectivas em relação ao presente e ao futuro. Contudo, em relação às políticas públicas voltadas para a juventude, o que se observa é um retrocesso de todas as tomadas de decisões e caminhadas durante essas duas décadas, com destaque a partir da primeira conferência de políticas públicas para a juventude, que ocorreu em 2008.

Castro (2012), em suas reflexões, menciona que há muito a fazer e quebrar barreiras, pois são muitos os desafios de acesso às políticas públicas para a juventude

do campo na sucessão e perspectivas de produção sustentável: com o acesso à terra, na perspectiva de produção agroecológica e da educação do campo com direitos sociais garantidos, cultura, esporte, lazer, saúde, mobilidade, tecnologias da informação e comunicação.

Nesse sentido, o esforço realizado pelos últimos governos e pela sociedade civil organizada em realizar conferências e seminários para ouvir o que a sociedade civil tem a dizer a respeito dos temas propostos, tem resultado em uma série de demandas, muitas delas incorporadas pelos ministérios na elaboração das políticas, como é o caso do Plano Nacional de Agroecologia, das Políticas de Educação do Campo e de Economia Solidária (BARCELLOS, 2014). Contudo, as políticas apresentadas para a juventude do campo e para a juventude como um todo são recentes e, por isso, têm a marca de serem políticas de governo<sup>7</sup>.

Barcellos (2014) faz um levantamento realizado no período de 2006 a 2010 das iniciativas dos órgãos federais em relação à juventude e, sobretudo, em relação à juventude rural. Dados de sua pesquisa comprovaram que o governo federal brasileiro continha diversos ministérios e secretarias da presidência com foco na juventude brasileira.

Destes, segundo Barcellos (2014), foram mapeadas ações e políticas públicas para a juventude rural em dez órgãos de governo, tais como:

- a) Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar (REAF-MERCOSUL);
- b) Territórios Rurais da Cidadania;
- c) Programa Nacional de Crédito Fundiário - Selo Nossa Primeira Terra;
- d) Pronaf - Linha JOVEM;
- e) Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA);
- f) Consórcio Rural da Juventude (essa política pública foi um projeto que foi encerrado);

---

<sup>7</sup> Política de governo é o conjunto de filosofias, ideais, planos e medidas que compõem uma gestão pública, sendo a mesma influenciada por diversos fatores, incluindo as relações partidárias, alianças políticas, apoio de instituições privadas e da própria sociedade civil.

- g) Pró-jovem CAMPO - Saberes da Terra (em 2013, estava sendo reformulado);
- h) Agenda Nacional de Trabalho Decente para a Juventude (ANTDJ);
- i) Política de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes e Jovens;
- j) Comitê Permanente de Juventude Rural (CPJR) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF).

Mesmo com um significativo avanço nas demandas de programas e políticas públicas nos governos passados, num contexto de formulações e implementações de políticas públicas para a juventude do campo com relação à produção agroecológica, à economia solidária e a uma educação de qualidade no campo, o que se tem atualmente é um significativo corte desses programas e de projetos que beneficiariam a juventude do campo

O Portal gazetaweb.com, vinculado ao portal de notícias G1 (2018), realizou um levantamento das áreas mais atingidas pelo orçamento de 2018: a agricultura familiar (-35,4%), a reforma agrária (-28%), o bolsa-família (-3,6%), a cultura (-15%), as políticas para mulheres (-52,6%), a proteção dos direitos das crianças e dos adolescentes (-22%), os direitos das pessoas com deficiência (-44,2%), os povos indígenas (-4,2%), entre outras. Todos esses cortes apontam para uma redução drástica da participação do Estado na mediação de demandas sociais extremamente importantes na vida cotidiana do país. Os cortes apontam apenas para um norte: a precarização da vida daqueles que mais precisam.

Dessa maneira, pode-se observar o que há de fato em termos de programas e políticas públicas no governo federal de acordo com o quadro 1 que segue.

**Quadro 1 - Ações e políticas públicas para a juventude do campo 2018.**

<b>Políticas Públicas/Programas</b>	<b>Objetivo</b>	<b>Órgãos governamentais</b>
1. Territórios rurais da cidadania.	Promover a política de desenvolvimento do Brasil rural, a democratização do acesso à terra, a gestão territorial da estrutura fundiária, a inclusão produtiva, a ampliação de renda da agricultura familiar e a paz no campo, contribuindo com a soberania alimentar, o desenvolvimento econômico, social e ambiental do país.	Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD).
2. Pronaf JOVEM.	Fortalecer as atividades desenvolvidas pelo produtor familiar, com créditos especiais de investimento relacionados com projetos específicos de interesse de jovens.	Secretaria de Agricultura Familiar (SAF) Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES).
3. Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA).	Propõe e apoia projetos de educação voltados para o desenvolvimento das áreas de reforma agrária.	Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA).
4. Grupo de Trabalho de Juventude Rural (CPJR) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF <sup>8</sup> ).	Propor diretrizes para a formulação e a implementação de políticas públicas.	Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF)

**Fonte: Autora (2018)**

Assim, dentro desse contexto, observam-se alguns programas que buscam beneficiar os jovens que, quando conseguem acesso à terra, encontram dificuldades na obtenção de renda exatamente pela ausência ou enfraquecimento das políticas públicas de apoio à produção. Na atual conjuntura do nosso país, nos anos de 2017 e 2018, o governo federal fez vários cortes nos programas que contemplavam a juventude do campo.

Esses cortes também foram sentidos e vivenciados pela juventude do Roseli Nunes, lócus da nossa pesquisa, como pode-se observar no relato de um jovem

<sup>8</sup> A respeito do Condraf, consultar: <<http://dados.gov.br/dataset/composicao-dos-territorios-rurais-e-da-cidadania>>.

acerca das burocracias e dificuldades para acesso a alguns tipos de programa/política.

Se eu fosse um político, o que eu iria melhorar aqui para nossa juventude é a questão das políticas públicas, né (sic)? Ainda há tantas políticas, mas parece que nós não conseguimos ter acesso, então eu ia fazer com que a gente conseguisse mesmo ter esse acesso, para que nós pudéssemos ter nossa terra, comprar os materiais para fazer nossa casa, viver no campo, né? É preciso então que os governantes e os bancos possam dar confiança para os jovens, para nós, a juventude; que as políticas sejam direcionadas para nós e nosso modo de vida [...]. Hoje eles retratam a gente como pessoas que não precisam de ajuda, não somos confiantes, cortam tudo o que nos beneficiaria e, quando não cortam, dificultam nosso acesso, então fico me perguntando de que adianta ter políticas públicas para acessar se a gente não consegue acesso [...] (I.A.C, 25 de março, 2018).

Percebe-se, a partir do relato, a necessidade de participação da juventude no acesso às políticas públicas, mas também a construção de políticas que abarquem e respeitem ao modo de vida desse segmento social e as especificidades de cada localidade/realidade onde ela esteja inserida.

Nesse contexto, acredita-se que o protagonismo juvenil nas discussões e diferentes tomadas de decisões é necessário para a concretização de determinados objetivos que envolvam seus projetos de vida, sua manutenção e permanência no campo. Isso porque eles, muitas vezes, convivem em condições sociais, culturais e econômicas contraditórias, que, na maioria das vezes, são desfavoráveis à sua formação e à sua permanência no campo.

Assim sendo, é preciso que as políticas públicas sejam pensadas e executadas com a participação dos envolvidos, que garantam efetivamente à juventude direitos básicos assegurados nos seus territórios, nos quais possam desenvolver suas atividades de educação, saúde, lazer, cultivo, coleta, criação de animais, entre outras, com dignidade, fortalecendo-os na luta pelo direito de permanecer no local de onde se sentem parte, o assentamento/comunidade.

A figura 1 representa, de forma clara, a importância da participação/inserção ativa da Juventude Camponesa na construção de políticas públicas que possam efetivamente assegurar, a esses sujeitos e sua comunidade, possibilidades de permanência com qualidade de vida no território do assentamento.

**Figura 1 - Fluxograma de políticas públicas para o segmento da juventude camponesa**



**Fonte: autora (2018)**

No contexto do Assentamento Roseli Nunes, a juventude tem buscado, juntamente com a comunidade, articular-se e organizar-se, assumindo a condição de sujeitos da direção de seu destino. Como podemos observar no relato que segue, a participação ativa e crítica na relação política, econômica e social do assentamento/comunidade, bem como na concretização de pautas em formas de leis ou programas específicos para o campo, que envolvam todos os aspectos e diversidades relacionados à vida camponesa, tais como educação, trabalho, renda, esporte, cultura, lazer, entre outros, proporcionam o fortalecimento desses sujeitos e das organizações sociais do campo, com foco no controle e na transformação social de seus territórios.

A juventude aqui no assentamento tem voz ativa, tem abertura para fazer reuniões e encontros. Eles se organizam, participam e muitas vezes deliberam sobre várias pautas; já teve Encontro Estadual da Juventude aqui, então eles têm essa abertura, essa possibilidade de construir junto com a comunidade; e eles assumem essa posição de serem sujeitos no processo de transformação do assentamento e da realidade da vida no campo. Mesmo com todas as contradições vivenciadas cotidianamente aqui, eles têm se organizado politicamente e lutado pela construção de políticas públicas que promovam sua emancipação, pela melhoria e bem comum da comunidade (Liderança Camponesa<sup>9</sup>, 2018).

Nessa mesma direção, percebe-se, em vários relatos das famílias dos jovens, uma preocupação com a formação educacional e política da juventude do Roseli Nunes, as quais, segundo as famílias, têm possibilitado a eles se envolver com

<sup>9</sup> Relato de uma liderança camponesa que é pai de um dos jovens entrevistados.

as questões cotidianas que envolvem a vida e o futuro do assentamento/comunidade. Essa preocupação é pertinente porque o Assentamento Roseli Nunes se transformou em um espaço de resistência e de luta, onde as famílias, de forma coletiva, buscam soluções para os problemas vivenciados cotidianamente e que contemplem as especificidades do território camponês. E, nesse processo, torna-se extremamente importante a participação ativa e crítica da juventude, comprometida principalmente com as questões que emergem no espaço-tempo do assentamento e da comunidade.

Portanto, é preciso lutar pela elaboração e efetivação de políticas públicas voltadas para a juventude que possibilitem o desenvolvimento sustentável e integral do campo/assentamento, garantindo, à juventude do Roseli Nunes, seu espaço de produção, de reprodução e de realização da vida.

### **2.3 - A Juventude Camponesa em Mato Grosso: reflexões a partir das políticas públicas**

O estado de Mato Grosso faz parte da Região Centro-Oeste do Brasil, localizado na parte sul do continente americano. Possui uma extensão territorial de 903.357,91Km<sup>2</sup>, dividido em 141 municípios que foram agrupados em 12 regiões de planejamento e que contemplam três ecossistemas: Pantanal (6,8% do território), Cerrado (39,6% do território) e Floresta Amazônica (53,6% do território) (SILVA, 2014). Limita-se, ao Norte, com os estados do Pará e Amazonas, ao Sul, com Mato Grosso do Sul, a Leste, com Goiás e Tocantins e a Oeste, com o estado de Rondônia e o país da Bolívia (Figura 2).

Figura 2 - Mapa do estado de Mato Grosso: divisão política e administrativa



Fonte: [www.mapsofworld.com](http://www.mapsofworld.com)

Mato Grosso tem uma população, segundo o censo IBGE (2010), de 3.033.991 habitantes, estimada hoje em 3.344.544, sendo que apenas 55.232,1 (16,5%) estão em área rural. Nesse contexto, os projetos de Assentamentos, diante da expansão do capital, sejam pela monopolização do território, ou pela territorialização, encontram-se cercados pelas atividades monocultoras da soja, da cana de açúcar, do algodão e da teca, defendidas pelas elites e governantes locais como promotoras do desenvolvimento e de progresso.

Dessa forma, observam-se no Brasil as dificuldades que a reforma agrária tem enfrentado na atual conjuntura política, o estado de Mato Grosso não difere tanto do cenário nacional no que diz respeito às famílias que lutam para conquistar e permanecer na terra em meio ao avanço territorial do agronegócio.

Nesse cenário de concentração de terra pela expansão das monoculturas, tem-se, portanto, o empobrecimento dos camponeses e, conseqüentemente, a crise das lutas sociais: essas áreas, que deveriam ser destinadas a plantações de consumo popular, são ocupadas por agroindústrias, voltadas para atividades monocultoras,

bloqueando a função social da terra que é produzir alimentos (SILVA; ALMEIDA, 2014) Sendo assim, é o processo de luta pela posse de terra dos movimentos sociais do campo para a implantação da reforma agrária que torna possível a desconcentração fundiária e o cumprimento da função social da terra exigida pela Constituição Federal de 1988.

No estado de Mato Grosso, a luta na reconquista da terra apresenta vitórias significantes, com 549 projetos de assentamentos e 82.424 famílias assentadas. Além disso, a luta pela reforma agrária no estado continua longe do fim, pois tem-se, na atualidade, cerca de 5.000 famílias acampadas na espera da desapropriação de terras improdutivas com vistas à reforma agrária (INCRA<sup>10</sup>), resultado dos enfrentamentos sociais travados pelos movimentos sociais de luta pela terra.

Descrever essa conjuntura do estado de Mato Grosso faz-se necessário para observar que o cenário desses sujeitos sociais camponeses enfrentam no seu dia a dia e a busca por avanços no estado depende bem mais de articulação entre os jovens do campo e o estado enquanto possibilidade de programas que venham a beneficiar esse segmento da população.

De modo geral, a juventude não encontra espaço nos momentos de discussão das políticas públicas, mas vem demonstrando determinação em assegurar seus direitos e ocupar um lugar de destaque no processo de desenvolvimento do país, principalmente em épocas que esses contextos de lutas estão mais aflorados, como ressaltam Dayrell e Carrano:

Dentro do quadro global de desigualdades sociais os jovens se apresentam como uma população especialmente vulnerável e demandante de políticas públicas que possam promover a garantia de direitos sociais histórica e sistematicamente sonogados em ampla escala no Brasil (DAYRELL; CARRANO, 2002, p. 4).

Para implementar e executar políticas públicas viáveis e negociadas com a juventude rural, necessita-se de diretrizes políticas e, inclusive, de os próprios jovens estarem comprometidos com o diálogo, as pautas e as experiências que os jovens rurais estão construindo, cabendo a eles se organizar para tentar participar, monitorar

---

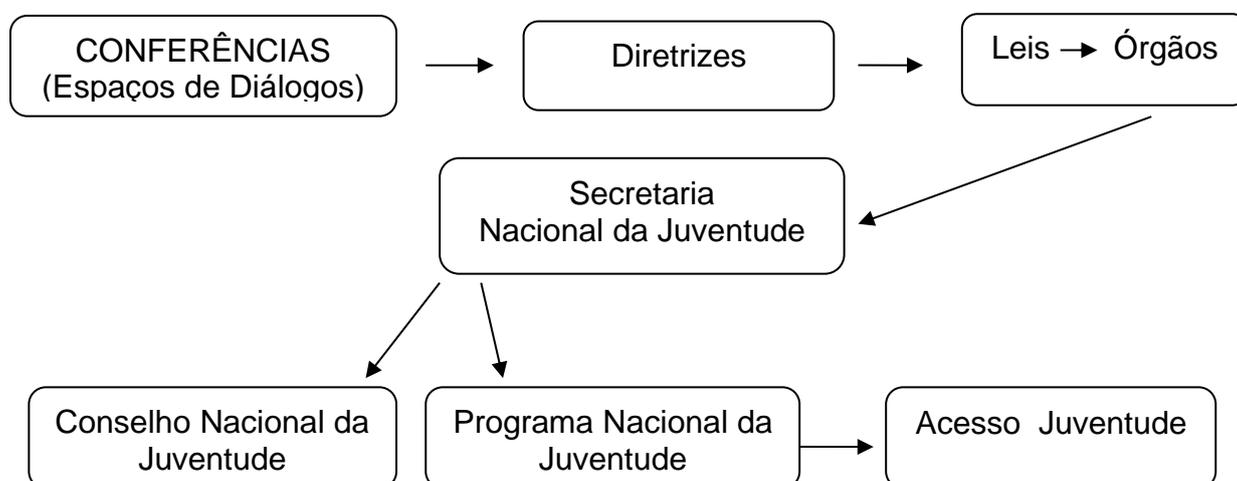
<sup>10</sup> Dados coletados no site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). [www.incra.gov.br](http://www.incra.gov.br)

e propor indicadores sociais e políticas públicas que abranjam a juventude rural (BARCELOS, 2014).

Barcelos (2014) afirma ainda que as políticas públicas para grupos ou setores específicos advêm de um debate sobre um estado de bem-estar social percebido no Brasil, de maneira especial, a partir de 2003, com a criação de instituições e políticas públicas específicas para esses sujeitos e com os pactos sociais formulados por aquele governo. Nesse contexto, de acordo com o referido autor, os jovens ocuparam espaços decisórios e ações foram divulgadas e realizadas com o intuito de fortalecer e dar visibilidade a esse grupo social na sociedade, fomentando experiências em geração de renda e inclusão produtiva para torná-los também atuantes em um processo de debates, formulação e proposição de uma estratégia de desenvolvimento rural sustentável para o país.

As demandas apresentadas na I Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, na II Conferência Nacional de Juventude, no Relatório do Grupo de Trabalho sobre Juventude Rural do CONDRAF e no Relatório do I Seminário Nacional Juventude Rural e Políticas Públicas contêm o conjunto das demandas de políticas públicas para a juventude rural. Esses encontros iniciaram a partir de 2003, no primeiro mandato do governo Lula, com a abertura de espaços de iniciativa popular para a Juventude Camponesa (Figura 3).

**Figura 3 - Fluxograma de encaminhamentos das políticas públicas**



Fonte: Autora, 2018.

Tais ações/espços de debate, dando voz às bases no processo de participação, de forma a concretizar e indicar melhorias através das políticas públicas, foram construídos por meio de reuniões e conferências locais, regionais e nacionais, com representação de diversos segmentos sociais, entre eles, a Juventude Camponesa. Assim sendo, após discussões e debates organizados pela juventude e pela sociedade civil em todos os âmbitos, inicia-se, então, a confecção de um projeto de lei e, após sua efetivação, constrói-se a efetivação da política pública. Portanto, as políticas públicas são resultantes da mobilização da sociedade civil e dos segmentos sociais interessados.

No caso específico desta pesquisa dissertativa, a juventude analisada foi contemplada com bolsas de formação e aperfeiçoamento pelo Programa Nacional de Educação para a Reforma Agrária (PRONERA<sup>11</sup>), ligado ao Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), em um edital específico, voltado à Juventude Camponesa. O PRONERA, no contexto do campo/assentamento, passou a representar uma parceria estratégica entre governo federal, instituições de Ensino Superior e movimentos sociais do campo para a elevação da escolaridade de jovens e adultos em áreas de reforma agrária e formação de professores para escolas localizadas no território dos assentamentos rurais em Mato Grosso e no Brasil como um todo.

Partindo desse contexto de agenda e formulações de políticas públicas no estado de Mato Grosso, foi sancionada, em 9 de dezembro de 2015, pelo governador Pedro Taques (PSDB), e encaminhada para a Assembleia Legislativa, a criação do Conselho Estadual de Juventude (CONJUV-MT), aprovada como projeto de lei nº 773/2015 (MATO GROSSO, 2017<sup>12</sup>). O CONJUV é uma entidade intimamente ligada à Secretaria de Trabalho e Assistência Social (SETAS), tendo como finalidade essencial pautar e fomentar políticas públicas para a juventude, assegurando ao

---

<sup>11</sup> De acordo com ZART (2012, p. 124 *apud* BRASIL, 2004, p. 17), o PRONERA é uma conquista histórica, social e educacional da classe trabalhadora, mais intensivamente dos camponeses; integra, em termos estruturais, o Instituto Nacional da Reforma Agrária (INCRA). O PRONERA tem como objetivo o fortalecimento da educação nas “áreas da reforma agrária estimulando, propondo, criando, desenvolvendo e coordenando projetos educacionais, utilizando metodologias voltadas para a especificidade do campo, tendo em vista contribuir para a promoção do desenvolvimento sustentável”.

<sup>12</sup> Lei nº 773/2015 aprovada pela Assembleia Legislativa, a criação do Conselho Estadual de Juventude (CONJUV-MT). Acesso em: [www.mt.gov.br](http://www.mt.gov.br)

jovem o espaço garantido no processo de construção social, político, econômico e cultural do estado (MATO GROSSO, 2017).

Embora tenhamos, no âmbito nacional, o CONJUV já instituído, assim como a Secretária Nacional da Juventude (SNJ), a criação do Conselho Estadual assegura ao estado de Mato Grosso ser protagonista dos acontecimentos ocorridos e que abrangem a juventude, facilitando, assim, a integração e a participação do jovem no âmbito social como um todo. Sendo assim, o CONJUV atua na perspectiva governamental do estado e se solidifica como uma das mais importantes armas de defesa dos direitos, deveres e atribuições legais da juventude.

No entanto, a Juventude Camponesa tem o desafio de buscar políticas públicas dentro de um governo que prioriza o fortalecimento do agronegócio no estado, com discurso de fortalecimento dos processos de construção social, política, econômica e cultural, situação que, muitas vezes, dificulta o acesso (burocracia) ou a implementação efetiva das ações nos territórios da reforma agrária.

Com relação à organização da juventude camponesa do Assentamento Roseli Nunes, observa-se que esses sujeitos possuem objetivos, sonhos, aspirações que envolvem a vida no campo; organizam-se em grupos e com a comunidade para lutar e resistir aos ditames do capital; mobilizam-se e constroem espaços de debates e discussões sobre diversas demandas que envolvem o ser jovem e o território do assentamento rural; lutam cotidianamente em prol da construção e aplicação de políticas públicas que possibilitem a eles cada vez mais se inserir, conhecer, participar de maneira ativa e crítica na vida social, econômica e política, tanto local quanto regional da comunidade.

Um marco importante no processo de luta e resistência da Juventude Camponesa pode ser observado no cartaz do I Encontro Nacional da Juventude Sem Terra, que ocorreu nos dias 11 a 14 de agosto de 2018, em Goiânia, finalizando com uma marcha, no dia 15 de agosto de 2018, em Brasília/DF, onde a palavra de ordem foi “Juventude Sem Terra: organizando a rebeldia pró Projeto Popular”. O que pode ser visualizada no cartaz da (Figura 4).

Figura 4 - I Encontro Nacional da Juventude Sem Terra



Fonte: Coordenação MST/MT, 2018.

Os jovens estão em inúmeras participações nacionais e regionais, em marchas, eventos com efetiva participação no estado de Mato Grosso. Dessa forma, a juventude do campo traz uma análise da atual conjuntura dos seus estados de retrocesso das políticas públicas para a juventude camponesa. Apesar de estarem organizados, ainda falta apoio efetivo estatal. Observa-se isso na fala do jovem:

Eu melhoraria esses acessos às políticas públicas, porque a gente, nos encontros e estudos, viu que têm várias políticas públicas apenas para jovens, que também podem ter acesso às mesmas questões da educação pelo PRONERA. A gente teve esse curso também, que foi uma política pública, mas que é muito pouco. É bem difícil a gente conseguir acessar tudo isso. Há uma burocracia muito grande. Se fala (sic) que é fácil, mas, quando a gente vai atrás, a gente corre, a gente encontra muitos “nãos” na cara, então eu tentarei ajudar por esse lado. Se eu fosse um político, para melhorar a questão da nossa renda dentro do assentamento, para melhorar essa questão de logística, a comercialização da gestão da produção. Se nós estivermos todos unidos, eu creio que a gente consegue fazer tudo isso. Esses também são meus planos para o futuro, pensar em algo bom para nós que estamos aqui, estudos, faculdade para o jovem do campo, com o nosso interesse, pensaria nisso. Acho que ia melhorar (C. B. O, 25 de março de 2018).

Em conseguinte tem-se as figuras 5 com imagens de participação e ações da juventude nos espaços do assentamento.

**Figura 5 - Participação e ações da juventude no Assentamento.**



**Foto: Acervo da autora, 2017; a) e b) Mística do seminário de economia solidária; c) e d) momento de formação e visitas em áreas de estudo; e) e f) limpeza da área da antiga sede da fazenda para utilizar nos momentos de formação.**

A juventude do campo de hoje parece não estar em busca de pontos de chegada, soluções ou verdades, o que se percebe nesses espaços coletivos, é que ainda há preocupação com o futuro da juventude. Assim, o modo de preocupar-se diz que o caminho a ser construído e trilhado terá que ser construído através de reflexões, mobilizações, e ações por parte desses sujeitos.

## **CAPÍTULO III – CONTEXTUALIZAÇÃO DO TERRITÓRIO DA JUVENTUDE CAMPONESA**

Neste capítulo, realiza-se uma discussão sobre os Assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra em Mato Grosso, buscando descrever e identificar, a partir dos dados oficiais, como está organizado o território camponês mato-grossense. Para tanto, a análise terá como foco o Assentamento Roseli Nunes, no município de Mirassol D'Oeste, bem como a Juventude Camponesa que vive nesse território. A discussão do capítulo está organizada em quatro seções. A primeira tratará de como se concretiza um assentamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, com foco no estado de Mato Grosso. O segundo item constitui-se em uma análise descritiva sobre o Assentamento Roseli Nunes, fazendo uma reflexão sobre o território camponês. Na seção três, serão abordadas as reflexões da Escola Estadual Madre Cristina e suas práxis, com a descrição dos jovens do Assentamento; e, na seção quatro, serão abordados os conflitos vivenciados pela juventude, que vive e luta para a manutenção e permanência na terra.

### **3.1 - Os Assentamentos Rurais do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra em Mato Grosso**

Os assentamentos rurais, no cenário da questão agrária brasileira, são um dos fatos marcantes que caracterizam o período da década de 1980 até os dias atuais. No estado de Mato Grosso isso não se difere, pois a luta organizada pelos movimentos sociais do campo, em especial a mobilização e os trabalhos de base do MST, tem resultado na implantação de diversos assentamentos no estado.

Observa-se que com os assentamentos rurais, ganham os assentados, os movimentos e as organizações sociais, bem como a sociedade civil como um todo, porque terão alimentos de qualidade para serem consumidos.

Segundo Leite (2012), os assentamentos rurais são frutos de pressão dos movimentos sociais que organizam a população para reivindicar, junto ao estado, a distribuição de terra de forma mais igualitária. Nesse contexto de reivindicações e luta, um número expressivo de trabalhadores participa do processo de ocupação de

terras e de acampamento e, num segundo momento da luta, deixam de ser acampados para se tornarem assentados.

A construção desses processos de organização, luta, ocupação e acampamento, pelos movimentos sociais, ocorre com o apoio de várias instituições importantes na luta pela superação das desigualdades sociais no campo, entre elas, a Comissão Pastoral da Terra (CPT), criada em 1975, pela Igreja Católica. De acordo com Martins (1995), desde o início, a CPT tem como objetivo apoiar a luta pela reforma agrária, contribuindo com a organização dos trabalhadores rurais e mediando os conflitos.

Esse apoio da CPT, assim como de outras instituições, aos trabalhadores rurais contribuiu para o nascimento do Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra (MST). Isso porque, em janeiro de 1984, a Comissão Pastoral da Terra promoveu o I Encontro Nacional dos Sem Terra e, como resolução desse encontro, no mesmo ano, foi fundado o MST na cidade de Cascavel/PR. Além disso, nesse encontro, foram definidos alguns princípios básicos do movimento, como lutar pela reforma agrária, lutar por uma sociedade justa e igualitária, reforçar a luta pela terra com a participação de todos os trabalhadores rurais, sejam eles meeiros, arrendatários, assalariados ou pequenos proprietários. Também ficou definido que a participação das mulheres deveria ser estimulada (MST, 2000).

A criação do MST coincide com o início de um acontecimento histórico em nosso país: o retorno ao regime democrático, que possibilitou a retomada dos movimentos sociais populares, que haviam sido interrompidos pelo golpe militar de 1964. Durante o regime militar, o modelo de desenvolvimento capitalista da agricultura acabou trazendo como consequência a miséria do trabalhador rural, cuja única saída foi deixar o campo rumo à cidade, promovendo a desterritorialização do campo por muitos anos (CASTRO, 2016).

Contudo, o forte crescimento da economia brasileira nos anos 1970, a recessão dos anos 1980 e 1990, a falta de empregos na zona urbana, tendo como consequência muita miséria do trabalhador urbano, a falta de perspectiva de inserção no mercado de trabalho, contribuíram definitivamente com o desejo de retorno ao campo por parte de muitos trabalhadores. Diante dessa situação, a luta efetiva pela

terra de trabalho é retomada no início dos 1980, o que reforçou ainda mais a criação do MST com a participação desses trabalhadores (FERNANDES, 1999).

Com o intuito de retornar ao campo, os trabalhadores excluídos da cidade engrossaram o contingente de pessoas dispostas a enfrentar as consequências da luta pela terra. Em geral, tomam consciência de sua posição na sociedade atual e no processo de luta após passarem por um trabalho de base, como denominam os coordenadores do movimento (FERNANDES, 1999).

Assim, é essencial a contribuição de entidades, como a CPT e o movimento MST, na conscientização dos trabalhadores em relação à legitimidade da luta pela terra. Nesse sentido, Martins enfatiza para a justiça social que:

O Movimento é o único agente social a proclamar todos os dias que a Questão Agrária não é só nem predominantemente uma questão econômica. Ela é uma questão política. Mesmos grupos atuantes, da maior relevância histórica e política, como a Comissão Pastoral da Terra, onde aliás nasceu o Movimento Sem Terra, já se equivocam na sua missão e no alcance de seu trabalho ao anunciarem na prática a precedência das questões econômicas e técnicas em relação às questões propriamente sociais e políticas. À medida que o Movimento dos Sem Terra questiona o injusto e anti-social regime de propriedade, à medida que, ao reivindicar, cria impasses políticos criativos para os governantes e o Estado, à medida que obriga o Estado, com suas ações concretas de ocupação de terras, de alguma forma, ainda que tangencialmente, a tomar providências protelatórias, a negociar e a fazer reformas tópicas, nessa medida o Movimento questiona o Estado oligárquico e latifundista. Assim agindo, o Movimento dos Sem Terra atua no sentido de democratizar a propriedade da terra e de desimpedir um fator de persistência da mentalidade oligárquica. Nesse sentido ele é essencialmente modernizador, muito mais modernizador do que o capital que se compõe com a grande propriedade fundiária (MARTINS, 1997, p. 64-65).

No estado de Mato Grosso, constatou-se que as famílias camponesas tiveram total apoio da CPT no processo de organização e ocupação de terras. Esse apoio contribuiu para o surgimento dos primeiros acampamentos no estado.

Fernandes (1999) relata ainda que o MST já tinha feito algumas tentativas de se organizar em Mato Grosso, devido à grande demanda de famílias sem-terra em um estado que possui uma intensa concentração fundiária. Contudo, segundo o referido autor, o estado por meio de várias políticas sempre tentou “[...] impedir sua ocupação pelos posseiros e o crescimento da organização sociopolítica dos camponeses”, o que se observa através da descrição:

As terras do Estado de Mato Grosso foram apropriadas por meio da expropriação das nações indígenas. Durante o governo militar,

especialmente desde o início dos anos 70 até meados da década de 1980, o Estado foi o "paraíso" da colonização particular. O Incra também criou diversos projetos oficiais de colonização. Muitos desses projetos foram implantados em terras indígenas, como por exemplo: em territórios Xavantes, Kreen-Akoré, Apiaká, Kayabi etc. A apropriação dessas terras também aconteceu pela prática da grilagem e muitos posseiros foram assassinados. Essas formas de apoderar-se das terras tinham como objetivo, entre outros, realizar a colonização dirigida. Ou seja, o governo federal pretendia trazer para o Mato Grosso e para a região amazônica, os camponeses sem-terra das regiões Sul, Sudeste e Nordeste. Essa política ficou conhecida como "Colonizar para não Reformar" e significou um modo do Estado conduzir a apropriação das terras, entregando-as para empresas capitalistas, tentando impedir sua ocupação pelos posseiros e o crescimento da organização sociopolítica dos camponeses (FERNANDES, 1999, p. 202-203)

No 7º Encontro Nacional, realizado em Salvador, em dezembro de 1993, o MST decidiu que iria se organizar em Mato Grosso. Assim, no segundo semestre de 1994, alguns militantes dos estados de Rondônia, Mato Grosso do Sul, Santa Catarina e Rio Grande do Sul dirigiram-se para o Mato Grosso com o propósito de fundar o MST-MT (FERNANDES, 1999).

Em 1995, após várias visitas e reuniões com professores da Universidade Federal de Mato Grosso, com membros do Partido dos Trabalhadores, com agentes de pastorais da Igreja Católica/Comissão Pastoral da Terra e membros de diferentes Sindicatos de Trabalhadores filiados à Central Única dos Trabalhadores, tem-se a formalização da articulação de apoio à formação do movimento no estado (FERNANDES, 1999).

Nesse período, intensificam-se as lutas a partir das ações do MST e, no dia 14 de agosto de 1995, o MST-MT fez sua primeira ocupação, com aproximadamente mil e cem famílias, as quais ocuparam a fazenda "Aliança", no município de Pedra Preta, no sudeste do estado. A bandeira do MST foi hasteada pela primeira vez num latifúndio em Mato Grosso e o acampamento foi batizado de "Zumbi dos Palmares". Essa ocupação marcou o início do processo de territorialização do MST no estado (FERNANDES, 1999).

Após essa ocupação, o MST iniciou a sua organização na região Centro-Sul mato-grossense, no município de Cáceres, construindo espaços de socialização política nas comunidades, formando, com trabalho de base, novos grupos de famílias em Cáceres e em mais 6 municípios da região. Essa organização resultou em uma segunda ocupação de terras no estado. Assim, no dia 8 de abril de 1996, mil

quinhentas e três famílias ocuparam a fazenda “Santa Amélia”, no município de Cáceres, e criaram o acampamento “Margarida Alves”<sup>13</sup>.

Segundo uma educadora e assentada no Assentamento “Margarida Alves”,

[...] o acampamento ficava em uma área bem localizada, na BR 364, e perto da cidade de Cáceres. Era muita gente e tínhamos muita garra para lutar, apesar do descaso do governo com os acampados. Um ato muito lembrado e que marcou o dia 17 de julho de 1996 foi que todas as famílias que estavam acampadas iniciaram uma marcha rumo à capital Cuiabá, assim foram 950 pessoas do acampamento Margarida Alves e 450 pessoas do Zumbi dos Palmares, que caminharam 250 quilômetros cada grupo. No dia 31 de julho, após 15 dias de caminhada, no dia 31 de julho as duas marchas se encontraram na entrada da cidade de Cuiabá, onde tivemos a oportunidade de manifestar ainda mais para a sociedade os descasos do governo com a nossa luta (Informação Verbal<sup>14</sup>).

Ainda de acordo com a assentada, a marcha foi um dos vários atos que tiveram que fazer em prol da terra e foram inúmeras as vezes que tiveram que se organizar e marchar para receber algo do governo para o assentamento. Mas, segundo ela, tudo isso valeu a pena, porque “hoje estamos assentados, temos associações, grupo das margaridas<sup>15</sup>, escola, produzimos e colhemos nos nossos quintais” (informação verbal, 2017).

Ainda em 1996, pelo menos vinte fazendeiros ofereceram suas propriedades ao Incra e declararam aceitar os Títulos da Dívida Agrária<sup>16</sup>. Em pouco mais de trinta dias, todas as famílias estavam em pré assentamentos. Dessa forma, no contexto geral do estado de Mato Grosso, o primeiro assentamento implantado no estado foi no município de Juscimeira e recebeu o nome de “Geraldo Pereira

<sup>13</sup> O nome do assentamento é em homenagem a Margarida Maria Alves, que foi uma sindicalista e defensora dos direitos humanos, brasileira, uma das primeiras mulheres a exercer um cargo de direção sindical no país. Seu nome e sua história de luta inspiraram a “Marcha das Margaridas”, que foi criada em 2000 em homenagem a ela, que se transformou num símbolo da luta por direitos iguais às mulheres do campo. Em 2019, acontece a 6ª Marcha das Margaridas, contra a violência e o desrespeito às mulheres. Nasceu em 5 de agosto de 1933, em Alagoa Grande/PB, e foi assassinada em 12 de agosto de 1983, na mesma cidade de seu nascimento.

<sup>14</sup> Entrevista realizada com a educadora Ivone Floriano, do assentamento “Margarida Alves”, em outubro de 2017.

<sup>15</sup> Grupo das margaridas: grupo formado por mulheres que pertencem a ARPEP (Associação Regional das Produtoras Extrativista do Pantanal). Foi criado em julho de 2009, com o objetivo de garantir a autonomia produtiva e econômica de mulheres rurais através do manejo agroecológico da produção e geração de renda no Sudoeste do estado. Trabalham com o manejo e beneficiamento dos frutos do cerrado (pequi, cumbaru e babaçu), bolachas enriquecidas com mesocarpo de babaçu, pães, farinha e bolachas.

<sup>16</sup> Títulos da Dívida Agrária: os Títulos da Dívida Agrária (TDA) são títulos mobiliários da dívida pública federal interna, decorrentes de desapropriações de imóveis rurais (art. 184, da Constituição Federal do Brasil), ou de aquisição amigável de imóvel rural pelo INCRA para fins de reform. Na maioria dos casos, o próprio movimento social busca e indica o imóvel ao INCRA.

Andrade”, na região Sudoeste do estado, no município de Nova Olímpia, depois, foi no município de Tangará da Serra: a área foi desapropriada e as famílias foram transferidas e fundaram um dos assentamentos mais extensos do Brasil, o Assentamento “Antônio Conselheiro”, com 999 famílias.

Ao considerar estes contextos, percebe-se que o processo de formação e territorialização do MST ocorreu a partir de diversas lutas e resistência e em várias regiões do estado. Isso significa dizer que o esforço dos trabalhadores na luta contra o atual modelo de produção, que concentra terra e renda, tem dado resultados.

As ocupações criam a terceira dimensão desse processo de multidimensionamento do espaço de socialização política: o espaço de luta e resistência. Esse espaço é na sua concretude o acampamento. É quando os trabalhadores partem para o enfrentamento com o Estado e os latifundiários. É a manifestação pública dos sujeitos e de seus objetivos. O acampamento pode durar anos. Nesse espaço, a luta e a resistência são fundamentais para enfrentar as situações previsíveis e imprevisíveis: o enfrentamento com a polícia, com os jagunços, as péssimas condições de sobrevivência, os despejos etc. A resistência e a luta nesse espaço têm levado à conquista de uma fração do território. O Assentamento é uma fração do território conquistado. É um novo recurso na luta pela terra. Esse recurso significa parte das possíveis conquistas e, portanto, representa a possibilidade de novas conquistas, de territorialização. Dessas diferentes formas o MST tem se espacializado e se territorializado. Ao se territorializar, ao conquistar frações do território, territorializa-se na luta pela terra. (FERNANDES, 1999, p. 55-56).

No ano de 1996, realizou-se o primeiro encontro de professores e lideranças de assentamentos em Mato Grosso.

Em 12 de agosto, comemora-se também o aniversário de Margarida Alves, em conjunto com o “Dia Nacional de Mobilização das Mulheres contra a Violência no Campo e pela Reforma Agrária”, atividades que fortalecem a mística da luta, contribuindo para a formação e a permanência do MST-MT.

O MST-MT conta com uma secretaria, na capital Cuiabá. Além disso, o MST conseguiu se organizar e tem vários setores no estado. O setor de educação realiza encontros, seminários, oficinas e debates no estado, como encontros regionais dos sem-terra, de educadoras e educadores da reforma agrária, trabalhos de alfabetização de jovens e adultos nos assentamentos e acampamentos. Essas atividades ainda vêm acontecendo atualmente.

Mesmo com dados relevantes acerca de ações dos movimentos que buscam a obtenção de terra, percebe-se ainda um descaso do Governo Federal em relação à agricultura camponesa, aos acampados e aos assentados. E mais, após o *impeachment* da ex-presidente Dilma Roussef e a ocupação da presidência da república por Michel Temer, em 2016, os direitos da classe trabalhadora estão sendo cortados ou relegados e há também uma situação de insegurança vivenciada cotidianamente no país pelos movimentos sociais e pela sociedade como um todo.

Vinte e três anos depois de o MST ter iniciado os trabalhos de formação em Mato Grosso, os dados demonstram que o movimento manteve a luta e a resistência camponesa, enfrentando os latifundiários, o estado e a impunidade. Esse processo de luta foi árduo, mas gerou muitos ganhos aos trabalhadores rurais, entre eles, constata-se que houve a criação, em Mato Grosso, de 549 assentamentos<sup>17</sup>, onde passaram a viver mais de 82.424 famílias em 6.023.370,76 hectares de terra.

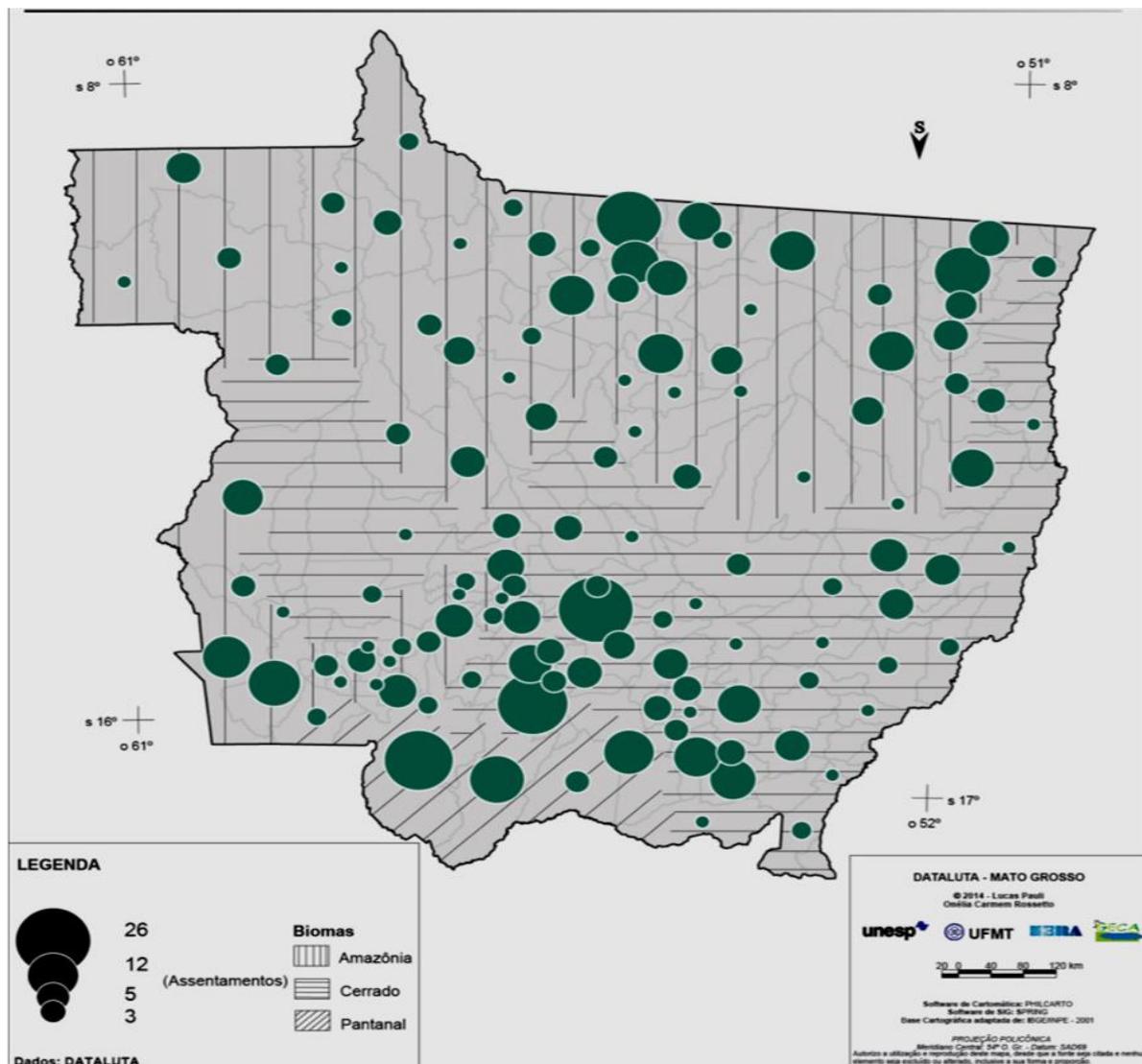
Os mapas a seguir expressam os números de assentamentos e famílias assentadas de reforma agrária no estado de Mato Grosso nos anos de 1979 a 2013. Assim sendo, observa-se, na figura 6, que os assentamentos rurais estão espalhados por todo o Estado, sendo maior a concentração na região sul. Ressalta-se que no contexto do estado a região sul é conhecida como área da agricultura camponesa e a região norte como área onde concentrada grandes áreas de monoculturas da soja.

Na figura 7 observa-se que há um grande contingente de famílias assentadas no estado de Mato Grosso, porém ainda há no estado, segundo dados do MST, diversos acampamentos à espera da negociação no INCRA para a implantação de assentamentos.

---

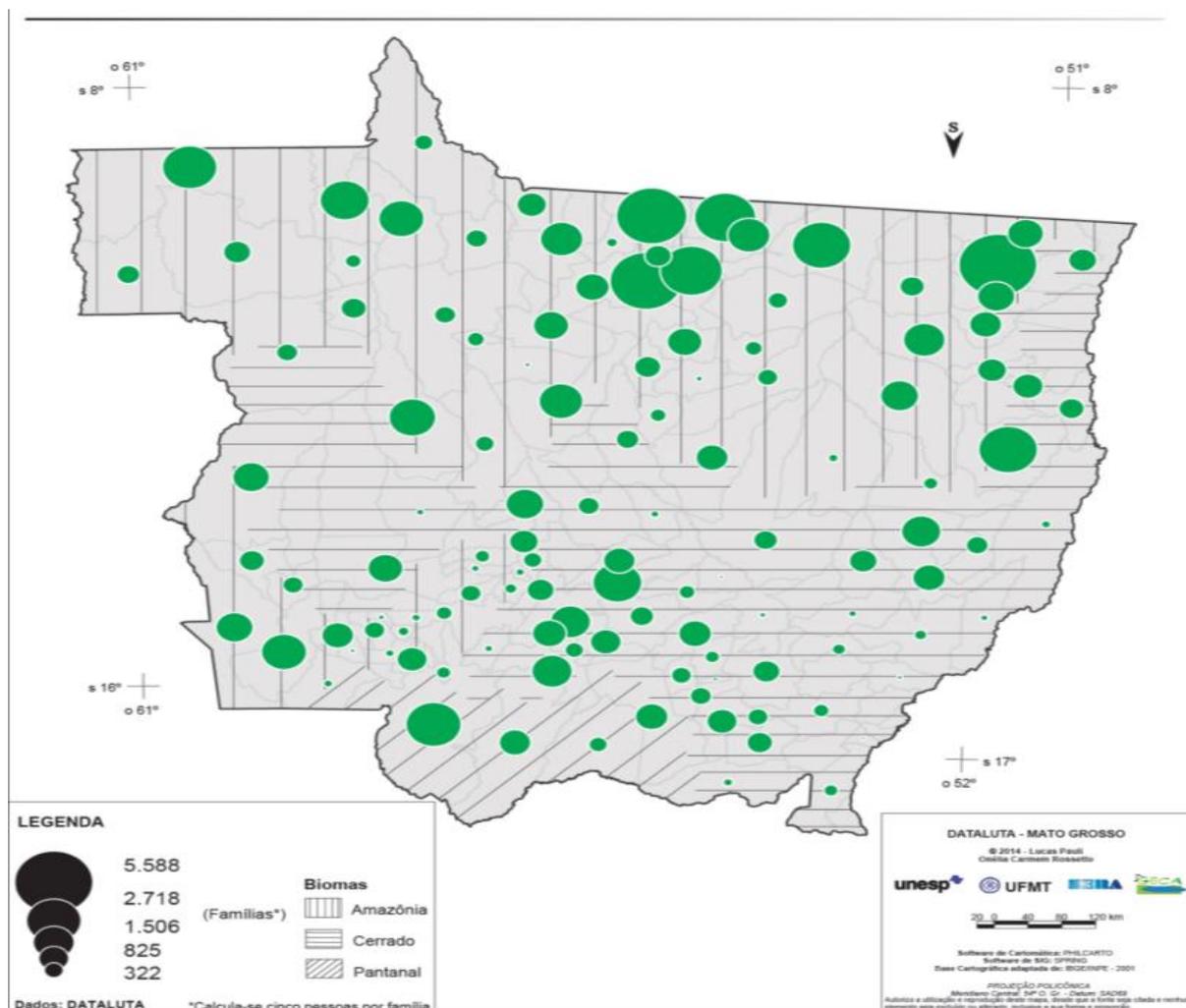
<sup>17</sup> Dados do INCRA: [http://www.incra.gov.br/reforma\\_agraria](http://www.incra.gov.br/reforma_agraria). Assentamentos em Mato Grosso, 2018.

Figura 6 - Número de assentamentos no estado de Mato Grosso (1979-2013)



Fonte: DATALUTA – Banco de dados da luta pela terra, 2013. [www.fct.unesp.br/nera](http://www.fct.unesp.br/nera)

Figura 7 - Número de famílias assentadas no estado de Mato Grosso (1979-2013)



Fonte: DATALUTA – Banco de dados da luta pela terra, 2013. [www.fct.unesp.br/nera](http://www.fct.unesp.br/nera)

Mesmo com as ações de lutas e resistência camponesa no estado e a concretização de diversos assentamentos, um levantamento realizado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) apontou que 6.601 famílias de Mato Grosso<sup>18</sup> moram em áreas de conflitos agrários. Mesmo com um significativo número de assentados no estado, os dados da CPT colocam Mato Grosso na 1ª posição no ranking de homicídios por conflitos agrários no Centro-Oeste e em 6º lugar no ranking nacional em número de famílias em locais de conflitos. Os municípios de Querência, Canarana e São Felix do Araguaia são os mais violentos do estado, com diversas mortes ocorridas a partir de conflitos no campo. Os conflitos envolvem, em sua maioria, indígenas, assentados, sem-terra, quilombolas e posseiros como vítimas de ações

<sup>18</sup>Conflito no Campo Brasil: levantamento realizado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) 2016/2017, coordenado por: Antônio Canuto; Cássia Regina da Silva Luz; Thiago Valentin Pinto Andrade. Goiânia.

praticadas por madeireiros, empresários, mineradores e grileiros, além de atos pontuais dos governos federal e estadual e da Polícia Militar (CPT, 2017).

[...] os conflitos entre assentados e grileiros começaram com atos de intimidação e culminaram em famílias torturadas e danos materiais – tudo isso em um espaço de três semanas. [...] entre os confrontos, duas roças foram destruídas e foram registrados 14 boletins de ocorrência por danos materiais e 12 por crimes de pistolagem. [...]. Ao todo foram registrados 820 ocorrências de tentativas ou ameaças de expulsão, 336 registros de famílias despejadas e 502 ameaçadas de despejo, bem como 317 casas e 153 roças destruídas e 578 crimes de pistolagem e 23 relatos de pertences destruídos. (CPT,2017).

Ainda segundo a CPT (2017), o crime em Mato Grosso compensa e os benefícios são maiores que os prejuízos para produtores de soja, milho, algodão, criadores de gado, extratores de madeira, entre outros. Isso porque fazem parte dos poderes executivos, legislativo, judiciário ou ainda da própria polícia civil e militar, ou são apadrinhados por estes. Essa coligação existente entre latifundiários, juízes, delegados e policiais, além das longas distâncias a serem percorridas pelos averiguadores, faz com que a maioria dos crimes fique impune, ou seja, não há qualquer tipo de punição para a violência sofrida pelos trabalhadores do campo. Além disso, constata-se também que:

O Estado – com seu Executivo, Legislativo, Judiciário e aparelho repressivo – se demonstra violento e opressor contra as práticas sociais e contra o povo pobre do campo negando-lhes a Reforma Agrária e utilizando-se do poder apenas para beneficiar os latifundiários e o agronegócio (CPT, 2017).

Apesar do cenário político de embates, conflitos e lutas decorrente da concentração de terra e renda no estado, o MST se mantém no embate e consegue explicitar sua concepção política e social, quando em uma demonstração de união, de mobilizações, de formação. A cada congresso, a cada mobilização, a cada encontro, apresenta seu grito de guerra e concepção que se fortalece em lutar e construir a reforma agrária popular.

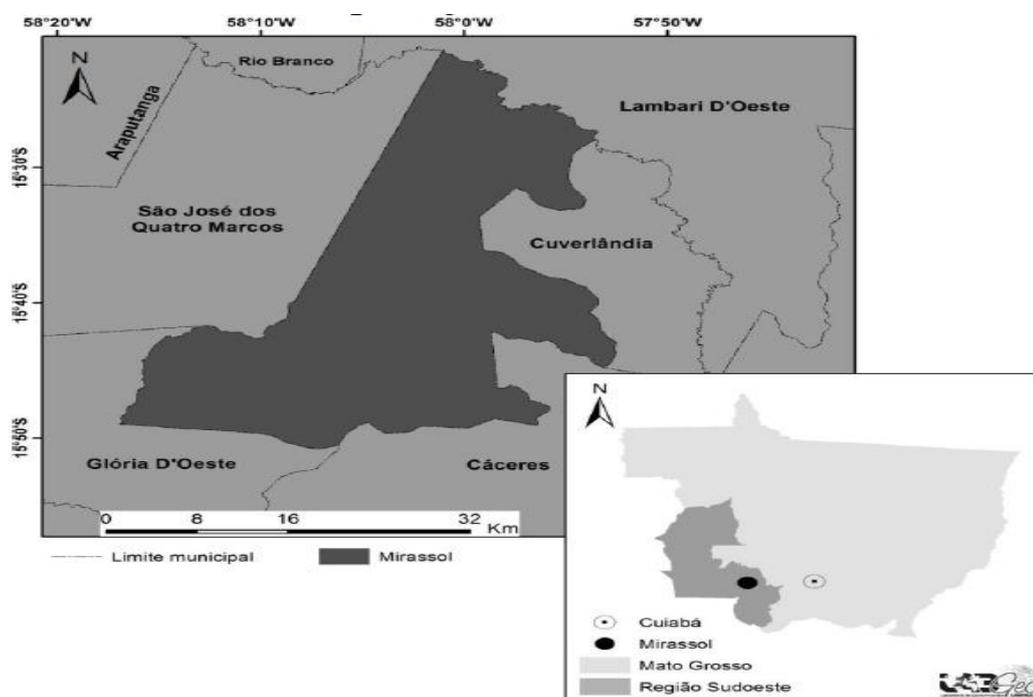
Na medida em que aprofundam-se os estudos, percebe-se também, frente a todos os desafios, a importância do Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) na luta pela e na terra no estado e na busca pela solução do “[...] problema fundiário e o estabelecimento de um projeto socioeconômico e político camponês” (FERNANDES, 1999, p. 89).

Assim, os sem-terra mato-grossenses, organizados ou não pelos movimentos sociais e sindicais, lutam em formato de ocupação de terras, acampamentos, conquista de assentamentos, em processos de territorialização; ensaiam resistências coletivas contra as formas abusivas de exploração e pela vida digna no campo, o que vai-se contextualizar no subcapítulo que se segue, no qual será dada ênfase ao Assentamento Roseli Nunes, território da pesquisa.

### 3.2 - Assentamento Roseli Nunes: reflexões sobre o território camponês

O Assentamento Roseli Nunes está localizado entre os municípios de Curvelândia e Mirassol D'Oeste. Uma de suas entradas, a principal (onde se visualiza o portal), localiza-se no município de Curvelândia, porém grande parte de seu território está situada no município de Mirassol D'Oeste, no estado de Mato Grosso, situado na mesorregião sudoeste mato-grossense e na microrregião de Jauru. Abrange uma área territorial de 1.073km<sup>2</sup>. Mirassol D'Oeste compõe uma região de fronteira com a Bolívia, distante 329km da capital Cuiabá, localizada nas coordenadas 15°45'30" latitude sul, 58°16'36" longitude oeste (Figura 8), com uma população de 26.768 habitantes (IBGE /2017).

Figura 8 - Localização do município de Mirassol D'Oeste/MT



Fonte: LABGeo, 2017.

O Assentamento Roseli Nunes ocupa uma área de 10.611,00 hectares e surge a partir de um processo de materialização da luta pela terra, pautada dentro dos princípios do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST. Ele é fruto da ocupação da fazenda “Facão”, localizada no município de Cáceres, ocorrida no dia 17 de março de 1997, organizada pelo MST, com aproximadamente 600 famílias vindas de diversas cidades do estado (BATISTA, 2011).

O acampamento aumentou no decorrer dos dias, chegando a um total de 1.200 famílias, que sonhavam em ter uma vida melhor dentro da terra conquistada. Nesse ínterim, o acampamento recebeu o nome de Roseli Nunes, em memória à camponesa Roseli Nunes, que morreu assassinada no estado do Rio Grande do Sul, tendo como lema a frase “Prefiro morrer lutando a morrer de fome”. Roseli Celeste Nunes da Silva<sup>19</sup>, foi ativista social, mártir da luta social pela terra, brasileira. Nasceu em 1954 no estado do Rio Grande do Sul. Teve sua vida encerrada aos 33 anos durante um protesto com mais de 5.000 pessoas na BR- 386 em Porto Alegre, onde um caminhão invadiu a barreira humana de manifestantes e atropelou Roseli Nunes, que veio a óbito em 31 de maio de 1987.

Nesse contexto o acampamento foi organizado com formação dos setores de saúde, segurança, higiene, finanças, animação, educação, esporte, organização da juventude, formação, comunicação e cultura. Para complemento da alimentação, era usado, ainda, um pequeno espaço da área, ocupado para roças comunitárias, que se somava com as contribuições vindas de parceiros já assentados e amigos do MST. Nesse período, já se desenhava uma produção pautada nos princípios da agroecologia, com soberania alimentar e preservação da vida.

Assim sendo, os acampados permaneceram durante um ano de ocupação na fazenda facão e em 1998 saiu o comodato<sup>20</sup> na Fazenda Prata, e só depois de 4 anos é que realmente houve o parcelamento da terra, em 2002, no município de Mirassol D’Oeste, hoje, Assentamento Roseli Nunes, onde foram liberados 331 lotes

---

<sup>19</sup><http://www.cptne2.org.br/index.php/publicacoes/noticias/noticias-do-campo/2018-roseli-nunes-martir-do-campo.html>, consultado em julho de 2019.

<sup>20</sup> Comodato: é o empréstimo gratuito de coisas não fungíveis, no caso, a terra, um contrato unilateral a título gratuito, para que esta use-o bem e depois o restitua.

para as famílias. Houve lutas acirradas até surgir o parcelamento<sup>21</sup>, que se deu somente em junho de 2002.

Porém antes de sair o comodato da fazenda Prata, foi liberado o assentamento Antônio Conselheiro, no município de Tangará da Serra. Como a área demarcada era extensa, as pessoas que estavam no acampamento Facão foram convidadas para se juntar nesse local.

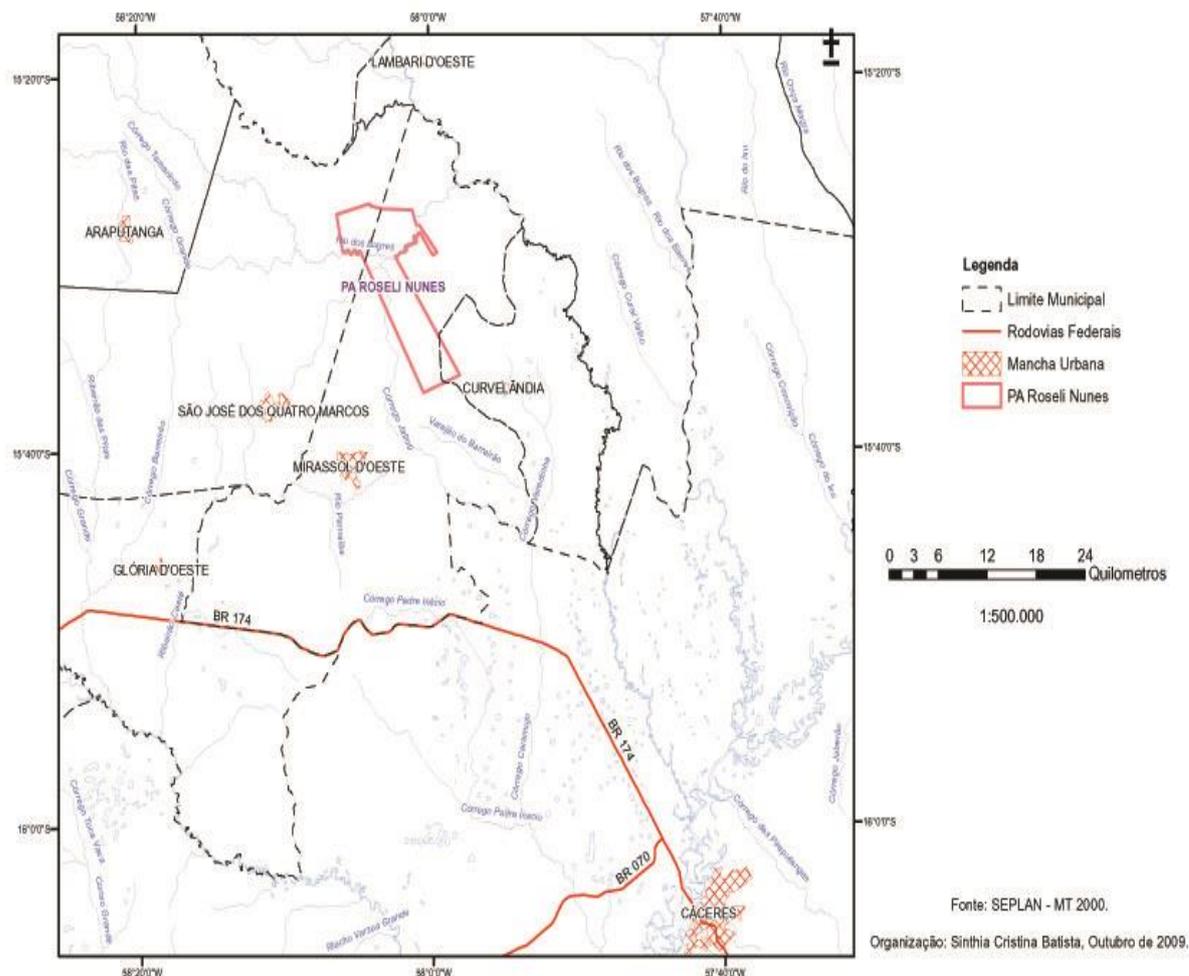
Nesse sentido, foram várias famílias para esse novo assentamento. Quem preferiu ficar ainda no acampamento permaneceu por mais um ano até a saída do pré-assentamento Roseli Nunes.

A região do Assentamento engloba três biomas brasileiros: Amazônia, Cerrado e Pantanal, na bacia hidrográfica do rio Cabaçal, afluente do rio Paraguai, formador do Pantanal Mato-Grossense. Observa-se, na figura 9, a localização e os limites do Assentamento Roseli Nunes.

---

<sup>21</sup> Parcelamento: cortes e demarcações dos lotes que são feitos por funcionários do INCRA.

**Figura 9 - Localização do Assentamento Roseli Nunes-MT**



Fonte: BATISTA, (2009).

O relato do assentado Antônio Leite é elucidativo sobre o momento de chegada no pré-assentamento:

[...] ao chegarmos no local do pré-assentamento, fomos para uma área que denominamos de Botinha, devido ao formato do lugar, que se parece com uma bota. Nesse local, encontramos uma realidade diferente do acampamento, um espaço com lugares delimitados, em que ninguém podia adentrar em outro espaço da área, sendo este o lugar para a permanência das famílias. Esse período foi marcado ainda por muitas lutas (A. L. R., 15 de outubro 2017).

Ainda segundo A.L.R, durante o pré-assentamento, havia a divisão de trabalho por setores, sendo esse um dos elementos que aglomerava as famílias e as mantinha no mesmo objetivo da luta pela conquista pela terra.

Nesse lugar, continuavam a acontecer as nossas reuniões e reflexões. Havia o coletivo dos jovens e da animação. Na época, foi muito importante e significativa, como as festas com bailes, as noites culturais, os teatros, as danças, as místicas<sup>22</sup>, os encontros dos jovens em frente a alguns barracos e na escola de palha, que tinham uma linguagem pautada sempre no esperar e planejamento das atividades futuras (A. L. R., 15 de outubro de 2017).

Para a tomada de decisão sobre o parcelamento dos lotes, em junho de 2002, houve oficina de esclarecimento sobre o assunto para os camponeses, com trabalhos geométricos, e, assim, parte do assentamento foi parcelada por núcleos de moradia e outra parte por linhão, escolhidos democraticamente.

O Assentamento Roseli Nunes é formado por famílias oriundas de vários municípios: Reserva do Cabaçal, Araputanga, São José dos Quatro Marcos, Cáceres, Salto do Céu, Rio Branco, Curvelândia, Cuiabá, Mirassol D'Oeste, e de outros estados, como Minas Gerais, São Paulo e Rondônia.

Nesse contexto, após a liberação da terra para fins de reforma agrária, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) inicia a organização do espaço com os cortes dos lotes onde seria o assentamento. No caso do Roseli Nunes, antes de se fazerem esses cortes no que era a antiga fazenda, separa-se um espaço que é denominado de pré-assentamento. Esse espaço é o lugar em que todas as famílias permanecem em coletivo, porém localizado nas dimensões do território do assentamento, esperando apenas a liberação dos lotes para cada assentado. Isso porque as terras desapropriadas eram fazendas sem condições infra estruturais condizentes com a quantidade de famílias que faria dela um novo lugar, ou seja, era necessária a construção de estradas, luz elétrica, moradias, água, etc.

Dessa forma, o Assentamento Roseli Nunes foi formado com uma área de 10.611,00 hectares, que são distribuídos geograficamente em 17 núcleos de moradia, cada um com área comunitária. São um conjunto entre 13 a 20 famílias, próximas umas das outras, sendo cada núcleo representado por um coordenador; dessa organização, surgiram várias associações e a Escola Municipal de Educação Infantil

---

<sup>22</sup> Mística: é um termo compreendido no estudo das religiões como adjetivo de mistério, assimilado por meio da experiência da própria vivência espiritual. Contudo, nos estudos das ciências da religião e na filosofia da linguagem, pode-se compreender que a mística, em suas manifestações subjetivas, ultrapassa o espectro do sagrado e introduz-se na vida social e na luta política, numa clara aproximação da consciência do fazer presente com a utopia do futuro. Ver detalhes em Ademar Bogo, 2012, p. 475-479.

“Nossa Senhora Aparecida” e a Escola Estadual “Madre Cristina”, que foi uma conquista que vem desde o acampamento até a consolidação do assentamento.

Atualmente, o território do Assentamento Roseli Nunes é composto por 331 lotes, totalizando mais de 1.000 moradores entre idosos, adultos, crianças e jovens.

A fonte de renda dos camponeses do assentamento é a agricultura, sendo que plantam milho, feijão, mandioca, banana, hortas agroecológicas. Algumas são financiadas pela Campanha Nacional de Alimento (CONAB) e pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), nos quais trabalham muitas famílias<sup>23</sup> e cujos produtos servem de merenda escolar e também às famílias dos bairros carentes das cidades vizinhas, além de serem vendidos em feiras livres da região. Há também, no assentamento, a produção da pecuária leiteira, entregando o leite a laticínios da região e produzindo derivados. Dessa forma, esses assentados trabalham e dependem da produção de diversas culturas para a permanência e manutenção da terra conquistada.

A partir dessa perspectiva do papel da agricultura camponesa na região de Mirassol D'Oeste, procurou-se analisar a perspectiva dos jovens no processo de recriação camponesa, tomando como início o processo de formação a partir do projeto “Juventude Camponesa”, pois, como destacam Aguiar e Stropasolas (2010, p.160), os jovens “lidam e vivenciam questões e problemas semelhantes, mas a forma como essas questões e problemas se apresentam, ou mesmo a maneira como os(as) jovens se colocam frente a eles, será tão diversa quanto for a diversidade de situações encontradas no espaço rural”.

### **3.3 - Reflexões da Juventude Camponesa acerca da Escola Madre Cristina**

A educação do campo é um projeto construído a partir da demanda dos movimentos sociais do campo, que, ao questionarem sobre a educação universal,

---

<sup>23</sup> Através da pesquisa de campo, alguns jovens e adultos relataram que pertencem à associação da ARPA, na qual faz-se a entrega de produtos derivados de hortifrutigranjeiros para creches, escolas e comunidades carentes do município de Mirassol D'Oeste. Essa entrega também acontece dentro da escola “Madre Cristina”, no próprio assentamento, através do programa do PNAE e PAA. E uma das atividades do assentamento é a retirada do leite, com entrega ao laticínio local, relatada por 99% dos jovens.

propõem uma educação contextualizada, em que os sujeitos do campo sejam seus principais agentes. De acordo com a Pedagogia do Movimento Sem Terra, a educação se torna fundamental nas escolas de assentamentos, porque ela é o início da preparação dos agricultores que lutam e querem preservar a relação com a terra.

Assim sendo, verifica-se que após a conquista do Assentamento Roseli Nunes pela luta do MST foi possível construir uma escola que tivesse o caráter e a conceito de uma escola do campo, que priorizasse e valorizasse os sujeitos do campo e respeitasse suas especificidades. Segundo Ribeiro (2014, p. 12), “os acampados batizaram a escola de Madre Cristina, em homenagem ao empenho da educadora, psicóloga e estudiosa, Célia Sodré Dória, ou melhor, Madre Cristina como era conhecida desde a escola itinerante<sup>24</sup> do acampamento”.

Célia Sodré Dória foi religiosa da Congregação de Nossa Senhora—Cônegas de Santo Agostinho, filha de advogado, nascida em Jaboticabal-SP em 1916, cresceu entre discussões políticas e o aprendizado cristão de respeito e disponibilidade para com o próximo. Formou-se professora e veio para a capital fazer faculdade no período de 1937 a 1940; licenciou-se em Filosofia e Pedagogia pela Faculdade Sedes Sapientiae, entrou para a vida religiosa e começou a lecionar para os universitários. Estudou Freud sozinha e mais tarde foi para o exterior complementar os estudos em psicologia. Frequentou a Sorbonne, em 1954 doutorou-se em Psicologia, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Proferiu palestras para estudantes, pais e professores, a convite de universidades e outras entidades. Devido a seu empenho juntamente com outros profissionais, foram criados pelo MEC os cursos de psicologia no Brasil. Publicou vários artigos e livros. Lutou pela liberdade, pela igualdade de direitos e pela transformação social. Na época da ditadura militar, lutou até o desespero para salvar vidas e ideais. Foi chamada de comunista, radical. Recebia ameaças de morte e de prisão. Escondia perseguidos políticos e intermediava encontros. Fundou o Instituto Sedes Sapientiae (1977) que define “como um espaço aberto aos que quiserem estudar e praticar um projeto para a transformação da sociedade, visando atingir um mundo onde a justiça social seja a grande lei”. Faleceu no dia 26/11/1997<sup>25</sup>.

Na figura 10 tem-se a imagem de Madre Cristina que está no acervo da Escola Estadual Madre Cristina, localizada no assentamento Roseli Nunes.

---

<sup>24</sup> Escola Itinerante é uma escola pública que funciona dentro dos acampamentos organizados pelo MST, voltada à escolarização de crianças, adolescentes, jovens e adultos acampados em todo o país. Ver detalhes em: Caderno de educação, nº 13, edição especial DOSSIÊ MST ESCOLA- documentos e estudos 1990-2001. Ver também: CAMINI, I. **Escola itinerante em escolas do MST**, 2005.

<sup>25</sup> Informação verbal concebida pelo professor Doutor José Augusto Passos (UFMT) em 01/06/2019.

**Figura 10 - Madre Cristina com a bandeira do MST.**



**Foto: Azevedo, 2019.**

No contexto do assentamento, a implantação do prédio escolar foi gradativa e contou com a ajuda da comunidade. A gestão da escola é composta por uma direção, eleita para mandatos de três anos, e o conselho escolar é composto por pais, educadores, funcionários e comunidade.

Essa educação do e no campo se fundamenta em “escolas com um projeto político pedagógico vinculado às causas, aos desafios, aos sonhos à história e à cultura do povo trabalhador do campo” (ARROYO; CALDART; MOLINA, 2004, p. 27). E mais do que isso, trata-se de uma educação aliada a um projeto popular de desenvolvimento de uma nova sociedade (BENJAMIN; CALDART, 2000), uma educação não contrária à da cidade, visto que, nesse novo projeto, ambas compartilhariam a mesma função social: a da formação humana e crítica, que contribuiria para a mudança da organização social vigente, já que se baseia na emancipação humana, promovendo um novo desenvolvimento do campo e da sociedade.

A educação do campo se fundamenta nos princípios da pedagogia socialista – formação humana integral, emancipatória -, vinculada a um projeto histórico que busque superar a sociedade de classes – e a uma teoria do

conhecimento, que o concebe como imprescindível e voltado para a transformação social. (SANTOS; PALUDO; OLIVEIRA, 2010, p. 53)

Busca-se uma educação que, segundo Café (2007, p. 31), “possa constituir sujeitos, homens e mulheres, identificados com a emancipação humana, com a transmutação das desigualdades de gênero, raça, etnia, em que as diferenças sejam afirmadas no sentido da (re)valorização da identidade camponesa”. A identificação com o campo e com a vida no campo perpassa pelo reconhecimento da cultura dos sujeitos que ali vivem. Esse reconhecimento favorece a construção de uma identidade cultural, nem melhor nem pior do que qualquer outra, apenas igual, nas suas múltiplas diferenças.

No processo educativo da escola “Madre Cristina”, vivencia-se as matrizes pedagógicas enfatizadas pelo MST:

1. Pedagogia da luta social através das mobilizações, das práticas que ajudam a fortalecer os valores aprendidos na luta como indignação, inconformismo, contestação e esperança.
2. Pedagogia da organização coletiva onde todos trabalham em coletividade através da divisão de tarefas. O coletivo de educadores é organizado da seguinte forma: setor político pedagógico, setor da saúde, setor da infra-estrutura (higiene em geral, embelezamento, limpeza e acompanhamento à cozinha), setor da mística (eventos em geral, ornamentação e animação), setor da secretaria (manter a secretaria ativa e organizada, organizar armários, sala dos professores e biblioteca). Em cada sala tem um aluno que foi eleito democraticamente para ser o coordenador, este aluno tem que trabalhar no coletivo, juntamente com o educador em prol do respeito, da disciplina, da organização dos trabalhos, buscando e dialogando com os colegas e professores sobre a melhoria do ensino-aprendizagem.
3. Pedagogia da terra, através de conteúdos que valorizam a importância da terra para o ser humano e principalmente para o camponês, e com projetos de levar o aluno para conhecer as práticas agrícolas e o trabalho na terra.
4. Pedagogia do trabalho e da produção, levando o aluno a ser conhecedor de que o trabalho gera a produção e muda a qualidade de vida, pois através do trabalho nas hortas agroecológicas temos a merenda escolar com frutos orgânicos e que melhoram a qualidade de vida.
5. Pedagogia da cultura, através das noites culturais, das místicas, dos símbolos, das ferramentas de trabalho, dos gestos, da religiosidade, da arte e dentro da sala de aula onde é respeitado o jeito de viver, de produzir e de ser dos Sem Terra.
6. Pedagogia da escolha mostrando aos alunos que eles podem ser autônomos, ser responsáveis pelas escolhas que podem mudar as suas vidas.

7. Pedagogia da história, através das noites socialistas, das místicas levando os alunos a serem conhecedores do passado, cultivando a memória coletiva, compreendendo o Movimento e construindo uma identidade na busca de dias melhores (CALDART, 2012, 549).

A escola “Madre Cristina” busca tais processos educativos na metodologia dos educadores em sala de aula e fora dela. Dessa maneira, corroborando a afirmação desses processos, Trindade destaca que:

A Educação e a Escola do Campo devem ter como objetivo formar os homens e mulheres do campo para que possam participar conscientemente na/da organização da sociedade e que cada um e uma sintam-se também responsáveis pela transformação da realidade social. A classe trabalhadora camponesa precisa lutar por outra sociabilidade; uma sociabilidade que esteja combinada com os objetivos de “lutar e construir”. Lutar por uma sociedade/escola que atendam os seus interesses e construir uma escola que ensine e aprenda a partir das contradições existentes no seu interior e fora dela, em que sua matriz seja organizada pela realidade social e forme lutadores do povo [...] (TRINDADE, 2011, p. 17).

De acordo com o PPP (2018) da escola, a mesma tem, como filosofia,

A vinculação às questões inerentes à sua realidade ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país.

Trindade (2011, p. 93) ressalta ainda que “a escola continua sendo vista como promotora de injustiças, mas também pode servir de ferramenta para a conquista da justiça social”. Para tanto, é relevante que ela respeite a especificidade e o direito dos povos do campo de terem sua cultura, sua identidade, que ajude esses sujeitos a se perceberem como oprimidos<sup>26</sup> e lutar para a transformação dessa realidade.

Nesse sentido e na busca de suprir a necessidade de fortalecimento para o campo, a escola “Madre Cristina” inicia, nos anos letivos de 2012 a 2014, a sua matriz curricular com quatro disciplinas voltadas para um maior interesse de quem vive no campo e que são assistidas em horário oposto às disciplinas regulares, processo conhecido como “Ensino Médio Diversificado”. As disciplinas tinham por objetivo tratar de conhecimento específico do campo, com aulas, ministradas na teoria e na prática, de Economia Solidária, Agricultura Familiar, Agroecologia e Holericultura

---

<sup>26</sup> “A educação do campo talvez possa ser considerada uma das realizações práticas da pedagogia do oprimido, à medida que afirma os pobres do campo como sujeitos legítimos de um projeto emancipatório e, por isso mesmo, educativo” (CALDART, 2004, p. 14).

Orgânica. Nessa modalidade de ensino, concluíram-se duas turmas, em 2014 e 2015 (RIBEIRO, 2014).

Nesse contexto, no ano de 2014, oferta-se o curso do Ensino Médio Integrado - Curso Técnico Profissionalizante em Agroecologia (EMIEP), que é uma preparação não só para o Ensino Médio, mas que vem ao encontro da escola do campo, com teorias que visam a complementar e adicionar aos estudantes diversas disciplinas, como projetos e instalações agroecológicas; sistema de produção agroflorestal; uso e manejo de recursos hídricos; uso e manejo sustentável do solo; agropecuária de base ecológica e produtos alternativos utilizáveis na produção; cooperação e agroindústria familiar; mecanização na agricultura familiar; cooperação e agroindústria familiar; planejamento e administração nas unidades de produção agroecológica; produção na sócio economia solidária; projetos e instalações agroecológicas; legislação ambiental e certificação de produtos agroecológicos; organizações sociais no meio rural; aulas práticas e o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), que era o requisito para a finalização dos três anos de curso.

O EMIEP é um espaço educativo que tem o intuito de elaboração de experiências diversas no sentido de fortalecer e ampliar aprendizagens no campo que perfazem a vida e auxiliam na concretização de teoria e prática. Araújo (2007) argumenta sobre a exigência atual dos trabalhadores do campo de apreensão de conhecimentos para compreender formas de dominação presentes nos processos produtivos do campo na atualidade.

No que concerne ao ensino tecnológico, Marx (1982, p. 84) descreve, nas “instruções aos delegados”, o que entende por “instruções tecnológicas”, concebendo-as como aquelas que “[...] transmitem os princípios gerais de todos os processos de produção, e simultaneamente, inicia a criança e o jovem no uso prático e manejo dos instrumentos elementares de todos os ofícios”.

Com base na citação de Marx observa-se que a escola também trabalha com esse ritmo de acrescentar aos estudantes teorias para levá-los a pensar e com salas do ciclo de formação humana do 1º ao 9º ano, Educação Jovens e Adultos (EJA), EJA Itinerante, 4 salas anexas de EJA no Assentamento “Margarida Alves”, a 40km do assentamento Roseli Nunes, e 3 salas anexas de EJA no Assentamento “Silvio

Rodrigues”, a 60km, do assentamento Roseli Nunes, com um total de 386 alunos matriculados.

Busca se assim trazer e contextualizar as vivencias e práticas da escola no ano de 2019 no que segue:

O ambiente escolar neste sentido direciono a sede principal da escola Madre Cristina, com início de suas atividades no período matutino que contempla estudantes entre 04 a 12 anos de idade que acordam bem cedo, se arrumam e ficam à espera do ônibus escolar na beira da estrada, faz-se percursos de aproximadamente 2 km chegando até 8 km de distância, dependendo do local do sitio de cada estudante com estradas na maioria das vezes de difícil acesso.

No período matutino quando todos os estudantes chegam à escola é servido um café de acordo com o cardápio do dia. Em seguida vão para a sala de aula, com intervalos e merenda as 9:00 horas e saída com o retorno para casa as 11:00 horas.

No período vespertino esses estudantes são do sétimo ano ao terceiro ano médio e técnico, tem entre 13 a 18 anos, porém a refeição para esses é servida somente no recreio as 15:00 horas e retornam para casa as 17:00 horas.

No período noturno funciona a EJA, com estudantes entre 25 a 78 anos as refeições janta é servido no intervalo das 20:00 horas a janta para esses estudantes as aulas iniciam as 18:30 e termina as 22:00 horas.

A escola oferece um local limpo e acolhedor, as salas de aula são arejadas, com ar condicionado, contém cadeiras com escrivaninha, quadro branco e quadro negro, a sua estrutura é ampla.

Por ser uma escola do campo, cultiva valores como: respeito com a natureza, trabalho coletivo, organização democrática. Em cada sala tem um representante esse masculino e feminino que são eleitos democraticamente para serem os coordenadores de sala, estes coordenadores têm que trabalhar no coletivo, juntamente com o educador em prol do respeito, da disciplina, da organização dos trabalhos, buscando e dialogando com os colegas e educadores sobre a melhoria do ensino e aprendizagem, como também proposta de melhoria ao espaço escolar.

Sabemos que as condições da escola ainda são precárias diante das especificidades dos estudantes, a sala de educadores e a diretoria ainda é uma construção de tábuas com algumas precariedades. Não tem um parque de diversão com estruturas regularizadas e seguras para que as crianças dos anos iniciais possam se divertir nos intervalos recreativos.

Sendo assim, a escola organiza da melhor maneira possível, porém tem se uma biblioteca que é um espaço bom comporta grande quantidade de alunos para fazerem suas pesquisas e trabalhos no próprio local, uma horta onde é o espaço prático do EMIEP, um laboratório de informática com computadores para os estudantes, uma quadra esportiva coberta para aulas e jogos e um barracão Che Guevara que fica ao lado da escola que é um espaço utilizado pela comunidade geral inclusive a escola.

Sala específica para trabalhar com crianças atípicas a sala de recurso multifuncional está amparada na portaria normativa nº 306/2014, inciso 4º. Instruída pela Secretaria de Educação do Mato Grosso (Seduc), trabalha com estudantes que precisam de uma orientação melhor, ampla e mais específica de acordo com as suas limitações, com metodologias diferenciadas da sala de aula, com uma professora pedagoga.

Sala de Articulação instruída pela Portaria Normativa nº 586/2014/SEDUC/MT, designa a função do professor articulador, a educadora também é habilitada em pedagogia o objetivo dessa sala é apoiar os estudantes de acordo com suas limitações potencializando suas habilidades. A necessidade desse profissional é possibilitar que com dificuldades de aprendizagem em determinadas disciplinas, adquiram habilidades inseparáveis de sua fase/ciclo. O profissional trabalha com vários recursos alternativos e planejamentos estratégicos de intervenção pedagógica específica para cada estudante.

Projeto Sala do Educador para tratar sobre a prática docente é necessária uma socialização dos problemas de ensino-aprendizagem, que esses educadores (as) enfrentam em seu dia-a-dia na sala de aula, bem como as práticas exitosas e as que não obtiveram sucesso no resultado esperado. Dessa forma, existe na escola Madre Cristina o projeto Sala do Educador promovido pela SEDUC

(secretaria de educação) e funcionários da escola. Este projeto surgiu através do coletivo dessa escola na perspectiva de ampliação de conhecimentos da prática docente e tem por finalidade um momento de reflexão da prática, teoria e do conhecimento da realidade, além de informações e pesquisas.

Elaborado através da coletividade e participação de todos e todas os profissionais da educação, sendo que o desenvolvimento é através de grupos com temas a serem discutidos e estudos voltados sempre para a realidade da escola do campo.

Nesse ano de 2019 o projeto sala de educadores tem como proposta macro “A educação do e no campo”, que é planejada na primeira semana de encontros na “semana pedagógica” que acontece antes do início do ano letivo, e a partir desse planejamento coletivo cada profissional em sua área de atuação trabalha o projeto em pequenos grupos de 4 a 3 docentes na sala de aula de acordo com a metodologia que convém, com a responsabilidade de ao final trazer os resultados almejados no seminário de projetos no final do ano letivo.

A proposta deste ano de trabalhar acerca da escola do e no campo origina-se na problemática da pouca participação das famílias no processo de ensino-aprendizagem e na intenção de compreender a realidade e intervir de forma planejada no processo pedagógico dos estudantes, bem como compressão da comunidade escolar acerca da importância da escola para a comunidade, e almejar avanços de qualidade de aprendizagem, percebe-se que todos trabalham meios pedagógicos que buscam o desenvolvimento e o estímulo dos estudantes com dificuldades de aprendizagem, como também, os que não têm dificuldades a partir do projeto macro “ Educação do e no campo” buscará fortalecer o processo de ensino-aprendizagem e estimula os estudantes aprender, traçando caminhos de conhecimento da sua realidade, na perspectiva de estimular e buscar novas alternativas de permanência desses estudantes na escola

Os projetos são pensados e construídos na escola pelos educadores/as, coordenadora pedagógica, e gestão escolar alguns projetos têm parceria entre os educadores das áreas e parcerias com professores e colaboradores de outras instituições; o projeto macro é trabalhado desde os anos iniciais ao ensino médio,

técnico e EJA.

A teoria e a prática pedagógica da escola “Madre Cristina” caminham juntas, levando em consideração a realidade dos sujeitos envolvidos, garantindo que as pessoas do campo tenham acesso a uma educação de qualidade, voltada aos interesses da vida no campo. Além disso, a escola proporciona aos alunos a aprendizagem científica, a construção de valores como a solidariedade, compreensão, determinação e cooperativismo, gerando conhecimento e relações comprometidas com a própria realidade (PPP, 2018).

Segundo Gramsci,

Um dos elementos produtores das vontades ideológicas da classe dominante é a escola, pois é a parte mais dinâmica desta estrutura, mas não é a única, tudo que influi na opinião pública, direta ou indiretamente [...] em difundir a hegemonia dominante na sociedade civil (GRAMSCI *apud* MAESTRI; CANDREVA, 2007, p. 242).

O que se pode observar na seguinte fala:

[...] eu vejo a escola como a minha casa. É uma escola onde você entra, você sai, você se sente bem; até hoje eu tenho esse diálogo com os professores. Quando eu vou lá, tenho abertura com a diretora, com os professores; a identidade deles nunca acaba para mim, se é professor, é para sempre; é um passo para mim (sic) ver onde eu comecei, ali, na minha escola, para me desprender daquela vida sem muita perspectiva. Foi o primeiro passo que eles fizeram: dar uma ajuda, uma força, fazendo ficar o primeiro passo, que eu acho que foi desde a época da EJA, no grupo das Margaridas, quando finalizamos a escola. Foi tudo para mim. Agradeço aos professores, a todos e todas que deram aula para nós. Foi um aprendizado para nossa vida. A nossa escola é muito acolhedora, tem bons e excelentes professores, dos quais sou amiga e que me ensinaram muito, tanto eu, quanto meus colegas. Aprendi diversas coisas e coloco em prática no meu dia a dia; a escola é o coração do nosso assentamento, onde tudo acontece, onde têm debates, seminários, reuniões, festas... Nossa, tudo ocorre na escola e a escola é uma apresentação do nosso assentamento, com disciplinas que nos ajudam na manutenção de nossos sítios. A escola é muito boa para meus filhos. Hoje, estão estudando lá e não quero que eles saiam. Espero que aprendam e respeitem como eu aprendi e aprendo e considero essa escola e todos que lá trabalham e contribuem com ela (S. C, 19 de março de 2018).

A compreensão dos significados da escola para os jovens, especialmente no que se refere à relação com o saber, perpassa o conhecimento dos espaços de vivência e aprendizado extraescolares, numa perspectiva em que o diálogo e o respeito por suas condições de vida passam a ser fundantes (SILVA, 2009).

A escola “Madre Cristina”, em seu currículo e PPP (2018), propõe, para a juventude, dar continuidade e ter permanência no campo. Também trabalha com a

juventude que busca algo além do trabalho no campo, dando auxílio para os que querem ficar e os que buscam uma nova profissão. Essa afirmação pode ser comprovada na fala do jovem que estudou na escola desde a alfabetização até concluir o Ensino Médio Diversificado:

A escola, para mim, era e foi muito boa. Lá fiz minhas amizades. Tanto eu quanto meu irmão estudamos lá desde o “prezinho” (sic). Pegávamos o ônibus e íamos. Desde o ônibus era bom, já vínhamos conversando uns com os outros e com cada um que entrava na nossa linha; [...] fazer o diversificado foi bom, abriu os olhos de muitos de nós jovens aqui, porque já sabíamos e conseguíamos melhorar nossos conhecimentos na escola e levar para casa como a produção, e, assim, tentávamos buscar meios e perguntávamos para as professoras, pesquisávamos no laboratório, sem falar que fazíamos as aulas em campo, que eram muito boas, aprendemos muito na escola, mas têm os que não aprendem, né (sic), mas tem que querer e gostar daqui da terra; o assentamento, o sítio, são tudo para mim e minha família [...] (I. A. C. S. 25 de março de 2018).

Num contraponto, a luta dos povos do campo é por uma educação que rompa com a lógica de uma cultura dominante, por acreditarem que a educação pode contribuir para a emancipação verdadeira dos sujeitos, não a tendo como salvadora ou libertadora, mas como conquista dos povos do campo. Afinal de contas, “ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho, os homens se libertam em comunhão”, isso a partir do momento que tomam consciência do seu estado de oprimido (FREIRE, 1987, p. 29).

Assim, observa-se na descrição do jovem, que concluiu o Ensino Médio no ano de 2016, a importância da escola na construção da identidade camponesa.

As nossas aulas eram muito boas, só agora pude perceber isso. O que o professor queria e passava para nós, naquele tempo, eu não entendia, tinha dia que estava muito cansado com a lida no sítio, tirar leite de madrugada, e ainda tinha que ir para a escola de manhã e já ficava lá também. Aí, depois da aula, era hora de mexer com a horta. Eu tomava banho na escola mesmo e íamos almoçar para ir pra (sic) sala [...]. Hoje vejo diferente. Mesmo cansado, aprendi muito e trago isso também para ajudar aqui no sítio. Tinha coisas que meu pai e minha mãe sabiam, mas muita coisa que não sabiam [...], e fazer um experimento no sítio é muito bom. [...] as aulas me deixaram mais atento às questões gerais que estão interligadas umas às outras e que eu não percebia antes, por exemplo, o solo. Vimos muito sobre a qualidade da terra e dos bichos que comem nossa plantação e como retirar sem precisar acabar com a plantação, as caudas, coisas que levo e coloco em prática agora aqui no sítio (C. B. O. 25 de março de 2018).

Percebe-se, nos relatos da juventude, que o conhecimento não ocorre individualmente. Ele acontece no social, gerando mudanças internas e externas no cidadão e nas relações sociais, tendo sempre uma intencionalidade. Conforme Freire

(2003, p. 59), “o conhecimento é sempre conhecimento de alguma coisa, é sempre “intencionado”, isto é, está sempre dirigido para alguma coisa”. Portanto, há de se ter clareza com relação ao conhecimento escolar, pois, como destaca Severino (1988, p. 88), “educar contra ideologicamente é utilizar, com a devida competência e criatividade, as ferramentas do conhecimento, as únicas de que efetivamente o homem dispõe para dar sentido às práticas mediadoras de sua existência real”.

Pensar sobre a educação que está sendo oferecida a esses jovens, como a educação vê essa categoria, como ela está presente na organização do trabalho pedagógico e do Projeto Político Pedagógico da escola “Madre Cristina” e sobre a formação dos profissionais da educação no que tange ao reconhecimento dessa Juventude Camponesa, torna-se relevante, porque essa juventude, durante muito tempo, permaneceu na invisibilidade no Brasil (WEISHEIMEREM, 2005) e em toda a América Latina (DURSTON *apud* SILVA, 2007), uma invisibilidade que ainda não foi rompida totalmente e, até então, configura-se como um dos maiores entraves na aquisição de direitos pelos jovens do campo.

A escola busca, portanto, romper com a educação ideológica, reprodutora, domesticadora e neoliberal de uma educação bancária. Essa educação busca somente o repasse de conhecimento sem nenhum interesse no ser humano, a não ser de sua mão de obra. Na lógica do capital, tais posicionamentos se fundamentam na proposta de Freire:

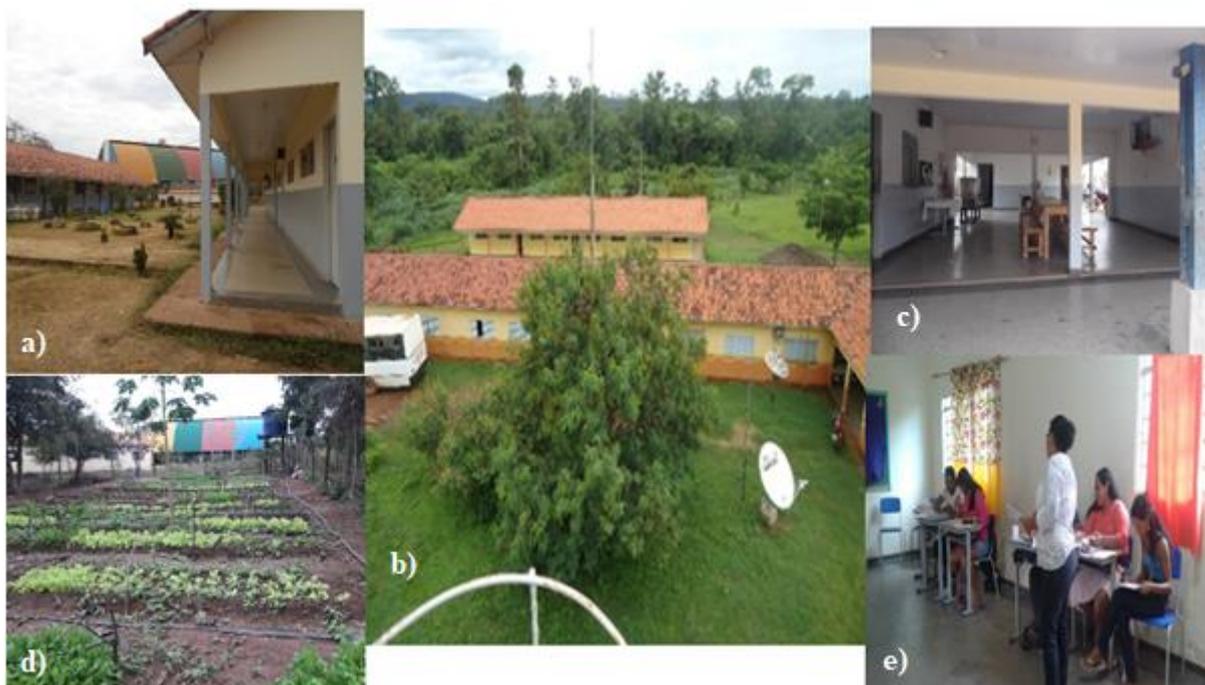
Esta é a razão pela qual, para nós, a “educação como prática da liberdade” não é a transferência ou a transmissão do saber nem da cultura; não é a extensão de conhecimentos técnicos; não é o ato de depositar informes ou fatos nos educandos; não é a perpetuação de valores de uma cultura dada; não é o “esforço de adaptação do educando a seu meio”. Para nós, a “educação como prática de liberdade” é, sobretudo e antes de tudo, uma situação verdadeiramente, gnosiológica. Aquela em que o ato cognoscente não termina no objeto cognoscível, visto que se comunica a outros sujeitos igualmente cognoscentes (FREIRE, 2006, p. 78)

O Estado por sua vez é o que viabiliza as estruturas necessárias em manter ou construir a escola que comporte todos os estudantes de acordo com suas especificidades, seja elas físicas ou psicológicas. Portanto, é dever do estado providenciar meios para que todos os projetos sejam viabilizados e a escola possa ter acesso aos recursos necessários. No entanto, para que os projetos não fiquem apenas no papel, é preciso que os órgãos competentes agilizem esses processos, no

qual observa-se que a escola é uma luta constante para se manter com essas bases de estudos e que é atacada a cada dia pela instituição do Estado com cortes de verbas dentre outras maneiras de romper com uma educação no campo.

Buscando contrapor-se ao sistema capitalista de exploração, a escola estabelece algumas regras, com metodologias e métodos, como proposta para a construção de uma educação libertadora e emancipatória, que valorize as pessoas, os jovens, os adultos, as crianças e os idosos, bem como a comunidade como um todo. Na figura 10 tem-se um pouco das estruturas da escola.

**Figura 11 - Escola Estadual do Campo Madre Cristina**



**Foto: Acervo da autora, (2018) e arquivo da escola “Madre Cristina”. a) Espaço dos corredores da escola madre Cristina e jardim em frente as salas de aula; b) imagem obtida da vista do alto da escola. c) refeitório; d) horta escolar, que é espaço da práxis do EMIEP; e) trabalho em sala de aula com a juventude.**

Observa-se que a Escola “Madre Cristina” vem ao encontro de uma pedagogia do trabalho com a práxis, de mostrar caminhos através das metodologias adotadas, possibilitando a construção da ideia de que é possível se manter num lugar de bem viver, onde os alunos possam ficar e tenham como ficar com qualidade e renda, porém, se não for de sua vontade permanecer com o trabalho no campo, que tenham estudo e formação de qualidade para se manterem e concorrerem no mercado de trabalho urbano ou até mesmo do próprio campo.

É desafio de todos nós, pensarmos a Educação do e no Campo como processo de construção de um projeto de educação dos trabalhadores e das trabalhadoras do Campo.

### **3.4 - Conflitos vivenciados pela juventude no território do Assentamento Roseli Nunes**

Em diferentes lugares do mundo, no nosso país e no nosso estado, a população tem vivenciado uma série de conflitos para garantir a sua manutenção e qualidade de vida. No caso específico do Assentamento Roseli Nunes, os conflitos são vivenciados pelos camponeses assentados desde o processo de organização para ocupação da terra, passando pelo acampamento e por manter-se cotidianamente na terra conquistada, o assentamento.

Na atualidade, os camponeses do Roseli Nunes vivenciam conflitos referentes ao agrotóxico e à mineração. Tais conflitos foram identificados por eles ao organizarem seu processo produtivo no território conquistado. Isso porque, em relação ao agrotóxico, o assentamento está cercado de grandes monoculturas de cana-de-açúcar para a produção de biocombustível, monocultivos de teca para exportação de madeiras, soja transgênica em grande escala e extensas áreas de pastagens para criação de gado de corte, que fazem uso de produtos químicos como herbicidas, pesticidas e defensivos agrícolas diariamente.

Devido às pulverizações aéreas e terrestres de agrotóxicos, que são contínuas nessas áreas de monocultivos, a nossa produção agroecológica está sendo contaminada pelo vento e pela chuva, afetando diretamente nossos rios, matando toda forma de vida e levando a uma perda irreparável da biodiversidade (Relato dos Assentados, 2018).

Em relação à mineração, os camponeses encontram-se ameaçados de extinção pelo modelo capitalista, que descobriu minérios de ferro na área e solicitou/exigiu a exploração. Segundo os camponeses assentados, a mineração é uma prática que não condiz com a sua realidade, que vai degradar a terra e tirar a vida do povo. Essa questão da mineração dentro da área do assentamento vem lhes tirando o sono e causando transtorno para as famílias, que temem pela perda do seu território.

## Os camponeses afirmam ainda que

Essas empresas colocam na cabeça das pessoas que esses empreendimentos são bons para o desenvolvimento da região. Vêm com essa propaganda do progresso e as pessoas acreditam nisso! Assim que eles fazem, vão colocando as famílias umas contra as outras e quem fica no meio dessa confusão fica sem saída para lutar e se defender! Isso nos preocupa, porque esses projetos capitalistas de desenvolvimento vêm pressionando muitas famílias do assentamento a se renderem e a ficarem dependentes do pacote do agronegócio, adotando o uso de agrotóxicos nas pastagens e nas lavouras de seus lotes (Informação Verbal, 2017<sup>27</sup>).

Sobre os agrotóxicos, Castro (2016) afirma que, notadamente, percebe-se a subordinação da agricultura brasileira ao capital internacional.

Arcaico e moderno se fundem: intoxicações, doenças e mortes, são o outro lado da moeda desta “moderna agricultura” que demanda toneladas de agrotóxicos produzidos com tecnologia de ponta, pelas maiores transnacionais do setor químico mundial. Outro fator que se relaciona com o a elevações do uso de agrotóxicos nas lavouras foram a introdução das sementes transgênicas (CASTRO, 2016, p. 27).

É importante destacar que a liberação do uso de sementes transgênicas no Brasil foi uma das responsáveis por colocar o país no primeiro lugar do ranking de consumo de agrotóxicos, uma vez que o cultivo dessas sementes geneticamente modificadas exige o uso de grandes quantidades desses produtos (INCA, 2015).

Para Carneiro et al. (2015), a utilização de agrotóxicos no Brasil tem trazido sérias consequências tanto para o meio ambiente, como para a saúde de populações, como a de trabalhadores, especialmente o camponês e suas famílias. Os trabalhadores expostos a esses produtos são numerosos, sendo a intoxicação da água a face mais visível do seu impacto na saúde.

Para os camponeses assentados no Roseli Nunes, os agrotóxicos e a mineração trazem impactos, conflitos e a degradação, tanto na área social e cultural, quanto na ambiental. A mineração, para eles, terá impactos muito violentos, pois, para um camponês assentado, que, por meio da luta, hoje mora no seu lote, só pensar em deixar esse lugar representa um impacto na sua vida, gera incertezas e inseguranças. Toda a luta e resistência construídas, bem como a persistência em fazer uma agricultura para a vida, encontram-se ameaçadas.

---

<sup>27</sup> Informação verbal (relatado no caderno de campo) pelo camponês Antônio Leite Ribeiro, no dia da finalização da imersão no seminário contra a mineração, em 6/10/2017.

Os impactos sociais e culturais serão muitos se realmente for implantada a mineração nesse município. No Assentamento, será um impacto muito grande, pois mais da metade dos lotes serão atingidos diretamente por serem área de mineração, sem contar que muitos terão que vender, mudar completamente sua vida, deixar o campesinato e se adaptar a outra cultura, de vida nas cidades, nas periferias e nos demais lotes. Ao serem identificadas essas áreas como uma jazida de minério de ferro com tamanho estimado em 11,5 bilhões de toneladas e reservatórios de fosfato de 427 milhões de toneladas, haverá a exploração. (Cidadão Online Mirassol D'Oeste<sup>28</sup>, 2018).

Assim, observa-se que, apesar de o Assentamento Roseli Nunes estar consolidado desde o ano de 2002, ele continua sendo um território em disputa, situação que dificulta a manutenção e permanência das famílias camponesas na terra conquistada. Nesse sentido, os jovens, quando questionados sobre qual a sua visão acerca dos agrotóxicos e em relação à possibilidade de exploração e extração do minério no Assentamento Roseli Nunes, afirmaram que:

[...] [sobre] a mineração, eu tenho plena certeza, sim, eu tenho muita fé que ela nunca vai vir. Eu, toda vida, penso positivo, porque, do mesmo jeito que a gente conseguiu conquistar essa terra e tivemos força, não é por causa disso que eu vou desanimar. Nossa terra é produtiva, não é para extrair minério [...] então [...] eu acho que nós temos que estar preparados, mas os pais estão preparando os jovens para a vida, para enfrentar essa mineração, porque você vê que ela é silenciosa né (sic)? Algum tempo atrás, ela chegou tão quietinha no rio... Aí se vê como nós temos que estar sempre atentos e buscar e lutar para fortalecer o grupo, sempre se fortalecendo nas reuniões, para não dispersar o grupo e a [...] outra ameaça para nós é que nosso assentamento está cheio de fazendas de um lado, que plantam cana, soja, algodão, e do outro, que plantam cana, soja e teca. Está toda rodeado o Assentamento de fazendas. Eles pegam um Assentamento que é quase completo em agroecologia e, ao redor, o veneno é jogado por avião; mas, ainda assim, é uma coisa que me fortalece mais, sabe? Então, é igual a mineração. O que for possível de eu informar os jovens para nós não buscarmos, não perdermos igual a mineração... Essa terra teve muitos conflitos com pessoas armadas. Nós enfrentamos e nós conseguimos e nós vamos mostrar para eles que nossa terra é para tirar o nosso alimento e sem os agrotóxicos; [...] vamos mostrar para eles que a nossa terra não é para mineração e nem agrotóxicos e sim para produção, a produção saudável (S.C. 19 de março de 2018).

Concomitante a isso, percebe-se que, “no cotidiano camponês, têm uma resposta de resistência que é: somos capazes de produzir e de viver aqui nesta terra, nossa lógica é outra, queremos aqui permanecer e aqui manter nossa família” (VAILANT, 2011, p. 55).

---

<sup>28</sup> Diário do jornal local de Mirassol D'Oeste. Bemisa consegue licença para retomar exploração de jazida de minérios na serra do Caeté em Mirassol do Oeste. 26/9/2013. Assessoria de Imprensa.

Quanto aos impactos ambientais, constata-se que tais operações, tanto de mineradoras quanto referente ao uso abusivo de agrotóxicos, impactam diretamente a vegetação e a hidrografia local ou mesmo regional, podendo causar modificações e desequilíbrio ecológico, repercutindo no relevo, no bioma, na qualidade do ar e das águas, ou seja, sobre todo o ambiente e, conseqüentemente, sobre a vida das pessoas que vivem no e do campo. Como destaca a jovem A. S. S.<sup>2</sup> (2018)<sup>29</sup>,

Os agrotóxicos existem, porém, temos que ter em mente que não são bons, são venenos e veneno mata gente, mata a vegetação, mata tudo. Eu acho que é a mesma coisa que a mineração [...], eu vejo tudo como uma grande destruição, tudo aqui vai se acabar, vamos ter que sair, e nem sabemos como será nossa vida longe daqui, se vamos morar em outro sítio ou na cidade, ou o que vamos fazer. Aqui em casa, ninguém é a favor dessa mineração e acho que não podemos aceitar que [a terra] seja liberada para exploração e extração do minério, pois moramos aqui, plantamos e temos vínculos com as pessoas daqui. E se tivermos que ir embora, nem sabemos direito como é que vai ser. A gente ouviu algumas pessoas falarem que vai ser uma coisa muito boa, mas eu não sei não, acho que, para nós, não vai ser não, pois vai mudar toda a nossa vida, vamos ter que vender nosso lote, ir embora e isso nós não queremos (A. S. S.<sup>2</sup>. 20 de março de 2018).

Ainda em relação a esses dois conflitos socioespaciais atuais, verifica-se que as famílias do assentamento fizeram reuniões, assembleias e, de forma unânime, discordaram de sua implantação e uniram-se para que fosse coletivamente recusada a proposta de exploração de mineração no território do assentamento.

Tal situação de recusa da proposta de exploração do minério na área do assentamento fez com que a comunidade assentada sofresse represálias da sociedade mirassolense, pois a mesma, de modo geral, possui uma visão positiva quanto à mineração, considerando-a como atividade que irá mudar positivamente a economia do município, que terá mais postos de trabalho e melhores condições de vida para todos de Mirassol D'Oeste, porém não reflete sobre os seus aspectos negativos ou até mesmo sobre a dimensão de seus impactos quando comparados com os de outras atividades.

Sobre isso, o Jovem J. F. A. descreve as conseqüências e as alterações no ambiente e na vida do camponês decorrentes da exploração e extração do minério:

[...] [a mineração] irá destruir o meio ambiente, destruir os biomas daqui do assentamento, o rio, as reservas, como nos vídeos que assistimos; nos lugares que tem mineração, acaba tudo, ficam os dejetos expostos e a população sofrendo com a poluição. Isso é muito ruim para o assentamento,

<sup>29</sup> Refere-se à fala da mais nova de irmãs com bolsistas com as mesmas iniciais.

pois aqui têm muitos camponeses que têm práticas agroecológicas, que lutam pela preservação do solo, das plantas, dos animais, do ar e da água, e, quando vem a mineradora, eles não querem nem saber das reservas, do meio ambiente, eles pensam só no lucro deles e em mais nada e destroem tudo [...] tudo vai mudar, a nossa vida e o meio ambiente, seremos todos banidos daqui e os que resistirem vão sofrer com a poluição, com a destruição e com as mudanças impostas pela mineradora (J. F. A. 23 de março de 2018).

Constatou-se que, nos depoimentos dos jovens, há uma noção da situação que ocorrerá após a concessão da exploração da mineração no assentamento. Eles percebem que, apesar da ameaça de entrada de uma empresa pesquisadora na área do assentamento, os camponeses assentados não desistem da luta. Eles, juntamente com os jovens, continuam fazendo resistência a esse projeto capitalista, ou seja, não estão parados, esperando ver o que vai acontecer ou deixando com que os órgãos públicos decidam o que acontecerá com o futuro do assentamento e das famílias beneficiárias do projeto de reforma agrária.

[...] e agora vem mais essa: querer nos expulsar daqui para favorecer a alguns que fazem parte do capitalismo. E nós? Ninguém está preocupado com nossas vidas, com o que tem aqui, mas nós não vamos desistir, lutamos desde crianças para garantir esse pedaço de chão e agora lutaremos o quanto for preciso para permanecer aqui (A. S. S. 21 de março de 2018).

Por conseguinte, Girardi (2008) relata a existência de dois territórios distintos<sup>30</sup>, o do agronegócio e o do campesinato, diferenciados pela propriedade e pelas relações de produção:

- a) **Agronegócio:** o latifúndio, a exploração do trabalho, inovações tecnológicas, violência, monocultura, entre outros;
- b) **Campesinato:** pequena propriedade, produção familiar, cooperativismo, associativismo, agroecologia e luta pela terra, com menor impacto ambiental.

Uma forma de conhecer e se contrapor ao projeto capitalista de exploração do minério no território do assentamento foi a organização de oficinas para a ação e reflexão através da imersão, as quais ocorreram entre os dias 2/10 e 6/10 de 2017, com a junção de Organizações Não Governamentais (ONGs) e instituições parceiras, como a FASE, a UNEMAT (através de alguns professores), Grupo Fé e Vida, Centro

---

<sup>30</sup> Eduardo Paulon Girardi traz um quadro com essa comparação do agronegócio e do campesinato em sua tese de doutorado.

de Direitos Humanos Dom Máximo Biennes, escolas do campo e diversas associações. A imersão é uma prática de reflexão com tomadas de ação com a comunidade.

Esse trabalho foi realizado com todas as famílias do assentamento e dos assentamentos vizinhos. A mineração é discutida através de um grupo de frente, que direciona as atividades sobre o tema com os demais participantes e que teve a escola “Madre Cristina” como ponto de referência para o desenvolvimento das atividades e avaliações. Ressalta-se que o processo de imersão envolve toda a comunidade: crianças, jovens, adultos e idosos.

**Figura 12 - Seminário da imersão contra a mineração no Assentamento Roseli Nunes**



**Foto: Acervo da autora, 2017.**

A figura 12 representa o Seminário de Finalização da Imersão contra a Mineração, ocorrido no dia 6/10/2017 no barracão ao lado da escola “Madre Cristiana”, no assentamento, com a presença de lideranças locais e convidados e com exposição dos trabalhos elaborados pelos estudantes e educadoras da escola durante a semana de imersão.

É evidente, nos relatos dos jovens e dos camponeses do assentamento Roseli Nunes, a preocupação com os conflitos socioespaciais atuais e a necessidade

de se contrapor à mineradora e ao uso abusivo de agrotóxicos. Assim, ao compreenderem os problemas vivenciados cotidianamente em seu território, os jovens buscam se articular e utilizar de ações coletivas, juntamente com a comunidade, para resistir. Seguem, assim, unidos, resistindo, lutando e dizendo não à mineração e ao veneno.

Na sequência, serão abordadas as práticas e percepções da juventude sobre o campo mato-grossense, demonstrando a sociologia do conhecimento, com destaque para as características dos jovens e dos grupos de jovens que, a partir do projeto, fortalecem e (re) iniciam o processo de recriação socioespacial no território do Assentamento Roseli Nunes.

## **CAPÍTULO IV – A PRODUÇÃO SOCIAL DO CONHECIMENTO: METODOLOGIAS E PRÁTICAS DE APRENDIZADOS DA JUVENTUDE NO ASSENTAMENTO ROSELI NUNES EM MIRASSOL D'OESTE/MT**

Nesse capítulo, a contextualização será pautada na sociologia do conhecimento. Busca-se compreender o universo da pesquisa por meio de análises sobre a vida dos jovens camponeses, bem como de suas percepções sobre escola, práticas socioculturais de solidariedade e reciprocidade, cooperação, produção, conflitos internos e externos, econômicos e culturais, bem como as práticas socioambientais que possibilitam a resistência e o fortalecimento econômico, social, cultural e político desses sujeitos para sua manutenção, permanência e recriação no território camponês.

Esse capítulo está organizado a partir da análise das percepções e representações da Juventude Camponesa do Assentamento Roseli Nunes. Alguns fatores que influenciam a migração ou permanência da juventude no campo são identificados na pesquisa, juntamente com a perspectiva dos próprios jovens do campo a respeito de sua situação e de sua expectativa e como estes buscam a sua permanência e qualidade de vida.

De forma geral, busca-se compreender como esses jovens, após sua trajetória de luta com sua família pela conquista da terra, reproduzem-se e se organizam num processo de recriação do seu modo de vida, com novas possibilidades no campo.

### **4.1 - A produção social do conhecimento: o projeto, metodologias e práxis pedagógica da Juventude Camponesa**

Para destacar uma juventude que, acima de tudo, sonha e busca construir métodos de realizar seus objetivos em um território de lutas e que resiste às monoculturas e agrotóxicos que os sondam diariamente, o fazer diferente se torna difícil. Nesse sentido, busca-se a produção social do conhecimento, que, segundo Zart (2011), é um

[...] processo cognitivo coletivo e colaborativo que envolve sujeitos de espaços sociais e culturais distintos ao lidar com o cotidiano a sociologia do conhecimento incorpora valores, saberes e práticas que se constituíram na convivência cultural e histórica dos grupos sociais e que são simbólicas, econômica e politicamente significativas para as pessoas porque é a expressão da própria existência (ZART, 2011, p. 28).

No caso específico em estudo, está a juventude camponesa do assentamento Roseli Nunes. Ainda de acordo com o autor,

A dinâmica da produção social do conhecimento se embasa na dialética entre o conhecido, o processo de crítica e de reconstrução dos saberes populares e científicos. Portanto, há a concepção do conhecimento como processos provisórios, ricos em experiências, conflituosos e renovadores de conceitos, inovadores em práticas, criativos em imaginação e transformadores de realidades sociais (ZART, 2011, p.32).

Zart (2011) busca a compreensão e traz, como referências da sociologia do conhecimento, a construção de fundamentos feitos por Boaventura Santos e Mannheim, o qual recupera, em termos históricos, os desdobramentos do pensamento, identificando-o na relação com os contextos socio históricos. Afirma que “[...] a sociologia do conhecimento busca compreender o pensamento no contexto concreto de um histórico-social, de onde só muito gradativamente emerge o pensamento individualmente diferenciado” (ZART, 2012, p. 29 *apud* MANNHEIM, 1986, p. 31).

Para a sociologia do conhecimento há a determinação intelectual de perceber e sistematizar as diferentes maneiras de conhecimentos. Se estes estão no inconsciente coletivo, a evidenciação dos valores e dos conhecimentos é um processo de ampliação e de aprofundamento dos conhecimentos que configuram os grupos sociais. Esta é uma atitude intelectual geradora da consciência sobre a ontologia social dos sujeitos participantes de coletividades embrenhadas de valores e de saberes (ZART, 2012, p. 30).

Pode-se aferir que a sociologia do conhecimento, segundo Zart (*idem*), “produz referenciais tanto no sentido da ideologia quanto da utopia, isto é, tanto para os grupos sociais interessados na manutenção das estruturas sociais quanto para os que demandam conhecimentos para a transformação das condições reais vividas”. Para o autor, “esta afirmação não condiz com a ideia da neutralidade da ciência, condiz com a postura dos cientistas e da forma de construção social do conhecimento entrelaçada com os interesses que configuram os grupos sociais”. (Zart, *op. cit.*).

Para apreender o sentido da produção social do conhecimento no projeto da Juventude Camponesa, apresentam-se conceitos de algumas práxis pedagógicas que caracterizam a teoria e a prática no desenvolver do projeto “Desenvolvimento e

Fortalecimento Científico-Tecnológico da Juventude Camponesa do Ensino Médio da Escola Estadual 'Madre Cristina"', o qual foi desenvolvido no Assentamento Roseli Nunes, em Mirassol D'Oeste/MT, no período de novembro de 2015 a maio de 2017.

O projeto foi aprovado a partir do edital da chamada MCTI/MDA-INCRA/CNPq n° 19/2014 - Fortalecimento da Juventude Rural, proposto a partir do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA). A chamada teve como objetivo apoiar projetos de capacitação profissional e extensão tecnológica e inovadora de jovens de 15 a 29 anos.

O projeto abrangeu 50 jovens do campo que ingressaram como bolsistas de extensão do país do CNPq, sendo que 30 estudantes de pós-médio receberam bolsas de Apoio Técnico em Extensão do País na categoria ATP-Be; e 20 estudantes de nível médio receberam bolsas de Iniciação Tecnológica e Industrial na categoria ITI-B, tanto do sexo feminino quanto masculino, tendo jovens casados e solteiros.

Para uma sistematização pedagógica do trabalho, organizou-se o projeto em três cursos de 40 horas e três de 44 horas, com oficinas temáticas que abordaram questões teóricas e técnicas em relação à economia solidária, agroecologia, educação do campo e tecnologias informacionais.

A partir do plano de trabalho apresentado na escola e para os jovens, iniciou-se a inscrição por parte dos jovens interessados e, posteriormente, a formação, que fora realizada constantemente durante os dois anos de projeto.

Nesses termos, a participação da juventude, da escola (educadores) e dos camponeses foi determinante na configuração das atividades, na definição dos objetivos e das metodologias, nas práticas, nas socializações, nos aprendizados e nas avaliações.

As ações educacionais foram planejadas de forma coletiva, proporcionando a participação da juventude nas proposições e construções das oficinas que foram trabalhadas durante os cursos, possibilitando, assim, que os jovens pudessem configurar as oficinas que estivessem de acordo com a sua realidade e pudessem contribuir no desenvolvimento de suas práticas diárias.

A educação que foi desenvolvida com a juventude camponesa contemplou a metodologia da práxis<sup>31</sup>, que proporcionou um processo de ensino-aprendizagem, da relação trabalho e educação, com uma intensa relação com a vida dos jovens do campo, problematizando a realidade vivenciada com o intuito de transformá-la. Essa formação desenvolvida durante o projeto considerou as experiências vivenciadas pelos jovens, visando ao fortalecimento da autonomia econômica, social e política, segundo os princípios da agroecologia e da economia solidária.

A formação foi planejada e executada em seis cursos:

- a) Fundamentos de economia solidária;
- b) Currículo da educação do campo;
- c) Agroecologia;
- d) Gestão de empreendimentos econômicos solidários;
- e) Políticas públicas e mercados institucionais;
- f) Tecnologia da informação e comunicação - TICS.

No curso de “Fundamentos de Economia Solidária”, foram programadas 10 oficinas, com carga horária de 40 horas. O curso proposto para a formação da juventude camponesa promoveu a discussão teórica em consonância com a reflexão acerca das experiências e a partir das práticas vivenciadas nos seus espaços. As oficinas realizadas promoveram momentos de diálogos e reflexões, buscando a autonomia dos jovens e o protagonismo para fortalecer a agricultura familiar camponesa, o trabalho associado e para acessar as políticas públicas.

Para o curso de “Currículo da Educação do Campo”, foram programadas 11 oficinas, finalizando com a carga horária de 40 horas. Teve, como perspectiva, realizar a formação da juventude camponesa como forma de fortalecer a agricultura familiar camponesa e, assim, tornar os jovens capazes de realizarem debates e

---

<sup>31</sup> Metodologia da práxis: entende -se por metodologia da práxis a concepção da prática da educação como processo intencional de intervenção social. Tem, como singularidade, segundo Paulo Freire (1999), a forma como inter-relaciona o ensino-aprendizagem com a apropriação crítica e a ação transformadora entre os sujeitos envolvidos no processo educativo.

discussões sobre educação, currículo e políticas, juntamente com a realização da produção desenvolvida através do trabalho associado, práticas pedagógicas, auto-organização e relações entre saberes científicos e saberes camponeses.

O curso proporcionou à juventude camponesa uma formação pensada para que pudessem fortalecer a organização do trabalho associado e subsídios de conhecimento acerca de educação, com destaque ao campo.

Em “Agroecologia”, foram realizadas 11 oficinas, totalizando 44 horas, em conjunto com a escola, a Associação Regional de Produtores Agroecológicos (ARPA)<sup>32</sup>, a Cooperativa de Trabalho em Assessoria a Empresas Sociais em Assentamentos de Reforma Agrária (COOPERAR)<sup>33</sup> e do Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT). Foi um processo de formação referenciado nas atividades da ARPA e no currículo da educação do campo, promovendo a integração das organizações econômicas, da juventude e da escola e tendo como objetivo desenvolver reflexões de teorias voltadas para a prática da juventude nos grupos de trabalho, como alternativa de produção e comercialização de produtos agroecológicos.

O curso de “Gestão de Empreendimentos Econômicos Solidários” foi realizado através de 11 oficinas, finalizando com a carga horária de 44 horas. O curso proporcionou à juventude camponesa uma formação para que pudessem fortalecer a organização do trabalho na economia solidária, promovendo a visibilidade dos empreendimentos econômicos solidários dos grupos em consonância com a reflexão acerca das experiências a partir das práticas vivenciadas em meio às ações desenvolvidas no decorrer do projeto, juntamente com as experiências da produção realizada pelo trabalho associado nos grupos presentes no assentamento.

No curso de “Políticas Públicas e Mercados Institucionais”, foram realizadas 10 oficinas, totalizando 40 horas. Buscou-se realizar as discussões teóricas em

---

<sup>32</sup> A Associação Regional de Produtores Agroecológicos é uma entidade civil sem fins lucrativos, fundada em 6 de setembro de 1997, com sede localizada na área social “Dezessete de março” do Assentamento Roseli Nunes. Foi pensada e construída com a metodologia de trabalho voltada para a qualidade de vida das famílias assentadas na região Sudoeste de Mato Grosso na lógica da produção agroecológica.

<sup>33</sup> Cooperativa de Trabalho em Assessoria a Empresas Sociais em Assentamentos de Reforma Agrária. Foi fundada em 12 de maio de 2005, objetivando congregar as várias forças e parceiros que colaboravam em todo o Brasil com o desenvolvimento das empresas sociais das áreas de reforma agrária.

consonância com a reflexão acerca das práticas vivenciadas pelos jovens, em meio às ações desenvolvidas no projeto, bem como as políticas públicas a que esses sujeitos tinham acesso. As oficinas realizadas promoveram diálogos reflexivos a partir da prática dos jovens, buscando fortalecer a agricultura camponesa com a inserção dos jovens nos mercados institucionais, também como forma de acessar as políticas públicas existentes para essa demanda.

No curso “Tecnologia da Informação e Comunicação (TICS)”, foram realizadas 11 oficinas, com o total de 44 horas. Teve, como objetivo, ensinar, demonstrar e capacitar os jovens na prática de informática básica para tabular e sistematizar, em conjunto, os dados, com o uso de planilhas eletrônicas, bem como dos sistemas operacionais Linux e Windows, rede de computadores, painel de controle e principais funções, gerenciador de arquivos e aplicativos de internet. As oficinas realizadas nesse curso promoveram, aos jovens camponeses, uma maior independência com relação ao sistema digital. Aqueles que já tinham um maior acesso à internet e ao computador colocaram em prática o curso, com a criação de blogs e páginas em redes sociais para uma maior interação do projeto da juventude camponesa.

Com oficinas de quatro horas, cada curso era descrito com suas metodologias e objetivos a serem alcançados, organizados de acordo com o Quadro 2.

**Quadro 2 - Organização dos cursos para a Juventude Camponesa**<sup>34</sup>

<b>CURSOS</b>	<b>OFICINAS</b>
Fundamentos da Economia Solidária	Fundamentos da Economia Solidária; Elaboração de Projeto e Integração; Economia Solidária – Cooperativismo Solidário; Afinal, o que é Economia?; Economia Solidária e Ecologia; Economia Solidária e Autogestão; Economia Solidária e o Mundo do Trabalho; Economia e Cultura camponesa; Economia Solidária e Diversidade Cultural.

<sup>34</sup> Organizado conforme os relatórios diários das oficinas e o relatório final do edital da CHAMADA MCTI/MDA-INCRA/CNPq N° 19/2014 - FORTALECIMENTO DA JUVENTUDE RURAL, por meio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico - CNPq, em parceria com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA e com a Secretaria Nacional da Juventude - SNJ-PR, foi publicada essa chamada pública para jovens residentes em áreas rurais. Essa chamada pública foi proposta a partir do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA. O projeto ocorreu no período de novembro de 2015 a maio de 2017.

Currículo e Educação do Campo	Identidade Camponesa; Currículo da Educação do Campo; Educação, Formação e Desenvolvimento do Campo; Projeto Político-Pedagógico; Educação do Campo; Práticas Pedagógicas; Movimentos Sociais do Campo; Auto-Organização (Cultural e Política); O que é o Currículo?; Conhecimento Científico e Saberes Camponeses.
Agroecologia	Fundamentos da Agroecologia; Hortifrúti; Solos; PRV - (Pastoreio Racional Voisin); Técnicas Agroecológicas; Avicultura; Horta Orgânica; Agroindústria; SAFs; Apicultura; Produção Consorciada.
Gestão de Empreendimentos Econômicos Solidários	Empreendimentos Econômicos Solidários; Contabilidade Básica: o Fluxo de Caixa; Autogestão: Empreendimentos Solidários; Custo de Produção; Marketing Societal; Método/Distribuição de Resultado; Logística: Cadeia de Suplementos; Publicidades; Técnicas de Vendas; Estudo de Mercado.
Políticas Públicas e Mercados Institucionais	Políticas Públicas; PNAE (Programa Nacional da Merenda Escolar); Políticas Públicas e Juventude; Mercado Solidário e Convencional; Políticas Públicas e Juventude Camponesa; Feiras Convencionais e Feira Virtual; Mercados Institucionais; Prossumidores; PAA (Programa de Aquisição de Alimentos); Cooperativa de Consumo; Moeda Social.
TICS	Conhecendo o Computador; Formatação de Planilha; Rede de Computadores;; Editor de Texto; Broffice Write; Funções; Elaboração de Tabelas; Elaboração de Texto no Write; Internet; Divulgação de Marketing.

Fonte: autora 2018.

Todo esse processo de formação foi planejado com o objetivo de proporcionar espaços para que a juventude pudesse realizar discussões, debates, e, assim, analisar, reivindicar e propor ações que contribuíssem para o desenvolvimento de suas práticas diárias no assentamento, considerando os princípios da Economia Solidária, da Agroecologia e da Educação do Campo.

Foi elaborada, para a contemplação da carga horária, uma cartilha denominada “Caderno Pedagógico VI – Juventude Camponesa e Políticas Públicas”, a qual contém textos didáticos com temáticas ligadas à economia solidária, agroecologia, educação do campo, políticas públicas e organização socioeconômica, desenvolvidos pelos jovens por meio de pesquisas. Os jovens também planejaram, organizaram e participaram de eventos, em forma de encontros, seminários e fóruns, com as diversas temáticas contempladas no projeto.

A sociologia do conhecimento se constitui “[...] enquanto teoria [que] procura analisar a relação entre conhecimento e existência; enquanto pesquisa histórico-sociológica, busca traçar as formas tomadas por esta relação no desenvolvimento intelectual da humanidade” (MANNHEIM, 1986, p. 286 *apud* Zart, 2011, p. 31).

Nessa pesquisa, optou-se por contextualizar os 25 jovens com idade a partir dos 18 anos que estavam no pós-médio e que participaram do projeto, principalmente por estarem inseridos em um contexto maior de debates, convívios e participação ativa nas atividades do projeto, além de suas concepções de juventude e participação na finalização do projeto.

#### **4.2 - Perfil socioeconômico e cultural dos jovens participantes do projeto**

O projeto “Desenvolvimento e Fortalecimento Científico-Tecnológico da Juventude Camponesa do Ensino Médio da Escola Estadual ‘Madre Cristina’”, desenvolvido no Assentamento Roseli Nunes, teve interação com a vida dos jovens do campo, problematizando a realidade vivenciada com o intuito de transformá-la, considerando as experiências vivenciadas pelos jovens, visando ao fortalecimento da autonomia econômica, social e política, segundo os princípios da agroecologia e da economia solidária.

Um dos instrumentos de pesquisa foi, inicialmente, a aplicação (em forma de questionários) de questões socioeconômicas junto aos jovens assentados e participantes do projeto no Assentamento Roseli Nunes. O questionário tinha como objetivo compreender a configuração socioeconômica, ambiental e organizacional do Assentamento Roseli Nunes. Para tanto, foram levantados dados relativos à constituição da família (geracional, sexualidade), escolaridade, exercício do trabalho (divisão técnica na lógica da família camponesa), renda familiar, participação em associações e cooperativas, atividades agropecuárias, sistemas produtivos (manejo do solo, diversificação, mecanização), comercialização, financiamento, acesso às tecnologias, conhecimentos tradicionais, políticas públicas, convivibilidade social, sentidos da reforma agrária e práticas sociais de cooperação.

Esse levantamento foi recolhido e sistematizado, porém, para essa dissertação, buscou-se caracterizar os 25 jovens, com idade entre 18 e 30 anos, que

finalizaram o projeto em maio de 2017. Um dos primeiros elementos extraídos da pesquisa foi o percentual de meninos e meninas que participaram do projeto e permaneceram até o final. Desses 25 jovens, 8 são do sexo masculino e 17 do sexo feminino. Vê-se que há um desequilíbrio entre os sujeitos masculinos e femininos.

Os oito meninos participantes do projeto moram com os pais no assentamento, sendo todos solteiros; 5 são de cor parda e 3 são brancos. Eles têm entre 19 e 24 anos. Todos nasceram na cidade de Cáceres/MT; são católicos e não possuem filhos. A renda da família desses jovens varia de 2 a 6 salários mínimos, (essa renda é contada por eles, não destacando que as famílias dispõem, na propriedade, produtos para o consumo familiar de hortifrutigranjeiros; horta, mandioca, abóbora, milho, galinhas, ovos, porcos, entre outros). Nesse sentido, muitos alimentos já estão disponíveis, os quais, se forem contabilizados, formarão uma renda em dinheiro bem maior. A principal obtenção da renda é através do leite e da agricultura.

Com relação ao grau de estudos dos jovens entrevistados, verificou-se que 6 já haviam terminado o Ensino Médio e 2 estavam cursando o nível superior em faculdade pública. O trabalho dos pais, assim como dos jovens e de seus irmãos, está vinculado à agricultura camponesa, ou seja, ao desenvolvimento, de forma sustentável, dos territórios conquistados por meio da reforma agrária.

A agricultura camponesa, de acordo com Costa (2010), é o modo de fazer agricultura e de viver das famílias que, tendo acesso à terra e aos recursos naturais que ela suporta, resolvem seus problemas reprodutivos por meio da produção rural, desenvolvida de tal maneira que não se diferencia o universo dos que decidem sobre a alocação do trabalho dos que se apropriam do resultado dessa alocação.

Para Chayanov (1981), o elemento fundamental na unidade camponesa de produção é o núcleo familiar, através do qual a família, equipada com os meios de produção, emprega sua força de trabalho por meio da terra e recebe, como resultado de um ano de trabalho, certa quantidade de bens nas unidades camponesas de produção.

Na perspectiva da agricultura camponesa, esses sujeitos e suas famílias trabalham no sítio com plantações de roça (milho, mandioca, batata doce, inhame, feijão, banana, melão, abacaxi) e de hortifrutigranjeiros (frangos, frutas e hortas).

Alguns dos jovens também prestam trabalhos nos vizinhos e, algumas vezes, pegam empreitadas<sup>35</sup> (trabalho em geral de roça ou com alvenaria, como pedreiro ou servente de pedreiro) fora ou no próprio do assentamento.

O “camponês se ausentar de sua propriedade em determinado período do ano para trabalhar assalariado em fazendas de gado e plantações” gera uma situação vantajosa para o capital, pois há mão de obra disponível, barata e que quer retornar ao seu lote sem impor pressão ao empregador quanto à sua estabilidade (VAILANT, 2011, p. 54).

Os recursos das atividades não agrícolas estão estruturalmente integrados às estratégias de reprodução social de grandes partes das famílias camponesas. Para Schneider (1999), a pluriatividade pode contribuir para articular políticas agrícolas e de desenvolvimento territorial.

Das 17 meninas analisadas, com idades entre 19 e 30 anos, apenas 5 moram ainda com seus pais e estão solteiras e têm entre dois e três irmãos. As outras 12 jovens são casadas e, dessas, apenas 2 ainda não têm filhos. Dessas 10 jovens com filhos, 5 têm apenas 1 filho, 4 têm 2 filhos e 1 jovem tem 3 filhos.

Em se tratando de estudos, entre as jovens, 16 já haviam terminado o Ensino Médio na própria escola do assentamento e apenas 1 o fez no Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT), na cidade de Cáceres-MT, sendo que 3 dessas jovens estão cursando o nível superior em faculdade particular e 3 em universidade pública.

Os cursos realizados por esses jovens, homens e mulheres, são de diversas áreas do conhecimento, como Direto, Fisioterapia, Ciências da Computação; licenciaturas em Geografia, História e Pedagogia, entre outros.

Com relação à cor, 2 jovens se afirmam negras, 2 brancas e 13 pardas. Elas nasceram na cidade de Cáceres e sua religião varia entre católicas e evangélicas.

A renda familiar dessas jovens concentra-se entre 2 e 6 salários mínimos. Também têm como renda o excedente das plantações de roça que produzem no sítio,

---

<sup>35</sup> Empreitada: tarefa; trabalho realizado pelos jovens mediante contrato ou acordo com pagamento, sendo o valor recebido somente com a finalização do trabalho (em geral, trabalho de roça ou com o gado).

de hortifrutigranjeiros e da atividade da pecuária leiteira, que foi citada por todas as jovens, sem exceção, aumentando, assim, o valor de renda dessa juventude, pois trata-se algo utilizado pela família e que não precisa ser adquirido através de compra.

De acordo com observações e anotações do caderno de campo, bem como de trabalhos e artigos acadêmicos analisados, constata-se que, no assentamento, 100% das famílias possuem seu rebanho de gado leiteiro e 95% comercializam o leite por meio de laticínios. Há uma produção estimada, em média, em 20 mil litros semanais (no assentamento), os quais são armazenados em resfriadores, vendidos e entregues para o processamento nos laticínios da região.

Entre os 25 jovens analisados, a maioria das famílias trabalha por conta própria e um percentual muito pequeno é assalariado. Das que trabalham por conta própria, apenas 1 não exerce atividades agrícolas.

Das atividades que são realizadas tradicionalmente pelas mulheres e jovens na unidade produtiva, Aguiar e Stropasolas (2010) ressaltam que aquelas ligadas à produção de leite, à horta e aquelas tradicionalmente ligadas ao trabalho feminino, na medida em que vão ganhando importância econômica, fazem com que o trabalho delas comece a ser considerado como produtivo. A valorização desses produtos acaba valorizando o trabalho das mulheres, favorecendo a participação delas nos espaços de decisão da unidade produtiva familiar e também fora da propriedade.

Segundo Carneiro (1999), os jovens oscilam entre o projeto de construir vidas mais individualizadas, o que se expressa no desejo de melhorarem o padrão de vida, a tradição latino-americana. Nesse sentido, quem fica no campo é o filho homem, pois ele pode ajudar o pai na lida da roça e, tradicionalmente, é ele quem recebe o lote como herança. Percebe-se que há uma valorização do estudo das meninas, com a perspectiva de que elas saiam do campo, em detrimento do estudo dos rapazes. Essa situação também é identificada no Assentamento Roseli Nunes, visto que, dos 6 jovens que estão cursando o nível superior, 4 são mulheres. Nesse sentido, Abramovay et al. (1998, p. 75) destacam que [...] “o processo de saída das moças do campo faz parte de um declínio do próprio caráter patriarcal que caracteriza tradicionalmente a família camponesa”.

No grupo de jovens que participou do processo de formação, é apresentado um desequilíbrio de gênero. Portanto, faz-se necessário apresentar a análise dessa caracterização para entender que, apesar de o projeto “Juventude Camponesa” ter uma grande abrangência dos jovens do Assentamento Roseli Nunes e da quantidade de jovens participantes no período da realização do curso, que foi de dois anos e meio, ocorreram também muitas mudanças de entrada e saída de bolsistas devido a vários fatores, entre eles, a saída do assentamento para trabalhar, jovens que se casaram e foram embora, entrada no serviço militar, aprovação no curso de medicina veterinária em outro estado, etc., o que se verifica através do Quadro 3.

Apesar de ter-se obtido o termo de consentimento dos sujeitos da pesquisa para a divulgação de seus nomes, preferiu-se identificá-los usando apenas suas iniciais.

**Quadro 3 - Perfil dos Sujeitos da Pesquisa**

<b>Identificação</b>	<b>Sexo</b>	<b>Estado civil</b>	<b>Filhos</b>	<b>Cor /Raça</b>	<b>Escolaridade</b>
A.S. C	Masculino	Solteiro	Não	Branco	Médio
A. M. S.	Feminino	Casada	Não	Parda	Médio
A. S. S. <sup>36</sup>	Feminino	Casada	Sim	Parda	Médio
A. S. S.	Feminino	Casada	Sim	Parda	Médio
Ã. A. D. G.	Feminino	Casada	Sim	Parda	Médio
B. S. J. N.	Feminino	Solteira	Não	Negra	Cursando superior
C. F. O.	Feminino	Casada	Sim	Parda	Médio
D. A. R.	Feminino	Casada	Sim	Parda	Cursando superior
C. B. O.	Masculino	Solteiro	Não	Pardo	Médio
G. N. C.	Feminino	Casada	Não	Parda	Cursando superior
I. A. C. S.	Masculino	Solteiro	Não	Pardo	Médio
J. F. A.	Feminino	Casada	Sim	Parda	Médio
L. P. P.	Feminino	Solteira	Não	Parda	Médio

<sup>36</sup> As siglas iguais referem-se às duas irmãs bolsistas, no que tange a fala das mesmas agora em diante, A. S. S.<sup>1</sup> e A. S. S.<sup>2</sup>, respectivamente.

L. B. S. G.	Masculino	Solteiro	Não	Branco	Cursando superior
M. G. M. S.	Feminino	Casada	Sim	Parda	Médio
M. C. S.	Masculino	Solteiro	Não	Pardo	Cursando superior
O. R. P.	Masculino	Solteiro	Não	Pardo	Médio
O. R. P.	Feminino	Solteira	Não	Pardo	Cursando superior
R. B. S.	Feminino	Solteira	Sim	Negra	Médio
R. C. S. O.	Feminino	Casada	Sim	Branca	Médio
S. C. G. P.	Feminino	Solteira	Não	Parda	Cursando superior
S. C.	Feminino	Casada	Sim	Parda	Médio
T. M. S.	Feminino	Solteira	Não	Branca	Cursando superior
W. I. S. A.	Masculino	Solteiro	Não	Pardo	Médio
W. P. V.	Masculino	Solteiro	Não	Branco	Médio

**Fonte: elaborado pela autora.**

Assim sendo, observa-se que, desses 25 jovens que finalizaram o projeto, 2 não estão mais no assentamento por diferentes motivos, tais como a venda do sítio pelos pais, casamento, entre outros; os 23 que permanecem no território do assentamento ainda estão engajados em diversas atividades dentro e fora dele: alguns estão estudando, outros estão em cursos técnicos ou em trabalhos não agrícolas.

Assim, constatou-se que, desses, 5 jovens continuam também no processo de luta e resistência, mas de forma indireta, principalmente, porque estão em processo de formação acadêmica. E 1 jovem, hoje, trabalha como assalariado no espaço da cidade, mas mantém sua residência no assentamento, contribuindo ainda no sítio dos pais.

Os 17 jovens restantes estão diretamente envolvidos com o assentamento e a vida no campo. Esses jovens atuam nos espaços do assentamento e, a nosso ver, estão protagonizando diretamente novos rumos dentro e fora do Assentamento Roseli Nunes, contribuindo, por meio de suas ações de luta e resistência, para o processo de recriação socioespacial camponesa.

Oito jovens mulheres são casadas e têm filhos. A jovem S. C. é atuante e participativa, mora em uma casa construída dentro do sítio de seus pais, com um casal de filhos e o esposo. O sítio está localizado na linha do Zap<sup>37</sup>, tem sua produção de horticultura e comercializa nas Feiras de Economia Solidaria e Agroecologia da Unemat e do Roseli Nunes (FEISOL), comercializando também em seu sítio e para alguns comércios do município de Mirassol D'Oeste/MT.

As jovens A. S. S.<sup>1</sup> e A. S. S.<sup>2</sup> são irmãs e casadas. A. S. S.<sup>1</sup> mora na linha da Carvoeira, tem sítio próprio e um casal de filhos e presta trabalho na escola do Assentamento. Já A. S. S.<sup>2</sup> tem um filho e mora na linha principal do assentamento, em sítio próprio; ambas trabalham com a produção de horticultura e produtos processados (pães, doces e salgados), que são comercializados na FEISOL.

A jovem D. A. R. mora na linha do Zap, tem sítio próprio, é casada e tem uma filha, trabalha com a produção de horticultura e comercializa parte de sua produção dentro do próprio assentamento. Está fazendo faculdade em instituição particular de ensino.

A jovem M. G. M. S mora na linha principal, tem sítio próprio, é casada e tem um casal de filhos, trabalha com a produção de roças (mandiocas, banana) e gado leiteiro, entregando leite ao laticínio, e tem uma pequena produção de horta apenas para o consumo da família.

A jovem R. C. S. O tem um filho e é casada; o sítio onde mora é próprio, está localizado na linha do Zap, tem sua produção de horticultura para consumo e sua maior renda vem da plantação de melancias, que são comercializadas no assentamento e em feiras de Mirassol D'Oeste/MT, além de entregar leite ao laticínio.

A jovem A. A. D. G mora com os três filhos e o esposo em uma casa no sítio dos sogros. O sítio está localizado na linha principal do assentamento, próximo à escola "Madre Cristina". Ela tem uma pequena produção de horticultura para consumo próprio e um espaço de roça de mandioca, frutas e banana, além de entregar leite ao laticínio.

---

<sup>37</sup> Nomes dados pelos assentados para as estradas que ligam o assentamento como linhas de ligação, saída e entrada: ZAP, Carvoeira, Principal, Trezentos, Beira Rio e Ilha.

A jovem C. F. O. mora no sítio de seus pais, é casada e tem um casal de filhos. Trabalha com gado leiteiro e entrega leite ao laticínio. Tem uma pequena produção de horta apenas para consumo da família e trabalha também com a produção de roças.

Duas das jovens são casadas, porém não têm filhos. A jovem J. F. A. ainda mora no sítio dos pais com o esposo. O sítio está localizado ao fundo do barracão do Beira Rio, produz derivados de leite, como requeijão e queijos, e tem produção de horticultura; ela comercializa sua produção no município de Curvelândia e na FEISOL, ou seja, dentro do próprio assentamento.

A jovem G. N. C. está casada, mora com esposo no sítio dos sogros, que está localizado na linha da Ilha, tem produção de horticultura para sustento da família e trabalha com uma produção diversificada de roça; faz entrega de leite ao laticínio e está fazendo faculdade em instituição particular de ensino.

Os outros sete jovens são solteiros e moram com os pais. Entre esses, há duas mulheres. A jovem B. S. J. N. mora com os pais. Seu sítio está localizado na linha da Beira Rio. A família tem uma produção diversificada de roça e produz também horticultura e frutas da estação, como laranja, tamarindo, caju, manga, coco cupuaçu, araçá boi, entre outros. Essa jovem está trabalhando também na secretaria da escola “Madre Cristina”.

A jovem R. B. S. tem um filho e mora com a mãe em sítio próprio na linha principal, próximo ao rio Bugres. Tem uma pequena produção de horticultura para consumo próprio e tem um espaço de roça de banana, além de entregar leite ao laticínio.

O jovem O. R. P. mora com os pais e está solteiro. Seu sítio está localizado na linha dos Trezentos. Tem uma produção de horticultura para consumo próprio e tem um espaço de roça de mandioca e banana; também entrega leite ao laticínio da região.

O jovem W. I. S. A. mora com os pais e é solteiro. Seu sítio está localizado na linha do Zap, tem uma produção de horticultura para consumo próprio da família e

roça de mandioca, banana, inhame, entre outros; também entrega leite ao laticínio da região.

O jovem A. S. C. mora com os pais e é solteiro. Seu sítio está localizado na linha da Ilha e entrega leite ao laticínio da região. Tem uma produção de horticultura para consumo da família e roça de banana e mandioca. Eles produzem roças de acordo com a estação, como milho, feijão e abóbora, e colhem frutas do pomar diversificado de poncã, laranja e limão, as quais também comercializam na época da colheita.

O jovem C. B. O. mora com os pais e é solteiro. Seu sítio está localizado na linha da carvoeira e produz derivados de coco (óleo de coco) e polpas de frutas da estação, como laranja, tamarindo, caju, coco, cupuaçu. Ele comercializa seus produtos na FEISOL, juntamente com sua mãe.

O jovem I. A. C. S é solteiro e também mora com os pais. Seu sítio também está localizado na linha da carvoeira. Sua produção é de leite e roça, onde produz banana, mandioca, abóbora, melão, entre outros.

Esses dois jovens (C.B.O e I.A.C.S) estão fazendo curso técnico em agropecuária no município de Cuiabá, formação que tem duração de um ano e funciona com a metodologia da alternância. Dessa forma, eles passam 15 dias em Cuiabá e 15 dias no sítio. Apesar de terem produção nos sítios, a mãe do jovem C. B. O. leva a sua produção para a feira; já a produção do jovem I. A. C. S. é comercializada por seus pais no próprio sítio para compradores que vêm à procura. O curso para os jovens, segundo eles, trará uma nova capacitação para o trabalho com a terra, para a produção da agricultura de subsistência.

O que pode ser verificado, no caso da juventude entrevistada do Roseli Nunes, é que eles estão tentando permanecer no campo. Apesar da diversidade de situações vivenciadas e de nem todos estarem engajados com produção e interação com seus lugares de vivência, todos os jovens constroem e participam de estratégias de luta e resistência para desenvolvimento sustentável do campo e, conseqüentemente, manutenção e permanência na terra conquistada por eles e suas famílias.

Para alguns, é preciso ainda desenvolver práxis que contribua efetivamente no processo de reprodução das famílias e do assentamento. Contudo, acredita-se que o engajamento no projeto possibilitou aos jovens camponeses a construção e prática de valores coletivos e solidários, fortalecendo-os para a mobilização e organização em defesa de seus direitos e de sua comunidade.

Esses jovens que vivem em um assentamento conquistado pela luta do MST expressam a vontade de permanência no campo, demonstrando orgulho do lugar e da comunidade em que vivem. Entendem o campo como um espaço de vida que precisa ser melhor valorizado, agregando valores advindos da diversidade de saberes e experiências dos sujeitos que o constroem, o que se contrapõe à lógica do capitalismo. Diante de tudo isso, buscam melhores condições de vida no campo, com o desenvolvimento sustentável do território conquistado.

Observou-se que os camponeses desenvolvem produção de hortaliças e vegetais e outras atividades, sejam elas voltadas para o mercado ou para a subsistência, construindo formas de se reproduzirem enquanto camponeses. Foi possível identificar as relações entre o mercado e o camponês, a relação do trabalho familiar e a posição desses sujeitos com relação à subordinação da renda da terra ao capital.

Alguns camponeses, juntamente com alguns desses jovens, estão desafiando o trabalho coletivo e associado para a instalação da agroindústria, uma despoldadora, no assentamento, permanecendo, assim, no campo. Dessa forma, a recriação e manutenção do campesinato no Roseli Nunes ocorre também a partir da adequação do camponês ao sistema capitalista, o qual vê, na subordinação à agroindústria, uma forma de se manter camponês.

Chayanov (1974) ressalta que a economia familiar não é um modo de produção, como se entende o capitalismo e o socialismo, mas sim um modo de produção específico, porém subordinado e inserido no sistema dominante, capaz de adaptar-se às regras gerais da formação econômica vigente. Os camponeses que resistiram à inserção do capitalismo no campo sem vender suas terras se encontraram com uma nova alternativa de reprodução: a subordinação do trabalho às

agroindústrias, associações e cooperativas, ou seja, numa junção entre camponês e capitalistas no processo de reprodução do capital.

Não conseguiremos progredir no pensamento econômico unicamente com as categorias capitalistas, pois uma área muito vasta da vida econômica (a maior parte da esfera de produção agrária) baseia-se, não em uma forma capitalista, mas numa forma inteiramente diferente, de unidade econômica familiar não assalariada. Esta unidade tem motivações muito específicas para a atividade econômica, bem como uma concepção bastante específica de lucratividade. (CHAYANOV, 1981, p.133-134).

Contudo, esses jovens camponeses se veem, ainda, submetidos à lógica capitalista, pois precisam enfrentar as contradições e os desafios gerados pelo sistema capitalista com o avanço da monocultura, do agronegócio, do uso de agrotóxicos, entre outras questões, que dificultam a vida e a produção no campo, tais como a falta de infraestrutura adequada, de assistência à saúde e, em certos níveis, de educação, lazer, trabalho, renda, etc.

Oliveira (1986) explica que o desenvolvimento do capitalismo é resultado de um processo contraditório de reprodução ampliada do capital, sendo que o capitalismo depende tanto da produção imediata, quanto da circulação dos produtos, gerando o ciclo de trocas: mercadoria por dinheiro e dinheiro por mercadoria.

Os camponeses, expropriados da terra e dos instrumentos de trabalho, passam a ter como única alternativa a venda da sua força de trabalho ao capitalista. Essas lutas, segundo Vailant (2011, p. 54), “vão moldando uma consciência de classe pela identificação da outra classe e de quem representa seus interesses, que são distintos dos seus”.

Segundo Santos (1998), tudo que é considerado essencial no mundo se faz a partir do conhecimento do que é território. Este, de acordo com o autor, deve ser entendido como produto das relações sociais que se produzem no espaço. “O território são formas, mas o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado” (SANTOS, 1998, p. 16).

[...] o território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas super-postas; o território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer aquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho; o lugar da resistência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida (SANTOS, 2007, p. 13-14).

Para Santos, o território é o espaço habitado<sup>38</sup>, ou seja, é tudo que forma o espaço e é a expressão máxima de todo desenvolvimento humano, todo sentimento e identidade, a partir dos quais o ser começa a se organizar enquanto sujeito social.

**Figura 13 - Representações do Assentamento Roseli Nunes**



**Foto: Acervo da autora, 2018; a) Representações da escola “Madre Cristina” com seus estudantes; b) Entrada principal do Assentamento Roseli Nunes; c) Participação na militância no VI Congresso Nacional do MST fevereiro de 2014 em Brasília; d) e e) Trabalhos diários de camponês e camponesa em seu sítio no assentamento.**

Esses sujeitos sociais que vive na área em estudo, a resistência se dá contra os agrotóxicos e a mineração e o enfrentamento é primeiro sentido na técnica. Ainda de acordo com Vailant (2011 *apud* SANTOS, 2000, p. 26) alertou que “Por outro lado o sistema técnico dominante no mundo de hoje tem uma característica, isto é, a de ser invasor”.

Assim, “[...] o agronegócio tem imposto sua forma de produzir e sua paisagem característica” (idem, p. 55), a homogeneidade da cultura única, e isso tem promovido a reação que leva os agricultores familiares a buscarem formas de

<sup>38</sup> Segundo Vailant (2011), a partir da obra “Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal” (2000), Santos inicia uma nova abordagem do conceito de território, com foco claro no “território como espaço vivido”.

permanecer nas áreas que ocupam, utilizando outras formas de produzir, o que se torna visível no Assentamento Roseli Nunes.

#### **4.3 As contribuições do projeto na formação da “Juventude Camponesa”: concepções e práticas sociais de solidariedade e cooperação**

Para retratar concepções de práticas sociais de cooperação e de solidariedade, a juventude traz o foco sempre na questão da economia solidária. Isso porque a Economia Solidária foi um dos eixos centrais do projeto e também foi uma disciplina desenvolvida na escola “Madre Cristina”, no curso de Ensino Médio Diversificado e nos anos de 2016/2017 e 2018 no Ensino Médio Integrante e Profissionalizante (EMIEP).

Portanto, a juventude do Assentamento Roseli Nunes teve contato com a temática da Economia Solidária, com práticas sociais de cooperação e solidariedade em dois momentos: no espaço escolar e no âmbito do projeto, em que ocorreram discussões e reflexões sobre o entendimento dos jovens acerca da economia solidária, suas concepções, métodos, técnicas, bem como as práticas sociais de solidariedade e cooperação e suas relações com a agricultura camponesa no contexto do assentamento.

Para Mance, as práticas de cooperação e solidariedade construídas com base na economia solidária são

Algo forte, que dificilmente se deixa destruir, por uma força externa. [...] possui um sentido moral que vincula o indivíduo à vida, aos interesses e às responsabilidades de um grupo social, de uma nação ou da própria humanidade. Ela indica uma responsabilidade entre pessoas unidas por interesses comuns, de maneira tal que cada elemento do grupo se sinta na obrigação moral de apoiar os demais (MANCE, 2002, p. 17).

Zart (2012) interpreta a economia solidária como um projeto societal e epistemológico que poderá produzir respostas pertinentes para os problemas da humanidade a partir das experiências concretas e das reflexões que estão sendo realizadas. Segundo o autor, o diálogo da economia solidária deve ocorrer com as dimensões da sustentabilidade, da planetariedade e da complexidade. Nesse sentido, a economia solidária, enquanto um projeto alternativo de sociedade, deve desconstruir

os fundamentos da razão instrumental ou economicista, próprios do projeto societal moderno da burguesia.

[...] O projeto societal dos trabalhadores/as que são os fundadores e os gestores da solidariedade e da cooperação como projeto social, deve promover o desenvolvimento integral do ser humano, a conservação da natureza, a compaixão pela terra e pelo outro, a ética universal, o projeto do humanismo social. A socioeconomia solidária é a construção do movimento que reúne homens e mulheres, raças e povos, indivíduos e grupos sociais em prol da vida (ZART, 2012 p. 107).

Assim sendo, os relatos dos jovens entrevistados sobre suas práticas sociais de solidariedade e cooperação nos levam ao entendimento de que os conhecimentos e metodologias desenvolvidos no decorrer do projeto foram apreendidos, pois, para eles, a educação e os conhecimentos criaram valores e saberes que contribuem com suas práticas individuais e coletivas, interna e externamente ao espaço do assentamento. Seus relatos expressam que se apropriaram dos conceitos fundamentais do projeto/curso e os usam para desenvolverem ações coletivas e solidárias com a família e a comunidade.

O projeto foi muito importante para nós, mas precisamos ter uma renda e esse também é o nosso foco; estou conseguindo trabalhar em grupo na feira, fazemos a divisão e ajudamos uns aos outros, como já fazemos, a troca. Ter um grupo de troca de trabalho, mas sem veneno, claro, tudo isso é economia solidária, isso é vida. Estamos tentando fazer algo novo. Se não conseguimos vender, aqui mesmo fazemos a troca e a um preço justo né (sic), que é sem exploração do outro (A. S. S.<sup>2</sup>, 20 de março de 2018).

O projeto “Juventude Camponesa” do Assentamento Roseli Nunes em Mirassol D'Oeste, do qual participamos, desenvolveu um trabalho que incentiva e dá assistência para que nós jovens possamos permanecer no campo, gerando formas de produção agroecológicas, que possam gerar renda, tendo assim a produção e a preocupação com o meio ambiente (A. S. S.<sup>1</sup>. 21 de março de 2018).

[...] nós jovens temos muito interesse em estar e viver no campo. O curso nos deu alternativas de fazer planos e precisamos colocar em prática, pois, através da união, conseguiremos o que almejamos, como melhorias para o assentamento, planejar o futuro próspero com a concretização de uma cooperativa, que nos trará garantia de empregos, renda e subsistência aqui no campo. [...] afirmo que precisamos permanecer no campo, acima de tudo para buscar e concretizar uma vida saudável e rentável sem sair do campo (A. A. D. G.15 de fevereiro de 2017).

Sobre o projeto, nós destacamos a nossa produção de hortaliças agroecológicas, alimentos saudáveis, que são produzidos e são produtos de qualidade, fruto do nosso trabalho no assentamento. Temos que pensar no bem viver da comunidade, bem como de nossos filhos, que serão as novas gerações, com um ambiente bom, de bem viver, sem contaminação de agrotóxicos, de modo que não prejudique a nós, agricultores e agricultoras, nem às nossas famílias. Estamos permanentemente no campo e vemos que temos qualidade de vida mesmo tendo poucas atividades de lazer e cultura

no território do assentamento. Tivemos um grande avanço, com experiências, na teoria e na prática, em oficinas do curso “Juventude Camponesa”, que nos levou a fazer diversas reflexões sobre como nós jovens temos poder de ter objetivos e metas para insistir, retomar, ocupar, garantir, produzir, dialogar com o trabalho coletivo e, acima de tudo, ter esperanças (M. G. M. S. 15 de fevereiro de 2017).

Ainda conforme os relatos acima elencados, percebe-se que os jovens compreendem ou têm noção da importância do processo de formação e organização para a construção e fortalecimento de sua identidade camponesa, bem como para a construção e desenvolvimento de ações coletivas e solidárias que promovam relações sociais igualitárias, justas e solidárias.

Portanto, pode-se afirmar que a educação articulada com o trabalho tem possibilitado, à juventude camponesa em Mato Grosso, ser protagonista na construção de métodos e técnicas que lhes possibilitem articular a práxis, o saber e o fazer (FREIRE, 2011). Nessa perspectiva, Caldart chama a atenção que é preciso

Desenvolver e consolidar nos jovens uma visão de mundo articulada a valores e identidades que vai assumindo nesta fase da vida. E para que crie uma visão crítica e criativa do mundo é preciso ter uma base de compreensão teórico-prática das ciências que permita entender a formação social, econômica, política e cultural da sociedade, a natureza, as diferentes dimensões da vida humana (CALDART, 2011, p. 27).

Santos (2005) corrobora tais análises ao afirmar que a economia solidária se opõe ferrenhamente à lógica da economia capitalista, pois ela promove as relações de corresponsabilidade, de partilha, e proporciona o direito a todos os envolvidos nas relações de trabalho, não só a fazerem parte do processo produtivo, como também ter parte e ser parte desse processo. Para o referido autor, “ter parte e ser parte de um processo é ser um cidadão ativamente participativo, com capacidade de dizer o que pensa e porque pensa desse modo. Ter parte e ser parte é exercer o mais alto grau de cidadania, que é ter e saber o que dizer” (SANTOS, 2005, p. 213).

Nesse sentido, o relato das jovens é elucidativo:

Nessa concepção de práticas boas é que eu vejo que podemos ir e fazer as trocas; plantar diversificado, criar as criações para então vendermos na feira aqui do assentamento [...] Estou vendendo muita saída sim. Continuaremos ajudando um ao outro, porque isso é economia solidária, se um precisa, eu ajudo, e assim vai indo, e cada um cuida de sua área de plantação na medida que todos tenham consciência do que plantam e como plantam (A. S. S.<sup>2</sup>. 20 de março de 2018).

Assim como o Movimento do MST trabalha com a lógica da produção de qualidade, da vida através da produção agroecológica, da diversificação, do

coletivo, isso é economia solidária né (sic). Então, pra (sic) nós jovens, a economia solidária aponta para uma nova lógica de desenvolvimento sustentável, com geração de trabalho, de renda. Seus resultados [...] são compartilhados pelos participantes, sem distinção (R. C. S. O. 15 de fevereiro 2017).

As ideias que fortalecem o campo são formadas por concepções sociais para o fortalecimento de geração de renda no trabalho coletivo, que não deve compor a competitividade pregada pelo capitalismo. A economia solidária é observada e movimentada de um jeito diferente de produzir, vender, comprar e trocar o que é preciso para viver, sem explorar os outros, sem querer levar vantagem, sem destruir o nosso ambiente, cooperando, fortalecendo o grupo, cada um pensando no bem de todos e no próprio bem (J. F. A. 15 de Fevereiro de 2017).

Para Boff (2000, p. 82), o ato de conhecer representa um caminho privilegiado para a compreensão da realidade, portanto, “conhecer implica, pois, fazer uma experiência e a partir dela ganhar consciência e capacidade de conceptualização”. Por isso, o autor acredita que o conhecimento sozinho não transforma a realidade; transforma a realidade somente a conversão do conhecimento em ação.

Os conhecimentos produzidos são compartilhados e se desdobram, ou se socializam, para a descoberta de novos conhecimentos e a retroalimentação das experiências na vida cotidiana. Os saberes são um bem para o desenvolvimento societal e epistemológico coletivo, porque a origem e o fruto do conhecimento são coletivos (ZART, 2012, p. 30).

Nesse caso, a partir de seus relatos, pode-se afirmar que os jovens camponeses participantes do projeto ganharam consciência e capacidade de transformar o conhecimento apreendido durante o período em que estavam vivendo a formação em ação, pois têm buscado realizar, no território do Assentamento Roseli Nunes, um trabalho de forma associada, com práticas agroecológicas e segundo os princípios da economia solidária.

A economia solidária é tudo, desde a hora que planto [...], essa é minha pratica. Eu quero o melhor para minha família e o melhor é ter saúde e uma vida saudável, com produtos bons e a renda que tenho, sem precisar explorar ninguém. Quando levo meus produtos na feira, posso colocar um preço justo e levar qualidade para a mesa das outras pessoas também, né? (sic) (S. C. 19 de março de , 2018).

No projeto, atuamos sempre com muita responsabilidade e compromisso, sendo um laboratório ao ar livre de conhecimentos de agroecologia, trabalho associado, economia solidária, agricultura camponesa, educação do campo e no campo. Citamos tudo isso para expor como a economia solidária veio

colaborar e está presente no nosso dia a dia no assentamento e nas nossas comercializações na feira e fora dela. (J. F. A. 23 de março de , 2018).

A economia solidária é observada e movimentada de um jeito diferente de produzir, vender, comprar e trocar o que é preciso para viver, sem explorar os outros, sem querer levar vantagem, sem destruir o nosso ambiente, cooperando, fortalecendo o grupo, cada um pensando no bem de todos e no próprio bem. Para essa geração de trabalho e renda aqui no campo, houve várias reflexões sobre a economia solidária, com teorias e exemplos em diversas oficinas e encontros para a formação de grupos de trabalho que estão em formação ou já são existentes, se tornando (sic) empreendimentos econômicos solidários (D. A. R.15 de Fevereiro de 2017).

De acordo com Zart (2012), todo o processo da construção de alternativas está embasado na práxis. A práxis é a filosofia da configuração intelectual e das práticas sociais que retomam a síntese entre a ação e a reflexão, a teoria e a prática, o econômico e o político, o social e o cultural, o individual e o coletivo. A práxis representa a unidade da diversidade. É a inserção participativa nas organizações e nos movimentos da sociedade que possibilitam a aprendizagem e a conscientização dos sujeitos nos espaços de convivência.

Ao contrário da lógica capitalista, a economia solidária tem como finalidade a maximização do bem-estar dos sujeitos, a emancipação social e produtiva, o fortalecimento das especificidades locais, possibilitando, além da construção de uma nova economia, uma nova estrutura social e política pautada no protagonismo dos cidadãos e na solidariedade.

Após refletir acerca de suas concepções e práticas sociais de solidariedade e cooperação, tendo por base os princípios da economia solidária e da agroecologia, a juventude consegue enxergar sua realidade e passa a se perceber como sujeito social inserido no processo de produção e reprodução da vida no campo.

Essa formação é importante porque ajuda não só a aprender a lidar com a terra, a produzir e comercializar, mas também a entender a nossa realidade, que o certo é construirmos relações coletivas e solidárias, de apoio e de ajuda mútua aos companheiros que também estão na luta. Eu acho que a fortaleza para nós foi ter consciência de quem somos, o que fazemos e como fazemos [...] (S. C. 19 de março de, 2018).

Como jovens, buscamos a produção para a geração de renda. Estamos produzindo produtos agroecológicos e comercializando na feira de economia solidária e agroecológica (FEISOL). Comercializamos também em feira livre no município de Mirassol D'Oeste. A formação foi de muita ajuda para entender muitas coisas que antes não entendíamos e criamos maturidade para dialogar e decidir as coisas com a família, o que nos deu um norte para a prática e ainda para ter renda extra com tudo isso, nos ensinou a ser mais, a buscar e depende der nós (A. S. S.<sup>2</sup>, 20 de março de 2018).

Apesar dos vários desafios vivenciados diariamente no campo, decorrentes, em grande parte, da ausência de uma política social e econômica que atenda efetivamente aos jovens e à agricultura camponesa como um todo, a juventude do Assentamento Roseli Nunes busca construir caminhos alternativos de permanência e sobrevivência no campo. Para tanto, colocou em prática os incentivos que recebeu no projeto e, atualmente, desenvolve práticas de produção agroecológicas, com base nos princípios do trabalho coletivo e da economia solidária, as quais contribuem para o fortalecimento do sentimento de pertencimento à comunidade e para a construção de sua autonomia social.

#### **4.4 - Práticas ambientais e agroecológicas**

A realização do curso de extensão em agroecologia durante o desenvolvimento do projeto “Juventude Camponesa” foi interessante e bastante produtiva, pois os jovens do Assentamento Roseli Nunes já possuíam conhecimentos sobre a temática, principalmente sobre sua importância para o bem viver do camponês e de sua comunidade.

As práticas ambientais agroecológicas representam, segundo Altieri (2002), uma forma de abordar a agricultura que incorpora cuidados especiais relativos ao ambiente, aos problemas sociais e à sustentabilidade ecológica dos sistemas de produção. Desse modo, entende-se que:

A agroecologia fornece as diretrizes para um manejo cuidadoso dos agroecossistemas, sem provocar danos irreparáveis. Simultaneamente ao esforço para combater as pragas, doenças ou deficiências do solo, o agroecólogo luta para devolver ao agroecossistema sua elasticidade e força. Se a causa das doenças, pragas, degradação do solo, etc, for atribuída a um desequilíbrio, então a meta do tratamento agroecológico será restaurar o equilíbrio. Na agroecologia, incremento e manutenção da biodiversidade é a técnica principal para restaurar a autoregulação e a sustentabilidade (ALTIERI, 2002, p. 16).

Gliessman afirma que a agroecologia

“[...] é o estudo dos processos econômicos e de agroecossistemas, por outro é um agente para as mudanças sociais e ecológicas complexas que tenham necessidade de ocorrer no futuro a fim de levar a agricultura para uma base verdadeiramente sustentável” (GLIESSMAN, 2005, p. 56).

Para o autor, as dimensões agroecológicas são a produção, o consumo, a ciência, a técnica, a educação e a cultura.

Caporal e Costabeber (2002) corroboram a ideia expressa por Gliessman (2005) ao defender o modelo agroecológico como um novo paradigma para promover o manejo adequado dos recursos naturais e, ao mesmo tempo, a redução dos impactos sociais, econômicos e ambientais negativos causados pela agricultura moderna no campo brasileiro.

No contexto do projeto “Juventude Camponesa”, a agroecologia foi pensada numa perspectiva ecológica, representando, ao mesmo tempo, “[...] um conjunto de princípios e de práticas de produção que tem o cuidado com o meio ambiente (os ecossistemas) e as culturas humanas como fundamento de toda a organização do campo” (ZART, 2011, p. 47). Entende-se, portanto, que, a partir do desenvolvimento das práticas agroecológicas de produção, os agricultores passam a preservar sua cultura local, conservando os recursos naturais e preservando a biodiversidade local, além de manter-se no campo, garantindo o sustento de suas famílias.

Tal concepção e fundamentos foram incorporados pelos jovens do Assentamento Roseli Nunes durante o processo de formação; porém, constatou-se que os mesmos já tinham a agroecologia como fundamento e prática de vida e trabalho no campo. Isso porque os princípios agroecológicos foram adotados anteriormente ao desenvolvimento do projeto por um grupo de camponeses do Assentamento Roseli Nunes.

Desse modo, ao serem questionados sobre as práticas ambientais agroecológicas que conhecem e desenvolvem em seus espaços de vida e trabalho, a maioria deles mostra que é possível o cuidado com a terra e a produção de alimentos saudáveis sem a utilização de produtos químicos que impactam diretamente a saúde dos povos do campo e da cidade.

Aqui no sítio, vou falar verdade, antes usávamos veneno, no começo [...], aí começamos a ver, entender e tomar consciência dos problemas que o veneno acarreta, [...] não foi fácil. Só depois que acabou o projeto que fui ver o que era mesmo que acontecia. Aí a minha mãe começou a participar também do grupo de mulheres e a vender na feira daqui. Aí que percebemos como deveria ser e como melhorou o nosso dia a dia. Houve uma mudança, e ainda está havendo, para a agroecologia que, vou falar, não é fácil, mas compensa;

[...] quando vou colher na hortinha aqui de casa e comer, nós comemos com gosto, com sabor, as nossas verduras e isso é muito bom, muito bom mesmo (C. B. O.25 de março de 2018).

Nossa produção sai sem os agrotóxicos e, cada vez mais, as pessoas estão vendo que o veneno mata e que nós vamos levar para eles uma produção saudável (S. C.19 de março de 2018).

Vou trabalhar com minha mãe agora, aprendi muito com ela e com o curso, [...] a minha produção é familiar e é agroecológica, eu garanto (J. F. A.23 de março de 2018).

Nesse contexto, Marin (2013) ressalta que a agroecologia promove a sustentabilidade do campo e das famílias camponesas, pois favorece a preservação do meio ambiente, reduz os custos de produção, aumenta a renda dos agricultores e disponibiliza produtos com qualidade nutricional e sem resíduo de produtos químicos para o consumo familiar e da sociedade.

A Figura 14 representa a vivência pelos jovens dessas práticas que orientam para a lógica do desenvolvimento rural sustentável, que considera o equilíbrio dos agros ecossistemas e a permanência das famílias no campo, contrapondo-se à lógica capitalista.

**Figura 14 - Oficina de caldas agroecológicas para plantações.**



**Foto: Acervo da autora, 2016.**

A Figura 14 mostra uma oficina ministrada pela equipe da COOPERAR, em setembro de 2016. Após a teoria, foram produzidas caldas agroecológicas pelos grupos.

Percebe-se nos relatos a (re)tomada de consciência em relação à produção agroecológica e seus benefícios para a vida não só das famílias que as produzem, mas da população como um todo, que adquire produtos saudáveis no processo de comercialização. Essa (re)tomada de consciência por parte da juventude e da comunidade em relação à produção ambiental agroecológica foi extremamente importante para esses sujeitos, que sonham com um futuro melhor e saudável no campo

#### 4.5 Produção e estratégias de comercialização: a juventude em cena

A partir dos contextos acima elencados, constatou-se que a produção e a prática agroecológica desenvolvidas pela juventude camponesa estão em consonância com os preceitos da economia solidária e da agroecologia. Para os jovens do Assentamento Roseli Nunes, a produção agrícola desenvolvida em seus sítios é de suma importância, pois dali estão retirando parte de seus alimentos diários e de suas rendas.

Aqui é importante ressaltar que a prática e a luta pela agroecologia vêm sendo realizadas antes mesmo do desenvolvimento do projeto, ou seja, o projeto reforça a prática nesse território. Os camponeses por meio da Associação Regional de Produtores Agroecológicos (ARPA), há muito tempo desenvolvem a técnica de produção agroecológica, pois buscam promover o cuidado com a terra, com a natureza e os animais, produzem alimentos saudáveis sem o uso de agrotóxicos e em consonância com a natureza.

Assim sendo, percebe-se, nos relatos da juventude, que o curso possibilitou e estimulou a colocar em prática os conhecimentos adquiridos em relação à produção agroecológica no território do assentamento, principalmente porque compreendem a importância da preservação do território e da sustentabilidade camponesa. O relato de uma jovem evidencia tais afirmações:

Eu já tinha uma noção sobre agroecologia por causa da ARPA, né (sic); no assentamento, buscamos trabalhar com produtos agroecológicos, então eu já sabia um pouco sobre isso. Mas, no curso, pude aprender muito mais coisas sobre a produção agroecológica, sobre a importância de produzir alimentos saudáveis para nós, mas também para a sociedade, né (sic), porque a gente vende parte do que produzimos. Então, eu acho que o curso ampliou o nosso conhecimento. Ele nos ajudou a pensar em estratégias para produzir e comercializar e também a ser solidário, porque a gente precisa estar junto dos companheiros, precisamos aprender a desenvolver o trabalho de forma coletiva, porque eu acho que isso é bom pra (sic) todo mundo. Todos nós ganhamos quando trabalhamos de forma coletiva e com produtos agroecológicos (S. C.19 de março de 2018).

Ressalta-se que essa consciência da importância da agroecologia e da economia solidária no desenvolvimento do território camponês é algo que está no cotidiano de trabalho e no dia a dia da vida no campo dos jovens. Porém, quando se trata do processo de comercialização dos produtos agroecológicos, adentra-se em um

campo complexo, no qual os jovens relatam as dificuldades não só de produzir, mas também de comercializar os produtos produzidos de forma agroecológica.

Percebe-se que a dificuldade de ambos processos, produzir e comercializar, tem a ver com a mentalidade das pessoas sobre os produtos agroecológicos e a própria agroecologia. Segundo os jovens, é preciso, ainda, conscientizar a sociedade sobre sua importância. É preciso quebrar a lógica capitalista da impossibilidade de se produzir sem o uso de agrotóxico, até porque acreditam que a agroecologia é o modelo que melhor distribui a renda no campo, proporciona segurança alimentar e nutricional e possibilita a valorização dos saberes camponeses.

Muita gente acredita que a agroecologia não existe. Já teve consumidor nosso na feira que pediu para garantir que as nossas verduras eram agroecológicas e a nossa garantia é dar o nosso endereço aqui no sítio. Eu falo assim: “vai lá nos visitar”. Para quem quiser visitar, né (sic), e conferir; no ano passado, plantei tomates. Muitos falaram que seria impossível sem agrotóxicos. Fiz até apostas e saiu tomatão (sic) muito bom, vendemos muito. Não deu para quem quis e provei mais uma vez que é possível. [...]. Na feira, muita gente ainda não sabe o que é agroecologia, as vantagens que ela nos traz e também para quem compra, pois ali conversamos e acho que ensino muito também e aprendo com os colegas das barracas e com quem vem comprar, pois trabalhamos a semana toda para esse dia esse momento (S. C. 19 de março de 2018).

A meu ver, os compradores devem saber da importância de comprar um produto melhor, senão não iriam buscar na feira. Ainda se tem muita dificuldade de levar os produtos daqui para a feira. Eu mesmo vendo aqui no município da Curvelândia e em casa, mas têm vezes que não consigo ir por vários motivos: carro, estradas, e isso te deixa triste. Muitas vezes, saio aqui por perto de moto e vendo (J. F. A. 23 de março de 2018).

Nesse sentido, Leff (2002, p. 45) afirma que “Os princípios da Agroecologia e o manejo integrado de recursos suscitam a possibilidade de construir uma economia mais equilibrada, justa e produtiva, fundada na diversidade biológica da natureza e na riqueza cultural dos povos da América Latina”. Portanto, acredita-se que é preciso valorizar a produção agroecológica, criando alternativas para uma exploração controlada dos recursos naturais por meio de políticas públicas que valorizem a produção e a comercialização dos jovens, bem como o desenvolvimento sustentável do campo.

Para os jovens, uma das estratégias de comercialização de seus produtos estava nos programas que se destacaram na agricultura camponesa, o Programa Nacional do Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o Programa Nacional

de Alimentação Escolar (PNAE), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Para Silva:

O PAA e o PNAE vêm se consolidando no país enquanto política pública de mão-dupla, pois proporcionam um canal de comercialização interessante aos produtos da agricultura camponesa local e garantem a oferta de alimentos de qualidade e em quantidade a populações menos favorecidas e em situação de insegurança alimentar. Isto quer dizer que, são programas governamentais que procuram contribuir com o fortalecimento da agricultura familiar camponesa, ao mesmo tempo em que visam o combate a fome e a miséria da população (SILVA, 2014, p. 185).

Ainda segundo a Juventude, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) promove a aquisição de alimentos de agricultores camponeses, diretamente ou por meio de suas associações/cooperativas, com dispensa de licitação, destinando-os à formação de estoques governamentais ou à doação para pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, atendidas por programas sociais locais. Sua operacionalização é simples, pois a compra é feita diretamente pela Conab, sem intermediários ou licitações e com preço recompensador.

Souza (2015) estudou o processo de resistência e recriação camponesa a partir do PAA e concluiu que, com relação à comercialização, no geral, o programa possibilitou ao camponês uma ampliação do mercado consumidor, dando a ele mais opções de canais de comercialização. Os contemplados pela política pública se distanciam dos demais, pois há uma configuração diferenciada em relação àqueles que não são contemplados.

De todo modo, os recursos que são adquiridos pelo fornecimento dos produtos ao programa se configuram numa ajuda interessante, mesmo ainda não se mostrando suficiente para manter a unidade produtiva, mas era um acesso de renda para a juventude, o que pode ser notado nos relatos de alguns jovens:

A nossa produção era bem maior, pois, antes, entregávamos toda semana para o PAA e para o PNAE, sem falar na nossa renda. Agora estamos entregando muito pouco, diminuiu mais da metade (S. C., 19 de março de 2018).

[...] conseguíamos fazer uma boa roça com produtos para a gente aqui no sítio e para entregarmos ao PAA; cheguei a entregar mandioca, banana, bananinha, inhame, coisas da horta, cebolinha, vagem, couve; mas, de um ano para o outro, cortou pela metade. No outro ano, acabou de vez; uns poucos que restaram, que entregam ainda, tiveram um corte, diminuiu a quantidade e teve corte no dinheiro [...] (C. B. O. 25 de março de 2018).

Um outro jovem retrata o descontentamento nos cortes implantados no pós-golpe, a diminuição dos recursos de uma das principais ações públicas para fortalecimento da agricultura camponesa e de distribuição de alimentos à população em situação de vulnerabilidade, principalmente no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

Sabíamos, eu e meus pais, o tempo todo que teria que ter outro lugar para conseguirmos vender as coisas da roça, pois tínhamos muita coisa, plantávamos bastante aqui [...]. Quando iniciou o PAA, nossa, foi muito bom. Conseguimos comprar uma moto para mim e muitos outros equipamentos que não tínhamos para manutenção do sítio, mas agora não estamos mais entregando os nossos produtos nem para o PAA, nem para o PNAE, cortaram tudo (I. A. C. S.25 de março de 2018).

Por isso, interessa que se melhorem as condições estruturais da produção e da vida camponesa, bem como da juventude no campo, dando-lhes melhores condições de trabalho e oportunidades, inclusive por parte do estado, mas, claro, sem destruir todo um modo de vida que, historicamente, não obedeceu aos ditames do capitalismo e sobreviveu até os dias atuais, adaptando-se.

Sobre isso, verificou-se, em dados do governo, gestão do presidente Temer<sup>39</sup>, que a agricultura sofreu vultosos cortes orçamentários<sup>40</sup>, sendo que o volume maior de cortes ocorreu nas políticas públicas voltadas aos camponeses. O PAA foi um dos programas que mais sofreu cortes. A ideia executada foi a de não extinguir sumariamente a política, mas ir diminuindo paulatinamente os recursos de sustentação até que o PAA morresse de inanição.

Para Souza (2018), a estratégia formulada no governo Temer compromete uma política pública que vinha se mostrando extremamente estratégica para a redução da pobreza, para o fortalecimento da agricultura camponesa e para a alimentação saudável de um grande contingente de pessoas em situação de vulnerabilidade, o que podemos constatar nos relatos da juventude. Além disso, o desmantelamento do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), orquestrado no

---

<sup>39</sup> O presidente Temer assumiu o governo em 2016, após um golpe de Estado, um *impeachment*, sofrido pela ex-presidente Dilma Rousseff. Ele era vice-presidente.

<sup>40</sup> Mais detalhes no artigo de Jamerson Raniere Monteiro de Souza. "A POLÍTICA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS NA MIRA DO GOLPE". Universidade Federal da Paraíba. Revista OKARA: Geografia em debate, v.12, n.2, p. 664-677, 2018. ISSN: 1982-3878 João Pessoa, PB, DGEOC/CCEN/UFPB – <http://www.okara.ufpb.br>.

governo Temer, fere diretamente a agricultura camponesa, bem como a população tradicional: indígenas e quilombolas.

Desse modo, o processo de destruição do MDA e, conseqüentemente, das políticas de apoio à agricultura familiar vem preocupando, de maneira geral, um grande contingente de famílias camponesas, que complementavam sua renda a partir da política de aquisição de alimentos, isso no âmbito de todo o território nacional, como também no Assentamento Roseli Nunes.

Entretanto, mesmo com todos esses cortes orquestrados pelo governo, vários fatores foram pontuados por essa juventude, que ousou desafiar a sua realidade e construir caminhos alternativos de permanência e sobrevivência no campo.

O Quadro 4 e a Figura 15, foram elaborados e registrados através de visitas *in loco* nas hortas, roças e quintais dos sujeitos da pesquisa, com a produção agrícola dos jovens camponeses, são elucidativos dessa luta e resistência.

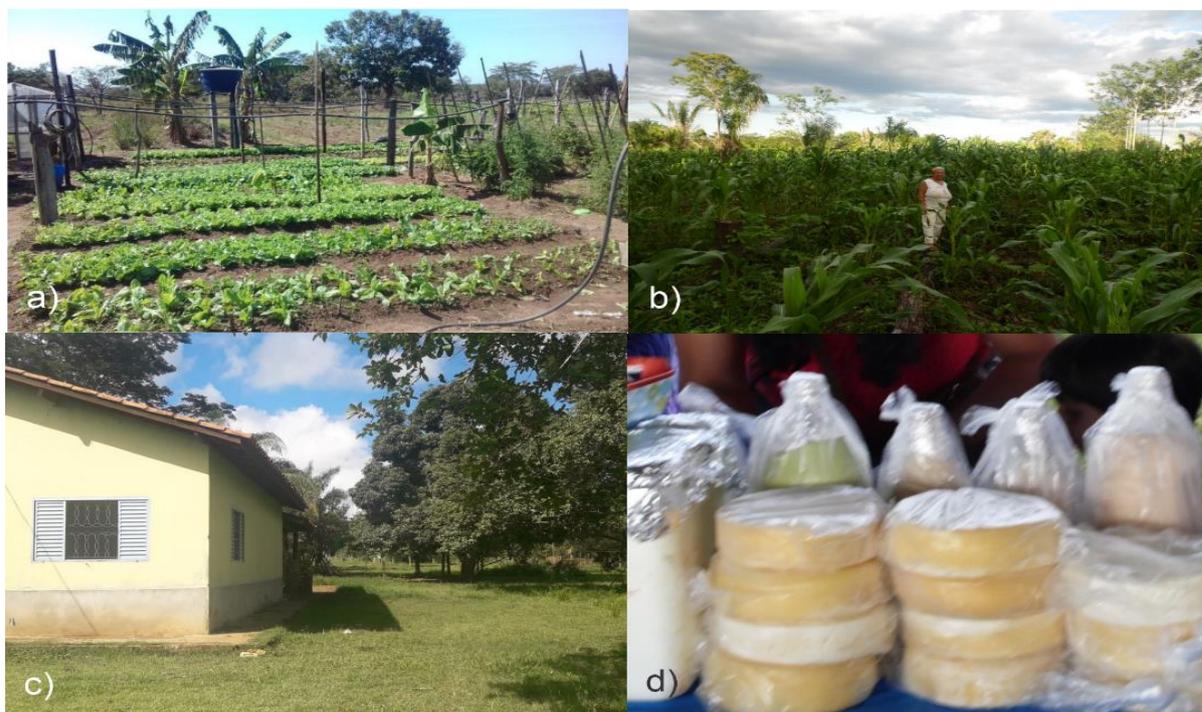
**Quadro 4 - Produção agrícola nos lotes da juventude**

<b>Espaço/Horta</b>	<b>Roças</b>	<b>Quintais</b>	<b>Outros</b>
Alface, couve, almeirão, rúcula, mostarda, salsinha, coentro, cebolinha verde, tomates, pimenta de cheiro, pepino, etc.	Batata doce, inhame, abóbora, mandioca, melão, bananas, milho; melancia; cana; abacate, abacaxi, limão, pocã, etc.	Maxixe, abacaxi, abacate, cupuaçu, graviola, laranja, mamão, maracujá, Jiló, quiabo, etc.	Queijo, requeijão, ovos, frangos, farinha, doces, óleos, pães, bolachas, bolos, artesanatos, etc.

**Fonte:** autora.

No Quadro 4, nota-se a variedade de produtos que são produzidos pela juventude de forma agroecológica, com trabalho coletivo e solidário, para consumo e venda do excedente nas feiras e em outros canais de comercialização. Já na (Figura 15) temos alguns espaços de plantação agroecológica e produção de roças e quintais do assentamento.

**Figura 15 - Espaços de plantação agroecológica e produção de roças e quintais.**



**Foto: Acervo da autora, 2018; a) Espaços de plantação agroecológica de produção; b) roças; c) quintais; d) produtos derivados de leite, queijos, requeijão e licores, produzidos no assentamento.**

Na atualidade, a juventude afirma que uma das alternativas de comercialização dos produtos agroecológicos por eles produzidos, que vem trazendo bons resultados, é a Feira de Economia Solidária e Agroecologia (FEISOL).

A feira é uma iniciativa socioeconômica e cultural autogestionária de produtores, associados, entidades de apoio e consumidores, criada para viabilizar a exposição, a comercialização e a divulgação de produtos e trabalhos de Empreendimentos Econômicos Solidários e Sustentáveis (EESS). Constitui-se num espaço coletivo de promoção da cultura de prossumidores<sup>41</sup> (encontro entre produtores e consumidores) para o reconhecimento das pessoas, dos processos, dos produtos, dos saberes e das práticas que caracterizam as vivências socioeconômicas solidárias e sustentáveis.

A partir do processo de formação ocorrido através do projeto, a juventude teve sua inserção na feira de economia solidária realizada na cidade de Cáceres. A FEISOL nasce da necessidade de comercialização de produtos, de início, de um

<sup>41</sup> Prossumidores: na lógica da economia solidária, são pensados como oposto de consumidor, que têm um papel passivo, denotando um papel ativo, quando o indivíduo fica mais envolvido no processo.

grupo que estava em processo de incubação, sendo assistido pelo núcleo UNEMAT/Unitrabalho, de acordo com Martins:

[...] foi pensado pela equipe do Núcleo estratégias de venda das hortaliças para consumidores da cidade. De início foi utilizado a estratégia via e-mail, ligações, redes sociais, e outros meios de comunicação, oferecendo os produtos que os agricultores teriam de imediato, para os consumidores. A equipe do Núcleo buscava as hortaliças no assentamento<sup>42</sup> e os consumidores as compravam/buscavam no pátio da Universidade. Mesmo assim haviam consumidores que esqueciam de buscar e a equipe realizava a entrega dos produtos na casa do consumidor. No dia quatorze de setembro de dois mil e quinze ocorreu a primeira comercialização, os técnicos do núcleo buscaram as verduras e venderam no pátio da Unemat, iniciando outro processo, o de construção da feira no pátio da universidade, mas permanecia as vendas por encomenda, esse processo ocorreu por seis meses (MARTINS, 2017, p. 35).

Hoje, a FEISOL acontece todas as quintas-feiras, no pátio do Campus da Universidade do Estado de Mato Grosso UMEMAT. A feira reúne cerca de 10 empreendimentos de Cáceres e região. Os produtores feirantes passam pelo processo de formação para a comercialização na feira, seguindo os princípios da economia solidária e da agroecologia. Como o processo é de auto-organização e de autogestão, todos os empreendimentos econômicos solidários e sustentáveis devem zelar pela organização e promoção da cultura da solidariedade e da sustentabilidade no espaço da feira.

Concomitante ao contexto Bosco (1989) destaca a proposta de pesquisa-ação com as seguintes implicações para os setores populares: o acesso ao conhecimento técnico-científico, que possibilite a participação e o desvelamento da realidade e sua efetiva transformação pelo trabalho/ação; o incentivo à criatividade, a fim de gerar novas formas de participação; a organização da base em grupos, nos quais eles sejam o sujeito/agente de sua transformação/libertação.

A juventude inicia sua participação na FEISOL no decorrer do curso, no ano de 2016. A comercialização de seus produtos foi feita de forma alternada, ou seja, por grupos de jovens, para que todos pudessem participar e tivessem a experiência do processo de comercialização solidário, em que ocorre a troca direta de experiências

---

<sup>42</sup> O assentamento destacado é o Sapiquá, localizado a 100Km da cidade de Cáceres, território de fronteira. O curso de extensão denominado “Incubação de Empreendimento Econômico Solidário: trabalho associado com grupo informal de agricultores/as no assentamento Sapiquá” teve como proposta realizar formações através da metodologia de Incubação.

entre eles, como produtores, e os prossumidores, bem como de outros produtores que fazem parte desse espaço. A seguir, têm-se imagens da participação da Juventude FEISOL (Figura 16).

**Figura 16 - Participação dos Jovens na FEISOL da UNEMAT.**



**Foto: Núcleo UNEMAT/Unitrabalho; Acervo da autora, 2018.**

A Figura 16 retrata a participação dos jovens na FEISOL no ano de 2016, a qual é promovida anualmente pelo Núcleo UNEMAT-Unitrabalho no pátio da UNEMAT.

Ainda no início do ano de 2017, mesmo com a continuidade do projeto, a juventude vivenciou vários processos de inviabilidade para a participação na feira, decorrentes, principalmente, da dificuldade de alguns jovens por não terem condições de trazer seus produtos para a feira em Cáceres. Nesse contexto, descobriu-se, através de oficinas e constatação de demandas, que o assentamento tem muitos consumidores e, portanto, havia necessidade de viabilizar um espaço de comercialização dos produtos agroecológicos da juventude dentro do próprio assentamento.

Para tanto, houve um processo de planejamento realizado através das oficinas com os jovens. A partir das oficinas, elaborou-se um planejamento de pesquisa para saber a viabilidade de uma feira no Assentamento Roseli Nunes. Nesse planejamento, foi elaborado um questionário, que se denominou de “Hábito de Consumo da Comunidade”, com perguntas sobre hortifrutigranjeiros, processados, limpeza e também dias e horários para possível realização da feira.

Foram aplicados, pelos jovens, 140 questionários com os estudantes e funcionários da Escola “Madre Cristina” e moradores dos assentamentos Roseli Nunes e “Santa Helena”. Com a coleta das informações, os dados foram tabulados e sistematizados por bolsistas do Núcleo UNEMAT-Unitrabalho.

A partir dos dados, realizou-se um debate para tratar do estatuto que regeria a feira e a constituição da gestão da FEISOL/Roseli Nunes. Assim sendo, após vários debates, o estatuto foi aprovado, bem como a posse, via assembleia, de dois titulares e quatro suplentes, que representariam e coordenariam a feira. Desse modo, a primeira FEISOL do Assentamento Roseli Nunes ocorreu no dia 7/4/2017, no barracão comunitário “Che Guevara”, durante a realização do Seminário de Economia Solidária e Agroecologia, organizado pelo Núcleo UNEMAT-Unitrabalho. A partir de então, a FEISOL/Roseli Nunes acontece todas as sextas-feiras, com produtos plantados, colhidos e produzidos por jovens e mulheres do assentamento (Figura 16).

**Figura 17 - FEISOL/Assentamento Roseli Nunes.**



**Fonte: Acervo da autora, 2016.**

A Figura 17 traz o registro da primeira FEISOL/Roseli Nunes, no barracão, no dia 7/4/2017, com a presença de produtos do grupo de jovens e do grupo de mulheres camponesas.

Constata-se que a formação da juventude pelo projeto foi consolidada a partir da formação social com princípios éticos, o que, na atualidade e tendo por base o sistema capitalista, não é algo fácil de se construir e é quase que impossível de se concretizar na prática. Porém, segundo Zart (2014, p. 173), “uma sociedade alternativa requer a ousadia, a utopia e a imaginação”, princípios encontrados na grande maioria dos jovens camponeses.

Zart (2014) afirma ainda que a sociedade que se propõe, mesmo dentro do capitalismo, a buscar novos caminhos, que lhes assegurem viver com dignidade, deve estar aberta ao desprendimento das concepções filosóficas pragmáticas e utilitaristas, negadoras dos sonhos e das utopias para se desfazer do pensamento único e das

práticas individualistas, como impõe o capital e, assim, avançar em busca de um projeto coletivo e solidário.

A busca por esse projeto coletivo e solidário tem sido desenvolvida também por esses sujeitos, que pensam o mundo e o campo de outra forma e aproveitam as possibilidades para criar estratégias de mudanças e inserção ativa nos diversos campos sociais, de modo a valorizá-los enquanto jovens que protagonizam sua história e lutam por uma vida digna, com educação, trabalho e geração de renda, entre outros.

As potencialidades transformadoras apresentadas pela juventude, tanto em relação a sociedade, como também ao espaço em que vive, é extremamente importante para a valorização do campo e dos sujeitos que o compõem e representa a continuidade da luta de seus pais e da vida no campo. Os relatos que seguem demonstram exatamente isso: a luta por um novo ideal, o sentimento de pertencimento e de valorização em relação ao espaço em que vivem e constroem seus sonhos.

Com o projeto “Juventude Camponesa”, pude aprender um monte de coisas sobre a minha própria vida, o meu dia a dia. Quando o professor falou, na primeira reunião, ele disse para mim que esse curso era para a permanência da juventude no campo e que nós poderíamos montar uma estratégia para manter os jovens no campo, que eu poderia ter autonomia dentro de casa para trabalhar e fazer uma renda, produzindo dentro do meu próprio sítio. Então a gente abraçou a causa do projeto. Nós lutamos por isso e aí deu certo, nós começamos a conversar, porque, quando eu entrei no projeto “Juventude Camponesa”, eu não sabia nada e então eu aprendi a administrar, a fazer as contas direito. Tudo que eu estudei e aprendi nas oficinas eu coloco em prática; então, eu abracei com garra o projeto, porque é igual quando você está com uma doença, tem que levantar a cabeça, pois tudo é assim: você aperta a mão no que você gosta, você faz com gosto, e a feira eu faço com gosto, com amor e vou continuar lutando para estar aqui sempre (S. C. 19 de março de, 2018).

A gente sonha e aí tem que lutar para realizar o sonho, né (sic)? É preciso que a gente tenha força pra continuar a luta dos pais, né (sic)? Pra ver as coisas aqui no sítio funcionarem (sic), a comunidade melhorar. Tudo é luta [...] E, nessa luta, a gente almeja melhorar isso tudo aqui e o projeto “Juventude Camponesa” ajudou a gente nessa luta, porque agora a gente sabe como fazer, sabe que é possível mudar, que precisamos ficar e lutar para mudar nossa realidade (R. C. S. O.15 de fevereiro de 2017).

Na visão de outros jovens, destacam-se a importância e as possibilidades da feira no assentamento para o empoderamento e a autonomia dos jovens camponeses, bem como a luta pela constante melhoria da agricultura e das condições de vida dos camponeses.

Sou feirante e produtora. Faço feira dois dias por semana, levo as coisas de horta, frango, ovos e requeijão, e também entrego na cidade, por encomenda. Os outros dias da semana são destinados aos cuidados da produção, da casa, da família. Todavia, ao assumir a condição de feirante, o agricultor procura eliminar a figura do intermediário, na perspectiva de maximizar o lucro sobre o seu produto (J. F. A., 23 de março de 2018).

Não trago para a feira produtos de hortaliças. Eu faço pães. Tenho um grupo da igreja que também participa. Acho que, aos poucos, temos condições de englobar mais pessoas, sem ter concorrência, visando o melhor para cada componente do grupo e da comunidade (A. S. S.<sup>2</sup>, 20 de março de 2018)

São muitas coisas que estão sendo vivenciadas que podem fortalecer nossa permanência aqui no assentamento, como as formações que foram e ainda são feitas, as práticas agroecológicas, o fortalecimento da juventude a cada dia e a cada encontro; [...] a feira está sendo uma alternativa a mais de renda para nós através do projeto. Conseguimos andar e hoje já tem mais de ano que nós estamos aqui, fazendo feira no barracão. Enfim, temos que lutar e manter a luta por um futuro melhor pra nós, pra nossa família e pra nossa comunidade (sic) (J. F. A. 23 de março de, 2018)

Para os jovens agricultores, a feira livre (local ou não) é mais que um espaço que permite a venda de seus produtos. Para eles, a comercialização possibilita ter contato com outros agricultores e com a comunidade cacerense, que, no espaço da feira livre, vão trocar ideias e criar laços afetivos, pois a feira é um “espaço dinâmico, que permite a sociedade conviver com culturas distintas e ter acesso a produtos locais, regionais e nacionais de qualidade” (MASCARENHAS; DOLZANI, 2008, p. 81).

Nesse sentido, a jovem S. C. (2018) destaca também a importância da feira e as possibilidades que ela proporciona à juventude e aos consumidores.

[...] a feira é uma possibilidade de as pessoas irem à feira, é uma possibilidade de mudanças mesmo, de as pessoas socializarem, de comprarem produtos diversificados e de qualidade, de conhecerem outras pessoas. Em todo lugar que eu vou, eu falo sobre a importância da agroecologia, dos meus produtos, [...] quando eu saio com meu marido para Mirassol, por ter muitos conhecidos, as pessoas perguntam como que a gente faz, o que a gente faz. E aí é uma forma de estar divulgando nosso trabalho, nossa cultura, nossa vida, né (sic)? (S. C. 19 de março de, 2018).

Por meio de observações e diálogos com os jovens, foi possível constatar que eles se sentem orgulhosos pelas conquistas após o desenvolvimento do projeto. Em seus relatos, abordam as diversas atividades e lutas que empenharam dentro e fora do Assentamento Roseli Nunes, junto ou não com a comunidade, para defender seus direitos e os dos camponeses como um todo. Nesse processo, algumas lutas ainda são permanentes, principalmente em relação à logística do transporte para a comercialização dos produtos que são produzidos no espaço do assentamento. Isso

porque há ainda, na atualidade, uma parcela de jovens que não faz a comercialização da produção devido à falta de logística para escoar as diversas produções, mesmo no interior do assentamento, as quais, para não se jogar fora, muitas vezes, têm que ser colocadas para consumo dos animais.

Vivenciando cotidianamente tais dificuldades, juntamente com a juventude e os camponeses, e com o processo de diversificação e ampliação da quantidade de produtos, os agentes da economia solidária e produtores associados perceberam a necessidade de gerar estratégias de comercialização da produção.

Assim sendo, o Núcleo UNEMAT-Unitrabalho inicia a organização e estruturação do Centro de Comercialização Solidária e Sustentável de Cáceres-MT (CESSOL) para Cáceres e região. O CESSOL nasce em 2017, com o objetivo de organizar a cooperação dos empreendimentos econômicos solidários e sustentáveis já incubados ou em processo de incubação<sup>43</sup>; tem como meta a produção associada e agroecológica, que forma os arranjos produtivos agroalimentares e do artesanato dos territórios da fronteira entre o Brasil e a Bolívia, o Pantanal Mato-Grossense e a Baixada Cuiabana, articulando as atividades de ensino, pesquisa e extensão na UNEMAT.

O CESSOL é uma estratégia ampliada de organização, em forma de rede de cooperação, para qualificar os produtos e os produtores para atender à demanda dos consumidores. Ele se configura como uma organização, pessoa jurídica, para adequar a comercialização dos camponeses às exigências legais, sanitárias e do consumo solidário, com foco na qualidade, constância e quantidade da produção a estruturação do CESSOL para a consolidação dos empreendimentos via a formação e a institucionalidade para o planejamento e o desenvolvimento de relações da comercialização solidária. Esta finalidade implica na estrutura física, jurídica e administrativa do empreendimento em rede de cooperação. Figura 17 tem se representação da Cessol e Feisol.

---

<sup>43</sup> Processo de incubação: processo educativo/formativo a partir das práticas, realizado com grupos formais ou não formais. É o aprender a fazer, fazendo de forma consciente (VAILANT; COSTA, 2016).

Figura 18 - Seminário da CESSOL e fotos da FEISOLFoto: Núcleo UNEMAT/Unitrabalho.



Acervo da autora, 2018.

A Figura 18 retrata o Seminário de Organização e Estruturação da CESSOL, ocorrido em abril de 2017, com a presença dos jovens do projeto e lideranças de movimentos sociais, ONGs, agricultores e agricultoras da região de Cáceres, além de fotos da FEISOL Roseli Nunes, que acontece nas tardes de sexta-feira no barracão.

Assim sendo, a construção, organização e estruturação do CESSOL contou, em todas as etapas, com a participação da juventude, que, na atualidade, tem se organizado para participar de forma concreta com produtos no CESSOL.

## **CAPÍTULO V – APRENDIZADOS, DILEMAS E DESAFIOS DA “JUVENTUDE CAMPONESA”**

Nesse capítulo, busca-se apresentar as percepções dos sujeitos investigados sobre as diferentes formas de inserção do trabalho, da vida cotidiana e dos novos contextos que surgem no assentamento, tendo a juventude como protagonista.

Buscaram-se as caracterizações das unidades de produção dos jovens, que se intensificam a partir do projeto “Juventude Camponesa”, demonstrando, no território, novas recriações agroecológicas de cultivos. No segundo item, aborda-se o grupo “Mulheres Camponesas”, que teve início e inserção através do projeto da juventude, contando com mulheres que enfrentaram desafios e estão a cada dia se empoderando mais nesses territórios; em um terceiro subtema, aborda-se o grupo “Juventude Camponesa II: Tempo é Mel”, sendo uma iniciativa de permanência e resistência de jovens e adolescentes, com protagonismo de jovens participantes do projeto “Juventude Camponesa”; no subtema quatro, demonstra-se o grupo “Abelhas Rainha”, um grupo de mulheres empoderadas que buscou o trabalho coletivo através da apicultura, do trabalho diferenciado agroecológico e de renda para suas famílias; e no quinto e último item, têm-se as descrições, com as falas dos jovens, acerca dos dilemas e desafios que essa juventude enfrenta no processo socioespacial de recriação camponesa no Assentamento Roseli Nunes, em Mirassol D’Oeste/MT.

### **5.1 - Caracterização das unidades produtivas de recriação a partir do projeto “Juventude Camponesa”**

A partir do trabalho de campo, verificou-se que os jovens pesquisados são filhos de agricultores assentados, que conciliam mais de uma atividade econômica na unidade produtiva. Dessa forma, procurou-se caracterizar as unidades produtivas familiares da juventude pesquisada, onde atuam e como expressam a importância da produção camponesa para a vida das pessoas do campo e da cidade.

Para tanto, parte-se de duas palavras de ordem, há muito conhecidas e entoadas em encontros, congressos, festivais e demais fóruns nos quais a juventude

do campo se encontra presente. São elas: “Se o campo não planta, a cidade não janta” e “Se o campo não roça, a cidade não almoça”. Ambas denotam que a bandeira de luta da juventude é a permanência no campo, com produção de alimentos saudáveis para a população.

Assim sendo, pode-se afirmar que a juventude investigada se identifica com o modo de vida camponês, identificado por Costa (2012) como o conjunto de famílias existentes em um território, isto é, no contexto das relações sociais, das disponibilidades naturais e culturais de um dado espaço geográfico politicamente delimitado, que, tendo acesso à terra e aos recursos naturais que ela suporta, resolvem seus problemas reprodutivos por meio da produção rural, desenvolvida de tal maneira que não se diferencia o universo dos que decidem sobre a alocação do trabalho do universo daqueles que se apropriam do resultado dessa alocação.

Percebe-se, a partir dos relatos, que os jovens e suas famílias, nos seus distintos modos, teceram um mundo econômico, social, político e cultural que se produz, reproduz e se afirma na sua relação com outros agentes sociais, estabelecendo uma especificidade que lhes é própria, seja em relação ao modo de produzir e à vida comunitária, seja na forma de convivência com a natureza.

Essa especificidade, que lhe é própria, tem sido construída a partir da agroecologia, da economia solidária e das tecnologias sociais, pois, para eles, esse modo de produzir representa um conjunto de artefatos, de técnicas e de metodologias reaplicáveis em contextos culturais, sociais, econômicos e ecológicos distintos e que

[...] resultam das ações e da criatividade coletiva para a resolução de problemas concretos vivenciados por determinados grupos sociais. Remetem para projetos de desenvolvimento social que tem como horizonte a transformação das realidades de exclusão social para a afirmação dos princípios do desenvolvimento solidário e sustentável (ZART, 2017, p. 6).

Nesse contexto, entende-se que a juventude do Assentamento Roseli Nunes, em Mirassol D'Oeste, construiu uma identidade camponesa a partir do movimento de luta e do sentimento de pertencimento que vivencia em relação ao espaço em que vive. Desse modo, o desenvolvimento do projeto “Juventude Camponesa” potencializou-os para que atuassem nos diversos espaços e desenvolvessem inúmeras atividades no campo a partir de “[...] projetos sociais, econômicos e culturais que melhor atendem às suas necessidades e perspectivas da

vida na coletividade, bem como a valorização do homem do campo (MACHADO, 2009, p. 6).

Na atualidade, após finalização do projeto e no decorrer da pesquisa, constatou-se o surgimento de novos grupos dentro do assentamento, com perspectiva na agroecologia e na economia solidária, na qual essa juventude está à frente, que estão em processo de construção, como o grupo da Juventude Camponesa “Tempo é Mel” e o grupo de mulheres “Abelhas Rainha”.

O grupo da “Juventude Camponesa II: Tempo é Mel” e o grupo de mulheres “Abelhas Rainha” estão sendo assessorados pelos técnicos da Federação de Órgãos para Assistência Educacional e Social (FASE-MT) para a manutenção e técnicas voltadas para a apicultura.

Nesse contexto, durante o último ano do projeto da Juventude Camponesa, o grupo de mulheres camponesas já estava em processo de formação e buscava participar efetivamente do curso (as oficinas do projeto eram direcionadas aos jovens bolsistas, porém abertas à comunidade em geral para quem tivesse interesse em participar). Dessa forma, através de diálogos entre esses jovens e algumas dessas mulheres, constitui-se o processo de formação e organização para atender às demandas e se inserir na FEISOL Roseli Nunes, que estava em construção pelos jovens do projeto, com a elaboração do estatuto, lugar, horários, entre outros.

Isso acontece porque, para participar da FEISOL, um dos requisitos do estatuto é participar de um curso de formação para o trabalho, considerado como um processo de incubação. Essas mulheres iniciam, então, esse processo de formação com o objetivo de conhecer e, se possível, dominar assuntos relativos tanto ao processo de produção e comercialização, quanto de administração do empreendimento, com autonomia econômica, política e da autogestão. Essa formação de cada grupo é destacada abaixo. Essa estruturação pode ser melhor entendida de acordo com a figura a seguir.

**Figura 19 - Inserção de grupos no Assentamento Roseli Nunes.**



Fonte: elaborado pela autora.

Com esse diálogo, constitui-se todo o processo de formação e de junção de mulheres e juventude voltados para a produção e comercialização no território do assentamento e fora dele.

## 5.2 - Grupo “Mulheres Camponesas”

O grupo “Mulheres Camponesas” foi formado a partir de discussões que começaram na base da igreja católica de Santa Luzia do Assentamento Roseli Nunes e de algumas mulheres participantes do grupo da mulher rural de Mirassol D’Oeste, visando a seu empoderamento. Inicialmente, esse grupo era composto por 25 mulheres que moravam nas vias Principal, Ilha e Carvoeira.

Na pesquisa, trazem-se informações de algumas dessas mulheres, que participaram da formação do início ao fim, as quais estão no relatório diário e final do curso de extensão, sendo algumas aqui mencionadas por estarem protagonizando essas ações na feira local, municipal e nacional. Observa-se o empoderamento dessas mulheres, que estão sendo sujeitos de sua história: Domingas da Glória Cebalho; Valdirene Rodrigues dos Santos; Ana Lúcia de Jesus; Dionice Gonçalves Ribeiro.

Entende-se por empoderamento, no caso, empoderamento feminino, o ato que concede o poder de participação social às mulheres, garantindo que possam estar cientes sobre a luta pelos seus direitos, como a total igualdade entre os gêneros. Essa

ação consiste no posicionamento das mulheres em todos os campos sociais, políticos e econômicos.

O empoderamento feminino busca o direito das mulheres de poder participar de debates públicos e tomar decisões que sejam importantes para o futuro da sociedade, principalmente nos aspectos que estão relacionados à mulher (SILIPRANDI, 2009).

Com o grupo formado, iniciou-se o processo de formação através de um curso de extensão promovido pelo núcleo UNEMAT/Unitrabalho, que teve como tema a “Formação em Economia Solidária com Mulheres Camponesas<sup>44</sup> no Assentamento ‘Roseli Nunes’ em Mirassol D’Oeste /MT”.

O curso teve como objetivo geral articular a formação através da metodologia de incubação para empreendimentos econômicos solidários na expectativa de desenvolvimento e aperfeiçoamento do empreendimento através da sapiência da economia solidária, trabalho associado e autogestão, portanto, o aprimoramento do cooperativismo solidário, objetivando à construção de um comércio justo e o bem viver com as mulheres camponesas.

Durante o curso, foi mostrado um pouco das culturas produzidas e de quem são as empreendedoras do meio. O papel fundamental das mulheres ficou subentendido. Na agricultura camponesa, elas protagonizam histórias de muito trabalho e lutam por reconhecimento. Mesmo assim, além da lida no campo, não deixam de participar da rotina doméstica ou de tomar a frente na educação dos filhos e, muitas vezes, dos netos.

Essa realidade é apresentada como fruto da natureza, na verdade é estruturada por uma relação social específica entre homens e mulheres, que tem como base material, uma forma de divisão do trabalho, a chamada divisão sexual do trabalho. A divisão sexual do trabalho se organiza a partir de dois princípios: da separação (trabalho de homem e trabalho de mulher) e hierarquização (o trabalho dos homens é mais valorizado). Disso, decorrem práticas sociais distintas, que atravessam todo o campo social. Ou seja, uma sociedade sexuada, estruturada transversalmente pelas relações de gênero (FARIA, 2011, p. 39).

---

<sup>44</sup> Relatório final do curso ministrado sob o parecer Nº. 350/2017-PROEC/UNEMAT, coordenado pelo Prof. Dr. Laudemir Luiz Zart e Equipe: Cristiane Gonçalves Ribeiro; Sandra Maria Soares; Maínes da C. Malvezi Lourenço.

Isso pode ser verificado na fala de Domingas: “Muitas pessoas pensam que criar um grupo de mulheres é para competir com seu marido ou mudar a rotina de casa, por isso a gente deixa claro que nós não queremos competir, nós queremos justiça para os dois lados”.

Durante a formação e para concretizar e buscar as reflexões e práticas necessárias ao desenvolvimento do trabalho coletivo, foram ministradas as seguintes oficinas: “Linha do Tempo Vida/Trabalho”; “Mundo do Trabalho”; “Princípios da Agroecologia/Produção da Horta Mandala”; “Autogestão: Economia Solidária e Estratégia de Comercialização Solidária”; “Educação do Campo: Construindo Identidades”; “Cultura e Identidade Camponesa”; “Comunicação e Empoderamento das Mulheres”; “Economia Solidária/Consumo Solidário”; “Práticas de Cooperação/FEISOL”; “Organização do Trabalho”; “Custo de Produção e Formação de Vendas I/Técnicas de Venda”; “Conceitos/Registros de Contabilidade”; “Marketing Societal”; e “Planejamento Participativo Estratégico”, totalizando 60 horas.

O conjunto de oficinas teve como objetivos específicos:

- a) Articular as mulheres assentadas para aprofundar a formação nas práxis na perspectiva da economia solidária e da agroecologia;
- b) Promover estudos sobre teoria e prática de custos e registros contábeis, técnicas de vendas e valores do empreendimento econômico solidário;
- c) Reorganizar e constituir o novo estatuto e a nova comissão da FEISOL Roseli Nunes;
- d) Realizar o planejamento participativo acerca das atividades de cooperativismo no grupo.

É relevante salientar, segundo Mendes (2015), que a economia solidária demanda refletir sobre o desenvolvimento territorial segundo a menor escala possível, que pode compreender o bairro e a comunidade, enaltecendo valores que transcendem os econômicos. Assim é nos territórios resilientes, onde acontecem a solidariedade, a igualdade, a autonomia, ou seja, essa outra economia.

Portanto, a cooperação deve ser, para os camponeses, uma contraposição ao modelo convencional, o chamado agronegócio que, historicamente, tem demonstrado uma grande insustentabilidade. Por isso, ela deve ser um “instrumento de luta e deve cumprir um papel educativo entre os camponeses” (MST, 1989). Bogo aborda, sobre cooperação, que:

A cooperação dentro do capitalismo deve ter um sentido estratégico, sem cair em desvios. Mas fazer com que os trabalhadores e trabalhadoras, elevem seu nível de consciência a partir do desenvolvimento de experiências coletivas. Portanto a cooperação, no capitalismo, além de cumprir este papel de organizar os trabalhadores e trabalhadoras em torno da produção cumpre um papel educativo (BOGO, 1994, p. 17).

No decorrer do curso, o funcionamento do grupo no coletivo condiciona não apenas a divisão social do trabalho, mas a convivência social, que, de alguma forma, desafia cada mulher a superar o individualismo, ao mesmo tempo em que é desafiada a dar respostas, principalmente econômicas, para o grupo. Isso às vezes causa angústias e insegurança diante do coletivo, porque tudo acontece ao mesmo tempo.

Esta realidade nos impõe uma imensa responsabilidade, que é (re) pensar e (re) construir outras formas de relações entre homens e mulheres numa perspectiva de classe e ter bem claro que as mudanças nas relações pessoais não são apenas consequências de mudanças de poder, mas que é preciso colocar como proposta, uma mudança social dentro das modificações políticas e econômicas (SILIPRANDI, 2009, p. 60).

A partir dos anos 2000, começaram a ser realizadas algumas pesquisas sobre a participação das mulheres agricultoras nas lutas sociais do campo, assim como nas experiências produtivas vinculadas ao movimento agroecológico. Pela primeira vez, eram enfocadas as mudanças ocorridas nos sistemas produtivos das propriedades rurais do ponto de vista de gênero, o que levou a concluir que, de maneira geral, participar de experiências agroecológicas proporcionava a ampliação do espaço de atuação dessas mulheres para além das suas redes de sociabilidade habituais. Foram apontados alguns fatores que favoreceram a melhoria da situação das mulheres nos sistemas de produção agroecológicos<sup>45</sup> (ARAÚJO, 2014).

Siliprandi (2009) traz estudos sobre o ecofeminismo e alguns elementos que considera fundamentais quanto à participação da mulher e que foram perceptíveis

---

<sup>45</sup> Devanir Oliveira de Araújo, graduada em Agronomia UNEMAT/CAMOSC, mestra em Agroecossistemas pela Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC. Artigo: Produção agroecológica: espaço de visibilidade do trabalho das mulheres Assentamento Roseli Nunes-MT.

a partir dos depoimentos daquelas inseridas nos grupos de mulheres camponesas do Assentamento Roseli Nunes. Nesse contexto, a autora traz as colocações, o que se observa no Quadro 5 e é confirmado na fala das mulheres

**Quadro 5 - Elementos fundamentais quanto à participação da mulher**

a) O enfoque agroecológico valoriza as atividades tradicionalmente desenvolvidas pelas mulheres (hortas, pomares, criação de pequenos animais, transformação caseira de produtos), envolvendo-as, necessariamente, em várias etapas do processo produtivo na unidade familiar.	b) A transição agroecológica, muitas vezes, é vivida pelos agricultores e agricultoras como uma mudança radical no modo de se relacionar com a natureza e com as pessoas, numa perspectiva ética de cuidado com o meio ambiente e com os demais seres humanos. Além de valorizar uma atitude geralmente atribuída às mulheres (o <i>cuidado</i> ), essa postura abre espaço para o questionamento de relações autoritárias
c) A forma como se dá a transição agroecológica pressupõe a participação de todos os membros da família, uma vez que esse processo exige a integração do conjunto das atividades da propriedade, muitas vezes sob responsabilidade de diferentes pessoas, quebrando o monopólio gerencial do homem.	d) No período mais recente, passaram a existir pressões por parte de entidades externas às famílias (estado, ONGs financiadoras de projetos, movimentos de mulheres rurais) para que as mulheres estivessem presentes em maior número nos espaços onde as propostas de apoio à transição eram discutidas, tais como cursos e seminários.
e) A participação das mulheres em espaços públicos, principalmente onde se realiza a comercialização (como as feiras), permite o contato com pessoas e grupos exteriores à propriedade, assim como a aquisição de novos conhecimentos e habilidades, possibilitando o reconhecimento social do trabalho desenvolvido por elas, gerando maior autoestima.	f) O fato de as mulheres poderem obter, por si mesmas, rendas mais permanentes, recebidas por elas individualmente e fruto direto do seu trabalho, tende a melhorar o seu poder de barganha dentro das famílias, permitindo avanços quanto à sua autonomia.

Fonte: adaptado de Siliprandi (2009).

Para o grupo, além de reconhecimento, falta, para a mulher camponesa, uma abertura maior de mercado (principalmente no que se trata de financiamentos de projetos). Também ocorre a desvalorização do produto. Essa desvalorização é que tem de acabar: “não é porque somos mulheres que nosso produto não tem valor, e o nosso produto é agroecológico não tem veneno”, conforme aponta Valdirene.

Às mulheres que ainda têm receio de buscar qualificação ou inserção em grupos de empoderamento, as produtoras deixam um recado: “O ‘não’ você já tem, corra atrás do ‘sim’. Você não pode desistir, porque existem muitos projetos para mulheres. A gente tem que acreditar e batalhar, porque nada cai do céu”, comenta Ana Lúcia.

Todas essas questões, de fato, foram sendo identificadas na vida cotidiana das mulheres, inclusive por aquelas com maior dificuldade de superação da sua condição de doméstica ou de outra tarefa considerada feminina.

Antes do grupo da feira, eu ficava em casa, cuidava de meu quintal, ia pra igreja (sic). Agora, tenho mais coisas ainda pra fazer (sic), mais gratificantes. Levo meus produtos. Aqui em casa, eu faço queijo e não volto com nenhum. Tenho encomendas diárias e, com isso, a partir do grupo, sabemos o que cada um tem e produz em seu lote. Tem troca no final da feira. Está sendo uma terapia pra mim estar no barracão na sexta-feira, nos sentimos úteis (sic) e podemos comprar nossas coisas sem ficar pedindo para o marido (Dionice, março de 2019).

Na formação do curso, havia vinte e cinco mulheres inscritas. Todas finalizaram o processo de formação e receberam o certificado de finalização do curso. Contudo, na Feira Roseli Nunes, estão 12 jovens mulheres participando ativamente na comercialização de seus produtos. Com o protagonismo das jovens e com a persistência de outros grupos de jovens e mulheres, a feira vem ocorrendo no espaço do barracão, com produtos diversos advindos de suas roças e quintais, todas as tardes de sexta-feira.

**Figura 20 - Grupo “Mulheres Camponesas”.**



**Foto: Acervo da autora, 2018.**

As fotos da Figura 20 retratam uma das formações realizadas no barracão antes de iniciar a feira, com a presença das mulheres: tem-se a mística de

agradecimento e acolhimento para a conclusão da etapa do curso de capacitação “Formação em Economia Solidária com Mulheres Camponesas no Assentamento ‘Roseli Nunes’ em Mirassol D’Oeste/MT”, a entrega dos certificados com equipe e colaboradoras e a mística representada pelas crianças e mulheres.

Por desempenharem um importante papel no campo, onde empreendem e cuidam da família e do lar, as mulheres encerram o curso mostrando força e determinação. O grupo produz alimentos agroecológicos, na maioria dos casos, em seus quintais, como frutas, legumes, hortaliças e processados.

### **5.3 - Grupo “Juventude Camponesa II: Tempo é Mel”**

A participação da juventude, com conversas e trabalho coletivo, contribui para a criação de ambientes nos quais as práticas agroecológicas possibilitam mudanças de hábitos e atitudes, levando a família e a comunidade a repensar sobre a importância de criar ambientes produtivos e saudáveis em pequenos espaços.

Desse modo, o grupo “Juventude Camponesa II: Tempo é Mel” inicia-se a partir da inserção de uma jovem que, durante o projeto, percebeu, por meio de observações, que havia vários adolescentes e jovens que frequentavam sua casa e que não tinham muita expectativa de trabalho e renda. Então, ela decidiu repassar os conhecimentos adquiridos no projeto, sobre práticas agroecológicas, para 11 adolescentes, que possuem idade entre 12 e 17 anos, como retrata a mesma em sua fala:

A permanência do jovem no campo é ótima. Eu sempre fui conversando com eles sobre as possibilidades de desenvolver produção agroecológica e, a partir daí, começamos a fazer a feira aqui, que não é dos seus pais, é deles também, da juventude. De início, eles montaram um grupo do whatsapp e colocaram, como nome, “aqui nós trabalha” (sic); então, começamos fazer as mudas, todos animados [...]; aí falamos um pouco sobre a comercialização, com Leonel, da FASE, junto com os meninos do CTA. Todos eles nos ajudaram a pensar e a comercializar. Eles ajudam na feira para ver que não precisam ir para a rua para adquirirem renda. Eles podem ficar aqui mesmo, sem precisar ir embora [...]; eu falo para vocês então: o coletivo começa dentro de casa, não precisa montar um grupo só, é só os filhos se juntarem aos pais e mães, aí já é um coletivo [...]; o coletivo começa dentro de casa e a agroecologia também começa dentro de casa, todos trabalhando juntos na feira, até porque, na feira, tudo é coletivo, a comercialização toda é coletiva (S. C. 19 de março de, 2018).

Buscamos contextualizar, através de Pistrak (2000), a proposta de coletivo como um progresso cultural da classe trabalhadora, o que implica na construção de métodos coletivos de trabalho, tendo-o como a possibilidade de garantir a sobrevivência e a transformação geral da vida. “O coletivo é uma concepção integral e não um simples total referido a suas partes, o coletivo representa propriedades que não são inerentes ao indivíduo. A quantidade se transforma em qualidade” (PISTRAK, 2000, p. 177).

Nesse sentido, nasceu a proposta dos jovens para que participassem também da ARPA. Inicialmente, foram somente os filhos dos associados. Hoje já há jovens que não tinham nenhum vínculo com a ARPA e que estão participando e conhecendo as propostas de trabalho coletivo e da agroecologia, que estão sendo desenvolvidos<sup>46</sup>.

O processo de auto-organização e prática da juventude camponesa na ARPA visa à plantação de mudas e cuidados no viveiro, bem como a construção de caixas para a implantação de colmeias para a produção do mel nos quintais de produção de seus sítios e, posteriormente, comercialização nas feiras. Os jovens, através de um levantamento prévio realizado, levaram para a feira os produtos que tinham em seus quintais, o que pode ser observado nas imagens que seguem.

**Figura 21 - Participação da Juventude na feira central na cidade de Cáceres.**



**Foto: Sirlei da Costa, 2018.**

<sup>46</sup> Ver mais sobre isso no artigo COSTA, S.; ARAUJO, D. O.; SOARES, S. M. *Juventude Camponesa e sua auto-organização na ARPA*. Cuiabá: UFMT - Curso de Especialização em Educação Ambiental Campesina, 2017.

A partir da inserção do trabalho na feira, os jovens iniciaram também as plantações de mudas para a produção de frutas que seriam utilizadas na despoldadeira, adquirida pela ARPA em parceria com o Centro de Tecnologia Alternativa (CTA-MT) em 2018. Além dessa atividade, a Juventude Camponesa, em parceria com a FASE, desde abril de 2018, tem desenvolvido também um projeto de produção de mel. Em ambas atividades, há a participação da família como um todo, isso porque a produção de frutas, bem como a instalação das caixas das colmeias acontece no espaço dos lotes das famílias (Figura 22).

**Figura 22 - Grupo de jovens na ARPA e a coleta do mel.**



**Foto: Sirlei da Costa, 2018.**

Ressalta-se que ambos os projetos, com cultivo e produção de plantas frutíferas e de mel, são mais uma das possibilidades de empoderamento e geração de renda para a juventude do Assentamento Roseli Nunes.

#### **5.4 - Grupo “Abelhas Rainha”**

O grupo de mulheres “Abelhas Rainha” é composto por doze mulheres casadas, que possuem seu próprio sítio e trabalham com agricultura para autoconsumo e venda do excedente

**Figura 23 - Grupo de mulheres “Abelhas Rainha”.**



**Foto: Sirlei da Costa, 2018.**

Esse grupo de mulheres, com o apoio e assessoria de técnicos da Federação de Órgãos para Assistência Educacional e Social (FASE-MT), aprendeu as técnicas de apicultura em um curso de capacitação promovido no território do assentamento pelos técnicos da Federação de Órgãos para Assistência Educacional e Social (FASE-MT). A partir daí esses técnicos começaram a dar apoio efetivo para as mulheres quanto à instalação das colmeias, nos campos e nas matas do assentamento e do seu entorno, e como realizar a coleta de mel.

Para esse grupo de mulheres, esse apoio da FASE e o desenvolvimento dessa atividade no interior do assentamento têm gerado resultados bastante positivos, principalmente em termos sociais e econômicos.

Sobre a capacidade adaptativa dos camponeses, Shanin afirmou:

A flexibilidade de adaptação, o objetivo de reproduzir o seu modo de vida e não o de acumulação, o apoio e a ajuda mútua encontrados nas famílias e fora das famílias em comunidades camponesas, bem como a multiplicidade de soluções encontradas para o problema de como ganhar a vida são qualidades encontradas em todos os camponeses que sobrevivem às crises. E, no centro dessas particularidades camponesas está a economia familiar (SHANIN, 2008, p. 25).

Pode-se perceber isso nos relatos dessas mulheres, quando questionadas sobre o projeto:

O grupo “Abelhas Rainha” nos trouxe muitas coisas boas. Nós nos reunimos toda quarta-feira, o que não era possível antes de iniciar o grupo, e hoje temos necessidade de nos reunirmos, conversarmos, trocar ideias, marcar as coisas [...], as abelhas são nossa garantia de dias melhores, [...] com elas, teremos mais produção, pois elas polarizam, e muito, sem falar do mel, que traz um bem danado para a nossa saúde, além de podermos tirar uma renda boa com a venda desse produto. Então, isso é muito bom, só ganhamos com tudo isso, a terra, a nossa saúde e a agroecologia [...]. (Informação Verbal, 2018<sup>47</sup>).

A organização nossa no grupo de “Abelhas Rainha” tem sido bastante positiva. A FASE deu o pontapé inicial nos mostrando as possibilidades, né (sic), e, de lá para cá, a gente tem conseguido manter o projeto e até gerar uma rendinha aqui, com a produção do mel. [...]. E tem sido bom também porque a gente se reúne mais, a gente planeja, né (sic), algumas coisas para serem desenvolvidas. Trocamos muitas ideias. Isso é bom, muito bom. Isso é o que a gente quer, né (sic), produzir e ter condições de viver aqui no nosso cantinho, na nossa terrinha. (Informação Verbal, 2018).

Essas percepções das mulheres evidenciam a importância do apoio/parceria para os camponeses e a necessidade de políticas públicas específicas para o fortalecimento da agricultura camponesa. No caso, em específico, das mulheres, esse apoio tem sido cada vez mais valorizado, porque esses momentos coletivos de diálogos e reflexões, que culminam em cursos de formação/capacitação, possibilitam a elas produzir de forma agroecológica e comercializar dentro dos preceitos da economia solidária na FEISOL; além de tornar possível a construção de sua autonomia e viver do trabalho da/na terra, o que é extremamente importante para sua reprodução no território conquistado, o Assentamento Roseli Nunes.

### **5.5 - Percepções da juventude sobre os dilemas e desafios vivenciados no processo de recriação camponesa no Assentamento Roseli Nunes**

Por entendermos que a juventude é responsável pela continuação das lutas e permanência dos camponeses nos territórios conquistados, na perspectiva de construção e consolidação do modo de vida camponês (OLIVEIRA; RABELO; FELICIANO, 2014), busca-se, nesse item, analisar as percepções da juventude camponesa em relação aos dilemas e desafios vivenciados cotidianamente para sua manutenção e permanência no território do assentamento, bem como refletir sobre a

---

<sup>47</sup> Entrevista realizada com a camponesa Sílvia da Costa, do Assentamento Roseli Nunes, em abril de 2018.

agricultura camponesa e o projeto na perspectiva dos jovens, analisando seus anseios e expectativas em relação à vida no campo. Isso porque acredita-se que a realidade em que esses jovens estão inseridos coloca-lhes grandes desafios, nos quais diversos elementos presentes na comunidade influenciam quanto à construção da identidade e permanência desses jovens no campo.

Nesse contexto de lutas e reivindicações diante da complexidade social, econômica e cultural vivenciada no território do assentamento, tem-se então a participação desses sujeitos no projeto, que buscou dar suporte adequado à juventude, possibilitando o desenvolvimento da sua formação política e social, o processamento de suas buscas, a construção de projetos e percursos de inserção efetiva no campo. Assim, quando questionados sobre alguns pontos acerca do projeto, vê-se, no Quadro 6, o que mudou na vida desses sujeitos após terem participado do projeto:

**Quadro 6 - Transformações na vida dos jovens**

1 - Renda	5 - Produções
2 - Conhecimento	6 - Diálogo
3 - Participação	7 - Comercialização
4 - Estudos	8 - Trabalho

**Fonte: elaborado pela autora.**

A partir do quadro, pode-se constatar que houve uma mudança de atitude por parte desses sujeitos, o que é observado até mesmo no ato de suas falas, com o compromisso com a família e com o assentamento. Todos os jovens estão com plantações em seu lote, sendo que, destes, todos recebem dinheiro por seu trabalho, pois trabalham com seus pais nas atividades desenvolvidas pela família na agricultura, e outros afirmaram trabalhar por conta própria, mas também na agricultura e na pecuária.

No território camponês, a base de trabalho é familiar e segue a tradição da sociedade patriarcal, em que o pai é a figura central, que exerce a função de mediatizar todo o trabalho da família. Nesse contexto, todos os membros da família exercem alguma função, pois compreendem as dinâmicas territoriais vivenciadas cotidianamente e buscam contribuir para um desenvolvimento mais sustentável,

integrado e solidário no espaço do lote/família, mas também da comunidade em que vivem.

Assim sendo, ao aprofundar a observação nos dados da pesquisa em relação às atividades produtivas (agrícolas e não-agrícolas) desenvolvidas pelos jovens no território do assentamento, suas condições de vida e trabalho, percebe-se que a grande maioria lida diretamente com o trabalho na terra, ou seja, desenvolve atividades agrícolas, seja em lote próprio, de sua família, ou em empreitadas de roças, dentro e fora do assentamento. Outros conciliam as atividades agrícolas com as não-agrícolas, pois desenvolvem trabalhos fora e dentro do lote e do assentamento. As atividades não-agrícolas envolvem desenvolver trabalho na escola do assentamento, fazer e vender artesanato, fazer também algum serviço, quando aparece, de ajudante de pedreiro, pintor, etc.

Wanderley (1999) considera que o trabalho extra agrícola, na maioria dos casos, torna-se uma necessidade estrutural, ou seja, a renda obtida nesse tipo de ocupação vem a ser indispensável para a reprodução, tanto da família, como do próprio estabelecimento familiar.

Assim, a combinação de atividades não-agrícolas e atividades agrícolas realizadas pelos jovens ou por algum outro membro da família do campo surge como alternativa para cessar problemas como a alta taxa de migração rural-urbana e a desvalorização desses sujeitos e da agricultura camponesa como um todo, problemas que estão associados às dificuldades da agricultura em garantir o necessário para a reprodução da unidade de produção (CARNEIRO, 1998).

Contudo, constatou-se que a juventude camponesa tem atuado, por meio de sua organização e luta, no sentido de criar condições de favorecer sua reprodução social e resistência no território do assentamento. Para tanto, reivindicam e participam de espaços de formação e sociabilidades que lhes permitem adquirir ou ampliar seus conhecimentos, lutar e participar das tomadas de decisões e de gestão que envolvem a vida e as demandas da juventude.

Um entre os vários pontos elencados pela juventude sobre os dilemas e desafios vivenciados cotidianamente no território do assentamento tem a ver com a questão da cultura e do lazer, ou seja, a falta de espaços e condições que atendam

os jovens em sua especificidade e que considerem os anseios e dificuldades desses sujeitos, que enfrentam uma fase singular da vida, o que tem dificultado a construção da identidade desses sujeitos.

As respostas obtidas sobre a questão do lazer e da cultura no interior do assentamento estão relacionadas diretamente com as atividades vivenciadas pelos jovens e esses tratam como hora do lazer até mesmo alguns tipos de reuniões. Pode-se observar a diversidade das mesmas, mas a grande maioria está associada aos princípios básicos descritos nos conceitos sobre lazer, tempo livre, atitude, liberdade de escolha, prazer e diversão.

Ainda dentro dessa questão, os jovens falaram acerca dos espaços sociais que eles ocupando e que, de certa forma, consideraram como espaços de lazer, principalmente porque nesses momentos/lugares não estão trabalhando (Quadro 7).

**Quadro 7 - Espaços sociais frequentados pela juventude do Roseli Nunes**

Festas religiosas	Bares	Feira
Campo de futebol	Quadra de futebol	Escola
Rio/Cachoeira	Balneário/Caverna	Associação

**Fonte:** elaborado pela autora.

Os espaços sociais que esses jovens ocupam e que são utilizados para o lazer no campo estão associados aos recursos naturais (rios, cachoeiras, represas); a forte influência cultural da religião (festas religiosas) e até mesmo as reuniões e encontros (escola, futebol, associação, feira) são tidos como espaço de diálogo e de encontros entre eles, ou seja, o que eles entendem como lazer e cultura.

Ressalta-se que, dentre as opções elencadas pelos jovens, as festas religiosas têm presença marcante no Assentamento Roseli Nunes, sendo a opção mais citada pelos entrevistados. Essas festas, em sua grande maioria, são promovidas pelas igrejas católicas do assentamento e, nessas ocasiões, normalmente, as pessoas da localidade se reúnem para a realização de novenas e festas de santos. Esses eventos de religiosidade tornam-se, para os jovens, momentos de descontração, de encontrar e confraternizar com outras pessoas internas e externas ao assentamento.

Outros espaços citados com frequência são aqueles destinados à prática esportiva, principalmente o futebol. Os campos de futebol e as quadras aparecem como principal espaço de lazer dos jovens entrevistados do sexo masculino. A maioria dos campos são pequenos, sendo alguns gramados e outros, de terra batida. Não apresentam as condições ideais para a prática do jogo de futebol, mas, ainda assim, são muito utilizados pelos jovens.

A quadra existente no assentamento é apenas a da escola “Madre Cristina”, que também é um espaço onde os jovens se reúnem com frequência para jogar bola. Esses espaços são utilizados, na sua maioria, pelos rapazes, uma vez que o futebol no campo é um universo predominantemente masculino.

O rio, as represas, as cachoeiras e o balneário aparecem como um outro espaço de lazer e de encontros para os jovens no assentamento; existe, próximo ao assentamento, o rio dos Bugres, que é utilizado pelos jovens como ponto de encontro e diversão, principalmente na localidade do “Coletivo” e da “Ilha”<sup>48</sup>, pois é possível nadar e há uma pequena porção de areia. Existem ainda pequenas quedas d’água e algumas cachoeiras em determinados pontos no assentamento. Em uma delas, existe um espaço com uma faixa de areia, onde os jovens se reúnem com frequência. As pessoas levam bebidas, fazem churrasco, levam som e passam o dia em um grande balneário, “lago azul”, no assentamento vizinho, “Margarida Alves”, onde esses jovens também usufruem um pouco do espaço.

Conforme Thompson:

“[...] no curso real das análises históricas ou sociológicas (bem como políticas) é de grande importância lembrar que os fenômenos sociais e culturais não correm atrás do econômico após longa demora; estão na sua origem, imersos no mesmo nexos relacional”, (THOMPSON, 1998, p. 99).

Esses fenômenos buscam compreender essa visão da juventude, que contempla muito do que o lugar que lhes traz benefícios para sua distração e diversão sem precisar gastar dinheiro.

Também há uma caverna no assentamento, a caverna do Jabuti, que já foi visitada por todos os jovens, mas que a demonstraram como um ponto de encontro

---

<sup>48</sup> Coletivo” e “ilha: lugares, no assentamento, que são cortados pelo rio e têm espaço para banho. Servem de encontro e diversão para a juventude e os demais assentados.

para conhecer, tornando-se uma atividade pedagógica para eles, porque as vezes que foram lá foi com visita marcada e com os educadores da escola, visto que é frequentemente visitada por outras pessoas de diversas partes da região e instituições de ensino (básico e superior).

A escola e a feira FEISOL da comunidade foram elencadas como um ponto de encontro, pois é nesse dia, na sexta-feira, que compartilham de suas produções, conversas e debates. É um espaço de aprendizado e vivência para esses jovens, o que se torna algo leve e prazeroso. Na (Figura 24) tem se alguns dos espaços sociais utilizados pelos jovens

**Figura 24 - Espaços sociais utilizados pelos jovens.**



Foto: Acervo da autora, 2018; a) Caverna do Jabuti<sup>49</sup>; b) Balneário do lago azul (localizado nas dimensões do assentamento “Margarida Alves”); c) quadra esportiva da escola “Madre Cristina”; d) Rio dos Bugres, que corta parte do Assentamento Roseli Nunes, muito frequentado pelos jovens.

<sup>49</sup> Visitada por estudantes, professores e pesquisadores de universidades e escolas e turistas. A caverna tem grande diversidade de espeleotemas, estalactites e estalagmites. A principal via de acesso está no assentamento, tanto a estrada, quanto o lote de um dos assentados dão acesso à boca principal da caverna. Considerada pelo Ibama como a maior de Mato Grosso, foi tombada como patrimônio histórico, artístico e cultural do estado. Tem 4km<sup>2</sup> de extensão. [www.curvelandia.mt.gov.br](http://www.curvelandia.mt.gov.br).

Ao buscar conhecer o que esses jovens gostam de fazer no seu tempo livre, mesmo que o façam só de vez em quando, diferentes respostas retratam as maneiras pelas quais os jovens do campo ocupam o seu tempo livre.

As respostas obtidas estão relacionadas diretamente com as atividades vivenciadas pelos jovens. Pode-se observar a diversidade das mesmas, mas a grande maioria está associada aos princípios básicos descritos nos conceitos sobre lazer: tempo livre, atitude, liberdade de escolha, prazer e diversão. As respostas apresentadas ilustram esses princípios:

[...] meu lazer é estar com amigas e filhos, fazer outras brincadeiras, tomar banho no rio. Tudo isso é muito bom e nos fortalece: viajar, dançar, rezar, cantar música. Tudo isso acho que é lazer, é o que gosto de fazer quando não estou no trabalho, até mesmo as reuniões da associação, pois são uma hora de encontros e conversas. Isso tudo me encanta e me fortalece para querer ficar aqui, que essa riqueza nos fortalece para nos mantermos no campo com alegria, pois aqui sou feliz. (S. C. 19 de março de, 2018)

[...] estar aqui no assentamento é bom demais. Cheguei pequeno e não penso em ir embora daqui. Nos tempos livres, saio com meus amigos ou com a família, desde as festas da igreja até ver o futebol no beira-rio, converso no zap (sic), temos internet boa, marcamos e vamos para o bar beber uma cerveja e conversar, sem falar de festinhas de aniversário e andar a cavalo. Tudo isso ajuda. Temos uma vida corrida, mas gratificante. Se planto, colho e recebo e, dessa forma, não penso hora nenhuma em sair do campo (I. A. C. S. 25 de março de, 2018)

[...] jogar futebol, assistir à televisão, jogar, estudar, namorar, encontrar meus amigos e amigas, passear na casa dos vizinhos, ir nos encontros, festas na escola, sorveteria, tudo acho que é um espaço bom que a gente faz aqui no assentamento. Nós temos que ser criativos. Vou à cidade também. Gosto de ir para comprar as coisas, mas vou de vez em quando [...] (C. B. 025 de março de 2018)

Na visão de Marcellino (2004), qualquer atividade pode ser considerada lazer, dependendo de quem a executa e das circunstâncias que cercam sua realização, como a livre adesão e a capacidade de a atividade escolhida proporcionar descanso, prazer, divertimento e desenvolvimento a quem a pratica. O conceito de lazer é mais amplo do que o restrito a somente jogos ou brincadeiras: "lazer pode até ser a não-atividade, o ócio, como, por exemplo, o repouso em uma rede. O importante é o prazer que a atividade escolhida proporciona" (MARCELLINO, 2004, p. 36). O autor observa, porém, que, ao invés de buscar o prazer nas atividades cotidianas, as pessoas sempre estão adiando os momentos em que poderiam usufruí-lo, pensando que o lazer-prazer é algo muito elaborado, difícil de alcançar.

Uma outra questão levantada foi quanto ao futuro, ou seja, quais são os planos para o futuro; o que se pretende fazer; se sentem-se preparados para ter a sua terra comprada, herdada ou como adquiri-la. Nesse sentido, os jovens relatam:

Os meus planos para o futuro são continuar aqui no sítio, no assentamento, poder criar meus filhos sossegada e dar o melhor para eles. Eu já tenho a minha terra, né (sic)? Moro com meu marido e meus dois filhos. Faço o que gosto de fazer. Eu me sinto preparada, com meu esposo, para tirar a renda daqui, da nossa produção agroecológica. (S.C, 19 de março de 2018).

Eu acho que pretendo fazer alguma coisa: estudar, procurar outro curso para ajudar aqui no sítio, mas minha intenção não é ir embora. Há tanta coisa.... Quero organizar, fazer um monte de coisas, cuidar do filho, desde ajeitar a casa, as nossas roças... Nossa, penso tanta coisa para o futuro. A única coisa que eu não penso é em ir embora daqui. Tenho minha terra, que meu esposo conquistou com muita luta, e vivo nela com minha família, mas pretendo aumentar o pasto, as minhas criações, fazer um pomar com diversas frutas, um safes. É meu plano para o futuro, aliás, já iniciei (A. S. S.<sup>2</sup>, 20 de março de 2018).

No futuro, pretendo estar aqui mesmo, no sítio, trabalhando com os meus familiares e com o meu esposo. Eu me sinto preparada para ter a minha terra. Penso que todos os jovens também deveriam ter sua terra, apesar de achar difícil agora, ou se a gente voltar para o movimento, para um acampamento, se unir (sic). Com a união, pode-se conseguir muita coisa, mas eu me sinto preparada. Terra é vida pra nós né (sic). Talvez iria herdar, então, dos meus pais ou voltar mesmo a conquistar uma outra terra para mim, com meu esposo, mas a terra é sagrada né (sic), tudo que você quiser plantar, você colhe (J. F. A. 23 de março de, 2018).

[Meus] planos para o futuro seriam criar os filhos com saúde, dignidade, qualidade de vida. Eu já tenho meu sítio, com meu esposo. A gente trabalha aqui. Estou também produzindo um safes<sup>50</sup>. Agora, estou tentando colocar em prática algumas coisas que aprendi no curso, né (sic). E também estou fazendo novos cursos. Também estou trabalhando na escola e tudo isso está me ajudando a organizar e a pensar também sobre esse futuro e pensar também no que eu posso fazer a mais para melhorar o assentamento. Cada um tem que fazer sua parte para o melhor pra nós mesmos (A. S. S.<sup>1</sup>, 21 de março de 2018).

Observam-se, através das falas dos jovens, as estratégias adotadas pelas famílias para a produção nos lotes, que são intermediadas por definições do que pode e deve ser o uso da terra, buscando sempre a valorização e o pertencimento ao lugar

---

<sup>50</sup> SAFs: Sistema Agroflorestal, é uma forma de produzir alimentos ao mesmo tempo em que se conserva ou recupera a natureza; isso é possível porque, nessa forma de produção, ao invés de retirar-se toda a vegetação original e plantar apenas uma cultura em uma larga extensão de terra, procura-se entender o funcionamento da natureza e imitá-lo, utilizando as relações entre os seres vivos a nosso favor e estimulando a biodiversidade. Marcelle Nardele & Igor Conde. (s/a)

que se tem, a esse território, que não foi uma conquista fácil. “A terra carrega a luta que, muitas vezes, envolveu a sua conquista” (CASTRO, 2005<sup>51</sup>).

Chayanov (1974) apresenta, em sua obra, a exploração familiar como unidade central da economia camponesa, uma importante contribuição a respeito das relações de trabalho e consumo. Nela, as decisões sobre produção e consumo estão inter-relacionadas com a exploração familiar, ou seja, existe um equilíbrio entre três pontos fundamentais: produção, trabalho e consumo. O agricultor produz, principalmente, para o autoconsumo, mas isso não quer dizer que não haja uma produção para o mercado. A função desse produto é permitir um intercâmbio de valores de uso para obter os produtos essenciais (GARCIA JR. 1989).

Alguns jovens descrevem a terra como uma herança a se receber. A herança é uma forma de compensação àquele que sempre trabalhou na terra do pai. É o reconhecimento desse trabalho. (WOORTMANN, 1990;1993).

Segundo Bourdieu (1983), a herança possui uma função social definida, qual seja, dar continuidade à exploração da propriedade familiar. Bourdieu ressalta a importância do direito à propriedade, em que a possibilidade de agir como proprietário ou como futuro proprietário é valorizada socialmente. A escolha do sucessor, embora o primogênito apareça como possível candidato, cabe ao chefe de família, verifica se na fala dos dois jovens entrevistados;

[...] penso em fazer uma faculdade para ajudar minha família. Gostaria de ter minha plantação, fazer a venda também, fazer outros cursos, tudo isso eu quero fazer ainda. Eu quero muito ter a minha terra. Eu moro aqui, né (sic), próximo dos meus pais. Quero acabar de organizar a associação daqui, que está meia enrolada [...] mas eu pretendo sim ter minha terra. Não sei se eu vou comprar, ou se eu vou também ficar aqui no lote dos meus pais. É meu também, mas está cadastrado no nome deles, mas eu quero muito ter minha terra (I. A. C. 25 de março de, 2018).

Quero terminar todos os meus cursos que venho fazendo, colocar em prática. Penso em fazer uma faculdade, algo para ajudar os meus pais no assentamento, aqui no sítio. Participo da associação. Eu me sinto já preparado para mim ter a minha terra, né (sic), mas o sítio que meu pai tem aqui é bem grande e só tem eu aqui, que estou ajudando ele agora, né (sic). [Ele] pretende também fazer uma roça de banana. Pretendo fazer várias coisas: plantar mandioca, até mesmo organizar as questões do gado (C. B. O. 25 de março de 2018).

---

<sup>51</sup>Artigo: Processos de Construção da categoria juventude rural como ator político: participação, organização e identidade social. Elisa Guaraná de Castro – Prof. UFRuralRJ, Rio de Janeiro/Brasil Dra. Antropologia social/ PPGAS/MN/UFRJ – elisaguarana@gmail.com

Os jovens que vivem com seus pais, por mais que tenham um pouco de autonomia, têm que dialogar a respeito de tudo e repassar as ponderações ao pai antes de tomar qualquer decisão acerca de tudo no lote. O principal ponto de dificuldade entre pais e filhos “[...] tem o seu lugar, sobretudo na gestão da propriedade, a qual abarca a escolha do sistema de produção, a decisão do que produzir, de como produzir, no que investir, que atividades desenvolver, a quem ou a que se destinam os recursos, etc.” (AGUIAR; STROPASOLAS, 2010, p. 172).

Na entrevista com a juventude, reforça-se o esperançar descrito por Paulo Freire (1999). Esperançar é se levantar; esperançar é ir atrás, é construir, é não desistir, é estimular, é levar adiante, é juntar-se com outros para fazer de outro modo, por dias melhores e continuação da vida, do bem viver da comunidade.

Perguntados sobre como acham que será sua condição de vida daqui a dez anos em relação aos dias de hoje no assentamento, obtiveram-se as seguintes respostas:

Eu tenho um sonho desse jeito. Eu acho que, daqui a dez anos, aqui no assentamento, **nós estaremos mais tranquilos. Todo mundo vai ter água**, que ainda é um problema aqui para a gente. De vez em quando, falta muita água. Todos vão ter internet, conexão. Acho que o trabalho vai estar melhor também. Nós vamos estar produzindo melhor, vamos ter trator para trabalhar e até os nossos filhos vão crescer. Vai estar muito bom, eu penso. O bom, o belo e o nosso sentimento na escola vão estar maiores. Quem sabe já vai ter uma faculdade por aqui? (S. C. 19 de março de 2018).

Eu acho que, daqui a dez anos, aqui no assentamento, **vai estar muito mais bonito**, vai ter mais gente com certeza, já que quem está aqui não quer ir embora. Aqui é tudo muito bom. A gente dorme com a janela aberta até. Nossa, o ar, a brisa... Quando eu vou para a cidade, fico louca querendo voltar. Eu creio que não vai acabar isso. As coisas boas que tem aqui no sítio, que é como a gente se sente em paz, ao contrário de quem mora na cidade. Eu acho que a gente tem uma qualidade de vida bem melhor. Vamos ter vacas, plantação, o rio. Eu acho que vai ser como é hoje. Aliás melhor do que é hoje. (I. A. C. 25 de março de 2018).

**Daqui a dez anos, aqui, no assentamento, será melhor ainda do que hoje**, porque a gente tem que pensar no futuro: voltar os nossos produtos para a agroecologia, ter bons amigos, bom convívio com os nossos familiares, todos saudáveis, com saúde, que é o que importa. A gente tenta pensar e voltar nosso pensamento para isso, pelas coisas boas, uma escola boa. Que a escola continue sendo como ela é hoje, que ela tenha um curso técnico que possa atender mais pessoas ainda. Eu gostaria muito também de fazer uma faculdade, se eu tivesse condições. Se tiver como eu fazer uma faculdade, eu gostaria muito de fazer também, e a nossa qualidade de vida aqui só tem a melhorar mais ainda (J. F. A. 23 de março de, 2018).

A juventude, em seus relatos, retrata muito as questões que a afligem: sanar a falta de água em determinados pontos do assentamento, não utilizar agrotóxicos (pois existe resistência de alguns), concretizar a agroindústria que, há tempos, vem sendo articulada, trazer novas oportunidades de estudo, entre outras questões, que envolvem o cotidiano deles e da comunidade.

Uma frase muito dita foi a respeito da qualidade de vida, que é complexa, mas relaciona-se com a satisfação das necessidades de uma população a nível econômico, social, psicológico, espiritual e ambiental. Mesmo os jovens colocando a qualidade de vida, percebe-se que esses questionamentos se referem ao bem viver.

No entanto, a compreensão da interculturalidade é requisito para a prática do bem viver, mesmo porque não há como descolar individualidade de coletividade, isto é, ambas fazem parte de uma mesma dinâmica. Para Acosta:

[...] o Bem Viver com sua proposta de harmonia com a Natureza, reciprocidade, relacionalidade, complementariedade e solidariedade entre os indivíduos e comunidades, com sua oposição ao conceito de acumulação perpétua, com seu regresso ao uso, o Bem Viver, enquanto ideia em construção, livre de preconceitos, abre as portas para formular visões alternativas de vida (ACOSTA, 2016, p. 33).

O Bem Viver é uma filosofia de vida que abre portas para a construção de um projeto emancipador, que, ao haver somado histórias de luta, de resistência e de propostas de mudança, e ao nutrir-se de experiências locais, às que deverão somar-se contribuições provenientes de diversas latitudes, posiciona-se como ponto de partida para estabelecer democraticamente sociedades sustentáveis (ACOSTA, 2016, p. 40). Todos são otimistas

Eu creio que aqui vai estar muito melhor do que está hoje, porque hoje ainda faltam muitas coisas. **Poderiam estar bem melhores as estradas**, a questão da água aqui no nosso sítio, nos vizinhos, o acesso à internet, as questões da comercialização, mesmo dos nossos produtos, tudo isso daí vai mudar, e com educação, atendimento à nossa saúde, com certeza se Deus quiser (A. S. S.<sup>2</sup>, 20 de março de 2018).

Agora eu vejo que, daqui a dez anos, será bem diferente. **Terá mais gente também aqui**. As crianças vão estar maiores, nós vamos estar mais velhos também. Espero poder ter conquistado o que a gente está querendo e que a gente possa ter mais acesso aos recursos, com saúde, se bem que a gente olha hoje e vê um cenário político bem difícil para poder conseguir tudo isso. (C. B. O. 25 de março de, 2018).

Vai estar muito bom. **Vamos ter lugares para passear, vamos ter o rio**. Eu penso melhor para o nosso assentamento, **apesar de ter muita coisa ruim que ainda acontece, mas eu creio que a gente vai conseguir acabar com**

**esses agrotóxicos e mais famílias ainda vão aceitar a agroecologia.** Que nós possamos criar os nossos filhos, ajudar os nossos pais muito mais do que a gente está fazendo agora e poder ter oportunidade para fazer isso, mas só com outras formações, com agroindústria, nós trabalhando na feira com as outras feiras, também todo mundo produzindo, mais qualidade pra nós (A. S. S.<sup>1</sup>, 21 de março de 2018).

Nesse sentido, segundo Gudynas e Acosta (2008), somam-se iniciativas para avançar nas concepções de desenvolvimento, desenhando indicadores de Bem Viver e discutindo as relações com outras aproximações, como as da economia solidária, turismo alternativo e aquelas focadas no bem-estar e na felicidade ou justiça. São alternativas que não devem ser entendidas como contrapropostas, ao contrário, percebe-se, em vários momentos, que possuem pontos em comum. Ainda que partindo sempre de diferentes realidades, são complementares, porque somam esforços e enriquecem a visão de um modelo que se quer alcançar.

Quando questionados se fossem um representante político, o que fariam para melhorar o futuro dos jovens do campo do seu município, responderam:

[...] iria fazer com que eles tivessem acesso à educação de nível superior, porque a gente tem uma escola boa sim, mas que a gente pudesse continuar nossos estudos, fazer novos cursos, poder ter assistência também aqui no sítio, poder contar com técnicos para nos ajudar, para fortalecer a gente na nossa venda, na nossa comercialização. Eu iria fazer isso, ajudar os jovens também a pensar e a levar as coisas adiante, a ter renda, a obter renda. É o que a gente precisa aqui no campo (J. F. A. 23 de março de, 2018).

Caldart afirma que pensar a educação, desde ou junto com uma concepção de campo, significa assumir uma visão de totalidade dos processos sociais; no campo dos movimentos sociais, significa um alargamento das questões da agenda de lutas; no campo da política pública, significa pensar a relação entre uma política agrária e uma política de educação, por exemplo; ou entre política agrícola, política de saúde e política de educação. E, na dimensão da reflexão pedagógica, significa discutir a arte de educar e os processos de formação humana, a partir dos parâmetros de um ser humano concreto e historicamente situado (CALDART, 2004).

Eu iria, se eu fosse político, melhorar isso, esses acessos. Porque outras coisas aqui no campo a gente já tem. A gente só precisa de condições para tratar a terra, para trabalhar na terra, e condições boas, de vida digna aqui na nossa terra. É isso que eu iria fazer, pensando em mim, ainda como jovem, pensando nos jovens, nos adolescentes que estão aí, que daqui a uns dias, vão ser jovens mais velhos, vão querer casar. Seria um futuro melhor, que nós pudéssemos verdadeiramente acessar as políticas públicas que existem para nós, mas que essas políticas não fossem tão burocráticas e dessem para a gente acessar (A. S. S.<sup>2</sup>, 20 de março de 2018).

Foi possível observar, durante a pesquisa realizada, que as políticas existentes e que são acessadas por alguns, desde seu processo de formulação, estão imersas, geralmente, em tensões, conflitos e negociações, pois nisso há o Estado, que espera do beneficiário (jovens) e da política pública um determinado resultado, que difere das condições de vida e, por vezes, dos projetos e planos dos jovens, técnicos e dirigentes políticos que vivem nos mais diferentes contextos no espaço rural brasileiro. Nesse sentido, uma jovem relatou que

Se eu fosse um político, iria mudar muita coisa aqui para a juventude do campo, para a gente ter mais acesso ao dinheiro que é reservado para os jovens do campo, os programas que beneficiam a gente aqui no campo, não só os jovens, como os adultos e também os idosos, porque é isso que você sente aqui no campo. Nós temos que ter políticas voltadas para a juventude e as políticas que existem são de difícil acesso. Nós não estamos conseguindo. É quase impossível acessar, é muita burocracia. Então, também é uma maneira de a gente pensar as políticas públicas, mas também de monitorar essas políticas e tentar facilitar para que essas políticas sejam diretamente para que jovem chegue direto à juventude, para não se perder por aí ou desviar para outras coisas. Acho que só o EMIEP e o PAA e o projeto da juventude que tiveram acesso direto ao jovem. Nem o PAA, porque esse era no nome do meu esposo [...] Eu acho que eu acabaria com toda essa burocracia que existe hoje em dia para a gente ter acesso a mais coisas (A. S. S.<sup>2</sup>, 20 de março de 2018)

Para Marx (1998), o Estado deve ser entendido como a própria sociedade civil, sendo que está engendrada nas disputas imbuídas na contradição das relações sociais de classes, que tem, como contradição máxima, a dicotomia burguesia e proletariado no caso os camponeses, em que a burguesia tem sua força consolidada e efetivada socialmente e se reproduz no interior do aparato do Estado, transformando-o em uma força legitimadora do seu poder e em um espaço de burocratização que tenta engessar as lutas sociais.

Contudo, a formulação de políticas é fortemente influenciada não apenas pela mudança nas definições de quais questões sociais são sujeitas a uma resposta do governo, mas também, e ao mesmo tempo, pela mudança nas definições de quais seriam as soluções mais efetivas para um dado problema público (KINGDON, 1995) e as soluções técnicas propostas só encontram viabilidade para se difundir em um espaço político quando contam com a consonância entre consentimento público (organizações e movimentos sociais) e a receptividade dos formuladores de políticas (no governo), que tem maiores chances de chegar à agenda das políticas públicas.

Da perspectiva que toma objeto da história como história real, resulta também a compreensão da possibilidade do conhecimento objetivo. Embora de tempos em tempos possam surgir novas perguntas à evidência histórica, “isso não significa absolutamente que os próprios acontecimentos passados se modifiquem a cada investigador, ou que a evidência seja indeterminada” (THOMPSON, 1981, p. 51).

Algumas considerações fazem com que os jovens queiram permanecer no campo e lutarem por isso. Essas falas, entre muitas outras, apontam que a categoria jovem é construída a partir de diferentes registros e que, tanto as relações com o assentamento ou com as outras áreas rurais do entorno e o próprio sentido do “sair” e do “ficar” precisam ser compreendidos também a partir das relações internas à família, além de em outros espaços “dentro” e “fora” do assentamento (CASTRO, 2003).

Mais um exemplo, durante esse processo de formulação de políticas públicas para a juventude rural, aconteceu durante o ano de 2013, na aprovação e sanção do atual texto do Estatuto da Juventude. Em relação à juventude rural, existem duas menções: uma quando se refere ao transporte escolar, que é necessário, mas que remete a um projeto de esvaziamento das escolas do campo, e outra, que se refere à inserção produtiva da juventude nos mercados de trabalho e econômico.

Assim, por mais que tenha ocorrido um relativo processo de participação junto às organizações e movimentos sociais, audiências públicas, espaços para os jovens opinarem, nesses anos de governos com Lula e Dilma, sobre a formulação do Estatuto, foi evidenciado que, na aprovação desse projeto de lei, tanto no Senado, quanto na Câmara, em grande parte, imperou a influência exercida nas casas pelas relatorias e grupos partidários junto a uma correlação de forças interna e externa, que não favoreceu o monitoramento desse processo por parte das organizações e movimentos sociais em juventude rural (SOUZA, 2018).

Analisa-se que o tema da juventude do campo na confluência dos seus fluxos políticos nesse momento histórico não obteve os fatores e o acúmulo de força política necessários para entrar na agenda das políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil e uma questão que chame a atenção no sentido de provocar a criação

de políticas públicas que possam produzir condições para a permanência de projetos de vida viáveis no espaço rural.

A “Juventude Camponesa” como tema na agenda das políticas públicas parece se definir em uma relação que, ao mesmo tempo em que nega, também o constitui como um sujeito de direitos sociais, sendo que a discussão e formulação de políticas públicas ocorre entre atores e grupos, ao mesmo tempo separados e unidos por um laço tenso e desigual de interdependência e de poder (ELIAS, 2000).

Deve-se considerar que, ao problematizar o conjunto de capitais específicos necessários para a formulação de políticas públicas para a juventude rural e sua materialidade, elas estão, mediante o contexto sócio histórico e político de um estado e sociedade, de certa maneira, condicionadas a se reproduzirem dentro dos limites estabelecidos pela constituição histórica e conjuntural desse campo social e do atual momento do desenvolvimento do sistema capitalista no Brasil (BOURDIEU, 1983).

Através desses depoimentos, é possível traçar essa prática de um planejamento que concebe e organiza uma gestão a partir de algum grau de previsibilidade acerca do futuro de todos, a médio e longo prazo, para a comunidade, entre outras coisas, porque a trajetória itinerante desses sujeitos, anteriormente à conquista do assentamento, e mesmo a luta pela sua permanência no assentamento, nas condições atuais, cristalizam o futuro como um horizonte possível.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O principal objetivo deste trabalho foi analisar o papel e a importância da juventude na construção do processo de recriação camponesa no Assentamento Roseli Nunes, localizado no município de Mirassol D'Oeste/MT, buscando, como princípio, o projeto “Juventude Camponesa”. O projeto “Juventude Camponesa” significou uma conquista para todos os camponeses, pois faz parte de uma política pública voltada para a juventude dessa área, que representa uma conquista dos trabalhadores do campo.

O projeto foi desenvolvido durante dois anos e meio e cumpriu suas metas. Apesar do cenário político no país, marcado por retrocessos sociais enfrentados pela classe trabalhadora e camponesa, o projeto concretizou-se, utilizando de métodos com princípios educativos pautados em uma formação humanizadora, solidária e democrática.

Através dessa pesquisa, que envolveu a descrição detalhada dos sujeitos pesquisados e a análise dos relatos de alguns deles, pode-se ter uma compreensão mais aprofundada da juventude camponesa do Assentamento Roseli Nunes. Expor suas percepções contribuiu para que pudessem refletir e problematizar a realidade do campo, cheia de saberes, histórias e práticas sociais.

No decorrer dessa pesquisa, perceberam-se diversos aspectos que interferem no território camponês. Entre eles, há que se destacar o histórico descaso com os trabalhadores do campo e com a agricultura camponesa pela falta de políticas públicas de desenvolvimento territorial e de políticas direcionadas, em especial, à juventude e pelos sujeitos que ali estão e reivindicam seus direitos.

Fernandes, (2000; 2005) utiliza o conceito de movimento socioterritorial para estudar as organizações que tem o território como condição de existência, como os movimentos camponeses, indígenas e afrodescendentes. *Essas populações desenvolvem seus territórios a partir de seus modos de vida compostos pela multidimensionalidade em que conhecimento, cultura, trabalho, economia, política, mercado, ambiente e tecnologia são construções sociais que confrontam com o modo de produção capitalista. Neste sentido a defesa de seus territórios é essencial para suas existências* (FERNANDES et al,p.540,2018).

O assentamento Roseli Nunes passou pela luta pela terra por meio das ocupações de terras impulsiona a reforma agrária na conquista ou recuperação de territórios no processo territorial TDR (Territorialização, desterritorialização, reterritorialização). O movimento que luta para conquistar a terra, quando o movimento disputa territórios do latifúndio e do agronegócio (acampamento) e movimentos que resistem na terra, quando o latifúndio e o agronegócio disputam territórios (assentamento). O que percebe na pesquisa esses conflitos diários.

O que podemos destacar com a pesquisa nesse sentido, acredita-se que são os sujeitos que constroem o território, no seu processo de reprodução material e simbólica, historicamente, por meio da luta de classes e condicionados pela lógica dinâmica e contraditória do modo de produção capitalista (CAMACHO, 2010), situação vivenciada pelos camponeses e pela juventude do Assentamento Roseli Nunes, que, na luta por seu território, vivenciam constantes disputas relacionadas principalmente à monocultura da cana de açúcar, teca, soja, agrotóxicos e a mineração, entre outros, porque defendem outra realidade para o campo, buscam romper com o que está naturalizado, institucionalizado e concretizado pelo Estado no campo mato-grossense, que valoriza o capital em detrimento do humano e da natureza.

Considerando que a evolução das políticas públicas é determinada pelas condutas estratégicas, lógicas institucionais e dinâmicas cognitivas e normativas, prevaleceu, na análise, a identificação e a compreensão das ideias que levaram à institucionalização das políticas públicas para a agricultura camponesa. As instituições e os interesses foram considerados fundamentais na medida em que ofereciam elementos para recuperar e contextualizar a construção dos referenciais de políticas públicas e a aplicação destes nos seus territórios.

Nesse sentido, a educação do campo tem importante contribuição no processo no tocante à formação da juventude camponesa, pois a escola busca trabalhar concepção do campo e suas identidades voltadas para o trabalho com a juventude escolar. Ao compreender a importância da participação da juventude para o desenvolvimento do território em que vivem, está-se avançando no sentido de construir novas possibilidades de desenvolvimento nos campos econômico, político e cultural e na construção de uma nova sociedade.

A relação e a interação que acontecem entre a escola do campo “Madre Cristina” e a comunidade camponesa são percebidas pelas observações, diálogos e compromisso, por parte da escola, em construir intercâmbios com a realidade do território, dialogicamente pontuando aspectos ligados ao coletivo, realizando a formação pedagógica de forma que os conteúdos curriculares estejam relacionados às demandas dos camponeses na busca por alternativas de organização social e econômica do território camponês (CALDART, 2009).

Aprofundar a análise sobre a concepção da juventude camponesa em relação às políticas públicas e à percepção dessas sobre a sua importância no território do assentamento significa proporcionar à juventude condições para que possa problematizar a sua realidade, com o intuito de transformá-la.

Nessa proposição transformadora, a juventude passa a gerar conhecimentos e a demandar questões relacionadas à sua realidade, de modo a buscar políticas públicas que possam satisfazer seus anseios e atender às suas proposições. Ao compreender a importância da sua efetiva participação nos diversos contextos no assentamento e nos movimentos sociais, a juventude passa a sentir-se como parte integrante dessa sociedade e protagonista de sua história (CASTRO, 2005).

Ao refletir sobre os principais desafios e conhecimentos vivenciados cotidianamente no campo mato-grossense, constatam-se, nas falas dos jovens, sonhos e aspirações de se ter uma qualidade de vida melhor no território conquistado. “Quero terminar todos os cursos que venho fazendo, colocar em prática. Penso em fazer uma faculdade, algo para ajudar os meus pais no assentamento aqui no sítio. Participo da associação” (C. B. O., 2018). Para a grande maioria dos jovens camponeses que participaram do projeto, a vida no campo é o sonho possível, “[...] isso tudo me encanta e me fortalece para querer ficar aqui, essa riqueza nos fortalece para nos mantermos no campo com alegria, pois aqui sou feliz (S. C., 2018).

Assim na pesquisa contextualizar acerca do território passa a ser utilizado “numa perspectiva de desenvolvimento”; ou seja, como uma variável a ser considerada quando se pretende fazer algum tipo de intervenção sobre o espaço e as

populações que resultem em alterações do quadro existente (MONTENEGRO GÓMEZ,2006 p. 15).

Nesse sentido, nota-se que os camponeses e a juventude do Assentamento Roseli Nunes buscam, por meio de diferentes estratégias de resistência e de uma produção diversificada, garantir sustento e qualidade de vida às famílias assentadas. Entendem também que não basta só lutar pela terra, para poder plantar, para sobreviver, é preciso lutar cotidianamente por políticas públicas fundamentais para o desenvolvimento do território camponês.

Os jovens demonstraram ter, hoje, uma visão de mudanças em busca de concretizar melhorias no trabalho e na vida pessoal e nas suas práticas de produção e comercialização. A formação realizada a partir do projeto “Juventude Camponesa” representou muitos desafios e possibilidades para esses jovens cursistas. Os desafios foram de colocar em prática as teorias vistas nas oficinas e os conhecimentos trazidos, que são imensos; e, após a conclusão do projeto, o que esses sujeitos fazem para suprir suas necessidades no território do assentamento. As possibilidades são as que vemos no dia a dia deles, ou seja, a prática da economia solidária, da agroecologia, da cultura do diálogo nas representações desses sujeitos, nos diferentes lugares antes não ocupados por eles, tais como as feiras, as associações, a escola, a CESSOL, entre outros, que possibilitam o desenvolvimento sustentável do campo mato-grossense.

Assim a agroecologia e a economia solidária pode ser vista não só como um agente que ajuda a construir autonomia, mas também se propõe a colocar a discussão alimentar e não apenas como uma mercadoria. Desta forma, a proposta agroecológica do desenvolvimento rural como estratégia de combate à fome e à pobreza, está configurado como uma proposta integral contra a desigualdade social nas comunidades rural (ROSES; MOTIEL,2010, p.49).

Ao analisar a juventude, apreendem-se os conhecimentos técnicos e políticos que demandam a construção de alternativas que viabilizem as condições para que esses jovens possam permanecer no campo. Esses conhecimentos possibilitaram à juventude problematizar sua realidade, buscando superar as dificuldades encontradas e atuar num campo vivo, fortalecido pelas práticas

agroecológicas, contribuindo, assim, para a construção de uma sociedade humanizada, igualitária e justa.

A disciplinas trabalhadas com esses jovens tanto na escola quanto no projeto da juventude camponesa de forma diferenciadas, mas voltadas para a realidade camponesa foi mais uma dentre as várias que busca contrapor a esse sistema vigente que só explora o ser humano o que se visualiza é um querer mais, em estudo e renda e manter essa qualidade de vida que todos têm mesmo com muitas dificuldades no decorrer de suas histórias até o hoje.

Os estudos dirigidos aos jovens no geral levaram e levam a todos a serem mais críticos e a batalharem mais ainda para contrapor esse capitalismo e as falas são muito significativas de cooperação e mudança que visam a mudança.

Através do projeto da pesquisa-ação e conciliando a minha vivencia nessa comunidade Roseli Nunes esses estão conseguindo, cada vez mais, a autonomia necessária para se organizar nos diferentes espaços e no cotidiano do assentamento desenvolvendo sempre o pensar, refletir, ouvir, de tomar decisões coletivamente, de compreender e atuar sobre a realidade que os cerca.

Por fim, constata-se que a juventude do Assentamento Roseli Nunes expressa o desejo de viver no campo, com uma vida digna, pautada no bem viver de sua família e de sua comunidade. Demonstram a importância do fazer e do querer fazer, de buscar e lutar, sendo capazes de sonhar com o pé no chão e de saber que, mesmo com muitas dificuldades, há entoada e plantada nos seus discursos a palavra “esperançar”.

## BIBLIOGRAFIA

ABRAMO, H. W.; BRANCO, P. P. M. **Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Instituto Cidadania; Fundação Perseu Abramo, 2005.

ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e serviço público: novos desafios para a extensão rural. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v. 15, n. 1, p. 137-157, 1998.

ABRAMOVAY, R. **Parcerias para a construção de capital social no campo**. Secretaria de Reordenamento Agrário do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Brasília – DF, abril de 2005, Ano 1, nº 1. PDF.

AGUIAR, V. V. P.; STROPASOLAS, V. L. As problemáticas de gênero e geração nas comunidades rurais de Santa Catarina. In: **Gênero e geração em contextos rurais**. SCOTT, P.; CORDEIRO, R. e MENEZES, M. (Org.) Santa Catarina: Ed. Mulheres, 2010.

ALBAGLI, S. Território e territorialidade. In: BRAGA, C.; MORELLI, G.; BRAGA, V. N. **Territórios em movimento: cultura, e identidade como estratégia de inserção competitiva**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

ALTIERI, M. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. Rio de Janeiro: Expressão popular, 3ª Ed. 2012.

ALMEIDA, M. G. Diversidade paisagística e identidades territoriais e culturais no Brasil sertanejo. In: ALMEIDA, M. G.; CHAVEIRO, E. F.; BRAGA, H. C. (Org.). **Geografia e cultura: os lugares da vida e a vida dos lugares**. Goiânia: Vieira, 2008.

ALMEIDA, P. R. **Sobre políticas de governo e políticas de Estado: distinções necessárias**. Disponível em: <<http://www.imil.org.br/artigos/sobre-politicas-de-governo-e-politicasde-estado-distincoes-necessarias/>> Acesso em 8 abr. 2018.

AMARAL, W. R. Jovens do campo: a procura de visibilidade social. In: JEOLÁS, L. S. **Juventudes, desigualdades e diversidades: estudos e pesquisas**. Londrina: Eduel, 2007.

AQUINO, J.; SCHNEIDER, S. 12 anos da política de crédito do PRONAF no Brasil (1996-2008): uma reflexão crítica. **Congresso Latinoamericano de Sociologia Rural**, 8, 2010, Porto de Galinhas, Anais. Porto de Galinhas (PE): ALASRU, 2010.

BARCELLOS, S. B. **A formulação das políticas públicas para a juventude rural no Brasil: atores e fluxos políticos nesse processo social**. Tese (doutorado). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, 2014.

BATISTA, S. C. **Cartografia geográfica em questão: do chão, do alto, das representações**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

BOURDIEU, P. **A Juventude é apenas uma palavra**. In: \_\_\_\_\_. *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero Limitada, 1983. p.112-121

BUENO, P. H. C. O conceito de território e políticas públicas: algumas reflexões. **IV Jornada Internacional de Políticas Públicas**, promovida pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA), 2009.

BRANCO, M. T. C. **Jovens sem-terra: identidades em movimento**. Curitiba: UFPR, 2003.

BRASIL – INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. PDA – **Plano de Desenvolvimento do Assentamento Roseli Nunes**, Cuiabá – MT, 2002.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)> Acesso em 10 maio 2017.

BRASIL. **Lei Nº 4.504, de 30 de novembro de 1964**. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L4504.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4504.htm)> Acesso em 10 maio 2017.

BRASIL. **Ministério da Integração Nacional**. Manual Operacional dos Objetos Padronizados do Programa Água para Todos. Brasília, abril de 2013.

BRASIL. **Ministério da Integração Nacional**. Plano Estratégico de Desenvolvimento do Centro-Oeste (2007 – 2020). Brasília, 2007.

BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento Agrário – Secretaria de Desenvolvimento Territorial**. Plano territorial de desenvolvimento rural sustentável: Território da Grande Cáceres. Cuiabá, 2010.

BRASIL. **Políticas Públicas de Juventude**. Cartilha. Secretaria Nacional da Juventude. Secretaria Nacional de Juventude. Secretária-geral da Presidência da República. Brasília, 2013.

BRASIL: **I Seminário Nacional Juventude Rural e Políticas Públicas**. Cartilha. Secretaria Nacional da Juventude: Brasília, 2012. Relatório final.

BRUMER, A. A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade. In: CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. (org.). **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p. 35-51.

CALDART, R. S. (Org.). **Caminhos para a transformação da escola**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

CAMACHO, R. S. A produção do espaço e do território: as relações de trabalho subordinadas ao modo de produção capitalista. **ENTRE-LUGAR**, v. 1, n. 1, p. 73-98, 2010.

CARLOS, A. F. A. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: FFLCH, 2007.

CARNEIRO, M. J. O ideal Rurbano: Campo e Cidade no Imaginário dos Jovens Rurais. In: **Mundo Rural e Política**. TEIXEIRA DA SILVA, F. C. (org.). Rio de Janeiro: Campus/Pronex, 1998.

CARRARO, G. Monitoramento e avaliação de políticas e programas sociais: contribuições a partir do referencial teórico metodológico. In: BERGUE, M. O.; TRESCASTRO, S. **Políticas públicas: definições, interlocuções e experiências**. Caxias do Sul, RS: Educs, 2012.

CANUTO, Â. L.; SILVA, C. R.; ANDRADE, T. V. P. **Conflitos no campo Brasil 2016**. Goiânia: CPT Nacional, Brasil, 2016.

CASTRO, E. G. (2005). **Entre ficar e sair: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005. Tese de Doutorado em Antropologia Social, PPGAS/MN, Rio de Janeiro, 2005.

CASTRO, E. G. Juventude do Campo. In: CALDART, R. S. **Dicionário de Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Expressão Popular, 2012, p.437-444.

CASTRO, E. G. Processos de construção da categoria juventude rural como ator político: participação, organização e identidade social. In: **Reunião Brasileira de Antropologia**. Anais. 26. ed. Porto Seguro, Bahia: 2008, p. 1-15.

CASTRO, E. G.; MARTINS, M; ALMEIDA, S. **Os jovens estão indo embora? Juventude rural e a construção de um ator político**. Mauad: Rio de Janeiro, 2009.

CASTRO, E. G.; CARVALHO, J. G.; DANSI, S. F.; MANSO, T. C. R.; MATHEUS, A. C. Perfis dos jovens participantes de eventos dos movimentos sociais rurais: construções de um ator político. **XIII Congresso Brasileiro de Sociologia**, de 29 de maio a 1º de junho de 2007, UFPE, Recife (PE).

CASTRO, F. T. Juventude rural e as contribuições do Projeto Transformar de capacitação de jovens rurais no Sul de Minas Gerais (2006-2013). **Em extensão**, v. 15, n. 2, p. 9-40, 2016.

CASTRO, F. P. **Construindo territórios livres de agrotóxicos para a promoção da agroecologia**. Dissertação (Mestrado) – Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Rio de Janeiro, 2016.

CASTRO, J. A.; AQUINO, L. **Juventude e Políticas Sociais no Brasil. Juventude e políticas sociais no Brasil**. Texto para Discussão, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2008.

CASTRO, J. A.; AQUINO, L. M. Juventude rural: alguns impasses e importância para a agricultura familiar. In: CASTRO, J. A.; AQUINO, L. M.; ANDRADE, C. C. **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Brasília: IPEA, 2008. p. 95-104.

CAVALCANTI, L. S. **Geografia, escola e construção de conhecimentos**. Papirus: Campinas, 1998.

CLAVAL, P. **A Geografia cultural**. Florianópolis: Ed da UFSC, 2001.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia: alguns conceitos e princípios**. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2002.

CORRÊA, R. L. Territorialidade e corporação: um exemplo. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A.; SILVEIRA, M. L. **Território: globalização e fragmentação**. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 251-256.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989.

CORRÊA, R. L. Espaço, um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

COSTA, D. L. **Território camponês**. In: Educação do campo: formação e desenvolvimento comunitário. (Caderno pedagógico I, v.1). Cáceres: editora UNEMAT, p. 50, 2011.

COSTA, J. F. Juventude, Formação e Protagonismo. **Caderno Pedagógico VI: Juventude Camponesa e Políticas Públicas**/Universidade do Estado de Mato Grosso. Vol. 6, nº 2. p. 07-08. Cáceres: UNEMAT editora, 2017.

CHAYANOV, A. V. **La Organización de la Unidad Económica Campesina**. Buenos Aires: Nuevas Visión, 1974, 342 p.

CHAYANOV, A. V. **Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas**. In: GRAZIANO DA SILVA, José; STOLCKE, Verena (Org.). A questão agrária. São Paulo: Brasiliense, 1981, p.134-163.

CRUZ, M. A. B. **Processo de Formação e Organização para o Trabalho Coletivo, da Juventude Camponesa do Assentamento Roseli Nunes – Mirassol D'Oeste/MT**. Dissertação apresentada à Universidade Estadual de Mato Grosso, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Educação, 2018.

CRUZ, V. C. Territórios, identidades e lutas sociais na Amazônia. **Identidades e territórios: questões e olhares contemporâneos**, v. 1, p. 93-122, 2007.

DAYRELL, J. O jovem como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação**, n. 24, p. 40-52, 2003.

DAYRELL, J.; CARRANO, P. C. R. Jovens no Brasil: difíceis travessias de fim de século e promessas de um outro mundo. **Anais 25ª Reunião Anual**. Anep: Caxambu, 2002.

ENGELS, F. O papel desempenhado pelo trabalho na transição do macaco ao homem. In: MARX, K; ENGELS, F. **Obras Escolhidas**. São Paulo: Alfa-Omega, s/d. v.2, p.269-280.

FARIA, N. Mulheres rurais na economia solidária In. BRUTTO, A.; DANTAS, I. (org.). **Autonomia e cidadania: Políticas de organização produtiva para mulheres no meio rural**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011. 192 p.

FERNANDES, B. M. **Contribuição ao estudo do Campesinato Brasileiro Formação e Territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST (1979 –1999)**. TESE do Curso de Pós-Graduação do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1999.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Assentamento. In: CALDART, R.; PEREIRA, I.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (org.). **Dicionário da educação do campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

FERNANDES, B. M. Território camponês. In: CALDART, R.; PEREIRA, I.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (org.). **Dicionário da educação do campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

FERNANDES, B. M. Políticas públicas, questão agrária e desenvolvimento territorial rural no Brasil. In: GRISA, C; SCHNEIDER, S. (org.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2015. p. 381 – 400.

FILOMENA, C. L. **Democracia, políticas públicas e controle. Políticas públicas: definições, interlocuções e experiências.** Dados eletrônicos. Caxias do Sul: EducS, 2012.

FORACCHI, M. M. **A Juventude na Sociedade Moderna.** São Paulo: EDUSP, 1972.

FREIRE, P. Criando métodos de pesquisa alternativa: aprendendo a fazê-la melhor através da ação. In: BRANDÃO, C. R. (Org.). **Pesquisa Participante.** 8. ed. São Paulo: Brasiliense: 1999, p.34-41.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 13. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

FRASER, N. **Igualdade, identidades e justiça social.** 2012. Disponível em: <<https://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1199>> Acesso em 15 maio 2018.

FREY, K. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e políticas públicas**, n. 21., p. 211-260, jun. 2000.

GARCIA JR. Afrânio Raul. **O Sul: o caminho do roçado: estratégias de reprodução camponesa e transformação social.** Rio de Janeiro: Marco Zero/ Brasília: CNPq, 1989.

GIRARDI, E. P. **Atlas da Questão Agrária Brasileira.** Presidente Prudente: UNESP/NERA, 2017.

GONÇALVES NETO, W. **Estado e Agricultura no Brasil.** São Paulo: Hucitec, 2007.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável.** 3. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2005.

GROPPO, L. A. **Juventude: ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas.** Rio de Janeiro: DIFEL, 2000.

HAESBAERT, R.; LIMONAD, E. ETC: espaço, tem pó e crítica. **Revista eletrônica de ciências sociais aplicadas e outras coisas.** nº 2 (4), vol.1, 2007.

HAESBAERT, R. Da desterritorialização à multiterritorialidade. **Encontros de Geógrafos da América Latina.** X, 2005, São Paulo. Anais. São Paulo, X Encontro de Geógrafos da América Latina, 2005.

HAESBAERT, R. Identidades territoriais. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 1999. p. 169 a 189.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, R. **Territórios Alternativos**. São Paulo: Contexto, 2006.

HEINST, A. C. Memória e Pioneirismo: batalha de narrativas em uma área de ocupação recente em Mato Grosso. **Revista História, imagem e narrativas**. n. 5, ano 3, setembro/2007.

HOMERCHER, E. T. **Anotações à lei de acesso às informações públicas**. Porto Alegre: Editora Padre Réus, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades** | Infográficos | Mato Grosso | Mirassol D'Oeste | População». [cidades.ibge.gov.br](http://cidades.ibge.gov.br). Consultado em 28 de junho de 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades**: disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=510562&search=mato-grosso|mirassol-d'oeste|infograficos:-historico>> Acesso em 18 maio 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2010**: Universo – Características da População e dos Domicílios. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/cd/cd2010universo> . Acessado em: 18 maio de 2018.

JANNUZZI, P. M. **Indicadores socioeconômicos na gestão pública**. 3. ed. REVISTA Atual. Brasília UAB, 2014.

KUMMER, R.; COLOGNESE, S. A. Juventude rural no Brasil: entre ficar e partir. **Tempo da Ciência**, Toledo, v. 20, n. 39, p. 201-220, 2013.

LENIN, V. I. **O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia**: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria. São Paulo: Nova Cultural, 1982.

LEVI, G.; SCHMITT, J. C. **História da Juventude**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

LIMA, S. M.; VIEIRA, L. F.; CASTRO, A. M. G.; SARMENTO, E. P. M. **Juventude rural e as políticas e programas de acesso a terra no Brasil**: recomendações para políticas de desenvolvimento para o jovem rural. Brasília, DF: MDA, 2013.

LORA, J. A. H. **Pastoral da Juventude**: análise atual da acolhida e do acompanhamento de grupo de jovens católicos na República Dominicana. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (Dissertação de Mestrado). São Paulo, 2010.

MACHADO, V. **O conceito de juventude**: uma abordagem cultural dessa fase da vida. Bauru: UNESP, 2011.

MAESTRI, M.; CANDREVA, L. **Antônio Gramsci**: vida e obra de um comunista revolucionário. São Paulo: Expressão popular, 2007.

MST. **Programa Agrário do MST**. São Paulo, MST, 2013.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O manifesto comunista 150 anos depois**. Rio de Janeiro: Fundação Perseu Abramo, 1998.

MARTINS, G. I. **As tramas da des(re)territorialização camponesa**: a reinvenção do território veredeiro no entorno do Parque Nacional Grande Sertão-Veredas, Norte de Minas Gerais. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, UFU, Uberlândia, 2011.

MARTINS, J. O. **Aprendizagem para o trabalho associado na agricultura familiar camponesa: na ACOOPERFRON como alternativa de organização e comercialização**. Monografia de especialização em Economia Solidária e Políticas Públicas da Universidade do Estado de Mato Grosso, Campus Universitário "Jane Vanini", 2017.

MASSEY, D. Um sentido global de lugar. In: ARANTES, A. (Org.). **O espaço da diferença**. São Paulo: Papirus, 2000.

MATO GROSSO: **Secretaria de Estado de Planejamento**. Regiões de Planejamento SEPLAN-MT/CNEC (Consórcio Nacional de Engenheiros Consultores S.A.) Cuiabá, MT, 2017.

MEDEIROS, L. S.; LEITE, S. **A formação dos assentamentos rurais no Brasil**: processos sociais. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

MEDEIROS, R. M. V. Território, espaço de identidade. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MITIDIERO, M. A. **Reforma Agrária no Brasil:** Algumas considerações sobre a Materialização dos Assentamentos Rurais. 2011. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/agraria/article/view/55794>> Acesso em 10 maio 2018.

MORAES, A. C. R. **Território e história do Brasil.** São Paulo: Hucitec, 2002.

MOREIRA, E.; TARGINO, I. De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no semi-árido paraibano. **Revista Nera**, ano 10, n. 10, 2007.

MONTENEGRO GÓMEZ, Jorge R. **Desenvolvimento em (des) construção. Narrativas escalares sobre desenvolvimento territorial rural.** 2006a. 438 f. Tese (Doutorado em Geografia) Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2006.

MORENO, G. **Terra e Poder em Mato Grosso:** política e mecanismos de Burla. Cuiabá: Edufmt – Entrelinhas, 2007.

NOVAES, R. C. R.; CARA, D. T.; SILVA, D. M.; PAPA, F. C. (org.). **Política nacional de juventude:** diretrizes e perspectivas. São Paulo. Conselho Nacional da Juventude, Fundação Friedrich, Ebert, 2006.

OLIVEIRA, A. U. **A fronteira Amazônica Mato-Grossense: Grilagem, Corrupção e Violência.** 1997. Tese. Livre Docência. Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1997. Volumes 1 e 2.

OLIVEIRA, A. U. **As Transformações Territoriais Recentes no Campo Brasileiro.** FFLCH-USP, 03/03/1998.

OLIVEIRA, A. U. **Modo de Produção Capitalista e Agricultura.** São Paulo: Ática, 1986.

OLIVEIRA, E. G. **O lazer e a melhoria da qualidade de vida dos jovens rurais de São João Evangelista-MG.** Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente e Sustentabilidade). Centro Universitário de Caratinga. Caratinga: UNEC, 2006.

PEDRO, J. M. Traduzindo o debate: o uso do gênero na pesquisa histórica. **História**, São Paulo, v. 24, n. 1, 2005, p. 77-98.

PEREIRA, J. L. G. **Educação, gênero e os projetos de vida dos jovens rurais de Baixada de Salinas.** Rio de Janeiro, Campinas, 2008.

PEREIRA, L. G. TRAVAGLINI, C. PRONAF: política eficiente para resolver o problema dos assentados? In: **Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural**. 2002, Passo Fundo (RS): SOBER, 2002.

PESSOA, J. M. **A revanche camponesa**. Goiânia: Ed. UFG, 1999.

PINTO, A.; DAROS, D.; MELO, L. T.; et al. Juventude: protagonismo no processo formativo e na ação. In: MACHADO, C. L. B.; CAMPOS, C. S. S.; PALUDO, C. (Org.). **Teoria e prática da educação do campo**: análise de experiências. Brasília: MDA, 2008, p. 220-232.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **De Saberes e de Territórios** - diversidade e emancipação a partir da experiência latino-americana. Niterói: 2006.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Da Geografia às geo-grafias**: um mundo em busca de novas territorialidades. Disponível em <[https://issuu.com/sedsc/docs/artigo\\_-\\_das\\_geografias\\_as\\_novas\\_documento\\_em\\_PDF](https://issuu.com/sedsc/docs/artigo_-_das_geografias_as_novas_documento_em_PDF)> Acesso em 10 maio 2018.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAFFESTIN, C. Uma concepção de território, territorialidade e paisagem. In PEREIRA, S. R.; COSTA, B. P.; SOUZA, E. B. C. (Org.) **Teorias e Práticas territoriais**: análises espaço-temporais. São Paulo: Expressão Popular, 2010, p. 13-23.

RIBEIRO, C. G. **Educação do Campo e Economia Solidária: Estudo de Caso na Escola Estadual Madre Cristina Assentamento Roseli Nunes, Município de Mirassol do Oeste/MT**. 2014. Trabalho de Conclusão Curso (Especialização em Políticas Públicas, Participação e Controle Social do Estado). Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT. Cáceres-MT.

RODRIGUES, J. N. Políticas públicas e geografia: retomada de um debate. **GEOUSP – Espaço e Tempo** (Online), São Paulo, v. 18, n. 1, p. 152-164, 2014.

ROSA, M. C. Ocupações de Terra. In: ALDART, R.; PEREIRA, I.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (org.) **Dicionário da educação do campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

SANTOS, B. S. **Produzir para viver**: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SANTOS, M. **Espaço e método**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SECCHI, L. **Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

SILIPRANDI, C. E. **Mulheres e Agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar**. 2009. Tese (Doutorado) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília.

SILVA, E. R. A.; ANDRADE, C. C. **A política nacional de juventude: avanços e dificuldades**. In: CASTRO, J. A.; AQUINO, L. M. C.; ANDRADE, C. C. (Org.) **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Brasília, DF: IPEA, 2009. p. 41-69.

SILVA, R. N.; CAPELO, M. R. C. Juventude do campo e políticas públicas: algumas reflexões de um texto em construção. **Revistas Unoeste**. 2006.

SILVA, T. P.; BINZSTOK, J. Espaços de resistência camponesa na fronteira Brasil-Bolívia: Os assentamentos rurais em Cáceres-MT. Três lagoas/MS: **Revista AGB/TL**, 2012.

SILVA, T. P.; COSTA, D. L.; JUSTINIANO, L. A. A. **Juventude camponesa em mato grosso: desafios na construção dos territórios de esperança**. ENGA, 2016.

SILVA, T. P. **Territórios de esperança: o processo de recriação camponesa em Cáceres-MT**. Tese (Doutorado em Geografia). Instituto de Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, 2014.

SILVA, M. O.; ALMEIDA, R. A. Reforma agrária nos municípios de Cáceres/MT e Selvíria/MS: agronegócio, subordinação e emancipação camponesa. **Revista NERA**, Presidente Prudente, 2014.

SCHNEIDER, S. **A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas**. Sociologias, Porto Alegre, ano 6, n. 11, p. 88-125, 2004.

SOUSA, E. L.; DUQUE, G. De geração a geração: um estudo sobre a disposição dos jovens em assumirem o trabalho agrícola. In: **Anais “Sustentabilidade e democratização das sociedades rurais da América Latina”**. Porto Alegre: UFRGS. Congresso da Associação Latino-Americana de Sociologia Rural, 2002.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45.

SOUZA, M. L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. **Geografia: conceitos e temas**, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. p. 77-116.

STROPASSOLAS, V. L. Um marco reflexivo para a inserção social da juventude rural. In: CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. (org.). **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

STROZAKE, J. Função social da propriedade. In: CALDART, R.; PEREIRA, I.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (org.) **Dicionário da educação do campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

THÉRY. N. A. M. Política (e ação) pública, território e o papel da Geografia. Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia. **Revista da ANPEGE**, v. 7, n. 1, número especial, p. 11-19, out. 2011

THÉVENOT, L. Une Jeunesse difficile. Les fonctions sociales du flou et de la rigueur dans les classements. In: **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**. N. 26-27, mars-avril. p. 3-18, 1979. (PDF- Traduzido)

THOMPSON, E. P. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. 3. ed. Campinas: Unicamp, 1998b. v. 2, p. 57-106. (Coleção Textos Didáticos)

TUAN, y. f. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo: Difel, 1983.

VAILANT, C. **A economia solidária e a resistência camponesa: a construção da Cooperrede – Cooperativa Regional de Prestação de Serviços e Solidariedade na área de Influência da BR 163 entre Nova Mutum e Peixoto de Azevedo – MT**. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Mato Grosso Instituto de Ciências Humanas e Sociais Programa de Pós-Graduação em Geografia. 2011.

WEISHEIMER, N. **Juventudes rurais: mapa de estudos recentes**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário. 2005.

ZART, L. L. **Produção social do conhecimento na experiência do Curso de Agronomia dos Movimentos Sociais do Campo (CAMOSC): interação da UNEMAT e de Movimentos Sociais do Campo**. (Tese de doutorado). Campinas, SP: Unicamp, 2012.

ZART, L. L.; CRUZ, M. A. B.; RIBEIRO, C. G. **Juventude camponesa e políticas públicas**. Cáceres-MT: Editora UNEMAT, Volume 06, Número 02 – 2017.